

André Singer
Cicero Araujo
Fernando Rugitsky
(organizadores)

O BRASIL

NO INFERNO GLOBAL

CAPITALISMO E DEMOCRACIA
FORA DOS TRILHOS

Alfredo Saad-Filho

ALYSON J. AYERS

Douglas Santos

HUGO FANTON

Leonardo Belinelli

Lena Lavinás

LUCAS BRESSAN

MARINA BASSO LACERDA

Pedro Mendes Loureiro

PEDRO RUBIN

RUY BRAGA

Wolfgang Streeck (entrevista)



fflch

FACULDADE DE FILOSOFIA,
LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

O BRASIL NO INFERNO GLOBAL
capitalismo e democracia fora dos trilhos

DOI 10.11606/9788575064085

André Singer
Cícero Araujo
Fernando Rugitsky
(organizadores)

O BRASIL NO INFERNO GLOBAL
capitalismo e democracia fora dos trilhos



São Paulo, 2022

Catálogo na Publicação (CIP)
Serviço de Biblioteca e Documentação da
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo
Maria Imaculada da Conceição – CRB-8/6409

B823 O Brasil no inferno global [recurso eletrônico] : capitalismo e democracia fora dos trilhos / Organizadores: André Singer, Cicero Araujo, Fernando Rugitsky. -- São Paulo : FFLCH/USP, 2022.
10,395 Kb ; PDF.

ISBN 978-85-7506-408-5
DOI 10.11606/9788575064085

1. Crise no capitalismo. 2. Democracia. 3. Neoliberalismo.
4. Autoritarismo – Brasil. 5. História do Brasil (Século 21). I. Singer, André.
II. Araujo, Cicero. III. Rugitsky, Fernando

CDD 320.981



Esta obra é de acesso aberto. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e autoria e respeitando a Licença *Creative Commons* indicada

SERVIÇO DE EDITORAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO

Coordenação Editorial e Capa
M^a. Helena G. Rodrigues – MTb n. 28.840

Projeto Gráfico e Diagramação
Selma Consoli – MTb n. 28.839

Revisão
Ana Cecília Agua de Melo
Victória Gerace (Tikinet)



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Reitor: Carlos Gilberto Carlotti Junior

Vice-Reitora: Maria Arminda do Nascimento Arruda



FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

Diretor: Paulo Martins

Vice-Diretora: Ana Paula Torres Megiani

SERVIÇO DE EDITORAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO
Rua do Lago, 717 – Cid. Universitária
05508-080 – São Paulo – SP – Brasil
Tel. (11) 3091-0458
e-mail: editorafflch@usp.br

Sumário

Introdução: O Brasil na vanguarda do inferno global	7
<i>André Singer, Cicero Araujo e Fernando Rugitsky</i>	

Parte 1 – Contexto global

Jogo aberto: a economia política do interregno	33
<i>Fernando Rugitsky</i>	
O crepúsculo da democracia formal: contradições da acumulação e a crise política do neoliberalismo	81
<i>Alison J. Ayers e Alfredo Saad-Filho</i>	
Pandemia e “ <i>great reset</i> ” capitalista: uma janela no interregno?	119
<i>André Singer e Hugo Fanton</i>	
A nova crise no interregno capitalista: entrevista com Wolfgang Streeck	151
<i>Hugo Fanton</i>	

Parte 2 – Curto-circuito brasileiro

A crise constitucional brasileira: ensaio de interpretação histórica (1988-2016)	165
<i>Cicero Araujo e Leonardo Belinelli</i>	

O neoliberalismo redutor da pobreza no Brasil e sua crise.....	211
<i>Pedro Mendes Loureiro</i>	
Brasil: como as políticas de enfrentamento da pandemia inauguraram um novo ciclo de endividamento familiar.....	249
<i>Lena Lavinas, Lucas Bressan e Pedro Rubin</i>	
Os sentidos do uberismo: juventude e plataformização do trabalho na cidade de São Paulo durante a pandemia	293
<i>Ruy Braga e Douglas Santos</i>	
Paleoconservadorismo de Bolsonaro: o pesadelo brasileiro	321
<i>Marina Basso Lacerda</i>	
Sobre os autores	377

Introdução

O Brasil na vanguarda do inferno global

André Singer, Cicero Araujo e
Fernando Rugitsky¹

À sombra sulfurosa do trumpismo, Jair Bolsonaro tomou posse e abriu, em 1º de janeiro de 2019, *la porte de l'enfer* tropical. Um longo processo foi condensado, como se em painel escultórico de Rodin, nos acontecimentos que antecederam o pleito de 2018. Lula, o mais bem colocado nas pesquisas apesar de preso na Polícia Federal de Curitiba (PR), tornou-se inelegível, por decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), no final de agosto. Coroava-se, assim, manobra judicial que começara quatro anos antes com a Operação Lava Jato e acabara na ameaça do general Eduardo

¹ Os organizadores desta coletânea agradecem, pelo apoio concedido, à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo; e ao Programa de Pós-graduação de Filosofia da mesma instituição, através do qual este livro recebeu o suporte da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (Capes/Proex – Código de Financiamento 001).

Villas Bôas, comandante do Exército, ao Supremo Tribunal Federal (STF), via Twitter, em abril. Para os militares, o ex-presidente não podia concorrer. Seis dias depois de o TSE excluir formalmente Lula, Bolsonaro, o deputado e ex-capitão do Exército que vinha em um distante segundo lugar, sofreu grave atentado a faca durante campanha em Juiz de Fora (MG). Ficando, para sua vantagem, sob os intensos holofotes da mídia e afastado dos debates entre candidatos, começou a subir nas pesquisas. O postulante do PSDB, que vinha avançando, afundou. O resto é história.

8

Mas trata-se de uma história que se conecta diretamente às crises mundiais do capitalismo e da democracia. Ao perceber, com a vitória de Donald Trump, em 2016, que a insatisfação causada pelo desarranjo iniciado em 2008 poderia ser canalizada para respostas de tipo autoritário com um pé no fascismo, Bolsonaro se dedicou, com afincamento e êxito, a transformar o Partido dos Trabalhadores (PT) em bode expiatório dos problemas nacionais. Corrupção, insegurança, falta de emprego e renda: tudo foi colocado nas costas do petismo e de uma inventada conspiração bolivariana. Também Trump acusava Obama de ser socialista e fundador do Estado Islâmico. Embora os processos nos Estados Unidos e no Brasil tenham aspectos distintos, como veremos, podem-se divisar elementos comuns, como o uso da pós-verdade e de discurso nacionalista e a incitação contra aqueles erigidos em inimigos públicos.

Com Lula fora do páreo e o candidato da extrema-direita recolhido ao nosocômio, a propaganda bolsonarista recheou o vazio com o protocolo fascista das *fake news* violentas, lotadas de imagens fálicas, orações pentecostais e chamamento às armas. Nunca se viu, na pátria da conciliação, cisma igual. Famílias se separaram e amizades foram desfeitas. A avalanche de votos conservadores, embora não suficiente para dispensar o segundo turno, provou a efetividade da tática extremista. Em quatro semanas, imobilizado no Hospital Albert Einstein de São Paulo, Bolsonaro tornou-se o favorito para presidir a República. A hesitação de agrupamentos centristas, alinhados a Alckmin e Ciro Gomes, que talvez revertessem o quadro em favor de Fernando Haddad, substituto de

Lula no pleito, encerrou a questão, e Bolsonaro foi confirmado na segunda volta.

Então, os males cometidos por séculos foram se erguendo, um a um, para anunciar a descida do Brasil às profundezas do Hades. Da macabra escravidão, cujos filhos, nunca integrados, sofrem com o racismo estrutural, até a recusa em rever os crimes da ditadura de 1964, passando pela desídia com a indústria, a duras penas construída entre 1930 e 1980. Os fantasmas anunciavam que a punição começaria naquela terça de janeiro, quando, sob o comando do recém-empossado, a sociedade atravessasse o umbral que ordena: *lasciate ogni speranza voi ch'entrate*.

Instalado no Planalto, o autocratismo de viés fascista se dedica a abalar os frágeis muros de contenção da barbárie² erguidos durante os trinta anos em que a Constituição de 1988, mesmo que aos trancos e barrancos, funcionou como pacto fundamental. Embora núcleos de resistência tenham surgido, dentro e fora das instituições, logo ficou claro que o mandatário, cercado de militares por todos os lados, tinha apoios para resistir ao impeachment. Na melhor das hipóteses, seria toureado em seus piores propósitos destrutivos.

Conforme argumenta Avritzer (2021, p. 15), no primeiro ano Bolsonaro metralhou políticas de Estado longamente amadurecidas. Dois exemplos, entre muitos: o desmonte premeditado do sistema de controle de queimadas na Amazônia e o corte de recursos para a educação superior (AVRITZER, 2021, p. 14-5). Mas, na realidade, o desmanche se estendeu ao conjunto de instituições federais duramente organizadas nesta Pindorama eternamente semiconstruída. O único preservado, *et pour cause*, foi o estamento militar.

No segundo ano da era bolsonariana, a pandemia do coronavírus, que desembarcou, literal e oficialmente, no aeroporto de Guarulhos, na terça-feira, 25 de fevereiro de 2020, voando

² Ver, a respeito, a conferência de Paulo Arantes no colóquio “O pensamento de Chico de Oliveira: a criação destruidora”, novembro de 2019. Em: cenedic.fflch.usp.br/. Acesso em: 31/08/2021. Arantes fala em “barbárie administrada”.

desde a Itália, provocou a descida para um círculo mais profundo do universo dantesco subequatorial. Funcionando, novamente, como uma espécie de alter ego selvagem de Trump, Bolsonaro transformou o Brasil em campo de provas do que poderia acontecer se *todas* as medidas recomendadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) fossem boicotadas, retardadas ou simplesmente desconhecidas.

Consequentemente, quando estas linhas são escritas, em meados de outubro de 2021, tinham sido registradas 600 mil mortes por Covid-19 no Brasil – uma cifra que, considerada a vasta subnotificação, torna-se ainda mais assombrosa. Só ficamos atrás dos próprios Estados Unidos, com pouco mais de 700 mil óbitos, porém população mais de 50% maior. Os jornais registram a contínua descida infernal: 14% da População Economicamente Ativa (PEA) desempregada,³ contingentes regredindo à situação de pobreza, a fome, outra vez, em “grandes plantações”, gente fazendo fila para receber osso em açougues...⁴ Enquanto isso, o governo sonhava em privatizar estatais e ativos de infraestrutura, entre correios, aeroportos, portos e projetos de saneamento.

O livro que você, leitora e leitor, tem em mãos procura entender a queda *brasiliensis* conectando-a à situação global. Como explicar a transposição de correntes que chegaram ao Potomac, em 2016 e, depois, ao Paranoá, entrando nos Palácios da Alvorada e do Planalto, em 2019? Como interpretar, desde o ângulo semiperiférico, a contracorrente produzida pela pandemia, que tirou o trumpismo de Washington e transformou Brasília em uma das mais

10

³ Cristina Índio do Brasil. “Desemprego cai 13,7%, revela pesquisa do IPEA” (27/09/2021). Em: <https://agenciabrasil.etc.com.br/economia/noticia/2021-09/desemprego-cai-para-137-revela-pesquisa-do-ipea/>. Acesso em: 12/10/2021.

⁴ Henrique Rodrigues. “A miséria de Bolsonaro: fila para pegar ossos no açougue é marco histórico” (19/07/2021). Em: <https://revistaforum.com.br/rede/miseria-bolsonaro-fila-ossos-acougue/>. Acesso em: 12/10/2021.

importantes representações da nova extrema-direita mundial?⁵ Até que ponto o mergulho regressivo será contido pela vitória de Biden nos Estados Unidos e seus planos trilionários? Agora que o Império talvez entre em tempos de *Green New Deal*, poderá o Brasil se imaginar, de novo, sob a perspectiva rooseveltiana que embalou os dez anos lulistas?

O volume, de que participam cientistas políticos, sociólogos e economistas reunidos, entre 2020 e 2021, em torno do Grupo de Pesquisa Pensamento e Política no Brasil, associado ao Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania (FFLCH-USP), possui artigos sobre os dois polos da dualidade, do que decorre a organização em duas partes. Embora cada autora ou autor tenha pontos de vista próprios, os assuntos foram tratados em seminários conjuntos, o que construiu um temário comum. Procurou-se examinar a relação entre o externo e o interno, indagando-se, em última análise, em que ponto do interregno estamos e como avaliar a situação brasileira. Não houve, nem de longe, intenção de compor um panorama completo. Inúmeros temas significativos, como o papel do Poder Judiciário ou dos militares, embora mencionados, não foram submetidos a análises específicas, tendo em vista o enfoque principal na interseção entre política e economia. A seguir, um trailer das pistas que a coletânea oferece.

11

O CONTEXTO GLOBAL

Diante das graves e sucessivas crises que o planeta atravessou e atravessa – começando com o colapso dos circuitos financeiros em

⁵ Steve Bannon declarou, em agosto de 2021, que “a eleição [de 2022] no Brasil é a segunda mais importante do mundo (atrás dos EUA). Bolsonaro vai enfrentar um criminoso, Lula, o mais perigoso esquerdista do mundo”. Thomas Traumann, “Steve Bannon vem aí” (13/08/2021) Em: <https://veja.abril.com.br/blog/thomas-traumann/steve-bannon-vem-ai/>. Acesso em: 01/09/2021.

2008 até a pandemia – muito se discute sobre o destino da ordem neoliberal, por um lado, e dos regimes democráticos, por outro. A primeira parte desta coletânea empalma a discussão e a explora em três cenários alternativos: 1. A hipótese benigna de haver uma reconfiguração de fundo, ainda que hesitante, da dominação capitalista; 2. O pior presságio: uma continuidade dos fundamentos do neoliberalismo, mas com uma moldura abertamente autoritária; 3. A saída intermediária: o que aqui denominamos “interregno”, seguindo a acepção de Wolfgang Streeck (2016), isto é, um período de declínio sem perspectiva de superação, de capitalismo descoordenado e instabilidade política. Postas em sequência, as diferentes constelações permitem, não adivinhar o que vai ocorrer, mas pensar os processos em curso.

12 Essa avaliação, naturalmente, envolve variadas compreensões do que é o neoliberalismo. Nas contribuições da coletânea, cada artigo busca indicar qual é a sua e, sobre tal pano de fundo, elaborar diagnósticos e projetar futuros. Grosso modo, porém, o leitor encontrará um significado subjacente comum, sem prejuízo das diferenças de ênfase. Os autores concordam que a ordem neoliberal não é apenas um certo tipo de política que esse ou aquele Estado impõe sobre o capitalismo e a sociedade sob seu domínio, mas, também, um padrão de interações entre Estados e sociedades, uma vez que o próprio capitalismo é – desde sempre – um fenômeno com impulsos extraterritoriais.

Mesmo havendo concordância de que a ordem neoliberal e o processo de globalização andam juntos, poderíamos nos perguntar se o nexos exige uma coordenação deliberada dos atores relevantes, isto é, uma “governança” global. Como nota Fernando Rugitsky, o neoliberalismo ancorou-se em uma espécie de triângulo cujos vértices estavam, metaforicamente, em regiões específicas do planeta, desempenhando funções especializadas e complementares. À medida que as “novas oficinas do mundo” se deslocavam para o Leste Asiático, até torná-lo polo da oferta de bens manufaturados, os países ricos do Atlântico Norte (Estados Unidos e Europa Ocidental), com a notável exceção da Alemanha, acabaram por se reacomodar no papel de polo demandante das mercadorias industriais. Os

antigos países “em desenvolvimento” situados na periferia do sistema – alguns na América Latina, outros na África, além da própria Rússia – foram constituindo o polo fornecedor de insumos (basicamente grãos, energia fóssil e minérios), para alimentar as oficinas da Terra.

Se é verdade, portanto, que o neoliberalismo representa a etapa em que as finanças ocupam o plano decisivo – ponto para o qual os colaboradores igualmente convergem – o esquema do tripé mostra que o domínio só se estabilizou porque esteve assentado em instituições concretas, que aceitaram dividir papéis complementares e cooperar. Mas a cooperação não foi simétrica, claro. A iniciativa e o convite partiram da região e das nações mais poderosas, destacadamente os Estados Unidos e os detentores de capital, ao mesmo tempo interessados em expandir os negócios e quebrar a capacidade de barganha das classes trabalhadoras domésticas. Ao aceitar a condição de coadjuvantes – significando que não partiria deles a distribuição das cartas e as regras do jogo –, os convidados passaram a fazer lances na pejeja, quiçá apostando que a assimetria inicial pudesse ser corrigida no percurso. Esse o chão objetivo, mas potencialmente movediço, em que se assentou a geopolítica neoliberal, e sua história pode ser compreendida como decorrência das oportunidades e contradições que se abriram no interior da partida.

13

O arranjo, contudo, começou a se desfazer em 2008, na esteira de uma gigantesca especulação com hipotecas nos Estados Unidos, a qual contaminou as finanças, um dos pilares da acumulação em escala planetária. Uma improvisada articulação envolvendo o Federal Reserve (FED), o Banco Central dos Estados Unidos e a China foi capaz de evitar queda similar à que se seguiu ao *crack* da bolsa, em 1929, mas não a desmoralização. Na iminência do *doomsday*, bancos e especuladores foram resgatados, num caso típico de socialização das perdas, enquanto milhões de pessoas perdiam empregos e/ou casas.

Passado um biênio, a crise, cuja virulência havia sido atenuada pela conversão da dívida do sistema bancário em dívida pública, acabou por atingir em cheio os Estados europeus mais endividados. Desta vez, contudo, em lugar de jogar o bote salva-vidas – como

havia feito antes com empresas e especuladores – a União Europeia (UE), sob pressão da Alemanha, resolveu agir com máximo rigor, impondo medidas severas de austeridade, vale dizer, contra o conjunto das populações. Ao mesmo tempo, a paralisia das linhas de crédito levava à queda generalizada da demanda pelos manufaturados do Leste Asiático, desacelerando a economia chinesa: um acontecimento prenhe de consequências para o polo fornecedor de grãos e outros insumos primários. Em suma, o Grande Tripé se enfraquecia e a *hegemonia* neoliberal trincava, ainda que *as políticas* neoliberais prosseguissem (FRASER e JAEGGI, 2018).

Deixemos de lado, por um momento, o Brexit, Trump e outros extremismos planeta afora, e passemos diretamente ao advento da pandemia. A forma de os Estados reagirem a ela, e as diferentes capacidades que demonstraram para enfrentá-la, dão esteio à hipótese de Rugitsky, para quem o mundo está pouco a pouco se afastando da ordem neoliberal. Não só os ativos financeiros foram salvos numa escala maior do que em 2008, mas a maioria dos Executivos foi obrigada a providenciar colchões amortecedores contra os efeitos da queda da atividade e, mesmo a contragosto, relançar serviços públicos (especialmente os de saúde) antes mal dotados ou em vias de obsolescência. Em outras palavras, os cofres estatais, antes guardados a sete chaves, abriram-se repentinamente, como num passe de mágica.

Aos olhos do público mais atento, os eventos desnudaram que a disciplina fiscal, mantra das condutas ortodoxas e tida como medida inelutável em vista das “leis econômicas”, nada mais era do que um modo arbitrário e odioso de disciplinar, isso sim, as populações, em especial as mais carentes de apoio do Estado, nada tendo a ver com algum limite da própria realidade. Com o desenrolar da pandemia, foi se evidenciando que justamente os países menos guiados pelo receituário neoliberal foram os mais eficazes no combate à doença. Se este “rei nu” da ordem dominante ficar impresso na memória coletiva, é plausível que venha, de agora em diante, um empuxo para fora do campo de gravidade do neoliberalismo.

Por enquanto, todavia, os sinais são ambíguos. Convém não subestimar o enorme estrago que as práticas neoliberais produziram não só na legitimidade das instituições democráticas – e, portanto, na sua habilidade de gerir os conflitos por dentro delas mesmas –, mas também na consciência coletiva. O crescimento das correntes autoritárias sinaliza algo mais grave do que um simples mal-estar passageiro? E se, em vez de uma rebelião contra a ordem neoliberal, ele prenunciar uma inflexão autoritária do próprio neoliberalismo? É essa a hipótese do artigo de Alison J. Ayers e Alfredo Saad-Filho.

A virtualidade surpreende, uma vez que nos acostumamos a alinhar a ordem neoliberal com partidos e lideranças que, mesmo contribuindo para esvaziá-la, não punham a institucionalidade democrática em questão. Contudo, justamente esse alinhamento turvou a percepção do ímpeto frio e inclemente com que o capitalismo pós-1980 lograva, no mesmo compasso, submeter o conjunto da sociedade a seus parâmetros, sacrificando as conquistas civilizatórias do período anterior.

Como isso requeria a mediação da política, foi preciso, também, romper o elo que unia a consciência das classes subalternas aos valores da democracia. Ao passo que os sindicatos eram aviltados, erodia-se o jogo institucional, retirando o gume das eleições. À medida que o discurso democrático soava crescentemente vazio, os partidos e lideranças do mainstream foram se tornando obsoletos. A pá de cal autoritária foi um simples desdobramento da lógica financeira que, provocando situações econômicas desestabilizadoras e acúmulo de tensões sociais, gerou, de baixo para cima, uma onda questionadora da democracia.

Seria de esperar que o sofrimento trazido pela ordem neoliberal ampliasse o horizonte de alternativas. Mas tal ampliação tem sido a exceção, não a regra. O incentivo à competição e o aumento da insegurança, junto com a degradação institucional, fragmentaram a sociedade e alienaram da vida pública as camadas potencialmente críticas. Em consequência, o caminho da imposição e da coerção, pondo fim ao “blá-blá-blá” democrático, parece a muitos o único meio de acabar com as aflições. A

presença aumentada de correntes de extrema-direita expressaria essa exaustão.

Na hipótese pessimista, o neoliberalismo teria dentro de si “gatilhos” coercitivos (configurando uma espécie de estado de exceção latente) amplamente empregados no campo econômico, mas extensíveis à esfera política. Daí que a extrema-direita ascendente, a despeito da retórica “antissistema”, ao invés de se afastar da perspectiva neoliberal, tem buscado radicalizá-la.

16 O fato de o discurso preconceituoso e violento encontrar receptividade entre o povo, e não apenas nas camadas altas, revelaria afinidade entre o neoliberalismo e estilos modernizados de fascismo. Significa, igualmente, que o antigo establishment – tanto a direita moderada, liberal-conservadora, quanto a chamada “terceira via” trabalhista e socialdemocrata, responsáveis até aqui pela gestão da ordem – não consegue mais dar conta de suas tarefas, precisando ser substituído por lideranças preparadas para enfrentar tempos turbulentos. Digamos sem eufemismos: prontas para se desembaraçar dos escrúpulos e praxes constitucionais e “frescas” o bastante para conquistar a confiança das massas, sem arrear pé dos fundamentos da ordem que pretensamente querem mudar. No fundo, lideranças como Trump e Bolsonaro almejavam não o rompimento, mas a passagem de uma modalidade de neoliberalismo com fachada democrática para outra, abertamente autoritária.

Aqui deparamos com o terceiro horizonte examinado na coletânea, no artigo de André Singer e Hugo Fanton. Ele é suscitado pelo seguinte ruído de fundo: será que a avaliação que acabamos de resumir não carrega sistematicidade demais e desordem de menos? Ou seja, será que a eclosão da extrema-direita, ao lado das crises e tendências até aqui descritas, não estaria indicando algo que transcende a noção mesma de uma “ordem”, prefigurando, ao contrário, a virtual desagregação, sem que alguma alternativa seja capaz de substituí-la?

Em seus escritos, Streeck tem argumentado que, desde o início, a ordem neoliberal vive da “compra de tempo”, uma sucessão de

improvisações em que o crash financeiro de 2008 representaria o ponto final. Os “truques” começam com a tolerância à inflação dos anos 1970, seguida do acúmulo de dívida pública nos anos 1980 e, por fim, a proliferação de dívida privada, a qual termina na enorme bolha financeira fadada a explodir em 2008. Então, para evitar o derretimento do sistema bancário, convertem-se em dívida pública todos os ativos “podres” acumulados.

Mas o novo endividamento, sendo impagável, não passa de uma bomba-relógio. Esgotado o repertório de “adiamentos” da crise estrutural, o “sistema” (cada vez menos organizado) entrega-se à deriva.

O capitalismo contemporâneo está se evaporando por conta própria, sucumbindo a suas contradições internas e sobretudo como resultado de ter vencido seus inimigos – os quais, como já notado, frequentemente o salvaram de si mesmo, ao forçá-lo a assumir uma nova forma. O que vem depois do capitalismo em sua crise final, agora em curso, eu sugiro, não é o socialismo ou qualquer outra ordem definida, mas um duradouro *interregnum* – não o equilíbrio de um novo sistema-mundo à [Immanuel] Wallerstein, mas um prolongado período de entropia social, ou desordem (e precisamente por esta razão um período de incerteza e indeterminação). (STREECK, 2016, p. 13)

17

Como se sabe, o estrangulamento de 2008 ocasionou uma baixa do consumo planetário, lembrando o período que se seguiu à crise de 1929, mas sem a maciça perda de patrimônio e empregos ocorrida no entre-guerras. A Grande Recessão, como ficou conhecida a fase deflagrada pelo estouro da mencionada bolha das hipotecas nos Estados Unidos, aprofundou a desigualdade que o neoliberalismo cavara nas décadas anteriores. A contenção do crash por maciças injeções de dinheiro público não alterou a essência da situação. A famosa conferência de Larry Summers – “o mais influente mecânico da engasgada máquina de acumulação capitalista” (STREECK, 2018, p. 26) – no Fundo Monetário Internacional (FMI), em 2013, de acordo com a qual se teria entrado numa *estagnação secular*,

desvelava justamente a peculiaridade histórica que Streeck queria destacar.

Apesar da inundação de liquidez por meio do chamado *Quantitative Easing* (QE), a austeridade adotada pelo G-20 em 2011 prejudicou amplos segmentos da população planetária, inclusive as classes médias (THERBORN, 2020). Das ondas de contestação à esquerda e à direita, resultou o esgarçamento da moldura institucional. Desnorteada, a ordem neoliberal acabou por se deixar penetrar por tendências autoritárias. Nesse diapasão, Streeck reinterpretou a famosa cunhagem gramsciana do termo “interregno” (GRAMSCI, 2012 [1930], p. 187) – período marcado, como diz o marxista italiano, por “sintomas mórbidos” –, projetando por meio dele um contínuo desfazimento do tecido social, sem horizonte de conclusão. Ao contrário de uma transição (um intervalo “entre dois reinos”), uma fase entrópica, combinando capitalismo desorganizado e decrescente integração social.

18

Na entrevista concedida a Hugo Fanton, publicada neste volume, Streeck não parece disposto a revisar a hipótese sombria, mesmo perante prognósticos otimistas suscitados pelas iniciativas de Joe Biden e da União Europeia sob o impacto da pandemia. Em tom bastante cético, perguntado sobre os pacotes dos Estados Unidos, diz não enxergar como, a médio e longo prazos, os gigantescos déficits públicos requeridos para “estimular a decadente máquina de lucro americana” serão financiados, e cogita se, no fim das contas, trarão “mais danos do que benefícios”. O mesmo a respeito dos 750 bilhões de euros lançados pela UE: embora pareça uma soma impressionante, “tudo o que fará é financiar alguns projetos nacionais de prestígio, beneficiando os governos no poder”, com o agravante de preservar os fatores que levam os países mediterrâneos à ruína (França inclusive), enquanto a Alemanha enriquece. Subjaz a ideia sugerida acima: na ausência de uma força no sentido contrário, vinda dos trabalhadores, os maiores prejudicados pela lógica cega da “máquina de lucros”, é difícil imaginar uma reversão da entropia.

O CURTO-CIRCUITO BRASILEIRO

Numa entrevista concedida em 2020, Bruno Latour argumentou que o “Brasil é hoje como a Espanha era em 1936, durante a Guerra Civil: [...] onde tudo que vai ser importante nas próximas décadas está visível” (AMARAL, 2020). A guerra espanhola antecipou a belicosidade fascista. A experiência – lembrada pelo heroísmo trágico registrado por Orwell, Hemingway e tantos outros – ajudou, de algum modo, a organizar a luta posterior, mas a Espanha pagou um preço elevado por ter servido de escola: o franquismo sobreviveu por quatro décadas. Esperemos que a analogia espanhola não se confirme, mas não há dúvida de que a dinâmica brasileira possui uma urdidura que interessa ao mundo. Na segunda parte desta coletânea procura-se compreender aspectos da nossa navegação rumo ao *mare incognitum* que, até agora, conferiu aos “sintomas mórbidos” de Gramsci assustadora literalidade. Divergindo em determinados pontos, os artigos fornecem elementos para fazer tal mapa.

O tsunami aportou como “marolinha” em 2008. O impacto do crash foi menor do que se esperava e as medidas anticíclicas, em conjunto com a recuperação dos preços das commodities, permitiram que, já em 2010, a economia retomasse a trajetória anterior (BARBOSA-FILHO, 2010; PAULA, MODENESI e PIRES, 2015). Na época, a imprensa de negócios se encontrava coalhada de menções a um *decoupling*, o jargão da moda para se referir ao suposto descolamento das trajetórias do centro e da periferia, que explicaria o efeito restrito da parada cardíaca financeira sobre as regiões asiáticas e sul-americanas (WÄLTI, 2009).

Porém, diante da inédita articulação global, era pouco provável que impactos subterrâneos não chegassem. Como vimos, a crise, que de início abalou os Estados Unidos, gradualmente desmontaria o arranjo planetário consolidado na década anterior, desacelerando a economia chinesa e repercutindo nos quatro cantos da Terra (TOOZE, 2018; RUGITSKY, 2020). Aqui, o efeito profundo começou a ser sentido em 2011, com a queda das commodities, a desaceleração do Produto Interno Bruto (PIB) e o acirramento do conflito distributivo. O pior, entretanto, começaria em 2015,

quando a perda intensificada de valor das commodities, o aguçamento da disputa política e o acúmulo de contradições anteriores impuseram um grave revés ao lulismo (SINGER, 2018).

O artigo de Cicero Araujo e Leonardo Belinelli sugere que o desempenho governamental do PT deve ser visto à luz do processo que levou à estabilização da Constituição de 1988, com a adaptação de algumas de suas cláusulas mais sensíveis ao contexto internacional, em princípio avesso ao projeto socialdemocrata clássico. Os autores falam de um “pacto social-liberal”, experimentado a partir de 1995, com a eleição de Fernando Henrique Cardoso na esteira de um plano bem-sucedido de combate à hiperinflação. A vitória posterior de Lula certamente inclinou a Constituição para o seu polo social, mas a moldura estava assentada desde antes. O que os dois primeiros mandatos petistas lograram, graças especialmente às raras habilidades do piloto, foi explorar até o limite as possibilidades do equilíbrio constitucional alcançado.

20

Depois, na fase comandada por Dilma Rousseff, certos flancos do consenso constitucional ficaram expostos. Pelo lado das instituições veio à tona o ônus do “presidencialismo de coalizão”, regra não escrita pela qual o presidente da República se vê obrigado a formar no Congresso uma supermaioria, ou seja, uma aliança bem mais ampla do que aquela necessária para se eleger. Se é verdade que essa regra “lubrificava” as relações entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo, o fazia sob a influência semiclandestina e deturpadora do dinheiro, afastando mais a sociedade de um sistema político-partidário por si só propenso a se descolar.

Com a longa permanência do PT no Executivo – quando parecia ter encontrado um modo de se tornar eleitoralmente imbatível – a oposição partidária aderiu a uma postura subversiva, isto é, disposta a implodir o pacto constitucional existente. A aliança com setores estrategicamente posicionados no Poder Judiciário terminou por favorecer a ruptura.

A fenda institucional combinou-se à que se abria na sociedade, marcadamente entre as faixas intermediárias da pirâmide de classes. Para Araujo e Belinelli, o pacto social-liberal poupava os ricos e

beneficiava os pobres, deixando grande parte do ônus sobre os trabalhadores não precarizados, profissionais assalariados e detentores de pequenos negócios. Ao menos, assim teria sido percebido por tais segmentos. À propensão subversiva de atores institucionais somou-se, assim, o sentimento radicalizado de estamentos médios, adensando o ataque à Constituição e o questionamento da democracia. Abalados a Carta e o pacto, os muros de contenção neles fincados começaram a balançar.

O artigo de Pedro Mendes Loureiro reforça o argumento de Araujo e Belinelli, trazendo dados a respeito da redução da renda relativa daqueles com grau elevado de instrução em ocupações que exigem maior qualificação, os quais representam parte numerosa da classe média tradicional. Comparando as médias dos períodos 2003 a 2005 e 2011 a 2013, o autor verifica que esses profissionais caíram, comparativamente, cerca 16% na escala de privilégios. No período inicial, ganhavam o triplo da renda per capita brasileira e, no final, passam a se apropriar de um rendimento que representava 2,5 vezes a mesma. Tal diminuição teria derivado de uma forma de combate à pobreza que poupou os capitalistas.

21

Para Loureiro, a estratégia de combate à pobreza do lulismo combinou-se com um intento, correlato, de ampliar o acesso à saúde e à educação, estreitando a exclusão financeira. No entanto, optou-se, até certo ponto, por uma estratégia de mercantilização da reprodução social, aprofundando a combinação de subfinanciamento dos sistemas públicos com subsídios à provisão privada. Em vez de concentrar-se na expansão e no aperfeiçoamento dos serviços públicos, o lulismo teria buscado a associação privada para ampliar o acesso, não revertendo a privatização ocorrida no período tucano.

Sugerindo uma abordagem mais crítica do experimento petista, o autor avalia que os governos liderados pelo partido teriam representado uma variante que ele chama de “neoliberalismo redutor da pobreza”, exequível no contexto de bonança externa. Quando os ventos externos mudaram de direção, a tendência distributiva foi revertida. A melhora no padrão de vida dos pobres, que não deve

ser subestimada, foi viabilizada materialmente graças ao bom uso dos ventos externos, que sopravam, sobretudo, da China. Quando os ventos começaram a soprar com menos força, pelos efeitos retardados de 2008, se impôs uma variante mais bruta, conhecida como “neoliberalismo predador”. Operando no terreno fertilizado pelo abalo constitucional, desenvolveu-se rapidamente.

Lena Lavinas, Lucas Bressan e Pedro Rubin, no seu artigo, investigam, em diapasão crítico semelhante, os efeitos de uma contraface da mercantilização das políticas públicas: o crescente endividamento das camadas populares. Para tanto, reconstituem a financeirização em curso no capitalismo contemporâneo, por meio da qual a força de trabalho passou a depender crescentemente das dívidas e os programas sociais tornaram-se território de caça para as finanças. Tal avanço sobre a reprodução social tem enfrentado resistências em várias partes do mundo, com destaque para os Estados Unidos, a Espanha e o Chile. No entanto, a mobilização ainda não se mostrou forte o suficiente para reverter o processo em curso, que foi, aliás, aprofundado pelas medidas emergenciais implementadas diante da pandemia.

22

Como ocorreu em outras plagas, o Auxílio Emergencial instituído no Brasil assumiu uma escala inédita. No entanto, ele foi implementado à margem do sistema de proteção social, fragilizado pelo crônico subfinanciamento. Sem desprezar a importância da transferência emergencial de renda, os autores argumentam que é importante não perder de vista as implicações da maneira como foi implementada. Ao sustentar a renda dos mais pobres, o auxílio permitiu tanto uma aceleração do endividamento das famílias, que já vinha crescendo desde 2017, quanto uma queda do número de inadimplentes. Dessa maneira, contribuiu para a retomada do ciclo de endividamento e foi funcional para a acumulação financeira.

Ao assumir a feição de transferências monetárias, o auxílio reforça a estratégia de combinar subfinanciamento da provisão pública com financeirização crescente da política social, piorando um quadro que era ruim. Com a redução do auxílio e a manutenção do desemprego em patamar elevado, os despossuídos veem-se diante

do despejo, da fome e da miséria, com parte da renda comprometida em lidar com dívidas impagáveis.

Ao lado da mercantilização de serviços públicos e do endividamento compulsório, a terceira praga do Egito que atingiu as camadas populares foi a precarização do trabalho, consagrada pela reforma trabalhista de 2017. O artigo de Ruy Braga e Douglas Santos mostra, com base em pesquisa realizada junto a jovens entregadores de bicicleta na cidade de São Paulo, quão difíceis são as condições organizativas nestas novas modalidades de exploração. “Mesmo quando bem-sucedidas, as mobilizações evidenciam a fragilidade política inerente ao atual momento de reconfiguração das identidades coletivas e interesses classistas”, afirmam os autores.

No Brasil, a cultura fordista, baseada na divisão de tarefas típicas da fábrica, declina devido à desindustrialização. A solidariedade se enfraquece no universo da terceirização e do vínculo competitivo proposto por empresas tipo Uber. No contexto da pandemia, o grau de exposição e risco individual, sem proteção de qualquer tipo, ficou exacerbado, levando a protestos isolados, com pouca organização. Dada a fragmentação típica da atividade por meio de plataformas digitais, as tentativas de auto-organização pendulam “entre a confiança inspirada na ação direta e a descrença em qualquer tipo de vitória mais duradoura de suas investidas”, contam Braga e Santos. Não havendo vínculos sindicais, é como se o processo de representação coletiva tivesse voltado à estaca zero, tendo que ser reelaborado por completo. Caberá aos sindicatos constituídos, é claro, estender a mão e, quem sabe, acelerar as etapas do “refazer classista”.

Se os três últimos artigos mencionados pincelam alguns traços do inferno que se abateu sobre os trabalhadores, Marina Basso Lacerda dá conta do discurso que, misturando conservadorismo e autoritarismo, acabou por atingir uma parcela destes setores em 2018. Bolsonaro, apesar de elevado a candidato presidencial por áreas de classe média, acabou por selar uma aliança com a direita cristã, que o ajudou a angariar importantes apoios no meio popular.

Para a autora, o sucesso bolsonarista teve a ver com “a reedição do paleoconservadorismo no Brasil, décadas depois do seu

surgimento nos Estados Unidos”, hoje liderado por Donald Trump. O paleoconservadorismo se origina do neoconservadorismo reaganista, “que combina valores da direita cristã, militarismo, neoliberalismo e anticomunismo, na vertente que, depois da queda do Muro de Berlim, se volta contra o inimigo interno”, diz Lacerda.

A defesa da família e do punitivismo judicial permitiu a Bolsonaro associar elementos que, juntos, ativam um conservadorismo popular longamente observado na bibliografia nacional. Em particular, a autora levanta a hipótese de que a “perda de protagonismo social dos homens” e a “sensação da desestabilização da masculinidade hegemônica com o avanço do movimento feminista e LGBT” tenham contribuído para fortalecer a candidatura Bolsonaro e a aversão às instituições representativas liberais.

INTERREGNO TROPICAL

As afinidades entre Bolsonaro e Trump podem, no entanto, deixar na sombra que a ascensão do segundo ocorreu à revelia da parte mais moderna dos estratos capitalistas (POST, 2015; RILEY, 2017). Por isso, o temor, despertado nas classes superiores, à mobilização extremista que sustentou Trump abriu a possibilidade de que Biden adotasse, ainda que parcialmente, projetos concebidos nos últimos anos pelas forças do campo da esquerda aglutinadas em torno de Bernie Sanders e Elizabeth Warren (DURAND, 2021; IBER, 2021). Conforme mencionado acima, ainda não sabemos se o impulso conseguirá ir além do neoliberalismo, mas pode-se dizer, pelo menos, que a questão está aberta.

O caso brasileiro é distinto. Se os grupos capitalistas hesitaram durante algum tempo em aderir ao projeto do golpe parlamentar, fazendo-o apenas com o processo adiantado (SINGER, 2018), não há dúvida de que foram os primeiros da fila nas adesões a Bolsonaro. Nos Estados Unidos, décadas de desagregação desembocaram em uma explosão que obrigou os donos do dinheiro a engolir um personagem capaz de mobilizar a frustração de parte significativa das

camadas médias e trabalhadoras. No Brasil, um tímido e gradual processo de integração foi substituído por um projeto de extrema-direita recebido de braços abertos pelos grupos abastados. Embora os sinais pós-pandemia dos empresários em relação a Bolsonaro sejam contraditórios – ora com viés oposicionista, ora condescendente –, a “prova do pudim” só virá mesmo no pleito de 2022 (desde que mantida a agenda eleitoral regulamentar).

Na conjuntura atual, outubro de 2021, Bolsonaro segue acrescentando ao neoliberalismo desinibido a desinibição autoritária. A resultante junto à opinião pública tem sido, na prática, tirar o foco do capitalismo neoliberal e concentrar a atenção na democracia. Abre-se espaço, assim, para o argumento “etapista” de que a prioridade deve ser a defesa da democracia e que o combate ao neoliberalismo fica para depois. Como se Bolsonaro pudesse ser considerado um parêntese discrepante, uma excrescência passageira, e pudéssemos voltar alegremente ao *status quo* anterior.

Visto da perspectiva global, contudo, Bolsonaro não é uma anomalia, mas a versão brasileira dos sintomas mórbidos anotados por Gramsci. A ascensão da extrema-direita, Brasil incluído, só pode ser compreendida como produto das crises simultâneas do capitalismo e da democracia, ambas provocadas pelo neoliberalismo. Uma bomba está ligada à outra, e não há como desarmá-las sem cortar o fio comum que ameaça uma explosão simultânea.

Para além das aflições imediatas postas em marcha, vale refletir se, na verdade, o quadro descrito trouxe à tona aspectos estruturais da formação nacional. Isto é, se a quebra do pacto constitucional, a mercantilização dos serviços públicos, o estrangulamento das dívidas das famílias, a desestruturação do mercado de trabalho, a partidarização das lideranças pentecostais, além de outros aspectos que a coletânea não pode abordar em detalhe, significam uma repetição, espremida num tempo curto, de uma história longa e recalçada.

Talvez, com exceção de alguns poucos, não se tenha percebido, por baixo da estabilidade e avanços que o país desfrutou desde os anos 1990, como ao mesmo tempo corroíam-se as reservas de sociabilidade democrática acumuladas desde os anos de luta contra

a ditadura até a Constituição de 1988. A ocupação criminosa dos desvãos estatais, a expansão de uma religiosidade regressiva, a vigência de um agronegócio que transformava vastos rincões numa réplica atrasada do Meio-Oeste americano, a desindustrialização: bloqueados pelas mudanças na divisão internacional do trabalho, ingredientes vitais do Brasil democrático se desfaziam por baixo.

A antena artística de Chico Buarque, cujo romance de estreia mostrava um sítio familiar sendo tomado lenta e continuamente pela marginalidade (*Estorvo*, publicado em 1991), pegou o processo no ar. No plano da crítica, Roberto Schwarz (1999) entendeu e explicou o que se passava: “Esta disposição absurda de continuar igual em circunstâncias impossíveis é a forte metáfora que Chico Buarque inventou para o Brasil contemporâneo, cujo livro talvez tenha escrito”.⁶ Cerca de dez anos mais tarde, Francisco de Oliveira (2003, p. 142) traduziria a descoberta na linguagem da economia política:

26

Aterrissando na periferia, o efeito desse espantoso aumento da produtividade do trabalho, desse trabalho abstrato virtual, não pode ser menos do que devastador. Aproveitando a enorme reserva criada pela própria industrialização, como “informal”, a acumulação molecular-digital não necessitou desfazer drasticamente as formas concreto-abstratas do trabalho, senão em seus reduzidos nichos fordistas. Realiza, então, o trabalho de extração da mais-valia sem nenhuma resistência, sem nenhuma das porosidades que entravavam a completa exploração.

Oliveira indicava, anos antes de o Uber ser fundado (2009), que o futuro do capitalismo estava em construção no Brasil, onde os trabalhadores passariam direto da informalidade para a

⁶ Agradecemos a Paulo Arantes que, em comunicação oral (São Paulo, 2020), assinalou ser *Estorvo* a obra literária que melhor explicava Bolsonaro e a crítica de Schwarz a que melhor explicava o romance de Chico Buarque.

plataformização, *sem passar pela integração*. Vale notar, como índice para futuras pesquisas, que a percepção de Oliveira propicia uma visão da semiperiferia sobre a totalidade capitalista em devir. A compra de tempo (inclusive a do QE) acompanha a destruição das relações salariais, *as quais dão base social à democracia* quando devidamente reconhecidas no arcabouço jurídico-constitucional. A precarização do trabalho, sabemos, é um dos principais mecanismos do período neoliberal. Desde a perspectiva semiperiférica, no entanto, a precarização tem sido a regra. Daí que a sociabilidade democrática na periferia sempre encontrou dificuldades para se enraizar.

Ainda que o neoliberalismo tenha provocado mudanças no Brasil e nos vizinhos latino-americanos – não é coincidência a sociedade chilena ter sido a cobaia número um –, por aqui sua obra consistiu antes em reconfigurar do que em produzir precariedade e esvaziamento democrático. Com esse histórico, oferecemos muitos vislumbres – em geral regressivos – sobre o futuro do capitalismo, caso a sociabilidade continue a ser solapada pela instabilidade permanente.

27

Mas se, mesmo no inferno tropical, a combinação extremista de neoliberalismo com autoritarismo tem dificuldade em se tornar hegemônica, apesar da vitória em 2018, no velho centro rico do capitalismo mundial, a derrota – ainda que provisória – da mobilização trumpista em 2020 pode ser interpretada como uma recusa a nos seguir até os círculos dantescos mais profundos. O anúncio, por Joe Biden, de um programa para salvar o capitalismo e a democracia representa sinal nesta direção.

Vista desde o Brasil, onde “a esmagadora maioria dos analistas continua a defender a imperiosa necessidade de equilibrar as contas públicas” (LARA RESENDE, 2021), a iniciativa de Biden parece antes uma tentativa de saída para os Estados Unidos do que um molde aplicável à semiperiferia. Aqui será preciso o duplo esforço de, ao mesmo tempo, mobilizar a sociedade ao redor da democracia e formar uma maioria capaz de inverter o processo de desintegração. Mesmo nos Estados Unidos, é difícil acreditar que uma saída para as crises venha a ser encontrada na ausência de uma ofensiva

organizada da classe trabalhadora, o que até aqui não ocorreu, embora haja ensaios, como o levante do Black Lives Matter em maio de 2020. O que não impede reconhecer a era Biden como uma janela para rearticular perspectivas contra-hegemônicas ao neoliberalismo, que por enquanto segue em sua fulgurante carreira destrutiva, *quaranta anni fa*. Caberá ao Brasil que, no momento, rejeita, segundo as pesquisas, a experiência autoritária de Bolsonaro, aproveitar bem essa janela no ano da graça de 2022.

São Paulo, primavera de 2021

Referências bibliográficas

28

AMARAL, Ana Carolina. Se o Brasil achar solução para si, vai salvar o resto do mundo, diz Bruno Latour, *Folha de São Paulo*, 12 de setembro de 2020 [<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2020/09/se-o-brasil-achar-solucao-para-si-vai-salvar-o-resto-do-mundo-diz-bruno-latour.shtml>].

AVRITZER, Leonardo. Política e antipolítica nos dois anos de governo Bolsonaro. In: AVRITZER, L.; KERCHER, F.; MARONA, M. (Orgs.). *Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política*. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

BARBOSA-FILHO, Nelson. Latin America: counter-cyclical policy in Brazil, 2008-09, *Journal of Globalization and Development* 1 (1), 2010, article 13.

BARBOSA, Rogério. Estagnação desigual: desemprego, desalento, informalidade e a distribuição da renda do trabalho no período recente (2012-2019), *Mercado de Trabalho: conjuntura e análise* 67, IPEA, 2019.

BRANDÃO, Juliana e VOGT, Camila. Os efeitos macroeconômicos do superciclo de commodities e a influência da China na economia brasileira. *Revista Tempo do Mundo*, 24, dez. 2020. Em: <https://www.ipea.gov.br/revistas/index.php/rtm/article/view/271>. Acesso em: 29/08/2021.

BUARQUE, Chico. *Estorvo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

CARDOSO, Adalberto. À beira do abismo. Uma sociologia à beira do abismo. Rio de Janeiro: Amazon, 2020.

DENNING, Michael. Wageless Life, *New Left Review* 66, pp. 79-97, 2010.

DURAND, Cédric. 1979 in reverse, *Sidecar*, 1º jun. 2021.

FRASER, Nancy, JAEGGI, Rahel. *Capitalism: a conversation in critical theory*. Edited by Brian Milstein. Cambridge: Polity, 2018.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere, volume 3*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

IBER, Patrick. Biden e a esquerda norte-americana: boas surpresas e muitas indefinições, *Revista Rosa* 3, 3ª Série, 2021.

KATZ, Claudio. Relatos econômicos compartilhados. *La Haine* (15/09/2015). Em: <https://katz.lahaine.org/relatos-economicos-compartidos>. Acesso em: 29/08/2021.

LARA RESENDE, André. Vale tudo pelo equilíbrio fiscal?, *Valor* (29/01/2021). Em: <https://valor.globo.com/eu-e/noticia/2021/01/29/andre-lara-resende-vale-tudo-pelo-equilibrio-fiscal.ghtml>. Acesso em: 28/08/2021.

29

OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista/O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.

PAULA, Luiz Fernando de; MODENESI, André; PIRES, Manoel. The tale of the contagion of two crises and policy responses in Brazil: a case of (Keynesian) policy coordination?, *Journal of Post Keynesian Economics* 37 (3), 2015, pp. 408-435.

POST, Charlie. The specter of Trump, *Jacobin*, 10 jan. 2015 [<https://www.jacobinmag.com/2015/10/donald-trump-extremism-boehner-shutdown-republicans-presidential-race>].

PRZEWORSKI, Adam. *Crises of democracy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.

RILEY, Dylan. “American Brumaire”, *New Left Review* 103, pp. 21-32, 2017.

RUGITSKY, Fernando. “O interregno e a pandemia.” *Revista Rosa* 1, 2ª série, 2020.

SINGER, André. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SINGER, André. *O lulismo em crise: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SINGER, André; RUGITSKY, Fernando. Condições, salvo engano, para uma frente democrática, *Interesse Nacional* 44, pp. 44-54, 2019.

SCHWARZ, Roberto. Um romance de Chico Buarque. In: SCHWARZ, R.. *Seqüências brasileiras: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

STREECK, Wolfgang. *How will capitalism end? Essays on a failing system*. Londres: Verso, 2016.

_____. *Tempo comprado: a crise adiada do capitalismo democrático*. São Paulo: Boitempo, 2018.

THERBORN, Göran. Dreams and nightmares of world middle-classes, *New Left Review*, 124, jul./ago. 2020.

30

TOOZE, Adam. *Crashed: how a decade of financial crises changed the world*. Viking: Nova York, 2018.

WÄLTI, Sébastien. The myth of decoupling, VoxEU.org, 27 de julho de 2009 [<https://voxeu.org/article/myth-decoupling>].

WOLF, Martin. A sobrevivência da democracia nos EUA. *Valor* (12/05/2021). Em <https://valor.globo.com/opiniaao/coluna/a-sobrevivencia-da-democracia-nos-eua.ghtml>. Acesso em: 20/07/2021.

PRIMEIRA PARTE

Contexto global

Jogo aberto: a economia política do interregno¹

Fernando Rugitsky

Referências ao fim do neoliberalismo estão por toda a parte (DURAND, 2021; MILANOVIC, 2021; TOOZE, 2021).² É verdade que tais sentenças de morte vêm sendo seguidamente proferidas e desmentidas, desde 2008. Com a eclosão da crise financeira mundial, naquele ano, passou-se a argumentar que o capitalismo mundial ingressara em uma fase de transição para um novo estágio,

¹ Este artigo busca aprofundar a reflexão iniciada em Rugitsky (2020), desdobrando alguns argumentos e atualizando o diagnóstico. Agradeço a André Singer, Bruno Höfig, Carlos Bello, Cibele Rizek, Cicero Araujo, Daniel Puglia, Hugo Fanton, Lena Lavinias, Leonardo Belinelli, Marina Lacerda, Paula Marcelino, Priscila Figueiredo e Ruy Braga pelo diálogo acerca do texto anterior, que me desafiou a levar adiante o argumento. Agradeço também a Lucia Del Picchia, que se dispôs a pensar comigo as questões aqui colocadas e contribuiu para que o argumento fosse apresentado de maneira mais clara, e a Pedro Loureiro, pela leitura generosa de uma versão preliminar e pelas excelentes sugestões.

² Ver também Rugitsky (2020). Reflexões críticas sobre esse prognóstico podem ser encontradas em Callison e Manfredi (2020).

pós-neoliberal. O próprio termo neoliberalismo, antes restrito ao discurso crítico, começou a aparecer no mainstream, junto com apelos para uma reavaliação da ideologia hegemônica. O caso mais célebre talvez seja o artigo “Neoliberalism: oversold?” (OSTRY et al., 2016), publicado em 2016 por economistas do FMI, que argumenta que tanto a abertura de capitais quanto a austeridade não tiveram os impactos positivos sobre o crescimento que haviam sido antecipados e, ainda, ampliaram as desigualdades. No entanto, como esse estágio pós-neoliberal não se materializou e como políticas neoliberais seguiram sendo adotadas ao redor do mundo, passaram a aparecer referências a um “neoliberalismo zumbi”, “morto-vivo” (FISHER, 2013; JAFFE, 2017). Como se, culpado pelo rastro de miséria e violência que deixou na Terra, o neoliberalismo custasse a partir, vagando como alma penada em busca de perdão. Afinal, faz sentido falar em morte do neoliberalismo?

34

A fuga do pensamento para as metáforas sobrenaturais pode desviar o foco de uma regularidade de ordem mais terrena: os períodos de transição entre fases distintas do modo de produção capitalista não costumam ser curtos, condensados em breves intervalos, mas se estendem por anos. Como argumentou recentemente Rune Møller Stahl (2019, p. 335): “[o] que se segue a um colapso de uma hegemonia ideológica não parece ser geralmente um novo sistema hegemônico totalmente desenvolvido, mas na realidade um período prolongado de confusão e caos político”.³ Para caracterizar tais períodos, Stahl recorreu à formulação de Antonio Gramsci sobre o interregno, argumentando que interregnos “não podem ser concebidos como meras transições”.

O esforço conceitual de Stahl (2019, pp. 345-6) é acompanhado de uma interpretação histórica, em que são identificados três interregnos pelos quais passaram as sociedades capitalistas europeias desde o início do século xx. O primeiro, o interregno do período

³ Tradução minha. Todos os trechos citados de textos em outras línguas foram traduzidos por mim.

entreguerras, separou a hegemonia liberal clássica da hegemonia keynesiana e se estendeu, segundo o cientista político dinamarquês, por mais de duas décadas, de 1917 a 1939. O segundo foi o interregno dos anos 1970, que se iniciou em 1971 com o fim da hegemonia keynesiana e se encerrou em 1983 com a consolidação da hegemonia neoliberal. O terceiro interregno, por sua vez, começou justamente em 2008, quando a hegemonia neoliberal foi colocada em xeque, e é dele que me ocupo.⁴

Independentemente de como se avaliem os detalhes dessa interpretação histórica, a formulação de Stahl dá um passo além no debate sobre o fim do neoliberalismo. Não basta avaliar se a experiência histórica expôs a fragilidade da ideologia dominante para decretar o seu perecimento, como faz uma parte substancial da literatura sobre o assunto. É preciso investigar os mecanismos pelos quais essa experiência engendra dinâmicas políticas e sociais, realinhamentos de classes e disputas entre projetos hegemônicos concorrentes. Investigar o interregno e sua eventual resolução requer utilizar os instrumentos da economia política.

35

Em 2021, parece ocioso voltar ao tema dos limites do neoliberalismo: eles já foram abundantemente expostos. No entanto, uma análise das disputas políticas em torno do neoliberalismo no interregno atual que leve em conta interesses antagônicos e avalie as condições materiais das alternativas em disputa pode desvendar os horizontes para além “da confusão e caos político”. Ainda que não se possa prever para onde vamos, é preciso entender com mais detalhes onde estamos.

⁴ Avaliações convergentes sobre o período pós-2008, também baseadas no conceito de Gramsci, podem ser encontradas em Fraser (2019), Levenson (2020) e Rugitsky (2020).

O NEOLIBERALISMO E A ARTICULAÇÃO TRIANGULAR

Para elucidar a economia política do interregno é necessário dar um passo atrás e investigar os arranjos políticos e econômicos que sustentaram a acumulação de capital mundial no período que antecedeu a crise iniciada em 2008. Ben Fine e Alfredo Saad-Filho (2016) sugeriram dividir o neoliberalismo em duas fases. A primeira, que se estendeu até o início dos anos 1990, foi a fase de transição ou da terapia de choque. Já a segunda, a fase do neoliberalismo maduro, foi caracterizada por uma tentativa de atenuar os efeitos sociais das terapias de choque, tendo como foco “a estabilização das relações sociais impostas no período anterior” (FINE e SAAD-FILHO, 2016, pp. 235-6). Tal periodização traz à tona contrastes importantes entre os dois períodos e contribui para a investigação sobre a trajetória histórica do neoliberalismo.

36

Contudo, olhando desde a perspectiva do interregno contemporâneo, poderíamos falar ainda de uma terceira fase, iniciada em novembro de 2001, quando a China é aceita como membro da Organização Mundial do Comércio (OMC) (RODRIK, 2011; TOOZE, 2020).

O capitalismo mundial, a partir de 2001, foi marcado pela estruturação de uma articulação triangular da acumulação de capital e pelo seu posterior desmonte, a partir de 2008 (BLECKER, 2016; RUGITSKY, 2020; ver também VAROUFAKIS, 2011 e KLEIN e PETTIS, 2020). Grosso modo, tal articulação, impensável sem a incorporação da China, dividia a economia mundial em três polos. O primeiro deles, que concentra a maior parte dos países do velho centro rico capitalista, é composto pelos geradores de demanda, países que se responsabilizaram por consumir grande parte da produção global de mercadorias e que, como consequência, apresentavam expressivos déficits de transações correntes. Os Estados Unidos (EUA) são o principal representante desse polo. O segundo polo é ocupado pelas novas oficinas do mundo, os países que concentraram a produção global de mercadorias e acumularam superávits comerciais. Esse polo une a Alemanha e o Japão, que já se consolidaram como potências industriais há mais de meio século, à China e a outros

países do Leste Asiático. O terceiro polo, por seu turno, concentra os países relegados a exportar produtos primários e insumos industriais para as novas oficinas do mundo. Nesse polo encontram-se, entre outros, os países sul-americanos e africanos, assim como países exportadores de petróleo localizados em outras regiões.

A articulação triangular resultou de uma transformação profunda da divisão internacional do trabalho que caracterizou o mercado mundial capitalista por mais de um século. Desde meados do século XIX, seguindo a fórmula eternizada por Raúl Prebisch, o centro capitalista concentrava a produção de bens industriais e a periferia especializava-se nas exportações de produtos agrícolas e minerais. No século XXI, contudo, o velho centro delegou parte substancial da produção industrial para alguns países da antiga periferia, especialmente no Leste Asiático. O iPhone registra essa delegação, estampando a frase: *designed by Apple in California, assembled in China*. Segundo uma estimativa recente (FOSTER et al., 2011, p. 4), o percentual do emprego industrial mundial localizado no Sul Global aumentou de cerca de 50 para mais de 70%, entre 1980 e 2008. Como consequência, a periferia cindiu-se ao meio: uma parte passou a integrar o polo das novas oficinas do mundo, enquanto a outra ficou relegada ao vértice mais subalterno da articulação triangular, servindo como latifúndio e reserva mineral do capitalismo global.

37

Os dados do Atlas da Complexidade Econômica da Universidade Harvard revelam claramente o deslocamento da produção para as novas oficinas do mundo, em particular para a China.⁵ Em 2001, a China era responsável por apenas 6,46% das exportações mundiais de máquinas e 7,65% das de eletrônicos. Em 2008, esses percentuais aumentaram para, respectivamente, 15,20 e 19,21%. Vale ainda notar que, mesmo tendo avançado na produção de mercadorias com maior valor agregado, a economia chinesa não abandonou a produção de mercadorias mais simples: em 2008, ela respondia por 29% das exportações mundiais de produtos têx-

⁵ Ver atlas.cid.harvard.edu.

teis. As principais economias do polo das novas oficinas do mundo (Alemanha, China, Hong Kong e Japão) responderam em 2008, em conjunto, por 37,49% das exportações mundiais de máquinas e 37,36% das de eletrônicos. No mesmo intervalo de tempo, a participação das exportações dos EUA caiu tanto para máquinas quanto para eletrônicos: de 17,24 para 11,90%, no primeiro caso, e de 14,82 para 8,61%, no segundo. Os dados de importação também vão na mesma direção: os EUA, que contam com pouco mais de 4% da população mundial, responderam em 2008 por, na média, 13,25% das importações mundiais de produtos têxteis, produtos químicos, veículos, eletrônicos e máquinas.⁶

38

As implicações da articulação triangular não devem ser subestimadas. Em primeiro lugar, ela consistiu em uma extraordinária ampliação da classe trabalhadora disponível para a exploração capitalista, o que representou salto inédito da superpopulação relativa, tanto pela integração nos circuitos do capital mundial de economias que estavam antes à margem quanto pela proletarianização de milhões de camponeses na periferia (FOSTER et al., 2011).⁷ Richard Freeman (2007) chamou essa ampliação de “grande duplicação” da força de trabalho global: em torno do ano 2000, com a incorporação ao mercado mundial da antiga União Soviética, da Índia e, especialmente, da China, a classe trabalhadora colocada à disposição do capital global dobrou de cerca de 1,5 para quase 3 bilhões de pessoas. Esse imenso exército industrial de reserva, subitamente ampliado, aprofundou o processo já em curso de redução do poder

⁶ No período da articulação triangular, os desequilíbrios de transações correntes globais mais do que dobraram e Estados Unidos, Alemanha, China e Japão passaram a responder por mais da metade deles. Ver IMF (2021).

⁷ Tal proletarianização ocorreu tanto nos países da periferia que passaram a integrar o polo das novas oficinas do mundo, estimulada pelo processo de industrialização, como também nos países do polo dos exportadores de commodities, com o avanço do agronegócio alterando as relações sociais no campo. Para o caso brasileiro, ver seção “Brasil: país do futuro?”, adiante neste artigo.

de barganha da classe trabalhadora global, nivelando por baixo salários, direitos trabalhistas e condições de trabalho. Informalidade e precariedade, características estruturais da periferia capitalista, alastraram-se para o velho centro rico. Revelou-se, assim, que o que Breman e Linden (2014, p. 920) chamam de “relação salarial padrão” – um emprego formal em tempo integral que garante uma série de direitos – foi uma “exceção histórica [...] um fenômeno histórico que teve um impacto profundo em uma parte limitada do mundo por um período relativamente curto” (ver também PALMER, 2014 e WILSON, 2020).

Em segundo lugar, os fluxos comerciais que definiram a articulação triangular tiveram como contrapartida fluxos financeiros que aprofundaram a financeirização do capitalismo contemporâneo (VAROUFAKIS, 2011; MILBERG e WINKLER, 2013, cap. 6). Para dar conta desse vínculo entre os fluxos comerciais e os financeiros, Yanis Varoufakis recorreu à metáfora do minotauro global. Em suas palavras, “[e]nergizados pelos déficits gêmeos da América, as economias superavitárias principais (por exemplo, Alemanha, Japão e, mais tarde, China) seguiram desovando produtos que eram engolidos pelos americanos. Quase 70% dos lucros auferidos globalmente por esses países eram, então, transferidos de volta para os Estados Unidos, na forma de fluxos de capitais para Wall Street” (VAROUFAKIS, 2011, p. 23). À semelhança do minotauro de Creta, Wall Street alimentava-se do tributo pago sistematicamente pelos países superavitários para a potência hegemônica. Turbinadas por tais fluxos, as instituições financeiras dos EUA aprofundaram a financeirização do capitalismo, inclusive com a difusão do endividamento em massa da classe trabalhadora, o que, por sua vez, permitiu sustentar a demanda por bens de consumo nos países do velho centro rico capitalista a despeito da estagnação salarial.

Em terceiro lugar, vale notar os efeitos da articulação triangular sobre o crescimento econômico e a acumulação de capital. Impulsionados pela expansão do exército industrial de reserva e pela demanda estimulada pelo endividamento das famílias, tanto o crescimento do produto per capita mundial quanto a formação bruta

de capital fixo elevaram-se pela primeira vez em muitas décadas. A taxa média anual de crescimento do PIB per capita mundial foi 2,08%, entre 2000 e 2008, comparável à dos anos 1970 e superior à dos anos 1980 e 1990. A acumulação de capital apresentou trajetória semelhante: a média anual de crescimento entre 2000 e 2008 (3,32%) é similar à dos anos 1970 e maior do que a das duas décadas seguintes.⁸

Essas três implicações mostram que a articulação triangular logrou não apenas aprofundar o neoliberalismo, mas também melhorar o seu desempenho em termos de crescimento econômico (ainda que por um curto período). Mas, afinal, o que é o neoliberalismo?

Adota-se aqui a definição sugerida por Fine e Saad-Filho (2016, p. 219), segundo a qual o neoliberalismo é uma fase do capitalismo caracterizada por uma estrutura material da reprodução social, econômica e política sustentada pela financeirização, de modo que a dinâmica concorrencial tende a dominar todas as esferas da vida.

40 Embora, em sua gênese, essa fase tenha estado vinculada a “uma ofensiva de classe contra os trabalhadores e os pobres por parte do Estado em nome do capital” (FINE e SAAD-FILHO, 2016, p. 219), em diferentes regiões do globo o neoliberalismo foi compatibilizado, em circunstâncias específicas, com uma ação do Estado que mediou o conflito capital-trabalho, sem desequilibrá-lo inteiramente para um lado. No entanto, o aprofundamento do vínculo entre a reprodução social, econômica e política e a financeirização esteve presente em todos os casos, independentemente do caráter de classe das políticas estatais. Como a articulação triangular permitiu que

⁸ Mesmo se as médias forem calculadas para o período entre 2001 e 2009, incorporando os efeitos imediatos da crise financeira de 2008, a reversão da tendência de longo prazo se mantém. No caso do PIB per capita, a média dos anos 2000 segue sendo maior do que a dos anos 1980 e 1990, embora agora não se aproxime da dos anos 1970. Já no caso da formação bruta de capital fixo, a média para os anos 2000 supera a dos anos 1990, mas não atinge os patamares observados nos anos 1970 e 1980. Os dados para esses cálculos são do Banco Mundial (disponíveis em: <https://databank.worldbank.org/source/world-development-indicators>).

se aprofundasse a financeirização, ela conduziu o neoliberalismo ao seu auge.

Embora complexa e prenhe de consequências, essa terceira fase do neoliberalismo teve uma existência breve, colocada em xeque com a crise de 2008 e seus desdobramentos. A migração da produção de mercadorias para o leste prosseguiu seu curso e, em 2019, a China respondia por parcelas ainda maiores das exportações mundiais de máquinas, eletrônicos e produtos têxteis, enquanto a parcela dos EUA nas importações mundiais de produtos industrializados também cresceu. No entanto, com a desestruturação da pirâmide financeira que sustentava o consumo no polo gerador de demanda, o consumo global caiu, reduzindo, com alguma defasagem, o crescimento das novas oficinas do mundo e, na sequência, levando a crise ao polo dos exportadores de commodities (o *boom* das commodities chega ao fim em 2011, como efeito defasado da desestruturação da articulação triangular).⁹ As taxas médias de crescimento do PIB per capita e da acumulação de capital voltam a declinar, no período entre 2010 e 2019, ainda antes dos efeitos da pandemia.

41

Alguns anos depois da eclosão da crise financeira, em 2008, seus efeitos políticos apareceram em ondas globais de protestos e de agitações trabalhistas que abriram fissuras na hegemonia ideológica do neoliberalismo (GERBAUDO, 2017; NOWAK, 2019, cap. 3). Ainda que com gatilhos particulares, enraizados nos contextos nacionais, revoltas populares, espalham-se do norte da África para o sul da Europa, chegam aos Estados Unidos e atingem, um pouco depois, Brasil, Turquia, França e Hong Kong. Em várias delas, o tema da resistência à mercantilização da reprodução social e ao esvaziamento democrático aparece misturado com outras demandas específicas, mas a multiplicação de bandeiras não altera o fato de que elas representavam, também, uma revolta contra o neoliberalismo. Assim, a crise econômica do neoliberalismo transformou-se em uma

⁹ Mais detalhes sobre o deslocamento geográfico da crise iniciada em 2008 podem ser encontrados em Rugitsky (2020). A narrativa mais completa do período é aquela feita por Tooze (2018).

crise de legitimação (BRENNER, 2016; FRASER, 2019), abrindo as portas para o interregno. Segundo a caracterização de Gramsci (2007, p. 184), nesta fase, “a classe dominante perde o consenso, ou seja, não é mais ‘dirigente’, mas unicamente ‘dominante’, detentora da pura força coercitiva”. Visto pelo outro lado, “isto significa exatamente que as grandes massas se destacaram das ideologias tradicionais, não acreditam mais no que antes acreditavam”.

42 É importante compreender que as consequências dessa revolta global assumiram características locais específicas. Recentemente, Wolfgang Streeck (2017) argumentou ser possível tratar o “capitalismo como uma unidade”, afastando-se da literatura sobre “variedades de capitalismo” com a qual contribuiu anteriormente. No entanto, como ele mesmo ressaltou, essa abordagem só se sustenta por conta da restrição do foco da sua análise ao “capitalismo dos países da OCDE”, deixando de lado a China e a maior parte da periferia capitalista. Ainda que as dinâmicas econômicas e políticas locais estejam entrelaçadas, como sugere a própria formulação sobre a articulação triangular, elas assumem formas particulares. Portanto, uma economia política do interregno precisa ir além do caso clássico da crise do neoliberalismo no Norte Global, comparando-o com as crises do neoliberalismo em outras regiões. Deve-se, assim, vincular-se à longa tradição de estudos sobre o neoliberalismo desde uma perspectiva comparativa, um campo desbravado por Fourcade-Gourinchas e Babb (2002) e recentemente renovado por Madariaga (2020). Nesse sentido, as próximas seções buscam examinar a crise do neoliberalismo e a economia política do interregno nos EUA, na China e no Brasil, de modo a cobrir os países principais de dois dos polos da articulação triangular e um caso do polo exportador de commodities.

ESTADOS UNIDOS: LOCUS CLASSICUS DO NEOLIBERALISMO E DE SUA CRISE HEGEMÔNICA

O neoliberalismo assumiu sua forma clássica no Reino Unido e nos EUA, em um processo que se inicia com a chegada ao poder de

Margaret Thatcher e Ronald Reagan, respectivamente em 1979 e em 1981 (DUMÉNIL e LEVY, 2004; HARVEY, 2005). Na realidade, nos EUA a transição para o neoliberalismo já dava sinais dois anos antes da posse de Reagan, quando Paul Volcker assumiu a presidência do banco central, o Federal Reserve (Fed). Em menos de seis meses, Volcker elevou a taxa de juros básica dos EUA de menos de 11 para mais de 17% ao ano. Com o objetivo de reduzir a taxa de inflação, o chamado choque Volcker provocou deliberadamente a maior recessão desde o fim da Segunda Guerra Mundial e quase dobrou a taxa de desemprego, que também atingiu o maior nível desde o início da série histórica, em 1948. (Incidentalmente, também quebrou as economias latino-americanas, dando início a décadas de estagnação na região.) O PIB dos EUA só levaria um tombo maior em 2009, com a crise financeira, e a taxa de desemprego só bateria o recorde registrado na esteira do choque Volcker com a pandemia, em 2020.¹⁰

A recessão provocada por Volcker foi o resultado de uma decisão política de impor os custos do controle da inflação à classe trabalhadora (HARVEY, 2005, p. 23): desde então, os salários do trabalhador típico do setor privado¹¹ mantiveram-se praticamente estáveis, de modo que todo o ganho de produtividade ocorrido nas últimas quatro décadas foi apropriado na forma de lucro (BIVENS e MISHEL, 2015). Uma das consequências dessa derrota histórica da classe trabalhadora é hoje bem conhecida: a desigualdade de renda explodiu nos EUA. De acordo com a medida difundida por Thomas Piketty e seus coautores, a parcela da renda apropriada pelo percentil dos mais ricos apresentou uma tendência clara de queda, por décadas, desde a crise de 1929 até meados dos anos 1970,

43

¹⁰ Os dados mencionados sobre a taxa de juros, a taxa de desemprego e o crescimento do PIB podem ser encontrados em fred.stlouisfed.org.

¹¹ Segundo a definição de Bivens e Mishel (2015), o trabalhador típico é aquele que não tem cargo de supervisão e que trabalha no setor privado: “production/nonsupervisory workers in the private sector”, segundo a definição em inglês.

reduzindo-se de cerca de 22 para 10%. Sua inflexão começou precisamente na recessão provocada por Volcker e, até 2012, ela elevou-se consideravelmente, passando então a oscilar em torno de 19%.¹²

É claro que essa derrota da classe trabalhadora não pode ser atribuída simplesmente à política monetária contracionista adotada no final dos anos 1970. A ela somou-se um ataque direto, liderado por Reagan, à organização sindical, simbolizado pela demissão de mais de 11 mil controladores de tráfego aéreo que decretaram greve em 1981 (HARVEY, 2005, pp. 25-6). O declínio secular da taxa de sindicalização, que pode ser observado desde os anos 1960, ganhou respaldo presidencial. Atualmente, apenas cerca de 10% dos trabalhadores dos EUA são sindicalizados, uma taxa de sindicalização que só é maior do que a da Estônia, Hungria, Lituânia e Turquia, dentre os países-membros da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE).¹³ Junto com a taxa de sindicalização, declinou também o movimento grevista: segundo as estatísticas do Bureau of Labor Statistics dos EUA, o número de greves envolvendo mais de mil empregados caiu praticamente pela metade entre os anos 1980 e os anos 1990 e, novamente, entre os anos 1990 e os anos 2000, continuando, desde a década de 2010, a trajetória de queda, ainda que em menor velocidade.¹⁴

A mudança na composição da classe trabalhadora também foi decisiva para o seu enfraquecimento: enquanto Volcker e Reagan golpeavam os trabalhadores domesticamente, as grandes empresas dos EUA transferiam a sua produção para outros países, especialmente

¹² Ver wid.world.

¹³ Ver <https://stats.oecd.org/Index.aspx?DataSetCode=TUD#>. Há evidências de que tal declínio da taxa de sindicalização contribuiu para explicar o aumento da desigualdade observado, um resultado aparentemente trivial, mas que vai de encontro ao senso comum conservador segundo o qual os sindicatos são apenas um instrumento de preservação de privilégios de uma minoria. Ver Jaumotte e Buitron (2015).

¹⁴ Dados disponíveis em <https://www.bls.gov/wsp/>.

na Ásia, com menores custos trabalhistas. O chamado processo de arbitragem global por trabalho (FOSTER et al., 2011), colocado em prática pela difusão da *offshore outsourcing*, conectou, no caso dos países do velho centro rico capitalista, a guinada política contra a classe trabalhadora com a mudança na divisão internacional do trabalho representada pela articulação triangular. A face mais saliente deste processo é a desindustrialização do emprego e a decadência das regiões que costumavam concentrar a produção industrial, transformadas em *rust belts*. Entre 1993 e 2016, o percentual da força de trabalho dos EUA ocupada na indústria de transformação caiu de 18,76 para 9,92% (TAYLOR e ÖMER, 2019, p. 4).

A mudança na composição da classe trabalhadora vai além do declínio do emprego industrial. Como notam Lance Taylor e Özlem Ömer (2019, p. 2), entre 1990 e 2016, o percentual de trabalhadores em setores estagnados do ponto de vista da produtividade – que, em geral, pagam salários abaixo da média – aumentou de 46,8 para 60,8%.¹⁵ O padrão setorial da acumulação de capital, em parte influenciado pela migração da produção de mercadorias para a Ásia, provocou uma cisão no mercado de trabalho dos EUA, como tratado na vasta literatura sobre a polarização do mercado de trabalho (AUTOR, 2015, pp. 9-19; BLOCK, 2019, pp. 49-51). Nota-se, entre 1979 e 2012, uma concentração da força de trabalho empregada nos dois extremos da estrutura ocupacional, formados, de um lado, por ocupações mais simples e, de outro, mais complexas em termos de exigência de qualificação. O crescimento relativo das caudas da estrutura ocupacional ocorre à custa das ocupações intermediárias,

¹⁵ Taylor e Ömer (2019) desagregam a economia em dezesseis grandes setores e classificam sete deles como estagnados: construção civil, educação e saúde, outros serviços, entretenimento, alojamento e alimentação, serviços às empresas e transporte e armazenamento. A taxa de crescimento da produtividade real, no período entre 1990 e 2016, foi muito próxima de zero em todos eles (tendo sido inclusive negativa em quatro).

que vêm declinando década após década. A polarização do mercado de trabalho explica o declínio estrutural das classes médias dos EUA.

A concentração da classe trabalhadora nos setores estagnados não apenas reforçou o rebaixamento salarial, mas também resultou em uma maior precarização. O eufemismo da moda para os empregos precários é “*alternative work arrangements*”, basicamente a massa de trabalhadores uberizados, sem garantia de trabalho regular e limites de jornada, com remuneração volátil e alto risco de acidentes, que já representavam, em 2015, cerca de 15% da força de trabalho dos EUA (KATZ e KRUEGER, 2017; ver também BLOCK, 2019, p. 41; HOWELL e KALLEBERG, 2019). Como resume Storm (2017, p. 170): “Grande parte dos Estados Unidos é afetada por taxas elevadas de depressão [...], dependência de drogas e ‘mortes por desespero’, à medida que ‘empregos bons’ (geralmente em fábricas e incluindo benefícios previdenciários e plano de saúde), que podiam se tornar uma carreira, foram destruídos e substituídos por empregos inseguros, muitas vezes temporários, sob demanda, *freelance* e precários [...]”.¹⁶

46

Como é possível, então, que um processo de décadas de repressão salarial e precarização das relações de trabalho seja compatível com o fato de que os EUA seguem sendo o principal país do polo gerador de demanda, responsabilizando-se pelo consumo de parte desproporcional da produção global de mercadorias? A resposta está no endividamento da classe trabalhadora, uma das célebres formas de “compra de tempo”, para tomar emprestada a expressão de Streeck (2017). Décadas depois do choque Volcker, com a inflação mantida em um nível baixo tanto pelo rebaixamento salarial quanto pela importação de produtos com preços baixos da China, a taxa de juros não precisava mais se manter elevada. Com o estouro da bolha da Nasdaq, no início dos anos 2000, Alan Greenspan, que sucedeu Volcker na presidência do Fed, reduziu a taxa básica de 6,51

¹⁶ Sobre as “mortes por desespero”, ver Case e Deaton (2020) e, também, Brenner (2016).

para 1,73, entre novembro de 2000 e janeiro de 2002, atingindo um patamar que não se via desde os anos 1960.

Esse estímulo ao endividamento cumpriu múltiplas funções. Primeiro, ao viabilizar um crescimento sistemático do consumo das famílias, sustentou o crescimento econômico, compensando os efeitos contracionistas da repressão salarial (BARBA e PIVETTI, 2009). Foi uma forma de “keynesianismo privatizado” (CROUCH, 2009; ver também BRENNER, 2003). Segundo, disfarçou os efeitos mais gritantes da elevação da desigualdade, permitindo que a desigualdade nos padrões de consumo, embora enorme, fosse menor do que a de renda. Terceiro, deu uma volta adicional no parafuso que mantinha a classe trabalhadora subordinada ao capital: a necessidade de saldar suas dívidas opera como um instrumento de disciplina da classe trabalhadora, desestimulando mobilizações contestatórias (KIM, LIMA e SETTERFIELD, 2019). Por fim, garantiu um fluxo de renda contínuo apropriado pelos *rentiers*, em um processo que vem sendo chamado de expropriação financeira (DOS SANTOS, 2009; FINE, 2009; LAPAVITSAS, 2009; LATTANZI-SILVEUS, 2019).

47

Volta-se, assim, ao minotauro global: o fluxo de capitais das novas oficinas do mundo para os EUA alimentou o processo de financeirização da economia estadunidense, na forma de endividamento crescente. Esse endividamento, por sua vez, articulou-se em um processo cumulativo com bolhas de ativos (especialmente, imóveis), erguendo um castelo de cartas que viria abaixo em 2008, mas que era vendido como um edifício de fundamentos sólidos (TOOZE, 2018, cap. 4): “Embora o ‘arranjo’ fosse a corporificação do mais flagrante desequilíbrio imaginável em uma escala planetária [...], ele deu origem, contudo, a algo que se parecia com um equilíbrio global: um sistema internacional de fluxos financeiros e comerciais crescentemente assimétricos capaz de gerar uma ilusão de estabilidade e crescimento regular” (VAROUFAKIS, 2011, p. 22).

O que se alterou com a crise de 2008? Do ponto de vista econômico, as tendências anteriores radicalizaram-se: a taxa de sindicalização e o número de greves seguiram caindo, os *rust belts* seguiram acumulando ferrugem, as “mortes por desespero” converteram-se em uma epidemia, a renda seguiu sendo apropriada

desproporcionalmente pelo topo. As estimativas de Emmanuel Saez (2013, p. 125) desafiam a credulidade do leitor: na expansão cíclica dos anos 1990, os *roaring nineties* superestimados do governo Clinton (STIGLITZ, 2003), o percentil dos mais ricos apropriou-se de 45% do crescimento da renda real ocorrido; já na expansão ocorrida no auge da articulação triangular, entre 2002 e 2007, sob Bush, o topo ficou com 65% do crescimento da renda real; por fim, na recuperação da crise, entre 2009 e 2012, o percentual do aumento da renda real apropriado pelo percentil dos mais ricos atingiu a cifra incrível de 95%.¹⁷ Em nome de preservar a economia de um colapso, as políticas adotadas para conter os efeitos do crash de 2008 radicalizaram a tendência neoliberal de concentrar a renda no topo: um processo sem precedentes de socialização de perdas (com direito a salvamento de instituições financeiras) transferiu quase toda a renda incremental para os ricos, deixando para as grandes majorias apenas as migalhas. Com a pandemia, a história se repete, em escala ampliada. Não à toa, Robert Brenner (2020) fala em pilhagem e predação.

48

A inflexão que ocorreu após 2008 não foi econômica, mas política. A surpreendente resiliência do arranjo neoliberal em manter-se legítimo pareceu esgotar-se, e os EUA, *locus classicus* no neoliberalismo, tornou-se palco exemplar de sua crise hegemônica. A transformação da crise econômica em crise política não foi imediata. Em um texto publicado em 2015, Nancy Fraser, por exemplo, investigou os motivos que poderiam explicar a ausência de uma crise de legitimidade do capitalismo contemporâneo. Três anos depois, no livro que publicou em conjunto com Rahel Jaeggi, o diagnóstico é outro: “Por muito tempo, esse lado da crise [a crise no âmbito da hegemonia] não se manifestou e eu mesma perguntei-me quando ele apareceria. Agora, isso ocorreu” (FRASER e JAEggi, 2018,

¹⁷ Com o aumento do emprego que ocorreu após 2012, a classe trabalhadora consegue capturar uma parcela maior do aumento da renda, trazendo o percentual apropriado pelo percentil superior, na média entre 2009 e 2018, para 45%, como na expansão dos anos 1990. Ver Saez (2020).

p. 222). No caso dos EUA, a crise hegemônica vem à tona em 2015, quando as primárias para a escolha dos candidatos presidenciais dos dois principais partidos são surpreendidas por duas candidaturas, uma de cada lado, de indivíduos de fora do establishment: Bernie Sanders, no caso do Partido Democrata, e Donald Trump, no Partido Republicano. A recusa às posições centristas, representada, por um lado, pelo movimento Tea Party (surgido logo após a crise de 2008) e, por outro, pelos movimentos Occupy (surgidos em 2011), tomou de assalto as instituições e demonstrou sua penetração social. Como se sabe, Sanders acabaria derrotado na escolha interna do partido por Hillary Clinton, mas Trump tomaria posse como presidente dos EUA em 2017.

Apesar do esforço realizado para beneficiar os ricos em seu governo, Trump chegou ao poder contra a classe dominante dos EUA. Charlie Post (2015) descreveu as discordâncias entre, de um lado, as associações que representam os grandes capitalistas dos EUA (o Chamber of Commerce e a Business Roundtable) e, de outro, Trump e as candidaturas republicanas apoiadas pelo Tea Party. A ascensão de Trump resultou de sua capacidade de mobilizar o amplo sofrimento social produzido pelo neoliberalismo, combinando nacionalismo econômico e conservadorismo social. Em um recurso retórico comum à direita, a raiva difusa na sociedade foi desviada das causas reais de sofrimento e canalizada contra bodes expiatórios. No caso de Trump, os alvos eram variados: mexicanos, chineses, LGBT. Racismo, sexismo, homofobia e xenofobia foram costurados por um discurso que atribuía as dificuldades dos grupos empobrecidos – tanto as classes médias suburbanas quanto os trabalhadores desempregados pela desindustrialização – aos supostos privilégios conferidos por políticas imigratórias “frouxas” e ações afirmativas (HOCHSCHILD, 2016). A vitória eleitoral de Trump expressou, assim, a crise de legitimidade do neoliberalismo, embora não oferecesse uma alternativa a ele. Nas palavras de Brenner (2016), Trump representou “uma ruptura retumbante com o neoliberalismo”, “ainda que apenas retórica”. A experiência dos EUA com um governo de extrema-direita pode ser considerada parte dos sintomas mórbidos

típicos dos interregnos, para voltar à passagem mencionada de Gramsci.

A derrota de Trump para Joe Biden, em 2020, apontou para os limites da extrema-direita como uma alternativa que possa levar à superação do interregno. Ao romper apenas retoricamente com o neoliberalismo, desviar o foco das causas reais de insatisfação popular e preservar as políticas neoliberais, Trump não apenas não trouxe benefícios à maior parte dos eleitores como também impôs à sociedade estadunidense uma gestão desastrosa diante da pandemia causada pelo novo coronavírus. Seu discurso manteve mobilizada uma parte expressiva da sociedade e permitiu que seu desempenho eleitoral superasse as expectativas, mas não foi suficiente para lhe garantir a reeleição.

50 Durante a campanha, seria possível interpretar a eventual vitória de Biden como um retorno para o neoliberalismo. Na época, Branko Marcetic, da revista socialista *Jacobin*, publicou um livro sobre Biden intitulado *Yesterday's Man*, enfatizando seu histórico político conservador e suas posições contrárias aos interesses da classe trabalhadora. Em pleno interregno, seria uma candidatura anacrônica. No entanto, após a vitória eleitoral, Biden contrariou tais expectativas, nomeando para o segundo escalão de seu governo uma série de pessoas vinculadas à esquerda democrata e propondo pacotes legislativos que não apenas destoavam do gradualismo conservador que caracterizou os últimos governos democratas como também incorporavam bandeiras importantes das candidaturas de Elizabeth Warren e Bernie Sanders. Em uma avaliação dessas primeiras propostas no calor da hora, Cédric Durand (2021) argumentou que, apesar de todos os seus limites, a sua consequência é que “2021 será lembrado como o momento em que o capitalismo global foi reorganizado para além do neoliberalismo, um deslocamento tectônico que alterará irrevogavelmente o terreno da luta política”.

Tal reorganização ainda não está garantida, mas os sinais identificados por Durand são, de fato, notáveis.¹⁸ As propostas de Biden

¹⁸ Para uma avaliação distinta das propostas de Biden, ver Watkins (2021).

foram divididas em três planos: American Rescue Plan, American Jobs Plan e American Families Plan (até novembro de 2021, os dois primeiros foram aprovados). Tomados em conjunto eles representam indubitavelmente uma ruptura com as políticas de austeridade típicas do neoliberalismo, ao estimular a expansão da economia e apostar em taxas persistentemente baixas de desemprego como uma forma de estimular ganhos salariais reais. Nesse sentido, Durand (2021) argumentou que se trata de um choque Volcker às avessas. Mais importante, no entanto, é o sentido das medidas de reverter a mercantilização da reprodução social e econômica e desvinculá-la do sistema financeiro. O foco na economia do cuidado e as propostas de conceder acesso universal e gratuito a creches e de tornar gratuitos os *community colleges* vão na contramão das políticas neoliberais para essas áreas. Adicionalmente, como enfatizou Durand (2021), os planos são concebidos para evitar a mobilização de financiamento privado, contrapondo-se à financeirização dominante, o que seria possível por conta da alteração da correlação de forças gerada por anos de *quantitative easing*.

51

Resta, então, perguntar: há base material para essa aposta de Biden? Não seria plausível argumentar que esse programa está sendo empurrado pela mobilização da classe trabalhadora: embora haja sinais de um fortalecimento trabalhista que destoa da tendência histórica de queda do poder de barganha dos trabalhadores, ele precisaria persistir por um longo período para reverter as décadas de ataques neoliberais. A desmobilização histórica da classe trabalhadora, ou a “destruição da ação coletiva no curso do desenvolvimento capitalista”, é justamente um dos motivos mencionados por Streeck (2016, pp. 12-3) para apostar que não há saída para o interregno, que estamos diante de um “período prolongado de entropia social ou desordem”.¹⁹ No mesmo sentido, Madariaga (2020) argumenta que o esvaziamento das instâncias políticas de representação, fruto

¹⁹ Ver o artigo “Pandemia e ‘great reset’ capitalista: uma janela no interregno?”, de André Singer e Hugo Fanton, neste volume.

do neoliberalismo, dificulta a organização das oposições e contribui para explicar a resiliência da dominação neoliberal.

Se a classe trabalhadora dos EUA não tem condições políticas, no presente, para sustentar autonomamente uma ruptura com o neoliberalismo, poderia a classe dominante, ou ao menos parte dela, apoiar a aposta de Biden? Em caso positivo, por que a classe dominante toleraria a reorganização do capitalismo para além do neoliberalismo, na ausência de um desafio concreto à sua dominação pela classe trabalhadora? Ela não estaria agindo contra os próprios interesses?

Há algumas respostas possíveis para essas questões. Uma das consequências possíveis de uma crise hegemônica é uma cisão da classe dominante e há indícios de que isso tenha ocorrido nos EUA (EVANS, 2021, p. 123). Parte da classe dominante pode ter apostado na capacidade de Trump de conferir sobrevida ao arranjo político e econômico vigente, que beneficia desproporcionalmente os mais ricos. Mas outra parte, possivelmente preocupada com as tendências fascistas da mobilização trumpista, abriu-se para a possibilidade de repactuar a dominação. Uma outra possibilidade é de natureza geopolítica: parte da classe dominante pode ter percebido que a aposta no neoliberalismo fragiliza os EUA diante da ascensão da China. No que tange à retórica nacionalista e ao enfrentamento com a China, há mais continuidade do que ruptura, até agora, entre Trump e Biden. O que não significa, necessariamente, que uma reorganização do capitalismo dos EUA para além do neoliberalismo será eficaz em fazer frente ao desafio chinês.

52

OS ENIGMAS CHINESES

A caracterização como neoliberal da guinada chinesa ocorrida a partir das reformas iniciadas em 1978 divide o pensamento crítico. David Harvey (2005, p. 1) abriu o seu *A Brief History of Neoliberalism* argumentando que o período entre 1978 e 1980 foi “um ponto de virada revolucionário na história econômica e social do mundo”.

E, para fundamentar essa afirmação, optou por tratar do caso de Deng Xiaoping e das reformas chinesas, antes de abordar Volcker, Reagan e Thatcher. Dois anos depois, Giovanni Arrighi (2007, p. 358) debateu explicitamente essa caracterização das reformas chinesas, afirmando que “o relativo gradualismo na forma em que as reformas econômicas foram conduzidas e as ações compensatórias com as quais o governo contou para promover a sinergia entre um mercado nacional em expansão e as novas divisões sociais do trabalho demonstram que a fé utópica no credo neoliberal acerca dos benefícios das terapias de choque, dos governos minimalistas e dos mercados autorregulados era [...] alheia aos reformadores chineses”. Uma formulação similar foi recentemente defendida por Isabella Weber (2020, p. 1): “a China foi integrada no neoliberalismo global embora não tenha adotado políticas econômicas neoliberais”. Segundo a sua caracterização, as reformas chinesas promoveram, em contraste com o paradigma neoliberal, “uma mercantilização sob a primazia do Estado e não da propriedade privada” (2020, p. 8), que permitiu que a China evitasse as terapias de choque neoliberais, que marcaram outras economias.

53

A divergência explica-se pelas evidências contraditórias no que concerne à caracterização da dominação capitalista na China. Ocorreu, por exemplo, um processo amplo de privatização – ainda que relativamente gradual, não se configurando como uma terapia de choque –, que submeteu uma parcela crescente da reprodução econômica e social à lógica mercantil e à dinâmica concorrencial. A parcela do produto industrial produzida por empresas estatais, que permanecia superior à metade até 1999, caiu para 30% no período da articulação triangular e, desde então, recuou um pouco mais, para menos de 25% (MILANOVIC, 2019, p. 88). No que se refere à acumulação de capital, as empresas públicas ainda respondiam por um volume maior que o setor privado até 2010, mas a participação estatal na acumulação já declinava há alguns anos e reduziu-se para cerca de 32% em 2015 (MILANOVIC, 2019, p. 89). Do ponto de vista do emprego urbano, a privatização é mais dramática: o percentual de trabalhadores urbanos empregados por empresas estatais

reduziu-se de cerca de 80%, nos anos que antecederam as reformas, para cerca de 50% no início do século XX, caindo abaixo de 20% em 2014 (MILANOVIC, 2019, p. 90). O mesmo processo pode ser identificado observando-se a parcela da riqueza pública na riqueza total, que caiu de cerca de 70%, em 1978, para 30%, no período da articulação triangular, estabilizando-se desde então neste patamar (NOGUEIRA et al., 2019, pp. 459-461). Embora expressivo, o processo de privatização reduziu a parcela da riqueza pública na riqueza total apenas até um patamar similar àquele que caracterizava as economias ocidentais no período anterior ao neoliberalismo (NOGUEIRA et al., 2019, p. 459).

É possível, no entanto, que tais estatísticas exagerem o processo efetivo de privatização. Nas palavras de Nogueira et al. (2019, p. 460), “a propriedade pública está nos principais nós da acumulação de capital. A China atravessou um processo acelerado de privatização de ativos públicos durante sua transição de uma economia socialista planejada para uma forma de capitalismo de Estado. Mas a privatização visou a construir uma classe capitalista nacional ‘vermelha’ relacionada ao Estado e nenhum ativo público foi vendido para estrangeiros [...]. E, mais importante, as empresas estatais continuaram detendo os altos comandos da indústria chinesa”. A reprodução econômica ainda parece ser em larga medida coordenada pelo Estado.

O que dizer, então, do papel do sistema financeiro e da financeirização, que sustenta a reprodução social, econômica e política no neoliberalismo? Também há ambiguidade nas evidências a esse respeito. De um lado, o sistema financeiro chinês é predominantemente estatal e há múltiplos controles sobre o fluxo de capitais, o que afasta a dinâmica financeira doméstica dos ciclos internacionais de liquidez (NOGUEIRA et al., 2019, pp. 455-6). Como é notório, a financeirização na periferia capitalista comumente manifesta-se na subordinação das políticas macroeconômicas e da dinâmica financeira doméstica ao capital financeiro internacional (BONIZZI, 2013). O caso chinês é excepcional a esse respeito. Por outro lado, o financiamento da urbanização por governos locais é baseado em “produtos financeiros arriscados” e há importantes

circuitos especulativos com participação de capitalistas privados que têm tornado recorrentes bolhas de ativos (NOGUEIRA et al., 2019, pp. 456-8).

E a classe trabalhadora chinesa? Qual foi o seu destino, desde o período das reformas até a articulação triangular e sua crise? Como discutido acima, o deslocamento da produção de mercadorias para a China implicou um processo de proletarização de dimensão inédita. Seu impacto na alocação setorial da classe trabalhadora foi o seguinte:²⁰ em 1978, no início das reformas, 70,53% da força de trabalho estava empregada na agricultura, 13,17%, na indústria, e os demais setores respondiam, cada um, por menos de 5% da força de trabalho. Em 2001, quando a China é incorporada à OMC, a parcela da força de trabalho na agricultura havia caído para 50%. Elevações correspondentes haviam ocorrido principalmente em quatro grandes setores: (i) indústria, (ii) construção civil, (iii) comércio, alimentação e alojamento e (iv) serviços comunitários, sociais e pessoais. Eles passaram a responder, respectivamente, por 14,26, 6,45, 7,67 e 10,68% da força de trabalho. Em 2008, a força de trabalho na agricultura caiu mais dez pontos percentuais e essa redução foi, em grande parte, compensada por elevações nos quatro grandes setores mencionados. Nos anos seguintes, essa trajetória de realocação setorial da força de trabalho continua inalterada.

55

É importante salientar que a aceleração do processo de proletarização, a partir de 1978, tem como pano de fundo um regime de cidadania desigual e uma cisão rural-urbana que foram promovidos pelo “regime de acumulação maoísta” (LEE, 2019, p. 59). Adicionalmente, mesmo nas cidades, estabeleceu-se na época uma outra segmentação profunda entre trabalhadores com empregos permanentes e trabalhadores temporários e marginais. Tal segmentação não se fundava apenas em níveis desiguais de renda, mas também em uma expansão seletiva da rede de proteção social. A precarização

²⁰ Dados disponíveis em <https://www.rug.nl/ggdc/structuralchange/previous-sector-database/10-sector-2014>.

resultante não foi superada com o crescimento vertiginoso chinês e a ascensão da produção industrial chinesa para os mais altos escalões da competitividade global. Ao contrário, a aceleração que se inicia com as reformas e atinge o auge no período da articulação triangular é paralela a uma explosão de subemprego urbano e de relações de trabalho precárias. O panorama oferecido por Lee (2019, pp. 63-6) inclui, entre outros, autoexploração na produção familiar sob demanda para as cadeias têxteis globais (Toritamas em escala chinesa); estratificação do trabalho na construção civil, incluindo relações análogas à escravidão; dezoito milhões de vendedores ambulantes; e vinte milhões de trabalhadoras domésticas. Como Marx já havia notado ao analisar a Revolução Industrial inglesa, a proletarianização que acompanha o estabelecimento das relações sociais capitalistas absorve uma minoria dos trabalhadores expropriados e relega a maioria ao pauperismo.

56

À luz desse breve panorama, é possível passar para os enigmas chineses, isto é, para as questões que vão definir o papel desempenhado pela China no interregno contemporâneo.

O primeiro deles diz respeito à possibilidade de a economia chinesa sustentar a trajetória de expansão das últimas décadas e, assim, ascender à posição de potência hegemônica global, desafiando de fato os EUA. A hegemonia neoliberal no pensamento econômico, apenas recentemente abalada, impôs um tom cético às perspectivas chinesas, dada a relação ambígua que o país estabeleceu com as políticas neoliberais. De tempos em tempos, retorna o vaticínio de que a trajetória chinesa é insustentável e que uma crise é iminente, o que muitas vezes parece revelar *wishful thinking* misturado com sinofobia e neoliberalismo, tentando se disfarçar como análise isenta. Ao apontar os limites do pensamento neoliberal para dar conta da experiência chinesa, Branko Milanovic (2019, p. 74) diz que “essa teoria da história segundo a qual a ‘China deve em última instância falhar’ é muito frágil a não ser no sentido trivial de que nada pode durar para sempre”.

O fato de que tais vaticínios foram seguidamente rejeitados pela experiência econômica chinesa não deve, no entanto, levar

à conclusão oposta de que a estratégia chinesa é despida de limitações. Pairam inúmeras incógnitas sobre o futuro econômico da China. Uma delas refere-se à reorientação econômica imposta pela desestruturação da articulação triangular, que forçou a China a se adaptar a uma desaceleração da demanda internacional por suas exportações. O sucesso dessa reorientação, no sentido de preservar o dinamismo econômico, sustentando-o com fontes alternativas, prioritariamente domésticas, de demanda, não deve ser dado como certo. Simplesmente substituir demanda externa por demanda doméstica, via redistribuição de renda, não é trivial, uma vez que traz à tona a contradição, tipicamente capitalista, relacionada à dupla função do salário: fonte de demanda, custo para as empresas (BHADURI e MARGLIN, 1990). Outra incógnita diz respeito à relação com os EUA. O acirramento das tensões geopolíticas entre os dois países pode colocar obstáculos no caminho do desenvolvimento chinês, uma vez que, nas últimas décadas, suas economias tornaram-se crescentemente imbricadas (STARRS, 2014; HUNG, 2017; STARRS, 2019). A guerra comercial declarada por Trump é apenas uma manifestação de uma tensão mais geral.

57

Caso a China não consiga sustentar a sua trajetória de crescimento, estabilizando a sua renda per capita em um nível intermediário, distante dos países ricos, seu papel no interregno tende a ser subordinado. A disputa entre projetos hegemônicos concorrentes que pode levar à superação do interregno tende a ser travada, neste cenário, no velho centro rico. Contudo, caso o governo chinês logre sustentar o crescimento vertiginoso observado nas últimas décadas, um segundo enigma ganha centralidade: qual é o futuro da relação da China com o neoliberalismo?

Uma possibilidade seria a superação da ambiguidade atual, no sentido de a China despir-se dos seus elementos neoliberais e, seguindo o pragmatismo que caracteriza sua estratégia desde 1978 (WEBER, 2020), forjar na prática um horizonte pós-neoliberal que poderia servir de exemplo para outros países. A bandeira recentemente anunciada pelo governo, da “prosperidade compartilhada”, pode indicar uma tentativa de repactuar a estratégia de desenvolvimento

chinesa. Em sua avaliação, Milanovic (2021) sugere cautelosamente que, se tal orientação for levada adiante, “a longa era que se iniciou com Deng Xiaoping na China e Ronald Reagan nos Estados Unidos pode estar chegando ao fim”. Esse horizonte, para ser caracterizado como pós-neoliberal, precisaria estruturar a reprodução social, econômica e política de forma relativamente mais independente das relações mercantis e dos circuitos da financeirização, mas não precisaria necessariamente representar uma alternativa emancipatória. Qualquer redução da desigualdade tende a ser um avanço, mas a história do capitalismo anterior à revolução neoliberal não é um idílio – a despeito do que pode sugerir a nostalgia eurocêntrica do consenso social-democrata – e a superação do neoliberalismo não necessariamente será uma vitória.

58 Não se deve descartar, no entanto, uma outra possibilidade: a China abandonar sua ambiguidade em relação ao neoliberalismo, tornando-se mais, em vez de menos, neoliberal. A questão decisiva aqui é a autonomia da burguesia chinesa emergente em relação à cúpula do aparato estatal. O caso da Coreia do Sul pode fornecer uma analogia instrutiva. Ambos os países são exceções notáveis (comparáveis talvez apenas ao Japão e a Taiwan), uma vez que lograram elevar substancialmente sua renda per capita e desenvolver setores produtivos tecnologicamente sofisticados e mundialmente competitivos. Tirando esses poucos casos, a história do desenvolvimento desde o fim da Segunda Guerra Mundial é uma história de insucessos e construções interrompidas e dá razão àqueles que argumentam que o desenvolvimento é um mito ou uma ilusão (FURTADO, 1974; ARRIGHI, 1990). O que possibilitou essas trajetórias excepcionais, segundo Vivek Chibber (2003), foram contextos políticos específicos que permitiram que o aparato estatal, comprometido com o desenvolvimento, lograsse disciplinar o capital (e, é claro, a classe trabalhadora), conferindo um horizonte estratégico de longo prazo às políticas, em detrimento dos interesses imediatos dos capitalistas individuais – que, aliás, haviam sido em parte eliminados fisicamente tanto na Coreia do Sul quanto na China. No entanto, como Chibber mostra, ao analisar o caso sul-coreano, esse arranjo é instável e, uma vez mundialmente competitivos, os grandes

capitalistas coreanos voltaram-se contra o Estado desenvolvimentista do país e impuseram a ele uma orientação neoliberal. Será que algo similar pode ocorrer na China? Ou, para colocar a questão na forma como propôs Milanovic (2019, p. 113), “algum dia a burguesia dominará o Estado chinês”? Difícil prever.

Resta, então, um terceiro enigma. Assumindo que a China siga a sua trajetória de crescimento e forje um horizonte pós-neoliberal para o capitalismo – dois pressupostos não triviais, como indicado acima –, é necessário refletir sobre o papel da forma política chinesa para esse horizonte pós-neoliberal. Em outras palavras, a ausência dos mecanismos da democracia liberal será uma característica decisiva desse eventual horizonte pós-neoliberal chinês? Há evidências de que a capacidade do regime chinês de manter a estabilidade política vem enfrentando dificuldades crescentes, desde a desaceleração econômica provocada pelo desmonte da articulação triangular (CAMPANTE et al., 2019; LEE, 2019). O futuro político da China depende da capacidade política, organizacional e reivindicatória da classe trabalhadora chinesa. Apenas o seu sucesso em superar os desafios impostos tanto pela vigilância e pela repressão estatais quanto pela fragmentação pode levar a uma repactuação da estratégia de desenvolvimento chinesa em um sentido emancipatório e conduzir à democratização do país. Como no caso dos EUA, há também na China uma possibilidade de repactuação da dominação capitalista por cima, a despeito da classe trabalhadora, resgatando a legitimidade das relações sociais capitalistas ao abandonar o neoliberalismo – ou a relação ambígua estabelecida com as políticas neoliberais, nesse caso. Só a intervenção da classe trabalhadora nessa repactuação pode transformar a superação do neoliberalismo em uma conquista incontestante para as grandes maiorias.

59

BRASIL: PAÍS DO FUTURO?

Por último, cabe investigar a economia política do interregno no Brasil. Muito já se escreveu sobre a ascensão e a queda do lulismo, a estratégia de desenvolvimento que caracterizou o Brasil no

período da articulação triangular e de sua crise. No entanto, ainda é necessário um esforço mais sistemático para examinar como a reestruturação do capitalismo mundial que se seguiu à ascensão da China está relacionada à dinâmica de classes doméstica no Brasil e como tal dinâmica conferiu especificidade à crise do neoliberalismo no país.

A literatura recente sobre a reestruturação global das relações de trabalho e das estruturas de classe já estabeleceu abundantemente o vínculo entre o processo de precarização ocorrido no velho centro rico capitalista e o processo de proletarização e de desestruturação do campesinato em curso no leste da Ásia (DENNING, 2010; FOSTER et al., 2011; BREMAN e LINDEN, 2014; KAY, 2017; BREMAN et al., 2019; WILSON, 2020). À medida que o capital migrou para o leste, em sua busca por maior lucratividade, ele deixou como legado no Norte Global uma classe trabalhadora cindida em um mercado de trabalho polarizado e transformou vastos contingentes populacionais do leste da Ásia, via expropriação e outros mecanismos de acumulação primitiva, em força de trabalho disponível para o capital. O ponto menos discutido por essa literatura é: quais os efeitos da dinâmica global de classes sobre a classe trabalhadora dos países do terceiro polo da articulação triangular, o polo exportador de commodities? E o que há de específico ao caso brasileiro?

60

Os efeitos diretos sobre a classe trabalhadora brasileira de sua inserção na articulação triangular consistiram, por um lado, em um aumento do proletariado rural e dos trabalhadores na indústria extrativa, engajados na produção de soja, cana-de-açúcar, carne, minério de ferro, petróleo e outros produtos destinados à exportação. Em 2008, o Brasil foi responsável por 30,27% das exportações mundiais de grãos de soja, 27,48% das de cana-de-açúcar e sacarose, 27,94% das de carne bovina congelada, 27,43% das de frango e 24,97% das de minério de ferro, para dar alguns exemplos.²¹ Por outro lado, o impacto da concorrência chinesa sobre a produção industrial

²¹ Dados do Atlas de Complexidade Econômica: atlas.cid.harvard.edu.

brasileira reduziu os postos de trabalho em alguns setores industriais, mantendo, no entanto, a participação do emprego industrial na força de trabalho aproximadamente constante – em um nível relativamente baixo, de pouco mais de 10%, fruto da crise estrutural vivida pela indústria brasileira desde os anos 1980.²² Como os efeitos agregados sobre o emprego industrial não foram significativos e como a agricultura voltada para a exportação e a indústria extrativa empregam uma parcela pequena da força de trabalho, seria plausível supor que, ao contrário do ocorrido nos EUA e na China, a transformação da classe trabalhadora no período da articulação triangular teria sido pequena.²³

Tal suposição estaria, no entanto, errada. Os efeitos indiretos da dinâmica de classes global sobre a classe trabalhadora resultaram em uma transformação notável. Como o *boom* de commodities viabilizou a adoção de políticas expansionistas e redistributivas, observou-se um estilo de desenvolvimento de certa forma paradoxal que combinou regressão produtiva com redução das desigualdades salariais (RUGITSKY, 2017; RUGITSKY, 2019; LOUREIRO, 2020). Os setores mais vinculados à economia internacional, seja pela demanda externa, seja pela concorrência com a produção estrangeira, não tiveram muito impacto na composição da classe trabalhadora, mas houve uma migração enorme de trabalhadores da agricultura camponesa para a construção civil, o comércio popular e os serviços básicos.

Com a elevação da renda na base da estrutura social, graças aos programas de transferência de renda e à elevação do salário mínimo, o padrão de consumo da economia se alterou, uma vez que

²² Ver Jenkins e Barbosa (2012), Medeiros e Cintra (2015) e Chiliatto-Leite (2017, pp. 204-219).

²³ Para dar um exemplo, o percentual da força de trabalho empregada na produção de petróleo, gás natural e minério de ferro quase dobrou entre 2003 e 2014. No entanto, ainda assim, em 2014, esse percentual era pouco maior do que 0,1% da força de trabalho: aproximadamente 124 mil pessoas em uma força de trabalho total de mais de 105 milhões. Ver Rugitsky (2019).

os mais pobres conseguiram diversificar o consumo para além das necessidades básicas, como alimentação e vestuário (MEDEIROS, 2015). Uma parte desses novos hábitos de consumo foi suprida por importações, mas tanto a distribuição dos importados quanto o maior acesso a serviços básicos alteraram a composição setorial do valor adicionado. Uma vez que a produtividade desses setores (comércio e serviços básicos) varia pouco, o seu crescimento implicou o aumento da parcela de pessoas neles empregadas. E, como tais setores pagam salários que se situam em uma posição intermediária na estrutura salarial brasileira, o seu crescimento reforçou a queda na disparidade salarial, reiniciando o ciclo, que acabou por envolver uma formalização, embora precária, que atingiu a maior parte dos setores (CARVALHO, 2015; MAURIZIO, 2015).

62

Em 2003, mais de um quinto da força de trabalho ainda estava empregada na agricultura, sendo que uma parte substancial estava na agricultura camponesa (mais de 40% dos trabalhadores da agricultura em 2003 não eram remunerados), e cerca de dois quintos estava empregada na construção civil, no comércio popular e em outros serviços.²⁴ Dez anos depois, a parcela da força de trabalho na agricultura caiu para 14,3%, e um aumento correspondente ocorreu na parcela empregada na construção civil, no comércio popular e em outros serviços, que passou a representar 45,1% da força de trabalho.

Se o crescimento desses setores resultou dos efeitos do estilo de desenvolvimento sobre o padrão de consumo, a queda no percentual da força de trabalho na agricultura deve ser explicada pela transformação das relações sociais no campo no período (VERGARA-CAMUS e KAY, 2017; ESCHER e SCHNEIDER, 2019; ESCHER, 2020; GARCIA-ARIAS et al., 2021). Nesse caso, combinaram-se processos expropriatórios que, na esteira do *boom* de commodities, empurraram a agricultura camponesa para terras

²⁴ Ver Loureiro e Rugitsky (2021). A definição das atividades econômicas classificadas como integrantes do comércio popular e de outros serviços pode ser disponibilizada mediante solicitação.

menos férteis, com estímulos ao êxodo rural – a elevação do emprego e da renda nas cidades estimulou as gerações mais jovens a deixar a vida rural.²⁵ Adicionalmente, uma intensa mecanização da agricultura capitalista voltada à exportação permitiu que o crescimento da produção desses produtos primários requeresse um número cadente de trabalhadores.

O efeito dessas transformações foi profundo, embora efêmero. Uma observação bem consolidada na literatura sobre estrutura de classes na periferia capitalista aponta para a existência de uma cisão estrutural na classe trabalhadora, que se divide em um proletariado e um subproletariado (SINGER, 1981), para usar um dos pares de conceitos utilizados para nomear essa cisão.²⁶ Estimativas disponíveis sugerem que, no período da articulação triangular, entre 13 e 22% da força de trabalho migrou do subproletariado para o proletariado (FIGUEIREDO SANTOS, 2015; LOUREIRO e RUGITSKY, 2021; RUGITSKY, 2022).²⁷ As duas partes da classe trabalhadora, que, no início do século XXI, tinham uma dimensão similar, tornam-se crescentemente desiguais, com a predominância do proletariado. No entanto, como essa transição foi caracterizada por um aumento dos empregos formais em setores de salários baixos e baixa exigência de qualificação e cuja formalização é de fácil reversão, ela representou de certa forma uma aproximação entre as duas partes da classe trabalhadora,

²⁵ É possível que a estatística sobre a queda do percentual da força de trabalho na agricultura, em especial da parcela sem remuneração, seja influenciada pelo maior acesso à aposentaria rural.

²⁶ Há quem oponha também a classe trabalhadora à classe marginal (KOO e HONG, 1980), o proletariado formal ao semiproletariado informal (PORTES, 1985) ou as classes destituídas aos trabalhadores típicos (FIGUEIREDO SANTOS, 2010).

²⁷ Como está se comparando parcelas da força de trabalho, não se trata necessariamente de uma migração de indivíduos propriamente dita. Uma parte da transição é explicada pelo fato de que o proletariado cresce mais rápido do que o subproletariado, incorporando parcelas maiores dos novos ingressantes na força de trabalho.

borrando a fronteira entre elas (BROMLEY e WILSON, 2018, p. 16; SAAD-FILHO e MORAIS, 2018, p. 131).

O mesmo padrão setorial da acumulação de capital, que modificou a composição da classe trabalhadora, afetou também as classes médias profissionais, que representavam cerca de 12% da população empregada em 2013. Com a estagnação do emprego industrial e o baixo crescimento dos serviços mais complexos e do emprego público, setores cujos postos de trabalho para as classes médias pagam salários mais altos do que os demais, os profissionais são alocados crescentemente nos setores de educação e saúde, com salários mais baixos. O crescimento desses últimos setores, por sua vez, explica-se tanto pela contínua expansão da educação e da saúde públicas, conquista do processo de democratização, quanto pelo estímulo à mercantilização da reprodução social no período recente, cujo resultado foi a migração para a educação e a saúde privadas.²⁸ O resultado é um rebaixamento, em termos relativos, da renda das classes médias profissionais, espremidas entre a classe dominante e a classe trabalhadora.

64

Os dois lados da dinâmica de classes do lulismo, a mudança na composição da classe trabalhadora e o rebaixamento relativo da renda das classes médias distinguem o caso brasileiro dos casos dos EUA e da China. Nos três países, o período da articulação triangular foi caracterizado por um aumento da parcela da renda apropriada pelo percentil dos mais ricos (e pelo decil superior). Também nos três casos é possível divisar uma redução da parcela da renda apropriada pela camada intermediária (os 40% abaixo do decil superior), que abrange as classes médias profissionais e a parte mais bem remunerada da classe trabalhadora. No entanto, enquanto nos EUA e na China a repressão da renda na base da sociedade, reduzindo o percentual da renda que flui para os 50% mais pobres, contribuiu para o enriquecimento relativo dos mais ricos, no caso brasileiro o percentual da renda que vai para os mais pobres ficou relativamente

²⁸ Ver o artigo “O neoliberalismo redutor da pobreza no Brasil e sua crise”, de Pedro Mendes Loureiro, neste volume.

estável, de modo que o aumento da parcela da renda dos mais ricos é extraído essencialmente das camadas médias.²⁹

Isso significa que a experiência brasileira durante a articulação triangular não pode ser considerada neoliberal? De fato, o contraste com os outros casos não é pouco significativo, e a melhora nas condições de vida da classe trabalhadora, pelo menos até o colapso iniciado em 2014, não deve ser negligenciada. Do ponto de vista do discurso, o lulismo legitimou-se precisamente contra a terapia de choque neoliberal colocada em curso no Brasil a partir do início dos anos 1990. Mas, como argumentou André Singer (2012), o programa efetivamente implementado não foi um programa de sustentação da classe trabalhadora no seu enfrentamento com as classes dominantes, mas, na realidade, um programa conciliador, que se esforçou para não contrariar os mais ricos, ao mesmo tempo que canalizou o aumento da arrecadação tributária para o subproletariado. Em vez de intervir no conflito capital-trabalho, o lulismo redistribuiu renda por fora desse conflito, afetando a classe dominante apenas na medida em que melhorou as condições de vida da superpopulação relativa.

65

Em outras dimensões, resta pouca dúvida de que o lulismo aprofundou o neoliberalismo no Brasil (SAAD-FILHO e MORAIS, 2018). A elevação expressiva do endividamento privado, chegando em volumes consideráveis até as famílias mais pobres, já é bem conhecida: a autorização do crédito consignado, em conjunto com a acelerada bancarização da população que subiu acima da linha da pobreza em decorrência dos programas de transferência de renda, levou a uma financeirização inédita da reprodução social, com um contingente expressivo de famílias trabalhadoras recorrendo ao endividamento para arcar com suas necessidades de consumo (LAVINAS, 2017; MARQUES e RUGITSKY, 2020). Paralelamente, como mostra Pedro Loureiro,³⁰ o lulismo não colocou em questão a combinação entre subfinanciamento crônico dos

²⁹ Ver *wid.world*.

³⁰ Ver nota 28.

sistemas públicos de educação e saúde e subsídios generosos para a provisão privada desses serviços. Na realidade, durante o período da articulação triangular, os setores empresariais de educação e saúde cresceram de forma acelerada, impulsionados pela elevação da renda da população e pelos subsídios generosos do Estado. Fica claro, assim, que o esforço redistributivo representado pelo lulismo não buscou a desmercantilização da reprodução social, que protegeria a classe trabalhadora dos desígnios voláteis da acumulação de capital, mas combinou-se com um aprofundamento da mercantilização da reprodução social sustentada pelos circuitos financeirizados.

66 Como caracterizar a crise do neoliberalismo no caso brasileiro? Os efeitos do desmonte da articulação triangular, com a crise de 2008, chegaram no Brasil com defasagem, como já mencionado. Embora a economia brasileira tenha sofrido uma recessão em 2009, em linha com o ocorrido na maior parte dos países por conta da crise financeira, o impacto estrutural só se faria sentir a partir de 2011, com o fim do *boom* das commodities. A partir de então, a estratégia de executar um programa em benefício do subproletariado sem contrariar os interesses dominantes começou a se inviabilizar, uma vez que a desaceleração do crescimento econômico repercutiu negativamente na arrecadação tributária e diminuiu a margem de manobra do governo. Ao mesmo tempo, o fim do *boom* de commodities coincidiu com um pico de greves, que refletiu o aquecimento do mercado de trabalho resultante da longa expansão cíclica iniciada em 2003 (MARTINS e RUGITSKY, 2021). O resultado foi uma contração incomum da taxa de lucro agregada da economia, espremida pelos ganhos salariais conquistados no período. Por fim, observou-se também uma contração do percentual da renda apropriado pelos *rentiers*, por conta da estagnação do endividamento das famílias (MARQUES e RUGITSKY, 2020). Tudo somado, o palco estava armado para um acirramento notável do conflito de classes. As intenções conciliatórias do lulismo acabaram sendo frustradas pela natureza antagonica de uma sociedade capitalista.

A partir de 2012, a oposição das classes dominantes ao governo Dilma começou a ficar clara (SINGER, 2018). Apesar dela, Dilma conseguiu ser reeleita em 2014, mas decidiu dar uma guinada na

política econômica na direção da austeridade para buscar a reconciliação com o topo. Terminou, no entanto, por deflagrar um colapso que parece não ter fim. A forte contração fiscal implementada em 2015, em conjunto com os efeitos econômicos da operação Lava Jato e uma queda substancial no preço internacional do petróleo, derrubou uma economia já fragilizada pela contração cíclica da lucratividade e pela perda de sustentação política da estratégia de desenvolvimento. A recessão se estendeu por dois anos, reduziu o PIB em quase 10% e revelou dramaticamente a fragilidade das conquistas distributivas da década anterior: os ganhos em termos de redução das desigualdades salariais, redução da pobreza e aumento da formalização foram revertidos de forma acelerada. E, encerrada a recessão, a economia permaneceu estagnada e a desigualdade seguiu aumentando (BARBOSA, 2019). O esforço redistributivo do lulismo evaporou e sobrou apenas a face sombria do neoliberalismo: dívidas difíceis de pagar, desigualdade crescente, serviços públicos precarizados, empregos de má qualidade – a reprodução social à mercê das flutuações da economia.

67

Embora uma parte das mazelas impostas à sociedade brasileira recentemente devesse ser atribuída às políticas de austeridade que se aprofundaram depois que o Partido dos Trabalhadores (PT) foi retirado do governo, com o impeachment de Dilma, o PT não foi capaz de preservar a sua força eleitoral dos efeitos do colapso econômico. Abriu-se, então, um vácuo enorme para a extrema-direita. Seguindo a cartilha de Trump, Jair Bolsonaro conseguiu articular um discurso que canalizou a raiva e o sofrimento social disseminados para bodes expiatórios, dentre os quais o PT ocupou um lugar de destaque. Sempre fiel ao exemplo dos EUA, conservadorismo social foi misturado com retórica anticomunista para mobilizar o eleitorado que lhe daria a vitória em 2018.³¹

Algumas semelhanças e alguns contrastes entre o bolsonarismo e o trumpismo podem ser instrutivos. Como nos EUA e, aliás,

³¹ Ver o artigo “Paleoconservadorismo de Bolsonaro: o pesadelo brasileiro”, de Marina Basso Lacerda, neste volume.

em vários outros países do velho centro rico, a crise do neoliberalismo esfacelou o apelo eleitoral dos partidos no centro do espectro político e permitiu que Bolsonaro tirasse do segundo turno da disputa presidencial, sem nenhuma dificuldade, a candidatura de centro-direita do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Foi uma derrota histórica: desde 1994, o PSDB havia ganhado duas eleições presidenciais e disputado o segundo turno das outras quatro. Porém, em contraste com Trump, cuja ascensão sofreu a resistência dos grandes capitalistas dos EUA, Bolsonaro contou, desde logo, com o apoio da maior parte da classe dominante brasileira. O comportamento eleitoral por faixa de renda, nas eleições que levaram ambos ao poder, é revelador.³²

68

Trump perdeu para Clinton, em 2016, tanto entre os 50% mais pobres quanto entre os 10% mais ricos, ganhando apenas na faixa de renda intermediária. A derrota entre os 10% mais ricos foi sem precedentes: desde a primeira eleição para a qual há dados disponíveis com essa desagregação, em 1948, o Partido Republicano nunca havia perdido no decil superior. Como argumentado acima, a vitória de Trump expressou a crise de legitimidade do neoliberalismo, mobilizando em particular as classes médias empobrecidas pela polarização do mercado de trabalho e a classe trabalhadora branca dos *rust belts* (ver POST, 2015 e RILEY, 2017). Daí, sua vitória na faixa de renda intermediária. A vitória de Bolsonaro também contou com o seu predomínio na faixa de renda intermediária, refletindo a insatisfação com a perda de renda relativa das classes médias que resultou do padrão setorial de acumulação do lulismo. Mas Bolsonaro também predominou no decil superior, recebendo um percentual de votos nessa faixa maior do que o recebido pelo candidato de direita ou de centro-direita em todas as eleições presidenciais ocorridas no Brasil desde 1989, com a única exceção da eleição de 1994, em que, embalado pela popularidade do Plano Real, Fernando Henrique Cardoso (FHC) ganha com folga em todas as faixas de

³² Ver <https://explore.wpid.world/>.

renda. Ou seja, a coesão do voto dos mais ricos à direita observada na eleição de 2018 nunca havia ocorrido antes no Brasil, nem na vitória de Fernando Collor, em 1989, nem na reeleição de FHC, em 1998, muito menos nas eleições em que o PSDB foi derrotado para o PT.

Assim como Trump, Bolsonaro não oferece uma solução efetiva para a crise do neoliberalismo. Ao contrário, seu governo, até o início da pandemia, havia apenas radicalizado a precariedade da vida das grandes majorias no Brasil, aprofundando seus problemas e fragilizando a institucionalidade democrática que vinha sendo construída gradualmente no Brasil desde os anos 1980. Com a pandemia, fica claro que, no fundo do poço, havia um alçapão. No momento em que este artigo está sendo escrito (em outubro de 2021), o risco de fechamento autoritário é real e o futuro, imprevisível, a despeito do enfraquecimento relativo de Bolsonaro revelado pelas pesquisas de opinião.

A resistência de parte da classe dominante dos EUA a Trump permite vislumbrar o potencial de uma repactuação da dominação capitalista para além do neoliberalismo, chancelada por esse grupo. No Brasil, no entanto, o apoio expressivo dos mais ricos à eleição de Bolsonaro e a continuidade desse apoio ao longo do governo, a despeito de ensaios muito hesitantes e tardios de desembarque por parte de alguns empresários, sugerem que a única alternativa para a superação do neoliberalismo no país é a mobilização da classe trabalhadora. Sua atual fragilidade não dá espaço para otimismo. Seria, então, o Brasil um caso marginal, em que, ao contrário do que ocorre nos EUA e na China, não se vislumbra uma repactuação da dominação capitalista por cima, apoiada pela classe dominante? Talvez esse contexto reflita apenas uma defasagem ideológica e os ventos da mudança que parecem soprar tanto em Washington quanto em Pequim eventualmente chegarão por aqui. Mas, caso esses ventos da mudança se frustrem e o interregno perdure ao redor do mundo, multiplicando seus sintomas mórbidos, o Brasil pode se revelar na vanguarda. O experimento brasileiro de extrema-direita, ao aproveitar a crise do neoliberalismo para forjar uma base social

militante, mobilizada e disposta a derrubar as instituições democráticas, pode oferecer um mapa para os movimentos de extrema-direita mundial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação da economia política do interregno nos três casos aponta para as formas particulares que assume o neoliberalismo nos diferentes polos da articulação triangular. Aponta também para o caráter específico em que se manifesta a crise do neoliberalismo em cada país. Examinando-os em conjunto, chega-se à seguinte conclusão: a subordinação da classe trabalhadora produzida pelo neoliberalismo – resultante do ataque direto às suas organizações, da precarização das relações de trabalho, dos processos de *offshore outsourcing*, da sua dependência nos circuitos da financeirização ou, como no caso da China, da violência do processo de proletarização – corroeu a legitimidade da ideologia neoliberal e abriu o caminho para a crise hegemônica e o interregno. Contudo, paradoxalmente, essa mesma subordinação fragiliza (ainda que não elimine) a base social de uma possível superação do interregno em uma direção emancipatória. Parece haver indícios, no entanto, *contra* Streeck, de que superações do interregno por cima, conduzidas por parte das próprias classes dominantes, estejam sendo ensaiadas. A frustração de tais esforços não é improvável, mas a história ensina que o capitalismo tem “uma habilidade espantosa [...] de superar crises, transformar-se e emergir em novas formas institucionais” (STAHL, 2019, p. 355).

70

Em uma formulação clássica sobre o interregno do período entreguerras, Polanyi (2001, p. 147) argumentou que o “laissez-faire foi planejado, mas o planejamento, não”. Em outras palavras, “enquanto a economia do laissez-faire resultou de ação estatal deliberada, restrições subsequentes ao laissez-faire começaram de maneira espontânea”. O neoliberalismo, a exemplo do laissez-faire, estabeleceu-se de forma revolucionária, com um assalto às instituições que

transformou em um curto espaço de tempo os termos da dominação capitalista. Levando adiante a analogia, não é improvável que a superação do interregno atual ocorra de modo gradual, começando “de maneira espontânea” e forjando-se na prática. Uma prática asentada nas economias políticas particulares, mas entrelaçadas, dos diferentes polos do capitalismo global.

Os historiadores do futuro debaterão a periodização do interregno iniciado com a crise do neoliberalismo e provavelmente divergirão sobre o momento em que ele se encerrou. Ainda é muito cedo, no entanto, para iniciar esse debate. À reflexão crítica do presente cabe antes o papel de exorcista do zumbi neoliberal. Um exorcista que denuncia as patologias do defunto e que se mantém alerta para os potenciais regressivos de projetos hegemônicos que se insinuem no interregno. Não está dado que o enterro do neoliberalismo abrirá o caminho para transformações emancipatórias. Na realidade, os últimos anos têm fornecido motivos abundantes para duvidar dessa possibilidade. Mas é da natureza dos interregnos a indeterminação. A disputa entre projetos hegemônicos alternativos ainda não se encerrou e os caminhos emancipatórios ainda não foram totalmente bloqueados. O jogo segue aberto.

71

Referências bibliográficas

ARRIGHI, Giovanni. The developmentalist illusion: a reconceptualization of the semiperiphery. In: MARTIN, William (org.). *Semiperipheral States in the World-Economy*. Nova York: Greenwood Press, 1990, pp. 11-42.

_____. *Adam Smith in Beijing: lineages of the Twenty-First century*. Londres: Verso, 2007.

AUTOR, David. Why are there still so many jobs? The history and future of workplace automation, *Journal of Economic Perspective*, 29 (3), 3-30, 2015.

BARBA, Aldo; PIVETTI, Massimo. Rising household debt: its causes and macroeconomic implications, a long-period analysis, *Cambridge Journal of Economics*, 33 (1), 113-37, 2009.

BARBOSA, Rogério. Estagnação desigual: desemprego, desalento, informalidade e a distribuição da renda do trabalho no período recente (2012-2019), *Mercado de Trabalho: conjuntura e análise* 67, IPEA, 2019.

BHADURI, Amit; MARGLIN, Stephen. Unemployment and the real wage: the basis for contesting political ideologies, *Cambridge Journal of Economics*, 14 (4), 375-393, 1990.

BIVENS, Josh; MISHEL, Lawrence. Understanding the historic divergence between productivity and a typical worker's pay: why it matters and why it's real, *EPI Briefing Paper*, 406, 2015.

BLECKER, Robert. The US economy since the crisis: slow recovery and secular stagnation, *Review of Keynesian Economics*, 13 (2), 203-214, 2016.

BLOCK, Fred. The end of American exceptionalism: the social question in the United States. In: BREMAN, Jan; HARRIS, Kevan; LEE, Ching Kwan; LINDEN, Marcel van der (orgs.). *The Social Question in the Twenty-First Century: a global view*. Oakland: University of California Press, 2019, pp. 40-57.

BONIZZI, Bruno. Financialization in developing and emerging countries: a survey, *International Journal of Political Economy*, 42 (4), 83-107, 2013-4.

BREMAN, Jan; HARRIS, Kevan; LEE, Ching Kwan; LINDEN, Marcel van der (orgs.). *The Social Question in the Twenty-First Century: a global view*. Oakland: University of California Press, 2019.

BREMAN, Jan; LINDEN, Marcel van der. Informalizing the economy: the return of the social question at a global level, *Development and Change*, 45(5), 920-940, 2014.

BRENNER, Robert. *The Boom and the Bubble: the US in the world economy*. Londres: Verso, 2003.

_____. What is good for Goldman Sachs is good for America: the origins of the current crisis, versão em inglês do prólogo à tradução espanhola de *The Economics of Global Turbulence*, 2009.

_____. Introducing Catalyst, *Catalyst*, 1 (1), 2016.

_____. Escalating plunder, *New Left Review*, 123, 5-22, 2020.

BROMLEY, Ray; WILSON, Tamar. The urban informal economy revisited, *Latin American Perspectives*, 45 (1), 4-23, 2018.

CALLISON, William; MANFREDI, Zachary (orgs.). *Mutant Neoliberalism: market rule and political rupture*. Nova York: Fordham University Press, 2020.

CAMPANTE, Filipe; CHOR, Davin; LI, Bingjing. The political economy consequences of China's export slowdown, *NBER Working Paper Series*, 25925, 2019.

CARVALHO, Sandro. A evolução da estrutura ocupacional e os padrões setoriais da informalidade no Brasil: 1995-2012. In: SQUEFF, Gabriel (org.). *Dinâmica Macrossetorial Brasileira*. Brasília: IPEA, 81-113, 2015.

CASE, Anne; DEATON, Angus. *Deaths of Despair and the Future of Capitalism*. Princeton: Princeton University Press, 2020.

CHIBBER, Vivek. *Locked in Place: state-building and late industrialization in India*. Princeton: Princeton University Press, 2003.

CHILLIATTO-LEITE, Marcos Vinicius. *Integração constrangida na América Latina: velhos e novos problemas do subdesenvolvimento no início do século XXI*, Tese de Doutorado. Campinas: Unicamp/Instituto de Economia, 2017.

CROUCH, Colin. Privatised Keynesianism: an unacknowledged policy regime, *British Journal of Politics and International Relations*, 11 (3), 382-399, 2009.

DENNING, Michael. Wageless Life, *New Left Review*, 66, 79-97, 2010.

DOS SANTOS, Paulo. On the content of banking in contemporary capitalism, *Historical Materialism*, 17 (2), 180-213, 2009.

DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. *Capital Resurgent: roots of the neoliberal revolution*. Trad. Derek Jeffers. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 2004.

DURAND, Cédric. "1979 in reverse", *Sidecar*, 1º jun., 2021.

ESCHER, Fabiano. Class dynamics of rural transformation in Brazil: a critical assessment of the current agrarian debate, *Agrarian South: Journal of Political Economy*, 9(2), 144-170, 2020.

ESCHER, Fabiano; SCHNEIDER, Sergio. Capitalismo, agricultura e desenvolvimento no Brasil: uma contribuição para o debate atual. In: SAUER, Sérgio (org.). *Desenvolvimento e Transformações Agrárias: BRICS, competição e cooperação no Sul Global*. São Paulo: Outras Expressões, 2019, pp. 71-103.

EVANS, Trevor. The twilight of neoliberalism in the United States?, *European Journal of Economics and Economic Policies: Intervention*, 18 (2), 119-144, 2021.

FIGUEIREDO SANTOS, José Alcides. Comprehending the class structure specificity of Brazil, *South African Review of Sociology*, 41 (3), 24-44, 2010.

_____. Classe social e deslocamentos de renda no Brasil. *Dados*, 58(1), 79-110, 2015.

74 FINE, Ben. Financialisation, the value of labour power, the degree of separation, and exploitation by banking, 2009. Artigo não publicado, disponível em: https://eprints.soas.ac.uk/7480/2/BenFine_FinancialisationLabourPower.pdf.

FINE, Ben; SAAD-FILHO, Alfredo. Thirteen things you need to know about neoliberalism. In: SAAD-FILHO, Alfredo. *Value and Crisis: essays on labour, money and contemporary capitalism*. Leiden: Brill, 2019, pp. 218-243.

FISHER, Mark. How to kill a zombie: strategizing the end of neoliberalism, *openDemocracy*, 2013. Disponível em: <https://www.opendemocracy.net/en/how-to-kill-zombie-strategizing-end-of-neoliberalism/>

FOSTER, John Bellamy; MCCHESENEY, Robert; JONNA, R. Jamil. The global reserve army of labor and the new imperialism, *Monthly Review*, 63(6), 1-31, 2011.

FOURCADE-GOURINCHAS, Marion; BABB, Sarah. The rebirth of the liberal creed: paths to neoliberalism in four countries, *American Journal of Sociology*, 108 (3), 533-579, 2002.

FRASER, Nancy. Legitimation crisis? On the political contradiction of financialized capitalism, *Critical Historical Studies*, 2 (2), 157-189, 2015.

_____. *The Old is Dying and the New Cannot Be Born: from progressive neoliberalism to Trump and beyond*. Londres: Verso, 2019.

FRASER, Nancy; JAEGGI, Rahel. *Capitalism: a conversation in critical theory*. Organizado por Brian Milstein. Cambridge: Polity, 2018.

FREEMAN, Richard. The challenge of the growing globalization of labor markets to economic and social policy. In: PAUS, Eva (org.). *Global Capitalism Unbound: winners and losers from offshore outsourcing*. Londres: Palgrave, 2007, pp. 23-39.

FURTADO, Celso. *O Mito do Desenvolvimento Econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GARCIA-ARIAS, Jorge; CIBILS, Alan; CONSTANTINO, Agostina; FERNANDES, Vitor; FERNÁNDEZ-HUERGA, Eduardo. When land meets finance in Latin America: some intersections between financialization and land grabbing in Argentina and Brazil, *Sustainability*, 13(14), 2021.

GERBAUDO, Paolo. *The Mask and the Flag: populism, citizenism and global protest*. Oxford: Oxford University Press, 2017.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Vol. 3. 3ª ed. Edição e tradução Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

75

HARVEY, David. *A Brief History of Neoliberalism*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

HOCHSCHILD, Arlie Russell. *Strangers in Their Own Land: anger and mourning on the American right*. Nova York: New Press, 2016.

HOWELL, David; KALLEBERG, Arne. Declining job quality in the United States: explanations and evidence, *RSF: The Russell Sage Foundation Journal of the Social Sciences*, 5 (4), 1-53, 2019.

HUNG, Ho-fung. *The China Boom: why China will not rule the world*. Nova York: Columbia University Press, 2017.

IMF. *External Sector Report: divergent recoveries and global imbalances*. Washington DC: IMF, 2021.

JAFFE, Sarah. Zombie neoliberalism: how “there is no alternative” gave us Donald Trump, *Dissent*, 2017. Disponível em: <https://www.dissentmagazine.org/article/zombie-neoliberalism-thomas-frank-listen-liberal-review>

JAUMOTTE, Florence; BUITRON, Carolina. Inequality and labor market institutions, *IMF Staff Discussion Note*, 15/14, 2015.

JENKINS, Rhys; BARBOSA, Alexandre. Fear for manufacturing? China and the future of industry in Brazil and Latin America, *China Quarterly*, 209, 59-81, 2012.

KATZ, Lawrence; KRUEGER, Alan. The role of unemployment in the rise of alternative work arrangements, *American Economic Review*, 107 (5), 388-392, 2017.

KAY, Cristóbal. Contemporary dynamics of agrarian change. In: VELTMEYER, Henry; BOWLES, Paul (orgs.). *The Essential Guide to Critical Development Studies*. Londres: Routledge, 2017, pp. 291-300.

KIM, Yun; LIMA, Gilberto Tadeu; SETTERFIELD, Mark. Political aspects of household finance: debt, wage bargaining, and macroeconomic (in)stability, *Journal of Post Keynesian Economics*, 42 (1), 16-38, 2019.

KLEIN, Matthew; PETTIS, Michael. *Trade Wars are Class Wars: how rising inequality distorts the global economy and threatens international peace*. New Haven: Yale University Press, 2020.

76

KOO, Hagen; HONG, Doo-Seung. Class and income inequality in Korea, *American Sociological Review*, 45(4), 610-626, 1980.

LAPAVITSAS, Costas. Financialised Capitalism: Crisis and Financial Expropriation, *Historical Materialism*, 17 (2), 114-48, 2009.

LATTANZI-SILVEUS, Luke. Consumer finance and labor exploitation, *Review of Radical Political Economics*, 51 (1), 95-110, 2019.

LAVINAS, Lena. *The Takeover of Social Policy by Financialization: the Brazilian paradox*. Nova York: Palgrave Macmillan, 2017.

LEE, Ching Kwan. The social question as the struggle over precarity: the case of China. In: BREMAN, Jan; HARRIS, Kevan; LEE, Ching Kwan; LINDEN, Marcel van der (orgs.). *The Social Question in the Twenty-First Century: a global view*. Oakland: University of California Press, 2019, pp. 58-76.

LEVENSON, Zachary. An organic crisis is upon us: when Gramsci goes viral, *Spectre*, 20 abr. 2020 (<https://spectrejournal.com/an-organic-crisis-is-upon-us/>).

LOUREIRO, Pedro Mendes. Class inequality and capital accumulation in Brazil, 1992-2013, *Cambridge Journal of Economics*, 44(1), 181-206, 2020.

LOUREIRO, Pedro; RUGITSKY, Fernando. Conciliatory intentions, antagonist results: class structure in Argentina and Brazil during the “Pink Tide”, trabalho em andamento, 2021.

MADARIAGA, Alda. *Neoliberal Resilience: lessons in democracy and development from Latin America and Eastern Europe*. Princeton: Princeton University Press, 2020.

MARQUES, Pedro Romero; RUGITSKY, Fernando. Workers’ indebtedness and rentier squeeze: rentier income, profit of enterprise, and wages in Brazil (2000-2017), *MADE Working Paper*, 002, 2020.

MARTINS, Guilherme Klein; RUGITSKY, Fernando. The long expansion and the profit squeeze: output and profit cycles in Brazil (1996-2016), *Review of Radical Political Economics*, 53(3), 373-397, 2021.

MAURIZIO, Roxana. Transitions to formality and declining inequality: Argentina and Brazil in the 2000s, *Development and Change*, 46(5), 1047-1079, 2015.

MEDEIROS, Carlos Aguiar de. *Inserção Externa, Crescimento e Padrões de Consumo na Economia Brasileira*. Brasília: IPEA, 2015.

MEDEIROS, Carlos Aguiar de; CINTRA, Maria Rita. Impacto da ascensão chinesa sobre os países latino-americanos, *Revista de Economia Política*, 35 (1), 28-42, 2015.

MILANOVIC, Branko. *Capitalism, Alone: the future of the system that rules the world*. Cambridge, Mass.: Belknap Press, 2019.

_____. Pro-equality turn in China and the United States? The end of the Deng-Reagan era?, *Global Inequality and More 3.0*, substack., 2021. Disponível em: <<https://branko2f7.substack.com/p/pro-equality-turn-in-china-and-the?s=r>>.

MILBERG, William; WINKLER, Deborah. *Outsourcing Economics: global value chains in capitalist development*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

NOGUEIRA, Isabela; GUIMARÃES, João Victor; BRAGA, João Pedro. Inequalities and capital accumulation in China, *Brazilian Journal of Political Economy*, 39 (3), 449-469, 2019.

NOWAK, Jörg. *Mass Strikes and Social Movements in Brazil and India: popular mobilization in the long depression*. Cham (Suíça): Palgrave Macmillan, 2019.

OSTRY, Jonathan; LOUNGANI, Prakash; FURCERI, Davide. Neoliberalism: oversold?, *Finance and Development*, June, 38-41, 2016.

PALMER, Bryan. Reconsiderations of class: precariousness as proletarianization, *Socialist Register*, 50, 40-62, 2014.

POLANYI, Karl. *The Great Transformation: the political and economic origins of our time*. Boston: Beacon Press, 2001.

PORTES, Alejandro. Latin American class structures: their composition and change during the last decades, *Latin American Research Review*, 20(3), 7-39, 1985.

POST, Charlie. The specter of Trump, *Jacobin*, 10 jan. 2015. Disponível em: <https://www.jacobinmag.com/2015/10/donald-trump-extremism-boehner-shutdown-republicans-presidential-race>.

RILEY, Dylan. American Brumaire, *New Left Review*, 103, 21-32, 2017.

RODRIK, Dani. Making room for China in the world economy, *American Economic Review*, 100, 89-93, 2011.

RUGITSKY, Fernando. The rise and fall of the Brazilian economy (2004-2015): the economic antimiracle, *Department of Economics FEA/USP Working Paper Series*, n. 2017-29, 2017.

_____. Questão de estilo: a mudança estrutural para a igualdade e seus desafios. In: CHILIATTO-LEITE, Marcos Vinicius (org.). *Alternativas para o Desenvolvimento Brasileiro: novos horizontes para a mudança estrutural com igualdade*. Santiago (Chile): Cepal, 2019, pp. 75-95.

_____. The decline of neoliberalism: a play in three acts, *Brazilian Journal of Political Economy*, 40 (4), 587-603, 2020.

_____. Luta de classes inibida? Furtado e a especificidade da estrutura social brasileira. In: SAES, Alexandre; BARBOSA, Alexandre (orgs.). *Celso Furtado e os 60 anos de Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: BBM/ Sesc, 2022, pp. 275-300.

SAAD-FILHO, Alfredo; MORAIS, Lecio. *Brazil: neoliberalism versus democracy*. Londres: Pluto Press, 2018.

SAEZ, Emmanuel. Striking it richer: the evolution of top incomes in the United States, *RealWorld Economics Review*, 65, 120-128, 2013.

_____. Striking it richer: the evolution of top incomes in the United States (updated with 2018 estimates), 2020. disponível em: <https://eml.berkeley.edu/~saez/saez-UStopincomes-2018.pdf>

SINGER, André. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____. *O lulismo em crise: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SINGER, Paul. *Dominação e desigualdade: estrutura de classes e repartição de renda no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

STAHL, Rune Møller. Ruling the interregnum: politics and ideology in nonhegemonic times, *Politics and Society*, 47 (3), 333-360, 2019.

79

STARRS, Sean. The chimera of global convergence, *New Left Review*, 87, 81-96, 2014.

_____. Can China unmake the American making of global capitalism?, *Socialist Register*, 55, 173-200, 2019.

STIGLITZ, Joseph. *The Roaring Nineties: a new history of the world's most prosperous decade*. Nova York: W. W. Norton, 2003.

STORM, Servaas. The new normal: demand, secular stagnation, and the vanishing middle class, *International Journal of Political Economy*, 46, 169-210, 2017.

STREECK, Wolfgang. *How Will Capitalism End? Essays on a failing system*. Londres: Verso, 2016.

_____. *Buying time: the delayed crisis of democratic capitalism*. 2a ed. Trad. Patrick Camiller e David Fernbach. Londres: Verso, 2017.

TAYLOR, Lance; ÖMER, Özlem. Race to the bottom: low productivity, market power, and lagging wages, *International Journal of Political Economy*, 48 (1), 1-20, 2019.

TOOZE, Adam. *Crashed: how a decade of financial crises changed the world*. Nova York: Viking, 2018.

_____. Whose century?, *London Review of Books*, 42 (15), 2020.

_____. Has Covid ended the neoliberal era?, *The Guardian*, 2 set. 2021. Disponível em: <https://www.theguardian.com/news/2021/sep/02/covid-and-the-crisis-of-neoliberalism>

VAROUFAKIS, Yanis. *The Global Minotaur: America, the true origins of the financial crisis and the future of the world economy*. Londres: Zed Books, 2011.

VERGARA-CAMUS, Leandro; KAY, Cristóbal. The agrarian political economy of left-wing governments in Latin America: agribusiness, peasants, and the limits of neo-developmentalism, *Journal of Agrarian Change*, 17(2), 415-437, 2017.

WATKINS, Susan. Paradigm shifts, *New Left Review*, 128, 5-22, 2021.

80

WEBER, Isabella. Origins of China's contested relation with neoliberalism: economics, the World Bank, and Milton Friedman at the dawn of reform, *Global Perspectives*, 1 (1), 1-14, 2020.

WILSON, Tamar. Precarisation, informalisation and Marx, *Review of Radical Political Economics*, 52(3), 470-486, 2020.

O crepúsculo da democracia formal: contradições da acumulação e a crise política do neoliberalismo¹

Alison J. Ayers e
Alfredo Saad-Filho

Já tem sido ampla e acertadamente reconhecido que o neoliberalismo não raro se associa com formas de Estado autoritárias, despóticas, paramilitares ou corruptas, e que vários métodos, incluindo a violência estatal, foram empregados para sustentá-lo (cf. BROWN, 2003; KLEIN, 2007; TANSEL, 2017). Entretanto, não devemos confundir estratégia geral com métodos particulares: os

¹ Este artigo é a tradução do original inglês do artigo de Alison Ayers e Alfredo Saad-Filho, “The Twilight of Formal Democracy: Contradictions of Accumulation and the Political Crisis of Neoliberalism”, *Journal of Australian Political Economy*, 86, pp. 230-255, 2020. O artigo, incluindo todas as citações nele contidas, foi traduzido por Nicole Herscovici, mestranda em Ciência Política na Universidade de São Paulo e bolsista Capes. Agradecemos ao Proex/Capes – Programa de Pós-graduação em Filosofia (fflch/usp) pelo apoio à tradução.

últimos dependem de fases históricas, circunstâncias locais, relações e forças sociais, poder estatal, dentre outros. Muitas vezes isso implicou a brutalidade de regimes militares. Da mesma forma, crises fiscais e de dívida externa têm sido usadas para justificar “reformas estruturais” (neoliberais). Os regimes democráticos formais também facilitaram a acumulação ao longo da turbulenta história do neoliberalismo. Em democracias neoliberais, a maior legitimidade da ordem constitucional, a “sedução eleitoral” e as subjetividades reconstituídas ocasionalmente ajudaram a mobilizar apoio para o regime neoliberal (DARDOT e LAVAL, 2013; KONINGS, 2018; AYERS, 2018). É notável que, pelo menos desde meados da década de 1990, a maioria dos países neoliberais são “democráticos”, ao menos em seu sentido formal (procedimental); a maioria dos países não democráticos não são neoliberais; e a maioria das transições para a democracia, seja a partir de ditadura militar, regime de partido único, autocracia ou socialismo no estilo soviético, foram contemporâneas às transições para o neoliberalismo. Assim sendo, ao menos até recentemente, a “democracia neoliberal” constituiu a forma política “ideal” ou “típica” do neoliberalismo (AYERS e SAAD-FILHO, 2015).

Essa abordagem da relação entre a democracia formal e o neoliberalismo ecoa críticas de longa data à democracia capitalista (burguesa) como o “melhor invólucro político possível para o capitalismo” (LÊNIN, 1917). Resumidamente, em seu nível mais abstrato, como modo de exploração, o capitalismo não depende de desigualdades políticas ou jurídicas. Ao contrário, as classes produtoras e as apropriadoras são formalmente livres e iguais perante a lei, abrindo a possibilidade de uma cidadania comum e de sufrágio universal. De fato, a democracia formal – com sua ideologia de liberdade, igualdade e de uma sociedade sem classes – pode ser um mecanismo eficaz de sustentação das relações de classe capitalistas (WOOD, 2006; ROPER, 2013; AYERS, 2018). Contudo, esse modelo formal ou procedimental, altamente circunscrito, de democracia constitui a forma política ideal apenas em momentos de acumulação relativamente estável (AYERS e SAAD-FILHO, 2015). Em momentos

de crise ou quando a ordem estabelecida é ameaçada, os modos não democráticos de poder tendem a vir à tona: “Uma vez que o sistema começa a se desintegrar [...] o compromisso [burguês] com a democracia [...] se apresenta não como axiomático ou eterno, mas pragmático e efêmero. Já que é o próprio sistema econômico que passa a estar em risco, todas as medidas políticas necessárias para salvá-lo, incluindo a ditadura, passam a ser legítimas” (KNEI-PAZ, 1978, p. 355).

Assim, desde a Grande Crise Financeira (GCF) de 2007, testemunhamos uma crescente onda de autoritarismo ao redor do mundo, incluindo formas políticas proto- e neofascistas, com o sistema político dominante em diversos países perdendo cada vez mais suas características democráticas. Diante das múltiplas crises da acumulação e sociabilidade neoliberais, este artigo argumenta que a era da democracia neoliberal está chegando ao fim. Seu invólucro político democrático está sendo crescentemente esvaziado de seu conteúdo – incapaz de conter ou resistir às crises existentes e de oferecer algo além de uma mera aparência de legitimidade ao sistema. Notavelmente, tais desdobramentos não são externos, mas internos à lógica do capitalismo neoliberal (BOFFO et al., 2019).

83

Vivemos tempos excepcionais. Críticos têm destacado as crises sistêmicas da globalização, da democracia, do meio ambiente e da pandemia de Covid-19 (GILLS, 2020; SAAD-FILHO, 2020). Embora essas tendências entrópicas e demais vetores de crise tenham sido impulsionados por padrões há muito estabelecidos, é crucial entender por que e como eles se intensificaram recentemente (FOSTER, 2011; KLEIN, 2015). Por exemplo, a mercantilização e exploração da natureza e a produção agropecuária em escala industrial têm sido relacionadas a pandemias, enquanto o modo de produção “*just-in-time*” acelera a transmissão global de doenças (LEVINS, 2000; WALLACE et al., 2020; MOODY, 2020).

A expansão da globalização neoliberal tem intensificado essas crises mutuamente constituídas. Em termos gramscianos, a crise é orgânica, isto é, “não meramente [um] desequilíbrio conjuntural”, e sim uma confluência de disrupções em diferentes níveis, com os

fundamentos da hegemonia burguesa crescentemente sendo questionados (THOMAS, 2009, p. 45; LEVENSON, 2020). O capitalismo neoliberal é o pivô dessas crises: “Estamos agora no meio de uma catástrofe ecológica planetária gerada pelo capitalismo [...] As cadeias de valor/de oferta imperiais associadas à globalização neoliberal estão gerando um gigantesco efeito chicote² [*bullwhip effect*] que desestabiliza as condições econômicas, ambientais e epidemiológicas ao redor do globo” (FOSTER, 2020). Assim sendo, nossa análise coloca em primeiro plano o capitalismo neoliberal, focando em suas crises econômica e política, que ainda estão se desdobrando.

84

O neoliberalismo pode ser periodizado, heurísticamente, em três grandes fases. A primeira, de 1979 a 1992, consiste nos “regimes de vanguarda” do neoliberalismo, que forjaram a transição dos sistemas anteriores de acumulação. Isso implicou a agressiva promoção do capital privado através de ataques frontais aos movimentos trabalhistas e às condições da classe trabalhadora, desmantelando instituições social-democratas até então entranhadas (“*roll-back*”) e impondo uma miríade de reformas neoliberais (DAVIDSON, 2017; PECK e TICKELL, 2002). Essa fase foi geralmente imposta por regimes confrontacionais – desde sistemas formalmente democráticos (por exemplo, Reino Unido e Estados Unidos) a regimes militares (por exemplo, a Argentina e o Chile). Disso seguiram-se três desdobramentos de longo prazo: uma maior participação do capital nos lucros em detrimento do trabalho, o crescente endividamento da classe trabalhadora e a conversão de partidos social-democratas e liberais ao neoliberalismo (DAVIDSON, 2017).

A ascensão desses partidos de centro-esquerda, agora transformados, marcou a segunda fase, de 1992 a 2007, com a consolidação e os desdobramentos do que pode ser denominado “neoliberalismo

² O termo efeito chicote é utilizado na área de logística para designar a distorção causada na cadeia de suprimentos pelo desalinhamento inesperado entre a oferta e a demanda de determinado produto. [Esta e as demais notas chamadas por asterisco são da tradutora.]

social”. Essa fase surgiu, em parte, como resposta às disfunções e consequências adversas da primeira fase, trazendo um certo elemento de melhoramento, propagandeado como uma “terceira via” ou “neoliberalismo com uma face humana” (DAVIDSON, 2017; BOFFO et al., 2019; PECK e TICKELL, 2002). Nessa fase, os benefícios de uma casta política democrática eram amplamente reconhecidos. Conforme Alan Greenspan notou, para avançar, “a economia global [...] requer a válvula de escape do capitalismo: a democracia” (DAVIDSON, 2017, p. 621). Mas isso era, claro, limitado ao sistema democrático formal, esvaziado tanto quanto possível de seu conteúdo social (WOOD, 2006; AYERS e SAAD-FILHO, 2015; AYERS, 2018).

A terceira fase, caracterizada por Davidson (2017) como “regimes de crise de exceção permanente”, é manifestada com a GCF e a subsequente Grande Recessão. Embora o neoliberalismo tenha emergido para resolver a grande crise anterior, dos anos 1970, ele não tem conseguido oferecer respostas à GCF, além de mais do mesmo (DAVIDSON, 2017; MCNALLY, 2011). Em última instância, a crise levou à renovação da “hegemonia das finanças e à reimposição de ambições econômicas, sociais e políticas radicalizadas, mascaradas pelas ortodoxias neoliberais do ‘livre’ mercado e da permanente austeridade”, em conjunto com a insidiosa estagnação econômica (BOFFO et al., 2019, p. 253). A pandemia da Covid-19 e o consequente lockdown aprofundaram a crise e anunciaram outra etapa da recessão global (ROBERTS, 2020a).

Este artigo conta com seis seções. Uma recapitulação sucinta das economias e sociedades neoliberais é seguida por uma análise da democracia neoliberal, suas principais limitações e crises vigentes, juntamente com uma crítica dos atuais “estados de exceção” e uma breve conclusão. O artigo mostra que o neoliberalismo global está enfrentando crises sobrepostas e cada vez mais severas, que se constroem a partir de seus pontos fortes e de suas conquistas, transformando sistemas anteriores de acumulação, mas, simultaneamente, lutando contra rachaduras e inconsistências na sua própria hegemonia nos domínios da economia, da política e da ideologia. Hoje

cada vez mais o neoliberalismo pode se manter apenas por meio da coerção e da violência. Isso inclui uma “austeridade fiscal”, apoiada por medidas que punem os mais pobres, desprivilegiados, negligenciados e os difíceis de ser alcançados, servidos e providos pelo Estado, ao lado da escalada da repressão contra todas as formas de dissidência, desde linchamento pela mídia a múltiplas formas de vitimização, interceptação de comunicações e intervenção da polícia, militares e serviços de segurança e assim por diante. Essa abordagem punitiva da reprodução social torna mais difícil a emergência de mudanças políticas; as reformas no sistema de acumulação, por sua vez, se tornam ainda mais difíceis.

O artigo rastreia a metamorfose das democracias neoliberais em Estados de permanente exceção – um desdobramento ameaçador às liberdades civis e um instrumento igualmente ameaçador aos defensores de mudança social radical e do “meio-termo” reformista. Conclui-se que a degeneração da democracia precisa ser confrontada com as alianças mais amplas possíveis. Construir alternativas ao sistema de acumulação dominante exige a integração de demandas econômicas e políticas a um programa positivo de expansão e radicalização da democracia política e econômica.

86

ECONOMIAS E SOCIEDADES NEOLIBERAIS

O neoliberalismo, entendido como o modo contemporâneo de existência do capitalismo, constitui um sistema global de acumulação, um modo de reprodução social e econômica e um modo de exploração e dominação social. Estes se baseiam no uso sistemático do poder estatal para impor – sob o véu ideológico da não intervenção – um projeto, orientado pelo setor financeiro, de recomposição do domínio do capital em todas as áreas da vida social. O neoliberalismo surgiu gradativamente, a partir da década de 1970, em resposta aos problemas de reprodução capitalista após a desarticulação do consenso keynesiano-social-democrata nas economias avançadas (EAs), a paralisia do desenvolvimentismo nas

economias em desenvolvimento (EDs) e o colapso do socialismo de estilo soviético (FINE e SAAD-FILHO, 2017; SAAD-FILHO, 2017).

O traço característico do neoliberalismo é a financeirização da produção, do comércio e da reprodução social,³ o que proporcionou ao setor financeiro uma influência determinante nos níveis e na composição dos investimentos, na produção e no emprego, na estrutura da demanda, no financiamento do Estado e nos padrões de especialização internacional. A financeirização tem sustentado a transnacionalização da produção e apoiado a liberalização do comércio, das finanças e dos fluxos de capital – geralmente sintetizadas no termo “globalização”. Isso recompôs os sistemas preexistentes de provisão em um patamar mais alto de produtividade no nível das firmas, reformulou a integração nacional à economia mundial e facilitou a introdução de novas tecnologias e processos de trabalho, ao mesmo tempo que comprimiu os salários reais. O neoliberalismo e a financeirização também contribuíram para reforçar a integração das elites domésticas, ao passo que as classes trabalhadoras foram reestruturadas globalmente.

87

Ideologicamente, o neoliberalismo se valeu de um discurso baseado em dois princípios. O primeiro é a priorização da “competitividade” (e seu corolário, a “eficiência do mercado”) no domínio econômico. O segundo é o favorecimento da “democracia” no domínio político, em seu sentido superficial de competição entre tons de neoliberalismo em um mercado político regulado (AYERS e SAAD-FILHO, 2015).

Subjacente a essas concepções está uma noção específica de sujeitos neoliberais e de suas subjetividades, assim como um típico modo de governança da esfera pública (FOUCAULT, 2004; FEHER, 2009; DARDOT e LAVAL, 2013; BROWN, 2015). Nessa visão de mundo, espera-se que todos os agentes econômicos

³ Ver, por exemplo, Ashman e Fine (2013) e Fine (2013-2014). Para uma perspectiva histórica, ver Gowan (1999) e Panitch e Gindin (2012).

– incluindo consumidores, trabalhadores, capitalistas, gerentes, financistas e o Estado em si – se comportem de formas compatíveis com a maximização do presente valor líquido de seus ativos, através de práticas de empreendedorismo, (auto)investimento e “atração” de investidores potenciais. A reconfiguração do ser humano como “capital humano” tem consequências não apenas para a teoria econômica, mas também para as instituições, culturas e imaginários democráticos, já que essa concepção individualista de si e da sociedade é incompatível com a noção de interesses coletivos ou com a formulação de demandas comuns por direitos, padrões mínimos de bem-estar, e assim por diante (OLSEN, 2019b). Por conseguinte, o sujeito neoliberal não tem nenhuma garantia de segurança, proteção, sustento ou sequer sobrevivência. Da mesma forma, as proteções não mercantis promovidas pelos anteriores sistemas de acumulação – especialmente o keynesianismo, o desenvolvimentismo e o socialismo de estilo soviético – devem ser sistematicamente desfeitas. Assim sendo, em ambos os casos, a sociedade de cidadãos fundada na mesma percepção de bem público (não mercantil) é substituída por uma coleção neoliberal de empresas e *homo economicus* maximizadores, o que é incompatível com a própria ideia do *demos*, com direito a assegurar a soberania popular (BROWN, 2015).

As mudanças tecnológicas, econômicas, institucionais e ideológicas sob o neoliberalismo impactaram profundamente o trabalho e o emprego, assim como os padrões de reprodução social e de vida comunitária. Em particular, elas empobreceram, desapropriaram, deslocaram e endividaram milhões, criando uma miríade de “perdedores” econômicos concentrados, nas economias avançadas, nas tradicionais classe trabalhadora e pequena burguesia. Milhões de empregos qualificados foram eliminados, profissões inteiras desapareceram ou foram exportadas e reduziram-se as oportunidades de emprego no setor público por conta das privatizações e das “reduções de gastos públicos”. A estabilidade no emprego diminuiu e os salários, as condições e as proteções de bem-estar se deterioraram, aumentando as tensões do excesso de trabalho.

Conforme o *World Inequality Report*⁴ detalha, desde os anos 1980, o 1% no topo da distribuição de renda apropriou-se de uma parcela do crescimento global equivalente ao dobro daquela apropriada pelos 50% mais pobres dos indivíduos (ALVAREDO et al., 2018). Ao redor do mundo, os trabalhadores tendem a se tornar cada vez mais divididos, desorganizados, desempoderados e desqualificados, ficando cada vez mais atrás do capital em termos de influência política e de participação dos salários (BOFFO et al., 2019; BENGTSSON e RYNER, 2015). Os danos psicossociais, especialmente a insegurança e ansiedade individuais, estão aliados a esses desdobramentos. No nível de classe, isso também tem sido consubstancial com um declínio acentuado nas capacidades organizacionais dos trabalhadores, devido a ataques sustentados a todas as formas de resistência, levando à paralisia, desorganização e derrota da maioria dos movimentos nacionalistas no Sul Global, dos sindicatos, movimentos camponeses, partidos de esquerda e movimentos sociais (CLAU-LOSADA e RIBERA-AMANDOZ, 2017). Finalmente, esses desdobramentos têm sido assegurados pela hegemonia ideológica do fictício, mas vociferante, capitalismo do “livre mercado”.

89

Em alguns dos países mais ricos, estratos sociais anteriormente privilegiados agora lamentam sua incapacidade de realizar as aspirações materiais prescritas pelas culturas neoliberais orientadas ao consumo. Eles também não são capazes de deixar como legado melhores condições materiais para seus filhos, quebrando o contrato geracional de melhoria contínua (“nossos filhos vão viver melhor que nós”) que teria ajudado a legitimar o capitalismo desde o século XVIII (BOFFO et al., 2019; BOYLE, 2013; ROEDIGER, 2020).

Em contraste com o declínio das fortunas da grande maioria, o capital tem sido capaz de desfrutar de circunstâncias extraordinariamente favoráveis sob o neoliberalismo, resultando em uma acentuada recuperação da lucratividade. Não obstante,

⁴ O *World Inequality Report*, criado em 2011, organiza uma base de dados sobre a evolução histórica da distribuição de renda e riqueza ao redor do mundo. Cf: <<https://wid.world/>>.

as taxas de investimento e de crescimento do PIB tenderam a diminuir. Além disso, a acumulação assumiu a forma de bolhas financeiras de curta duração, parasitas da exploração intensificada dos trabalhadores (por meio da reestruturação da produção e da expansão de formas precárias de trabalho, culminando na “economia de bicos” [*gig economy*]), das exigências impostas à periferia (via comércio desigual, extrações financeiras e de renda, e assim por diante) e da pilhagem da natureza. Essas bolhas inevitavelmente colapsam, e geram implicações destrutivas, cujas contenções invariavelmente exigem caras intervenções estatais. Isso tem se manifestado em eventos que vão desde as crises de dívida externa do início dos anos 1980 até a grande crise financeira de 2007, que levou à calamidade mais longa e à recuperação mais fraca e regressiva já registrada – até a catástrofe socioeconômica ainda maior gerada pela pandemia da Covid-19, em 2020 (SAAD-FILHO, 2020; TCHERNEVA, 2015).

A ASCENSÃO DA DEMOCRACIA NEOLIBERAL

Politicamente, existem vários caminhos de transição para o neoliberalismo. Eles variam de meios constitucionais na maioria das economias avançadas, passando pela imposição por meio de ditaduras militares em várias economias em desenvolvimento, até transições que se reforçam mutuamente para o neoliberalismo e para a democracia burguesa, como no Brasil, na África do Sul, na Coreia do Sul e em todo o Leste Europeu. Qualquer que tenha sido o caminho percorrido na década de 1990, aquilo que pode ser chamado de “democracia neoliberal” tornou-se a forma política típica, ou hegemônica, do capitalismo (para detalhes, ver AYERS e SAAD-FILHO, 2015). Essa forma de democracia é diferente das democracias limitadas aos países centrais antes da Primeira Guerra Mundial, do pacto social-democrata nas economias avançadas depois da Segunda Guerra Mundial, ou de formas políticas que alcançaram proeminência limitada ou hegemonia regional anteriormente.

Tipicamente, as democracias neoliberais defendem o constitucionalismo, o Estado de direito, uma concepção específica de direitos humanos, o pluralismo político e a eleição periódica de representantes políticos por meio de eleições multipartidárias, assim como a “boa governança”, a “economia de mercado” e uma sociedade civil “independente”. Este modelo incorpora uma concepção individualista, formalmente igualitária, capitalista, meliorista⁵ e universalista do eu e da sociedade. Nestes regimes, a comunidade política é entendida em termos de Estados-nação, constituídos pelo Estado “neutro” neoliberal, a esfera pública neoliberal e o indivíduo neoliberal (“eu”). Esta visão sustenta um modelo processual de democracia que foi funcionalmente articulado com o neoliberalismo (AYERS e SAAD-FILHO, 2015).

Na prática, o processo político nas democracias neoliberais tende a ser reduzido a chamadas periódicas às urnas para escolher entre tons rivais de neoliberalismo, no que é, efetivamente, um mercado político regulado pela ideologia neoliberal, pela grande mídia e pelas leis impostas pelo próprio neoliberalismo. As eleições são apenas a parte visível de um quadro institucional muito mais amplo que isola sistematicamente as decisões econômicas de uma potencial “interferência” da maioria. Em outras palavras, a consolidação institucional do neoliberalismo transformou a democracia política em uma ferramenta auxiliar para assegurar a reprodução da desigualdade econômica e a hegemonia das finanças. Além disso, a política econômica é imposta e monitorada por instituições financeiras transnacionalizadas, pelo mercado de ações e pela grande mídia, cujas opiniões autointeressadas podem alterar os valores dos ativos fácil e dramaticamente. Sua autoridade é sustentada por um sistema judicial encarregado de fazer cumprir a jurisprudência neoliberal (PURDY, 2012; BROWN, 2015).

Dessa forma, o neoliberalismo impôs disciplina aos principais agentes sociais, com os trabalhadores na vanguarda, mas também

⁵ Doutrina filosófica segundo a qual há uma tendência de progresso do mundo por meio da intervenção humana.

incluindo o capital, o Estado e até o próprio setor financeiro, com uma crescente intolerância a qualquer forma de dissidência. Não apenas as funções de alocação de recursos anteriormente desempenhadas pelo Estado foram transferidas para as finanças, mas o próprio neoliberalismo foi imobilizado com esta estrutura institucional rígida, tornando virtualmente impossível mudar o sistema de acumulação. Enquanto isso, as mudanças impostas pelo neoliberalismo criaram grandes quantidades de “perdedores” econômicos e erodiram a maioria das formas de representação coletiva e de sociabilidade da classe trabalhadora: partidos de esquerda e suas organizações de apoio, sindicatos, organizações comunitárias, clubes, entre outros, perderam sua tradicional base social e sua *raison d’être*. Ao mesmo tempo, mudanças nas estruturas sociais, nas instituições e no direito reduziram o escopo para uma oposição legítima e para que Estados, sociedades e sistemas políticos neoliberais definam políticas públicas dentro de suas próprias fronteiras e encontrem soluções negociadas para as contradições, limitações e crises do neoliberalismo (BOFFO et al., 2019; STREECK, 2014).

Embora possam apoiar a reprodução do neoliberalismo no curto prazo, tais efeitos inevitavelmente fomentaram a apatia política e a anomia. Se a evacuação da esfera política, por um lado, tornou os “perdedores” cada vez mais incapazes de resistir ao neoliberalismo, exigir mudanças de trajetória ou mesmo conceituar alternativas, por outro lado, também é verdade que ela reduziu seu interesse e engajamento na reprodução política do sistema de acumulação. Isso, por sua vez, teve implicações adversas para a estabilidade do neoliberalismo. Ao mesmo tempo, há uma crise crescente no âmbito do Estado⁶ capitalista, à medida que enfrenta as contradições entre sua necessidade de legitimidade política e as demandas de acumulação

⁶ No original, utiliza-se o termo *statehood*; apesar de ser traduzido para Estado em português, deve-se ressaltar aqui sua conotação mais complexa, que envolve não apenas a instituição estatal, mas seus subconceitos relacionados, tal como o poder estatal, a soberania nacional, o monopólio da violência, dentre outros. Assim, deve-se

global dentro de suas jurisdições. Conseqüentemente, “os Estados em todo o mundo têm experimentado acentuadas crises de legitimidade, as quais geram uma política desconcertante e aparentemente contraditória de gerenciamento de crise, que parece esquizofrênica, no sentido literal de elementos conflitantes ou inconsistentes” (ROBINSON, 2019, p. 176; ver também DAVIDSON E SAULL, 2017).

A hegemonia do neoliberalismo nas instituições estatais, a grande mídia e o discurso convencional levaram os “perdedores” a verem sua situação através de uma combinação de “bom-senso” e economia neoclássica elementar. Isso resultou em uma crescente proeminência do individualismo no discurso público, em diversos níveis. Em primeiro lugar, os problemas sociais foram interpretados através do prisma de conflitos éticos entre “bons” (honestos) e “maus” (desonestos) indivíduos, que podem ser desonestos por natureza, escolha ou por causa dos incentivos adversos criados por políticas públicas. Em segundo lugar, o mau funcionamento, as distorções e perversidades da política pública foram atribuídos à corrupção dos “políticos”. Terceiro, presume-se que o Estado trabalhe contra os “perdedores”; e, em contrapartida, oferece tratamento privilegiado a todos os tipos de grupos que reivindicam “desvantagens” às custas do interesse nacional. Assim, neste universo moral, não existem classes, relações sistêmicas de exploração ou estruturas reprodutoras da desigualdade. Em vez disso, os “perdedores” devem se defender contra intrusos agressivos: políticos que roubam “seu” dinheiro; mulheres, gays e outros indignos que reivindicam “seus” papéis tradicionais na sociedade; imigrantes expulsando-os de “suas” casas e hospitais; países distantes roubando “seus” empregos, e assim por diante, em uma ladainha de desgraças que supostamente são responsáveis pelas misérias dos nativos que trabalham duro e estão sendo enganados por “outros” oportunistas.

entender aqui o Estado capitalista enquanto um conceito ao mesmo tempo mais amplo e substantivo.

Dada a desarticulação da esquerda na transição para o neoliberalismo, essas insatisfações tendem a fomentar demandas conservadoras pela restauração de privilégios, veladas por um discurso baseado no senso comum e centrado em valores morais, justiça, igualdade de condições, direitos tradicionais, respeito e apelos por honestidade na vida pública. O *nacionalismo* e o *racismo* (baseando-se em valores e origens presumivelmente compartilhados) oferecem uma estrutura prontamente disponível para articular essas narrativas, reafirmando as virtudes inatas dos “perdedores”, seus vínculos com os privilegiados e sua vitimização por “estranhos” auxiliados e estimulados pelo Estado. Nesse ínterim, as implicações político-econômicas dos acordos comerciais, políticas de gênero, de imigração etc. no enfraquecimento da classe trabalhadora e na desarticulação da oposição ao neoliberalismo são efetivamente veladas.

AS LIMITAÇÕES DA DEMOCRACIA NEOLIBERAL

As limitações, tensões e contradições da democracia neoliberal estão localizadas em cinco níveis. Primeiramente, é central para a democracia capitalista a separação entre as esferas “econômica” e “política” peculiares a este modo de produção, cada uma com seus próprios tipos de relações de poder (WOOD, 1981, 1995). A produção ocorre em locais de trabalho de propriedade privada onde os capitalistas controlam o trabalho por meio de seus agentes contratados, enquanto a relação de exploração entre as classes produtoras e as proprietárias é mediada por compulsões “econômicas” impessoais, ou baseadas no mercado. Em contraste, a vida cívica ocorre isoladamente da economia, sendo regulada por um Estado “independente” em que, em princípio, cada indivíduo pode ser igualmente representado como um “cidadão”. Como tal, “o capital e o trabalho podem ter direitos democráticos na esfera política sem transformar completamente a relação entre eles em uma esfera econômica separada; e grande parte da vida é determinada nessa esfera econômica, fora do alcance da responsabilidade democrática” (WOOD, 2006, p. 11).

Onde existe, a democracia capitalista deve proteger a esfera econômica do próprio poder democrático, deixando “intocada toda a nova esfera de dominação e coerção criada pelo capitalismo, sua transferência de poderes substanciais do Estado para a sociedade civil, para a propriedade privada e as compulsões do mercado” (WOOD, 1995, p. 234). A “grande parte da vida” diretamente determinada pela esfera econômica se expandiu significativamente sob o neoliberalismo, por exemplo através da mercantilização e privatização de uma ampla gama de bens e serviços:

Transporte público, educação, saúde, serviços sociais, pesquisa científica, telecomunicações, radiodifusão, publicação, pensões, ajuda externa, uso da terra, água, a infraestrutura pública, as artes e a própria formulação de políticas públicas [...] tornam-se todos sujeitos à formulação de políticas orientadas pelo mercado em nome da “eficiência”, e são tratados cada vez mais como campos lucrativos de investimento privado, em vez de meios para uma sociedade melhor. (LEYS, 2008, p. 2).

95

Isso tem implicações diretas na democracia, já que os “votos” no mercado não são igualmente distribuídos, resultando em um desempoderamento dos pobres e estratos médios vis-à-vis o capital, em comparação com as relações de poder de classe na social-democracia do pós-guerra (OLSEN, 2019b; MONBIOT, 2016).

Em segundo lugar, uma vez que os regimes democráticos reconhecem os direitos básicos dos cidadãos, incluindo o direito ao voto, eles têm um grau de legitimidade política que pode ser usado para justificar a implementação de políticas neoliberais, que, inevitavelmente, concentram o poder político, econômico e da mídia. O neoliberalismo também obteve apoio por meio da noção de que o Estado é intrinsecamente ineficiente e incapaz de cumprir as prioridades sociais. Ao contrário, o mercado oferece um modo “racional” de representação do consumidor-cidadão e uma forma eficiente de mediação dos processos sociopolíticos, sem limites por maiorias inconstantes e coalizões oportunistas. Ao contrastar as escolhas no mercado e nas urnas, os neoliberais não apenas retratam

os consumidores soberanos como os principais agentes que impulsionam a atividade econômica e política, mas também interpretam a “votação” diária no mercado como a instância de representação e participação individual na sociedade (OLSEN, 2019a). O significado e a prática da democracia são, então, reformulados em um idioma econômico: “a inclusão se inverte em concorrência, a igualdade em desigualdade, a liberdade em mercados desregulamentados e a soberania popular não pode ser encontrada” (BROWN, 2015, p. 40-42). Uma dinâmica letal é, assim, posta em movimento contra a solidariedade social e a igualdade básica de status, condição, tratamento e proteção, da qual depende, em última análise, a noção de democracia: “a igualdade deixa de ser um a priori ou fundamento da democracia neoliberalizada [...] na legislação, na jurisprudência e no imaginário popular, a desigualdade torna-se normal, e até normativa” (BROWN, 2015, p. 38; LEYS, 2008). A corrosão das igualdades cívicas pela crescente desigualdade econômica pode minar a legitimidade do neoliberalismo, levando inevitavelmente a uma política cada vez mais polarizada (AYERS e MUJANOVIC, 2009).

Em terceiro lugar, ao refazer a estrutura institucional do Estado e da economia, o neoliberalismo engendrou formas específicas de corrupção. Por exemplo, promoveu o tráfico de influências entre os negócios, a política, o serviço público, a mídia, conselheiros não eleitos, a polícia e os militares, bem como irregularidades eleitorais generalizadas e trapanças, de supressão de eleitores a violações de limites de gastos eleitorais (WHYTE, 2015; WIEGRATZ e WHYTE, 2016; CROUCH, 2015). Em última análise, um sistema político do estilo “pague para jogar” permite que interesses monetários e corporativos, de certa forma, comprem políticos e eleições, desmoralizando ainda mais a democracia – tanto ideologicamente quanto na prática (ALEXANDER, 2020; MONBIOT, 2020; PALAST, 2003).

Em quarto lugar, a expansão e a crescente impermeabilidade do domínio econômico sob o neoliberalismo e a concentração dos poderes econômico e político derivam da mudança nas relações de classe sob esse sistema de acumulação. Também decorrem da transformação das estruturas de produção e comércio, incluindo

o imperativo de garantir a competitividade internacional de acordo com os parâmetros definidos pelas finanças globais e pela “comunidade internacional”, liderada pelos EUA. Essas características do neoliberalismo restringem diretamente o espaço político. No entanto, existe uma tensão inerente na instrumentalização de um sistema político *inclusivo* para apoiar um sistema de acumulação *excludente*. À medida que o mandato do setor público foi sendo evacuado, vários aspectos da vida tornaram-se imunes à *accountability* democrática, com a vida política se aproximando do que Crouch (2020) chama de uma condição “pós-democrática”, na qual as instituições da democracia persistem, mas esvaziadas de relevância e energia vital.

Em quinto lugar, o imperialismo, em suas várias formas (incluindo o neocolonialismo e o imperialismo informal de hoje), serviu para forjar, sustentar e restringir as democracias modernas (AYERS, 2018). O imperialismo apoia objetivos sociais e políticos estratégicos dentro da metrópole, ajudando a produzir, demarcar, legitimar e estabilizar o “interesse nacional”. Isso concede a esses Estados legitimidade para impor os interesses de sua classe dominante no exterior e delimitar os direitos à cidadania e à solidariedade internamente – com consequências particularmente destrutivas na periferia global. Assim, “as reivindicações universalistas e inclusivas da democracia estão sempre ligadas às práticas de exclusão colonial, que são implementadas por meio da implantação da violência” (GORDON, 2010).

Embora esses resultados possam ser vantajosos para o neoliberalismo no curto prazo, como explicado acima, eles também minaram sua legitimidade – mesmo que não (ainda) seu domínio sobre o imaginário. Essa tensão foi agravada pela perda de alternativas percebidas como viáveis, devido ao colapso dos movimentos de libertação nacional do Sul, ao fim da União Soviética, às transformações econômicas pró-capitalistas na China e ao fim dos partidos revolucionários de esquerda na maioria dos países. Com a crescente perda de confiança nos partidos, líderes e organizações tradicionais, por causa de sua evidente ineficácia e de percepções generalizadas de

corrupção, foram drasticamente reduzidas as vias para a dissensão efetiva, o espaço para ação coletiva e a capacidade de imaginar alternativas progressistas (AYERS e SAAD-FILHO, 2015).

Os sinais tornaram-se cada vez mais nefastos desde, pelo menos, o final dos anos 1980. Em todo o mundo, à medida que o neoliberalismo se consolidava, os partidos de centro-esquerda e centro-direita perderam apoio e entusiasmo e a participação dos eleitores diminuiu. À medida que os partidos de direita e outrora de esquerda convergiam em torno das políticas neoliberais, a expropriação de poder se transformou em usurpação de direitos, alimentando uma crise de representação e minando o slogan neoliberal de “liberdade de escolha” no domínio político (MONBIOT, 2016; LEVENSON, 2020). A consolidação das democracias neoliberais acabou minando seus próprios fundamentos: as estruturas de representação tornaram-se rígidas, as coletividades de classe perderam relevância, as políticas públicas tornaram-se cada vez mais hostis à maioria e os indivíduos com pouco dinheiro foram representados pela mídia e pelo Estado como fracassados ou criminosos, de modo a minar a coesão social. Percebeu-se que, mesmo que as democracias neoliberais continuem formalmente inclusivas, elas são excludentes nos níveis da economia e da liberdade humana; isto é, elas são substantivamente vazias.

98

Dadas as mudanças sociais, institucionais e políticas impostas pelo neoliberalismo, a busca por novas formas de engajamento político de massa tendeu cada vez mais a se concentrar em soluções fora da política convencional (porque é comprovadamente ineficaz), com base em campanhas intransigentes (porque é necessário forçar mais para obter respostas de um sistema rígido) e na projeção de agência sobre “líderes” de alto desempenho (uma vez que as instituições de ação coletiva foram desabilitadas). A atividade política, nestes moldes, tem implicações desestabilizadoras, mas não transformadoras, para o sistema de acumulação. Nesse sentido, a hegemonia do neoliberalismo e as (intimamente relacionadas) degradações econômica, social e política da classe trabalhadora desestabilizaram estruturalmente a democracia neoliberal; no entanto, também limitaram o espaço para alternativas a ela.

A CRISE DA DEMOCRACIA NEOLIBERAL

A grande crise financeira remonta à acelerada financeirização da economia global, centrada nos EUA,⁷ e revelou as distorções e disfunções do próprio neoliberalismo. Nas economias avançadas, as políticas introduzidas na esteira da grande crise financeira foram sintomáticas da hegemonia das finanças. Especificamente, elas se concentraram em salvar o sistema financeiro acima de tudo, na medida em que o resgate extraordinariamente caro de alguns dos maiores bancos do mundo por meio de resgates direcionados, compras de ativos de emergência e *quantitative easing* (QE)⁸ foi considerado de interesse geral – supostamente para evitar resultados ainda piores caso aquelas instituições viessem a falir. Numa fase posterior, a “austeridade fiscal” foi apresentada como essencial para estabilizar as contas públicas, dadas as despesas extraordinárias no período anterior. A “austeridade” serviu para fazer avançar a agenda neoliberal em uma frente ainda mais ampla por meio de tributação regressiva, de transferências mais baixas e da mercantilização expandida da reprodução social (ALBO e FANELLI, 2014). A “austeridade” também anulou na prática o argumento de que, uma vez que as finanças puderam ser salvas pela intervenção do Estado, o mesmo deveria ser feito em relação à habitação, à saúde, ao transporte e a outros serviços públicos.

99

A grande crise financeira e suas consequências abriram a terceira fase do neoliberalismo, caracterizada pelo imperativo de administrar as consequências da crise em um contexto de fragilidade da hegemonia ideológica neoliberal. Isso surgiu da compreensão generalizada da enormidade do choque; os enormes custos de ter salvado as finanças e a crescente consciência de que o neoliberalismo concentrara acentuadamente renda e riqueza, impusera padrões

⁷ Ver, por exemplo, Evans (2015), Panitch et al. (2010), McNally (2011), Mirowski (2013) e Saad-Filho (2008, 2011).

⁸ Trata-se de uma política monetária a partir da qual o Banco Central adquire títulos de dívida de longo prazo, de modo a impulsionar a oferta de moeda na economia e proporcionar maior liquidez aos bancos.

impopulares de emprego e não conseguira proporcionar uma acumulação rápida e estável, além da constatação do esvaziamento da democracia formal. As políticas impostas na esteira da grande crise financeira também contribuíram para a perda de dinamismo econômico nas economias avançadas. Simultaneamente, a incapacidade dos Estados neoliberais de abordar as preocupações dos “perdedores” reforçou a percepção de perda de eficácia de políticas, práticas, partidos e líderes anteriormente dominantes.

100 A crise da democracia neoliberal tornou-se aparente quando governos eleitos na periferia da zona do euro (Chipre, Grécia, Itália) foram arbitrariamente substituídos pelos chamados tecnocratas não partidários (na realidade, operadores políticos experientes e comprovadamente comprometidos com o *status quo*). Posteriormente, uma administração eleita por sua abordagem não convencional foi forçada a trair suas promessas (Grécia). O mal-estar finalmente atingiu os países “centrais” da Otan quando o Brexit prevaleceu no Reino Unido e Donald Trump foi eleito nos EUA. Na França, Marine Le Pen alcançou o segundo turno das eleições presidenciais, vencidas por Emmanuel Macron, um “novo” político firmemente alinhado com o neoliberalismo. O populismo nativista se expandiu na Áustria, Suíça e Escandinávia e, na Europa Oriental, políticos de extrema-direita prosperaram com base na exclusão e na xenofobia. Enquanto isso, no Sul Global, líderes autoritários ganharam eleições por meios justos ou não (Argentina, Índia, Filipinas, Rússia, Turquia), enquanto governos dissidentes foram descartados (Brasil, Egito, Honduras, Paraguai e Tailândia, com fortes pressões contra a Nicarágua e a Venezuela).

Estes foram *desdobramentos* inerentes à democracia neoliberal, e não desvios ou negações dela. Nessas circunstâncias desafiadoras, a estabilização do neoliberalismo exigiu formas coercitivas e repressivas de governo (BRUFFE, 2014; TANSEL, 2017; BOFFO et al., 2019). Portanto, a escalada do autoritarismo não se deve ao mero deslocamento de uma geração mais antiga de políticos neoliberais e democráticos por uma horda de autoritários que, por coincidência, são neoliberais. Ao contrário: práticas autoritárias foram

implementadas por líderes neoliberais antigos e novos, cada vez mais à frente das forças de direita, ao mesmo tempo que eles alardeiam estar confrontando o Estado neoliberal, as finanças, a globalização, as elites, os estrangeiros e assim por diante, a fim de angariar o apoio dos “perdedores”.

Gradualmente, as crises econômicas, sociais e políticas do neoliberalismo inauguraram “estados de exceção” com o objetivo de sustentar o sistema de acumulação (DAVIDSON, 2017). Estes em geral (mas nem sempre, nem necessariamente) permanecem ligados a práticas formalmente democráticas – mantendo no lugar o suposto pluralismo político e eleições regulares – enquanto, simultaneamente, são liderados por líderes estridentes e agressivos que lutam contra as mesmas regras constitucionais que via de regra facilitaram seu próprio caminho ao poder. Essas consequências são dramáticas, mas também instáveis, porque as implicações regressivas do neoliberalismo fomentam dúvidas recorrentes, oposição localizada e revoltas ocasionais, variando da insatisfação fervilhante à rebelião total. Para enfrentar esses desafios, o Estado deve implantar combinações variáveis de políticas de aumento da demanda, propaganda, gestos conciliatórios, fraude eleitoral e novos sistemas de controle social e repressão política. Daí a escalada sistemática do policiamento de todas as formas de dissidência, as restrições à privacidade individual, às liberdades civis e à ação coletiva, especialmente após o atentado de 11 de setembro de 2001 (ROBINSON, 2014, 2019; WOOD, 2015).⁹

Domar a alienação e a revolta dos “perdedores” tem se mostrado tarefa difícil. Suas preocupações foram sistematicamente ignoradas, e seus ressentimentos, medos, esperanças e sentimentos de alienação e raiva foram capturados pela grande mídia e deslocados

⁹ Por exemplo, nas últimas quatro décadas, o custo de policiamento nos EUA tem aumentado drasticamente. Na maioria das cidades, os gastos com a polícia são desproporcionalmente altos: 1,8 bilhão de dólares em Los Angeles, a título de exemplo, o que é mais do que a metade dos fundos gerais da cidade (SCHRADER, 2019; WEST, 2020).

para conflitos éticos entre “*insiders*” e “*outsiders*” e entre indivíduos “bons” e “maus”, e frequentemente foram explicados por referência aos “privilégios indevidos” concedidos pelo Estado a um grupo seletivo de minorias reivindicantes (ver acima). As consequências de longo prazo incluem a deslegitimação da política, o aumento da alienação e da anomia e – dada a destruição da esquerda – a abertura de espaços para a extrema-direita. À medida que as deficiências sistêmicas do neoliberalismo são deslocadas para a desonestidade e a corrupção (individual e nacional), as falhas do sistema de acumulação ficam efetivamente ocultas em uma névoa de manchetes escandalosas.

102

A mobilização do descontentamento pela extrema-direita foi facilitada pela perda do sentimento de coletividade e agência baseado em condições materiais compartilhadas, e a erosão, intimamente relacionada, das culturas e capacidades políticas da classe trabalhadora.¹⁰ Consequentemente, os “perdedores” podem reconhecer os danos infligidos pelo neoliberalismo e desconfiar de sua disfuncionalidade política. No entanto, eles são induzidos a culpar grupos da base da pirâmide social pelos desastres infligidos pelo neoliberalismo. Essas visões políticas são intrinsecamente destrutivas, pois tendem a fragmentar “o povo”. Elas são acompanhadas por uma convergência de interesses em torno da rejeição da corrupção, que oferece a única forma legítima de oposição política dentro do neoliberalismo, e pela ascensão do nacionalismo e do racismo como as únicas formas permissíveis de coletividade. Parecem oferecer “ao povo” uma maneira de responder a ferimentos reais, enquanto, ao mesmo tempo, reafirmam as suas virtudes próprias.

Essas oposições estão sendo usadas para apoiar programas reacionários justificados por apelos ao bom-senso, cujos líderes supostamente “fortes” podem falar “honestamente” e “fazer as coisas acontecerem” pela força de vontade. Sua força de caráter é

¹⁰ Um processo paralelo foi descrito por Karl Marx em O 18 de Brumário de Luís Bonaparte.

considerada essencial para destruir os interesses arraigados, os políticos corruptos, os funcionários públicos egoístas e as instituições capturadas, que minam a “nossa” nação e prejudicam o “nosso” povo. Como tal, o neoliberalismo autoritário não é nem um desvio transitório que levará inevitavelmente à restauração da política “normal”, nem um sinal do “fim do neoliberalismo”. Ele é um sintoma da decomposição da democracia neoliberal; é um resultado da crise de economias reestruturadas, de sistemas políticos e de instituições de representação sob o neoliberalismo; e é evidência de que o descontentamento em massa foi sequestrado pela extrema-direita.

As políticas implementadas por líderes neoliberais autoritários prejudicam sua própria base de massas. Inevitavelmente, a frustração se intensifica, alimentando o descontentamento disperso e uma política de ressentimentos cada vez mais aguda, e que pode não ser contida pelas instituições enfraquecidas da democracia neoliberal. A conclusão inevitável é que o neoliberalismo autoritário é intrinsecamente instável e anuncia “estados de exceção” que abrem espaços para formas modernas de fascismo.

103

“ESTADOS DE EXCEÇÃO”

Se as crises sistêmicas (orgânicas) anteriores trouxeram grandes reestruturações do capital e geraram as condições para uma nova fase de acumulação, esse não foi o caso da grande crise financeira de 2007. Em vez disso, a economia global entrou em uma fase radicalizada do neoliberalismo, apesar de sua incapacidade de realizar qualquer forma de prosperidade compartilhada e das ameaças iminentes à própria vida devido à crise ambiental. Em um nível mais imediato, a crise sistêmica e a década de austeridade que se seguiu aceleraram os processos de fragmentação e declínio através da desaceleração econômica crescente, da estagnação dos salários reais, da piora das perspectivas de emprego, dos cortes na previdência social e serviços públicos e do aumento da desigualdade (ROBERTS, 2016, 2020b). Isso sugere que o sistema de acumulação tornou-se parasitário da

pilhagem da natureza, das extrações da periferia e da intensificação da exploração do trabalho, sustentada por sistemas de controle social cada vez mais repressivos. Em suma, o neoliberalismo não foi capaz de resolver a crise da acumulação e não tem uma estratégia para restaurar o dinamismo econômico ou para melhorar as condições de vida da grande maioria.

Politicamente, a atrofia da democracia neoliberal, a atomização da sociedade, o aumento da desigualdade e da insegurança e o enfraquecimento do movimento trabalhista e da esquerda progressista – junto com a persistente hegemonia ideológica do neoliberalismo – promoveram novas formas de “estados de exceção” (JOHAL, 2020; DAVIDSON, 2017). Esses governos autoritários e a emergência do populismo de direita e de forças proto- e neofascistas disseminaram e tornaram dominante a influência da extrema-direita. Sob pressão crescente, a centro-direita e a centro-esquerda frequentemente adotaram discursos racialmente codificados, como reações mais “duras” à imigração, ao crime e à dependência de políticas de bem-estar; e colaboraram na reversão de proteções não mercantis conseguidas pelos trabalhadores em fases anteriores do capitalismo. Significativamente, a direita e a extrema-direita têm sido cada vez mais capazes de enquadrar a narrativa em um registro cultural em vez de “econômico” (CROUCH, 2019), propagando uma política nacionalista, xenófoba e populista que obscurece a dinâmica de classe do neoliberalismo. Evidentemente, a “despolitização da economia leva à politização de todo o resto” (MARSDAL, 2013 apud DAVIDSON e SAULL, 2019, p. 717).

Os níveis cada vez maiores de repressão, coerção e controle social são característicos dos Estados autoritários emergentes. Esses processos resultam em “estados de exceção”, que procuram resolver a crise de acumulação ao mesmo tempo que gerenciam as condições políticas e sociais concomitantes, incluindo o medo de que a crise possa engendrar uma revolta incontrolável. Tais desdobramentos foram apropriadamente caracterizados por Robinson (2019) como “acumulação militarizada” ou “acumulação por repressão”. Na América do Norte e na Europa, isso é evidente na expansão dos

complexos militares e do complexo industrial-prisional; no policiamento generalizado e, muitas vezes, paramilitarizado; na tecnologia de ponta empregada em sistemas de vigilância e técnicas de controle de multidões; no policiamento pesado de comunidades de jovens negros e da classe trabalhadora; e nas falsas “guerras” contra as drogas e o “terrorismo”. Também são notáveis as guerras de fato contra imigrantes e refugiados por meio do reforço e militarização das fronteiras – seja através do policiamento do Mediterrâneo pela Fortaleza Europa ou dos muros na fronteira da Fortaleza dos Estados Unidos da América¹¹ –, em conjunto com a legislação anti-imigrante, os centros de detenção e regimes de deportação, e a criminalização de dissidência. Por sua vez, um “novo militarismo” se tornou evidente através do aumento do arsenal militar global, com os EUA na vanguarda – suas oitocentas bases em mais de setenta países “policiando o mundo no interesse do capital (predominantemente estadunidense)” (WOOD, 2005, p. 129; DAHL, 2020).

Tem sido central para esses Estados de exceção a preocupação schmittiana com a comunidade política, com foco em quem pertence ao “povo”. Deste ponto de vista, a identidade das pessoas é determinada pela distinção entre “nós e eles”, ou entre “amigos e inimigos” (SPRINGER, 2012). Essa visão de mundo ultranacionalista leva à desumanização e à segmentação de grupos rivais, com o inimigo sendo interpretado como “externo”, como é o caso dos migrantes, solicitantes de asilo político ou humanitário, do islamismo radical, da China ou da União Europeia; ou “interno”, no caso de minorias étnicas, indigentes, famílias monoparentais, pessoas com deficiência, movimentos “antifa”, movimento Black Lives Matter nos EUA, castas inferiores na Índia, população negra e desproporcionalmente empobrecida no Brasil, e assim por diante. Em todos os casos, esta “mistura violentamente tóxica de nacionalismo

¹¹ Os termos Fortalezas Europeia e Norte-Americana surgiram no contexto da Segunda Guerra Mundial, mas atualmente referem-se ao tipo de política baseada na força contra imigrantes e refugiados, vistos como invasores externos.

reacionário e racismo” (ROBINSON, 2019, p. 169) gira em torno do mecanismo psicossocial de atribuir ao “outro” a responsabilidade pela crise sistêmica e deslocar o medo e a ansiedade para bodes expiatórios exteriores e construídos como ameaçadores (FOSTER, 2020).

O regime de poder e a forma de existência social do neoliberalismo são caracterizados pela tensão, pela turbulência e pela insegurança. A desorientação social associada à dizimação econômica de longo prazo, à fragmentação social e à devastação de valores, modos de vida e formas de pertencimento anteriores criou um terreno fértil para o surgimento de todos os tipos de autoafirmações agressivas – sejam nacionais, raciais, étnicas e/ou religiosas – e costumeiramente influenciadas pela hipermasculinidade, misoginia e homofobia. Essas autoafirmações podem funcionar como uma “forma de consolo [...] cujas afirmações (as formas mais negativas de política de identidade) são um bálsamo para o desespero social” (VANAİK, 2009, p. 141). A extrema-direita, em suas inúmeras formas, tem sido adequada de explorar essas fontes de insegurança, desespero e alienação. De fato, em tempos de crise, quando o presente é insatisfatório e o futuro parece sombrio, um passado idealizado e mítico pode fornecer uma sensação de segurança e um farol de esperança (VANAİK, 2009). Para muitos, apelos ao “sangue” e à “nação” podem parecer a única forma viável de coletividade, especialmente em um contexto em que as alternativas sistêmicas ao capitalismo aparentemente entraram em colapso (DAVIDSON e SAULL, 2017, p. 711).

Nesse contexto, as crises do neoliberalismo fomentaram a personalização da política e o surgimento de líderes “espetaculares”, livres de instituições estabilizadoras – como as estruturas partidárias, os freios e contrapesos [*checks and balances*] constitucionais, os sindicatos, os movimentos sociais e a lei. Por meio de pura demagogia, eles cultivam uma política de ressentimento que apela ao “bom-senso”, mas não têm nem as ferramentas nem a intenção de abordar as causas da insatisfação e do desespero generalizados. Em vez disso, esses líderes estão fortemente comprometidos com o neoliberalismo e com a expansão de seu próprio poder pessoal. Embora

eles façam campanhas estridentes contra facetas ou consequências específicas do neoliberalismo, quando chegam ao poder, invariavelmente, implementam políticas que intensificam o neoliberalismo e a financeirização, ao mesmo tempo que atacam todas as formas de oposição e conferem cada vez mais poder à elite neoliberal, sob o véu do nacionalismo e de um racismo mais ou menos explícito.

Inevitavelmente, essas agendas políticas prejudicam sua própria base política. A sociedade fica ainda mais dividida, os salários e as proteções sociais diminuem, os impostos tornam-se mais regressivos, as economias tornam-se mais desequilibradas e a pobreza aumenta. A frustração em massa se intensifica, alimentando o descontentamento disperso sobre o que os “líderes” navegam, fomentando novos ressentimentos e desencadeando mais conflitos. Eles não podem parar ou sua popularidade declina, já que não podem resolver os problemas reais: eles podem apenas fazer teatro político – veja-se, por exemplo, os casos marcantes de Donald Trump, Boris Johnson, Narendra Modi e Jair Bolsonaro nos EUA, Reino Unido, Índia e Brasil, respectivamente. De maneira mais geral, a política de gestão de crises sob o neoliberalismo autoritário opera por meio da manipulação de ressentimentos setoriais (excludentes), com o objetivo de intensificar a exploração econômica e a opressão política dentro e entre os países. As divisões sociais decorrentes disso são contidas por formas seletivas de nacionalismo, racismo e violência, frequentemente implantadas através de práticas políticas populistas de direita. Segue-se que o neoliberalismo autoritário é intrinsecamente instável e sua dinâmica irá, talvez involuntariamente, oferecer crescente proeminência e escopo para o surgimento de formas modernas de fascismo.

Por meio de seu apoio ao “neoliberalismo social” e ao antiesquerdismo perverso, os liberais e alguns setores da social-democracia não conseguiram compreender o deslocamento em direção à extrema-direita de muitos das classes trabalhadoras e camadas médias desprivilegiadas, alienadas e inseguras. Acompanhadas de muita lamentação e incredulidade, as explicações “progressistas” muitas vezes prendem aqueles que penderam para a extrema-direita,

supostamente levados por deficiência cognitiva, falha moral ou ambos. Está ausente desta visão de mundo, em grande parte, a compreensão de que tais indivíduos e comunidades estão respondendo, embora incoerentemente, às suas experiências de crise econômica global e suas múltiplas crises políticas e sociais:

Depois de décadas em que os partidos da classe trabalhadora claramente representaram o capital com maior eficácia do que representaram o trabalho, trabalhadores ao redor do mundo se voltaram aos populistas nacionalistas. Apesar de todas as suas tendências profascistas, pelo menos esses líderes são capazes de apelar, com sucesso, aos interesses da classe trabalhadora, mesmo que apenas retoricamente. (LEVENSON, 2020)

108 No Reino Unido, por exemplo, a intelligentsia liberal ficou, em sua maioria, chocada e incrédula diante do resultado do Brexit. Todavia, como Winlow et al. (2017, p. 201) documentaram, essa não foi a reação de ninguém com qualquer experiência própria recente da “realidade precária da velha classe trabalhadora”, das “atitudes endurecidas” e das “feridas abertas e dolorosas dos setores da sociedade britânica que sofreram os piores efeitos da reestruturação neoliberal”: “[Q]uando você está atormentado por dívidas e quando seu emprego é instável e mal pago. Se você não sabe como vai pagar o aluguel no próximo mês, ou como vai sustentar sua família, o otimismo diminui e emoções mais sombrias vêm à tona” (WINLOW et al., 2017, p. 202).

Em resumo, o surgimento desses “estados de exceção” é sintomático do esvaziamento da democracia neoliberal, uma consequência indireta de economias e políticas “reestruturadas”, da generalizada alienação popular em relação ao sistema político e às instituições de representação e da captura do descontentamento em massa pela extrema-direita (GANDESHA, 2020). O neoliberalismo autoritário, como a modalidade desses “estados de exceção” típicos da fase pós-GCF do neoliberalismo, não é nem transitório, nem uma indicação do “fim do neoliberalismo”. Pelo contrário, essa fase sinaliza desdobramentos do próprio neoliberalismo, com o surgimento

e consolidação potencial de novos blocos hegemônicos sob a liderança da extrema-direita (ROBINSON, 2019). A escalada do autoritarismo emergiu de dentro do próprio aparato estatal, como único meio de sustentar o sistema de acumulação diante das múltiplas crises econômicas, sociais e políticas do neoliberalismo. Ou seja, os estados de exceção não surgem como distorções exógenas do Estado, mas como expressões inerentes a ele em tempos de crise. Apesar de sua retórica antissistema, eles são extensões do Estado capitalista neoliberal, não a sua negação. Para um antagonismo significativo ao Estado neoliberal e ao capital, precisamos olhar novamente para o socialismo.

CONCLUSÃO

Vivemos um momento histórico profundamente polarizado e perigoso. Um desfecho de extrema-direita para a crise do capitalismo neoliberal não é inevitável. No entanto, nem o neoliberalismo necessariamente entrará em colapso sob o peso de suas próprias contradições, nem seu fracasso promoverá alternativas progressistas espontaneamente. Uma crise orgânica ou sistêmica, por definição, significa mudança concentrada. Mas que mudança, como e com que propósito depende da luta entre as forças sociais e políticas.¹² Conforme Marx (MARX e ENGELS, 1956) argumenta em *A Sagrada Família*:

109

A História não faz nada, “não possui imensa riqueza”, “não trava batalhas”. São as pessoas, pessoas reais e vivas que fazem tudo isso, que possuem e lutam; a “História” não é, por assim dizer, uma pessoa à parte, usando a humanidade como um meio para atingir seus próprios objetivos; a História nada mais é do que a atividade da humanidade em busca de seus objetivos.

¹² Adaptado de Kevin Ovenden (2020, comunicação pessoal).

O resultado da crise do capitalismo neoliberal será determinado pela “atividade da humanidade em busca de seus objetivos”. Essa é uma humanidade em conflito e polarizada, que compreende classes, frações, Estados, partidos, instituições internacionais, exércitos, movimentos, milícias e assim por diante, colocando uma esquerda insurgente e forças populares contra uma direita autoritária ousada, incluindo elementos neofascistas dentro e em todo o Estado.

110 Em tempos de exceção, com múltiplas crises ameaçando o futuro da civilização, a ordem existente torna-se cada vez mais aberta a questionamentos. A construção de alternativas ao sistema dominante de acumulação requer a integração das demandas econômicas e políticas em um programa positivo de expansão e radicalização da democracia política e econômica. Implica também revelar a complementaridade entre a democracia e o socialismo, e a incompatibilidade entre o capitalismo e a democracia. Essas demandas só podem ser impulsionadas por uma classe trabalhadora politicamente rearticulada, como uma das principais alavancas de sua própria recomposição econômica. O neoliberalismo nunca foi tão instável ou sua hegemonia tão frágil, ao passo que as limitações da classe dominante foram escandalosamente reveladas pela pandemia da Covid-19. Com crises e choques sistêmicos cada vez mais comuns, o capitalismo está enfrentando sua maior crise. Dadas essas devastações e desastres, podemos esperar uma onda de erupções populares daqueles que lutam por um mundo mais igualitário, justo e sustentável. Se não agora, quando?

Referências bibliográficas

ALBO, G. e FANELLI, C., *Austerity Against Democracy: An Authoritarian Phase of Neoliberalism?*, Socialist Project, 2014. online: <https://socialistproject.ca/content/uploads/2014/08/AusterityAgainstDemocracy.pdf/>.

ALEXANDER, M., *America: This is Your Chance*. *New York Times*, 8 jun. 2020.

ALVAREDO, F., CHANCEL, L., PICKETTY, T., SAEZ, E., and ZUCMAN, G., World Inequality Report, World Inequality Lab, Paris, 2018. online: <https://wir2018.wid.world/>.

ASHMAN, S. e FINE, B. Neo-liberalism, Varieties of Capitalism, and the Shifting Contours of South Africa's Financial System, *Transformation*, 81-82, pp. 145-78, 2013.

AYERS, A.J. *A Global Political Economy of Democratisation: Beyond the Internal – External Divide*. Londres e Nova York: Routledge, 2018.

AYERS, A.J. e MUJANOVIC, J. White Collar, Black Shirt? The Crises of Capitalism and the Spectre of Global Fascism, April 3, Symposium on the Current Crisis and Political Futures, SFU Harbour Centre, Vancouver, 2009.

AYERS, A.J. e SAAD-FILHO, A. Democracy Against Neoliberalism: Paradoxes, Limitations, Transcendence, *Critical Sociology*, 41(4-5), pp. 597-618, 2015.

BENGTSSON, E. e RYNER, M. The (International) Political Economy of Falling Wage Shares: Situating Working Class Agency, *New Political Economy*, 20(3), pp. 406-30, 2015.

BOFFO, M., SAAD-FILHO, A., and FINE, B. Neoliberal Capitalism: The Authoritarian Turn, *Socialist Register*, pp. 247-70, 2019.

BOYLE, D. *Broke: Who Killed the Middle Classes?*, Londres: Fourth Estate, 2013.

BROWN, W. (2003) 'Neoliberalism and the End of Liberal Democracy', *Theory and Event*, 7(1), <https://muse.jhu.edu/article/48659/>.

BROWN, W. *Undoing the Demos: Neoliberalism's Stealth Revolution*, Nova York: Zone Books, 2015.

BRUFF, I. The Rise of Authoritarian Neoliberalism, *Rethinking Marxism*, 26(1), pp. 113-29, 2014.

CLUA-LOSADA, M. and RIBERA-ALMANDOZ, O. Authoritarian Neoliberalism and the Disciplining of Labour in Tansel, C.B. (ed.), *States of Discipline: Authoritarian Neoliberalism and the Contested Reproduction of Capitalist Order*. Londres: Rowman and Littlefield, 2017.

CROUCH, C. The March Towards Post-Democracy, Ten Years On. *The Political Quarterly*, 2015. <https://doi.org/10.1111/1467-923X.12210/>.

_____. Post-Democracy and Populism, *The Political Quarterly*, 90, pp. 124-37, 2019.

_____. *Post-Democracy After the Crisis*. Cambridge: Polity Press, 2020.

DAHL, A. We Must Defund Militarization from the Local Police to the Pentagon, *Truthout*, 26 jun. 2020, online: <https://truthout.org/articles/we-must-defund-militarization-from-the-local-police-to-the-pentagon/>.

DARDOT, P. and LAVAL, C. *The New Way of the World: On Neoliberal Society*, Londres: Verso, 2013.

DAVIDSON, N. Crisis Neoliberalism and Regimes of Permanent Exception, *Critical Sociology*, 43(4-5), pp. 615-34, 2017.

112

DAVIDSON, N. and SAULL, R. Neoliberalism and the Far-Right: A Contradictory Embrace, *Critical Sociology*, 43(4-5), pp. 707-24, 2017.

EVANS, T. The Crisis of Finance-Led Capitalism in the United States of America, *Working Paper No. 51*, Institute for International Political Economy, Berlim, 2015.

FEHER, M. Self-Appreciation; or, The Aspirations of Human Capital, *Public Culture*, 21(1), pp. 21-41, 2009.

FINE, B. Financialisation from a Marxist Perspective, *International Journal of Political Economy*, 42(4), pp. 47-66, 2013-4.

FINE, B. e SAAD FILHO, A. Thirteen Things You Need to Know About Neoliberalism, *Critical Sociology* 43 (4-5), pp.685-706, 2017.

FOSTER, J.B. *The Ecological Rift: Capitalism's War on the Planet*, Nova York: Monthly Review Press, 2011.

_____. Trump, Neo-Fascism, and the COVID-19 Pandemic: Interview with Michael D. Yates, *Monthly Review*, 11 abr. 2020, online: <https://mronline.org/2020/04/11/trump-neo-fascism-and-the-covid-19-pandemic/>.

FOUCAULT, M. *The Birth of Biopolitics: Lectures at the Collège de France, 1978-79*. Nova York: Picador, 2004.

GANDESHA, S. (ed.) *Spectres of Fascism: Historical, Theoretical and International Perspectives*, Londres: Pluto Press, 2020.

GILLS, B. Deep Restoration: From The Great Implosion to The Great Awakening, *Globalizations*, 2020. <https://doi.org/10.1080/14747731.2020.1748364/>.

GORDON, N. Democracy and Colonialism, *Theory and Event*, 13(2), 2010. online: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1862012/.

GOWAN, P. *The Global Gamble*. Londres: Verso, 1999.

JOHAL, A. The Post-Democratic Horizon: Friend and Enemy in the Age of New Authoritarianism, in S. Gandeshia (ed.), *Spectres of Fascism: Historical, Theoretical and International Perspectives*. Londres: Pluto, 2020, pp. 97-108.

KLEIN, N. *The Shock Doctrine: The Rise of Disaster Capitalism*. Toronto: Alfred A. Knopf, 2007.

_____. *This Changes Everything: Capitalism vs. the Climate*. Nova York: Simon and Schuster, 2015.

KONINGS, M. From Hayek to Trump: The Logic of Neoliberal Democracy, *Socialist Register*, Londres: Merlin Press, 2018, pp. 48-73.

KNEI-PAZ, B. *The Social and Political Thought of Leon Trotsky*, Oxford: Clarendon Press, 1978.

LENIN, V.I. *The State and Revolution*, 1917. online: <http://www.marxists.org/archive/lenin/works/1917/staterev/cho1.htm>.

LEVENSON, Z. An Organic Crisis Is Upon Us, *Spectre*, 20 abr. 2020, online: <https://spectrejournal.com/an-organic-crisis-is-upon-us/>.

LEVINS, R. Is Capitalism a Disease?, *Monthly Review*, 2000. online: <https://monthlyreview.org/2000/09/01/is-capitalism-a-disease/>.

LEYS, C. *Total Capitalism: Market Politics, Market State*. Londres: Merlin Press, 2008.

MARX, K. *The Eighteenth Brumaire of Louis Bonaparte*, 1852. online: <https://www.marxists.org/archive/marx/works/1852/18th-brumaire/>.

MARX, K. and ENGELS, F. *The Holy Family or Critique of Critical Criticism*. Moscou: Foreign Languages, 1956. online: <https://www.marxists.org/archive/marx/works/1845/holy-family/index.htm/>.

MCNALLY, D. *Global Slump: The Economics and Politics of Crisis and Resistance*, Oakland, CA: PM Press, 2011.

MIROWSKI, P. *Never Let a Serious Crisis Go to Waste. How Neoliberalism Survived the Financial Meltdown*. Londres: Verso, 2013.

MONBIOT, G. Neoliberalism – The Ideology at the Roots of All Our Problems. *The Guardian*, 15 abr. 2016, online: <https://www.theguardian.com/books/2016/apr/15/neoliberalism-ideology-problem-george-monbiot>.

_____. Britain's Claims to be a Functioning Democracy Only Skin Deep, *The Guardian*, 3 jun. 2020, online: <https://www.theguardian.com/commentisfree/2020/jun/03/britain-democracy-tories-coronavirus-public-power/>.

114 MOODY, K. How “Just-in-Time” Capitalism Spread Covid-19, *Spectre*, 8 abr. 2020, https://spectrejournal.com/how-just-in-time-capitalism-spread-covid-19/?fbclid=IwAR1E1l_UhIakuav6Zgqfa-qz0UzRHhhCOoq8-ZZec3TD1GXC-Drear-NfDU/.

OLSEN, N. *The Sovereign Consumer: A New Intellectual History of Neoliberalism*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2019a.

_____. How Neoliberalism Reinvented Democracy: Interview by Daniel Zamora, *Jacobin*, 6 abr. 2019, online: <https://www.jacobinmag.com/2019/04/neoliberalism-democracy-consumer-sovereignty/>.

PALAST, G. *The Best Democracy Money Can Buy*, Londres: Robinson Press, 2003.

PANITCH, L. and GINDIN, S. *The Making of Global Capitalism: The Political Economy of American Empire*. Londres: Verso, 2012.

PANITCH, L., GINDIN, S. and ALBO, G. *In and Out of Crisis: The Global Financial Meltdown and Left Alternatives*. Oakland: PM Press, 2010.

PECK, J. and TICKELL, A. Neoliberalizing Space, *Antipode*, 34(3), pp. 380-404, 2002.

PURDY, J. The Roberts Court v. America, *Democracy*, 23, 2012. online: <https://democracyjournal.org/magazine/23/the-roberts-court-v-america/>.

ROBERTS, M. *The Long Depression*, Londres: Haymarket Books, 2016.

_____. Return to Normal?, 6 jun. 2020, Michael Roberts Blog, online: <https://thenextrecession.wordpress.com/2020/06/06/returning-to-normal/>.

_____. Deficits, Debt and Deflation after the Pandemic, *Brave New Europe*, 29 jun. 2020, online: <https://braveneweuropa.com/michael-roberts-deficits-debt-and-deflation-after-the-pandemic/>.

ROBINSON, W.I. *Global Capitalism and the Crisis of Humanity*. Nova York: Cambridge University Press, 2014.

_____. Global Capitalist Crisis and Twenty-First Century Fascism: Beyond the Trump Hype, *Science and Society*, 83(2), pp. 481-509, 2019.

ROEDIGER, D.R. *The Sinking Middle Class: A Political History*. Nova York: OR Books, 2020.

ROPER, B. *The History of Democracy: A Marxist Interpretation*, Londres: Pluto, 2012.

SAAD-FILHO, A. Marxian and Keynesian Critiques of Neoliberalism, in L. Panitch, C. Leys, G. Albo and V. Chibber (eds), *Socialist Register*, Londres: Merlin Press, 2008, pp. 337-45.

_____. Crisis in Neoliberalism or Crisis of Neoliberalism?, in L. Panitch, G. Albo and V. Chibber (eds), *Socialist Register*, Londres: Merlin Press, 2011, pp. 242-59.

_____. Neoliberalism, in D.M. Brennan, D. Kristjanson-Gural, C. Mulder, E. Olsen (eds.), *The Routledge Handbook of Marxian Economics*. Londres: Routledge, 2017.

_____. From COVID-19 to the End of Neoliberalism, *Critical Sociology*, 46(4-5), pp. 477-85, 2020.

SCHRADER, S. *Badges Without Borders: How Global Counterinsurgency Transformed American Policing*. Berkeley: University of California Press, 2019.

SPRINGER, S. Neoliberalising Violence: Of the Exceptional and Exemplary in Coalescing Moments, *Area*, 44(2), pp. 136-43, 2012.

STREECK, W. *Buying Time: The Delayed Crisis of Democratic Capitalism*. London: Verso Books, 2014.

TANSEL, C.B. (ed.) *States of Discipline: Authoritarian Neoliberalism and the Contested Reproduction of Capitalist Order*. Londres: Rowman and Littlefield, 2017.

TCHERNEVA, P. When a Rising Tide Sinks Most Boats: Trends in US Income Inequality, 2015, <https://ideas.repec.org/p/lev/levypn/15-4.html>.

THOMAS, P.D. *The Gramscian Moment: Philosophy, Hegemon and Marxism*. Leiden: Brill, 2009.

VANAİK, A. India's Paradigmatic Communal Violence, *Socialist Register*. Londres: Merlin Press, 2009, pp. 141-62.

116

WALLACE, R., LIEBMAN, A., CHAVES, L.F. COVID-19 and the Circuits of Capital, *Monthly Review*, 1 abr. 2020, online: <https://monthlyreview.org/2020/04/01/covid-19-and-circuits-of-capital/>.

WEST, C.A. Booting the Neck of American Democracy, *The Guardian*, 1 jun. 2020, online: <https://www.theguardian.com/commentisfree/2020/jun/01/george-floyd-protests-cornel-west-american-democracy/>.

WHYTE, D. (ed.) *How Corrupt is Britain?*. Londres: Pluto Press, 2015.

WIEGRATZ, J. and WHYTE, D. How Neoliberalism's Moral Order Feeds Fraud and Corruption, *The Conversation*, 20 jun. 2016, online: <https://theconversation.com/how-neoliberalisms-moral-order-feeds-fraud-and-corruption-60946/>.

WINLOW, S., HALL, S. and TREADWELL, J. *The Rise of the Right: English Nationalism and the Transformation of Working-Class Politics*. Bristol: Policy Press, 2017.

WOOD, E.M. The Separation of the Economic and the Political in Capitalism, *New Left Review*, 127, pp. 66-95, 1981.

_____. *Democracy Against Capitalism: Renewing Historical Materialism*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

_____. *Empire of Capital*. Londres: Verso, 2005.

_____. Democracy as Ideology of Empire in Mooers, C. (ed.), *The New Imperialists: Ideologies of Empire*. Oxford: Oneworld Publications, 2006, pp. 9-24.

WOOD, L. Policing with Impunity, *Socialist Register* 2016, pp. 333-46, 2015.

Pandemia e “*great reset*” capitalista: uma janela no interregno?

André Singer e Hugo Fanton

INTRODUÇÃO

Ao assumir a Casa Branca, no começo de 2021, Joe Biden lançou um plano trilionário de recuperação dos Estados Unidos. O presidente eleito na chapa do Partido Democrata garantiu que a nação precisava ser reerguida de baixo para cima. “Não foi Wall Street que construiu este país”, afirmou perante o Congresso ao formalizar o programa de reconstrução. Depois do trem fantasma percorrido na Presidência de Donald Trump (2017-2021), a virada americana acendeu a esperança de que vários pesadelos estivessem chegando ao fim. A ideia de um reinício que deixasse para trás não só o interregno deflagrado em 2008, mas o neoliberalismo, *él mismo*, relampejou globo afora.¹

Ao menos na dimensão do pensamento econômico, o giro, de fato, ocorreu. “O neoliberalismo, Consenso de Washington, fundamentalismo de mercado [...] está sendo substituído por algo

¹ Ver “Jogo aberto: a economia política do interregno”, de Fernando Rugitsky, neste volume, e Durand (2021).

muito diferente”, afiançou o festejado economista de Harvard Dani Rodrik.² O novo residente da avenida Pennsylvania, 1600, levou para a equipe governamental pontos de vista do senador Bernie Sanders, líder da esquerda democrata. Os personagens escolhidos não eram propriamente *gauche*, mas as formulações, sim. O cuidado obsessivo com a dívida pública e a inflação deram lugar a debates em torno de estímulo econômico, tributação das multinacionais, política industrial, desmembramento de monopólios, salvaguarda das cadeias domésticas, bons empregos e “empoderamento” dos sindicatos, registrou Rodrik.³

120

Mas cabe recordar que “neoliberalismo”, palavra sujeita a inúmeras acepções, não se limita a uma doutrina aplicável à ciência econômica. Olhado pelo prisma político, o neoliberalismo, segundo o sociólogo Wolfgang Streeck (2018), nasce quando, em meio à década de 1970, os empresários das zonas desenvolvidas rompem o pacto *democrático* firmado após a Segunda Guerra. Para o economista Paul Singer (1998, pp. 176-7), o neoliberalismo foi “uma reação da classe capitalista ao impasse da estagflação”, resolvido em favor dos empresários pela eliminação do “*poder* de pressão dos trabalhadores” (grifo nosso). Em consequência, o capital retomou a liberdade pré-keynesiana, ocasionando a volta do desemprego, típica do período anterior ao Estado de bem-estar, e uma contínua precarização do trabalho. Em resumo, politicamente, a *prática* neoliberal tem ligação direta com a luta de classes.

Neoliberalismo, então, significará, para nós, no contexto deste artigo, o *conjunto de iniciativas adotadas com vistas a libertar o capital das restrições democráticas estabelecidas entre aproximadamente 1945 e 1975* (os chamados “trinta gloriosos”). Como ensina Polanyi (2000 [1944]), quanto menores as restrições ao capital, maior é a

² Dani Rodrik. “Lições dos experimentos americanos”. Valor (13/09/2021). Em: <https://valor.globo.com/opiniaao/coluna/licoes-dos-experimentos-americanos.ghtml/>. Acesso em: 27/09/2021.

³ Ibid.

precarização do trabalho, a devastação do ambiente e o estrago causado pelas crises financeiras cíclicas. Sem contenção, o capitalismo acentua, em espiral, a tendência à desintegração sistêmica da sociedade, deixando a cada indivíduo a tarefa de se virar para obter nacos de segurança e estabilidade (STREECK, 2016, p. 15). Daí as consequências devastadoras do neoliberalismo.

O problema está em saber se, para além de uma reação imediata a urgências diversas (China, pandemia, trumpismo), encontra-se em curso uma verdadeira desmontagem do aparato neoliberal. De um lado, há sinais interessantes. Desenhado para nadar contra a corrente hiper-reacionária de Trump, o New Deal verde, plataforma de Sanders em certa medida incorporada por Biden, tem sido comparado ao original de Franklin Delano Roosevelt (1933-1945), que instalou os fundamentos do Estado de bem-estar “à americana”, por assim dizer.

O mandatário recém-empossado encarregou-se de sublinhar esses vínculos com o passado. No discurso perante o Congresso, em abril, no qual formalizou o Build Back Better Plan, disse que “ao longo de nossa história [...] o investimento público e a infraestrutura transformaram [...] a América”. Em julho, a comparação recebeu endosso de Sanders: “Se aprovada, será a legislação mais importante para os trabalhadores, os idosos, as crianças, os doentes e os pobres desde FDR e o New Deal da década de 1930”.⁴

Mas em quadrantes geográficos, profissionais e ideológicos distintos, houve mais cautela. Desde a visada europeia, sempre envolta pelas espessas brumas da União, regrada pelo ordoliberalismo de acento germânico, o alemão Streeck⁵ reagiu com ceticismo à pri-

⁴ Bernie Sanders. “The biggest win for the working class is within reach”. The Guardian (21/07/2021). Em: <https://www.theguardian.com/commentisfree/2021/jul/21/budget-biggest-win-for-working-class-bernie-sanders/>. Acesso em: 27/09/2021.

⁵ Ver “A nova crise no interregno capitalista: entrevista com Wolfgang Streeck”, de Hugo Fanton, neste volume.

mavera americana. Para ele, o plano Biden poderá resultar apenas numa enorme extensão da dívida pública, a qual, em nome da estabilidade dos mercados financeiros, iria, mais dia menos dia, ser cobrada e acabar em um renovado aumento da desigualdade de renda e riqueza.

Para a celebrada professora da New School for Social Research em Nova York, a filósofa Nancy Fraser, cujo ângulo de visão é o da esquerda acadêmica americana, as tensões entre a aliança de Biden com as *big techs*, Hollywood e a própria Wall Street e aquela firmada com a esquerda democrata mais dia menos dia irão explodir. Da Costa Oeste, o geógrafo da Universidade da Califórnia Mike Davis opina que o verdadeiro objetivo de Biden é estabelecer vínculos internos e externos necessários para assegurar o poderio americano no plano geopolítico. Na mesma linha, o historiador Adam Tooze (2021), da Universidade Columbia, acentua que a disputa hegemônica com os chineses é o centro definidor da condução dos EUA. “Trata-se de realmente prejudicar o desenvolvimento industrial da China e limitá-lo – uma estratégia explícita de contenção” (TOOZE, 2021).

122

Em meio a essa saudável diversidade de interpretações, o propósito deste artigo, que olha os acontecimentos desde uma perspectiva *política e periférica*, é levantar perguntas que, esperamos, sejam úteis para a compreensão do complicado processo em curso. Será que a gestão Biden, levando adiante mudanças que começaram com a pandemia, representará uma janela no interregno global, segundo Streeck em vigência desde 2008? Estando o conteúdo da referida janela neste momento (setembro-outubro de 2021) em disputa, poderá resultar numa reversão duradoura do neoliberalismo? Ou terminará por significar uma continuidade neoliberal, em que as simultâneas liberdade dos capitalistas e precarização do trabalho seguirão avançando interregno afora? Caso se confirme o segundo cenário, desconfiemos que os autocratismos de viés fascista, que apareceram como sintomas mórbidos do interregno a partir de 2016, continuarão a surgir como expressões do mal.

Tais são as questões que iremos discutir aqui, sem a pretensão de apresentar respostas. Como a escrita deste texto foi concomitante ao desenvolvimento dos fatos que analisa, nossa discussão deve ser entendida como aproximação preliminar ao tema. Busca contribuir para um mapa do intrincado panorama presente, obra a ser realizada por múltiplas mãos. O que nos levou ao risco de redigi-lo foi a convicção de que decifrar o cenário pós-pandemia consiste numa tarefa crucial para o Brasil, onde força similar à representada por Trump chegou à Presidência da República em 2018, criando impasses paralelos aos dos EUA.

O artigo está dividido em duas seções. Consideramos necessário, em um passo prévio, balizar a situação global, circunscrevendo o interregno e o autocratismo com viés fascista que nele nasceu em 2016. Em seguida, discutimos o significado da pandemia e do possível *reset* norte-americano no contexto desenhado anteriormente. Nas Conclusões, busca-se sintetizar as alternativas que a análise conseguiu discernir.

123

INTERREGNO E AUTOCRATISMO DE VIÉS FASCISTA

Para compreender o contexto no qual apareceram a pandemia e a noção de “*great reset*”, que parece ter acabado por encarnar na gestão Biden, convém resumir o período 2008-2019. De acordo com Streeck (2018, p. 92), o crash de 2008, ao expor o perigo de uma “indústria financeira desenfreada”, findou “a criação de ilusões de crescimento” que haviam adiado por três décadas a crise de legitimação do capitalismo democrático. Interrompida a “magia do dinheiro”, que tapava os efeitos perversos da “revolução neoliberal”, “o capitalismo do futuro” se veria “obrigado a viver sem a fórmula de paz de um consumismo financiado a crédito”, pensava o diretor emérito do Max Planck Institute for Studies of Society, em Colônia.⁶ Inspirado

⁶ “Revolução neoliberal” é a expressão escolhida por Streeck para se referir à mudança que ocorre a partir de meados dos anos 1970. Embora talvez

em Gramsci, Streeck chamou de “interregno” essa etapa de instabilidade: o *capitalismo sem fórmula de paz*.

No interregno, como Gramsci (2012) anotara em 1930, o “velho” morre sem que o “novo” possa nascer. Com efeito, Streeck não divisa alternativas reais ao capitalismo. Mesmo a China, afirma Milanovic (2019), rendeu-se a ele. Daí a proliferação de “fenômenos mórbidos”, expressando a generalizada deterioração dos vínculos societários.

A rigor, contudo, o sentido de interregno é distinto em Gramsci e Streeck. Este não descreve o trânsito *entre dois reinos*, como na etimologia e na imaginação do pensador italiano, que vislumbrava a superação do velho regime por uma longa maturação comunista. O atual interregno não teria horizonte de saída, estando mais próximo de um plano inclinado de fundo infinito.⁷

124

Seja como for, entre a quebra do Lehman Brothers, em 2008, e o início da pandemia, em 2020, o fluxo desencontrado de acontecimentos tendeu a confirmar a sugestão streeckiana. *Quantitative easing* (QE), austeridade fiscal, instabilidade no projeto de integração europeia (Brexit), ascensão da China com sinais de revivescência da Guerra Fria, levantes progressistas com resultados invertidos (reacionários), crise migratória e ascensão da extrema-direita nos EUA, tudo fazia jus à percepção de um “tempo desnortado”.⁸

No plano material, a Grande Recessão norte-americana (2007-2009) projetou uma larga sombra de baixo crescimento sobre o

fosse mais conveniente pensar em “contrarrevolução”, mantivemos os termos do autor.

⁷ Ainda assim, decidimos manter, neste texto, o termo “interregno”, pois ele se fixou nos debates que vimos realizando no âmbito do Grupo de Pesquisa Pensamento e Política no Brasil desde 2017 (ver Introdução e “Jogo aberto: a economia política do interregno”, artigo de Fernando Rugitsky, neste volume).

⁸ “Tempo desnortado” é como Millôr Fernandes traduz a expressão de Hamlet (“The time is out of joint”) no final do primeiro ato da peça de William Shakespeare.

mundo. Apenas a China conseguiu manter o dinamismo, ainda que fosse metade do que possuía antes de 2008. De 2012 em diante, os EUA, beneficiados pelo controle da única moeda universal, conseguiram voltar a crescer, porém com acentuada precarização do trabalho. O resto do mundo mergulhou em uma dolorosa estagnação, que atingiu, em particular, a América do Sul, a partir do fim do ciclo das commodities, fazendo refluir a onda rosa que levara democraticamente, desde os anos 1990, forças à esquerda do centro ao topo dos respectivos Estados nacionais.

A previsão de Larry Summers perante o FMI em 2013, de acordo com a qual o capitalismo teria entrado numa *estagnação secular* (STREECK, 2018, p. 26), seria a senha de que até mesmo os círculos dominantes começavam a tomar consciência de que os mecanismos usados ao longo de trinta anos – sucessivamente a gestão monetária, a dívida pública e a desregulamentação financeira – tinham parado de funcionar. Para Streeck (2018), do final dos anos 1970 ao começo dos 1980, o tratamento da inflação permitiu manter o padrão de vida dos trabalhadores. Em seguida, aproximadamente de 1982 a 1992, o endividamento público garantiu recursos para a pacificação de conflitos sociais. No terceiro momento (cerca de 1992-2008), a concessão de crédito privado manteve a capacidade de consumo dos trabalhadores, porém numa espécie de megasquema Ponzi que arreventou com a falência do Lehman.

125

Estabelecido o interregno, a nota provisória dos arranjos passou a ser regra. Se o capitalismo conseguiu manter-se à tona de 2008 a 2019 foi por meios cada vez mais arriscados e secretos. Segundo Streeck (2018, pp. 92-3), as decisões estariam agora sob “o controle de uma diplomacia governamental e financeira internacional isolada da participação democrática” e guardadas como “um livro fechado a sete chaves”. Convém lembrar que, com o estouro da bolha das hipotecas *subprime*, o PIB entrou em queda livre (STIGLITZ, 2010, p. 27), só contida por maciças injeções de dinheiro dos Bancos Centrais “ricos”. Sob a liderança do Federal Reserve (FED), criou-se o que ficou conhecido como QE, cuja centralidade é uma das características do interregno.

De acordo com Tooze (2018), cuja pesquisa histórica seguimos de perto nos próximos parágrafos, é necessário entrar nos detalhes da administração financeira para destrinchar o que, de fato, aconteceu. Segundo ele, até 2008 nenhum dos BCs havia mensurado o risco decorrente de a finança globalizada ter conexão com o *boom* americano das hipotecas. O FED e o Tesouro, em Washington, avaliaram mal a radioatividade da falência do Lehman, pois *nunca antes um sistema tão grande e interligado esteve perto de implodir*. Superar-se o padrão insular de interação entre economias nacionais, havendo agora uma “matriz interligada” de corporações (SHIN, 2017 apud TOOZE, 2018, p. 21).

126

Uma vez que a escala de risco saltou de patamar, as autoridades financeiras dos EUA e da Europa garantiram remédios aos bancos doentes. O FED inovou, colocando-se como provedor, em última instância, da rede bancária global. Pelas linhas de *swap*, autorizou um grupo de BCs a dar crédito em dólar *on demand*. O Banco Central Europeu (BCE) bombeou trilhões para os banqueiros do seu continente e do Reino Unido.

Os déficits fiscais e desequilíbrios em conta corrente não mais prediziam a força e a velocidade das crises, como no final dos anos 1990. Com a “matriz interligada de contas financeiras” (TOOZE, 2018, p. 21), as consequências dos estrangulamentos se tornavam incalculáveis. Essa provisoriidade que caracteriza o interregno ameaça tanto os tomadores de empréstimos quanto os investidores ao redor do planeta. Por isso, toda vez que se fala de fim do QE, há ameaça de fuga de capitais. Em outras palavras, embora a paralisia de 2008 tenha sido superada, *o capitalismo se tornou mais instável do que sempre* e a cânfora do dólar fácil transformou os dirigentes de bancos centrais, e o FED em particular, em verdadeiros *governantes nos bastidores*.

De outra parte, a China emergiu como fator autônomo na geopolítica. Harvey (2018, pp. 252-260) conta que os chineses contrariaram a previsão de Summers, mantendo, de maneira isolada, a continuidade do seu crescimento na faixa de 7% ao ano (MANZI e VIOLA, 2020), quando o mundo cresceu menos da metade disso.

Por isso, em 2009, pela primeira vez, a China carregou a economia global nas costas (TOOZE, 2018, p. 251), transformando-se em área decisiva para mitigar a crise. Assim, devido ao tamanho do PIB chinês, a decisão de manter a expansão após o crash explica uma parcela da sobrevivência capitalista, *apesar* da tendência à estagnação.

Logo após a parada cardíaca financeira de 2008, a China perdeu 30% das exportações e entre 20 e 30 milhões de empregos. Porém, de maneira ágil, o Estado voltou-se para o mercado interno, orientando os bancos a emprestarem a quem realizasse investimentos na infraestrutura local. No ano seguinte, em lugar de caírem em recessão como o resto do planeta, os chineses tinham reabsorvido 17 milhões de trabalhadores e cresceram em torno de 9%. Tooze (2018, p. 251) qualifica como *extraordinária* essa mobilização de recursos, com a taxa de investimento beirando os 50%. O Ocidente só teria vivido tamanho esforço concentrado em tempos de guerra.

Enquanto boa parcela do Ocidente afundava na austeridade, a China pode ter saltado para fora da condição semiperiférica, ingressando no clube das potências globais (TOOZE, 2018, p. 253). Constituiu, na prática, juntamente com o FED, uma espécie de G2, que manteve o avião capitalista no ar, evitando perdas maciças como as que ocorreram na Grande Depressão de 1929.⁹ Depois de altos e baixos, o ritmo planetário voltou a uma expansão média em torno de 3% entre 2011 e 2019.

A inédita condição chinesa, no entanto, tornou-se fonte de outras instabilidades. Na dimensão doméstica, segundo Shih (2019), a China experimenta o dilema de seguir com o crédito fácil e arriscar uma fuga de capitais, uma vez que estes se tornaram privados em dimensão significativa, ou restringir a oferta creditícia e provocar ponderável insatisfação social. Na dimensão geopolítica, a China continua a ser significativamente menor do que os EUA,

⁹ Segundo Tooze, durante a Grande Depressão, o PIB mundial caiu vinte pontos percentuais. “A radical demonstration of ‘America First’”, *The Drift Magazine* (04/05/2021). Em: <https://www.thedriftmag.com/a-radical-demonstration-of-america-first/>. Acesso em: 10/08/2021.

mas o “Império do meio” parece estar *catching up*. A fatia chinesa da produção global cresceu de 3,6% em 2000 para 18% em 2020, devendo tornar-se a maior do mundo por volta de 2028.¹⁰ Em 2013, Xi Jinping deslanchou o projeto conhecido como “Nova Rota da Seda”, para promover caminhos comerciais e redes de infraestrutura em mais de sessenta Estados dispersos pela Ásia, Europa, Oriente Médio e África.¹¹ Em ciência e tecnologia, a Huawei disputa com empresas norte-americanas a precedência no 5G. Embora a potência militar de Beijing continue abaixo da comandada por Washington, a China expandiu a influência diplomática no Oriente, África e América Latina, tornando-se um *player* inevitável nas decisões internacionais.¹² Nesse contexto, segundo Tooze (2018, pp. 508-9), começou, na primavera de 2014 (hemisfério norte), uma aproximação entre Rússia e China, o que acentuou a percepção de perigo pelos EUA.

128

Foi nestas circunstâncias que, a partir de 2016, surgiu um fenômeno político novo. Segundo escreveu Harvey (2018, p. 269), a razão econômica após 2008, com “todos os impactos provocados por suas medidas de austeridade e economia de livre mercado, parece estar produzindo uma loucura paralela – raiva, nesse caso – na esfera política”. Raiva que acabou canalizada para um tipo desconhecido de extrema-direita.

Gerbaudo (2017, p. 41) avalia que a Grande Recessão, ao gerar desemprego e endividamento, favoreceu a insurgência de um ator

¹⁰ Carolina Riveira. “A China deve se tornar o país mais rico do mundo”. Exame (30/12/2020). Em: <https://exame.com/mundo/a-china-deve-se-tornar-o-pais-mais-rico-do-mundo-muito-antes-do-previsto/>. Acesso em: 12/08/2021.

¹¹ Ver a respeito a página China Britain Business Council. “One Belt One Road”. Em: https://web.archive.org/web/20171215062934/http://www.cbcc.org/cbbc/media/cbbc_media/One-Belt-One-Road-main-body.pdf. Acesso em: 31/08/2021.

¹² Ver José Luiz Fiori. “Sete potências e um destino: conviver com o sucesso da civilização chinesa”. Sul 21 (21/06/2021). Em: <https://sul21.com.br/opinia0/2021/06/sete-potencias-e-um-destino-conviver-com-o-sucesso-da-civilizacao-chinesa-por-jose-luis-fiori/>. Acesso em: 06/08/2021.

global por ele denominado “movimento das praças”. Iniciado no Cairo, em 2011, e seguindo, pelo menos, até a “Nuit Debout”, de Paris, em 2016, o movimento expressava um sentimento de marginalização e exclusão, que pendia para a esquerda e viajou de Oriente a Ocidente em alta velocidade.¹³

A partir de 2016, entretanto, uma vertente autoritária de protesto começou a ganhar espaço, configurando uma corrente antide-mocrática mundial (FEFFER, 2019, p. 13). Estratos médios, afetados pelas dificuldades pós-2008, começaram a se reunir em torno de líderes autocráticos. Grupos organizados, usando técnicas fascistas de comunicação, canalizaram a frustração e o ressentimento para tais lideranças. O marketing do ódio impulsionou, entre outros, Trump, nos EUA, Salvini, na Itália, e Bolsonaro, no Brasil.

Embora cada um dos casos nacionais tenha aspectos distintos, há elementos comuns nestes sucessos, como o uso da pós-verdade e a retórica violenta contra aqueles que foram erigidos em inimigos públicos, sejam imigrantes, marginais, os que professam religiosidade diferente, os que têm distinta cor de pele ou partilham de ideologias estigmatizadas. O resultado tem sido a erosão das respectivas democracias (PRZEWORSKI, 2019).

De acordo com a tese do interregno, essas expressões de irracionalidade do eleitorado, entretanto, não fornecem direção à sociedade. Candidaturas extremistas vencem eleições, colocando a culpa em inimigos imaginários – sejam os comunistas, a China, os negros, os imigrantes latinos etc. –, mas não conseguem resolver os problemas reais. Trump, para ficar no paradigmático, não gerou melhores empregos, não reduziu o endividamento ou protegeu a população durante a pandemia.

Mas não estaríamos diante de uma reedição do fascismo histórico italiano ou alemão do entre-guerras. De acordo com Dylan Riley (2018), ao menos três aspectos distinguem Trump da experiência dos anos 1930. Em primeiro lugar, a sua base não é a pequena

¹³ Ver “Jogo aberto: a economia política do interregno”, de Fernando Rugitsky, neste volume.

burguesia. Ao contrário, ele mobiliza trabalhadores *contra* uma pequena burguesia globalista. Em segundo, não se aliou ao núcleo mais moderno do capital, a saber. Por fim, foi obrigado a conviver com o sistema de partidos tradicional, não constituindo uma organização autônoma.

Por isso, sugerimos a noção de *autocratismo com viés fascista*.¹⁴ Por autocratismo, entendemos uma proposta autoritária centrada na figura de um líder (BOBBIO et al., 1995, p. 372), o qual tende a curto-circuitar as instituições em benefício do poder pessoal. O viés fascista seria dado pela forma de comunicação, de propaganda e de mobilização que utiliza. Na perspectiva da Escola de Frankfurt, é tipicamente fascista a propaganda que se fundamenta na atribuição a grupos específicos – bodes expiatórios – a culpa imaginária pelas dificuldades que o capitalismo cria. Os perdedores no mercado, diz Adorno (2020, p. 46), “transferem a culpa de sua própria desclassificação potencial não ao aparato que a causa, mas àqueles que se opuseram criticamente ao sistema no qual outrora eles possuíam *status*”.

130

Haveria, portanto, um fenômeno autocrático que utiliza elementos de psicologia fascista. Mecanismos articulados pelo evangelismo conservador, por movimentos delirantes como QAnon e milícias armadas da *alt-right*, para ficar na constelação norte-americana, realizariam desejos de poder forte e sentimentos de ódio à fraqueza, que atraem personalidades autoritárias (TORRE, 2020, p. 106). A ascensão de líderes cujo programa é difuso, mas que possuem uma estratégia comunicacional definida, introduz elementos fascistas no autocratismo, estimulando a desconexão com a realidade. “Nunca houve uma teoria verdadeiramente desenvolvida no fascismo”, disse Adorno; em vez disso, despojou a política de qualquer sentido superior, reduzindo-a a puro poder e ‘dominação incondicional’” (GORDON, 2021). A fraqueza das propostas de

¹⁴ Ver, a respeito do caráter fascista dos fenômenos em curso desde 2016, o dossiê de Crítica Marxista, 50, 2020.

Trump teria que ser reavaliada à luz da satisfação psicológica que podem oferecer.

Riley (2020, p. 44) mostra que a restrição aos imigrantes não resolve o problema do emprego, bem como a energia fóssil não alavanca um ciclo de acumulação. Mas, segundo Gordon, os movimentos fascistas exibem “o que Adorno chamou de ‘práxis sem conceito’” (GORDON, 2021) para responder, ideologicamente, à ausência de resultados. A aceitação dessa ideologia derivaria de uma reação ao “medo das consequências dos desenvolvimentos gerais da sociedade” (ADORNO, 2020, p. 48), que envolve, também, um “desejo inconsciente de desgraça, de catástrofe” (ADORNO, 2020, p. 52).

Por fim, cabe considerar que a década de interregno, com crescimento descontínuo, acumulação dependente das finanças, acirramento da tensão com o polo chinês e autocratismo com viés fascista, não enfraqueceu o neoliberalismo. Pelo contrário, o desfazimento da democracia e das relações societárias deu liberdade ampliada ao capital, desconjuntando ainda mais o tempo. Diante do perceptível desarranjo em vigor, passou a circular, até nas camadas dominantes, a tese de que 2008 havia escancarado o esgotamento do atual modelo capitalista e que, dez anos depois do escracho, estava na hora de reformá-lo.¹⁵ Não por acaso, em setembro de 2019, o vetusto *Financial Times*, campeão do neoliberalismo, deflagrou a campanha *Capitalism. Time for a reset*.

131

PANDEMIA E “GREAT RESET”

A disseminação do novo coronavírus (SARS-COV-2) por todas as regiões da Terra, que resultou na classificação pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como pandemia de Covid-19 (*Coronavirus*

¹⁵ Carlos Rydlewski. “Por um ‘reset’ no capitalismo”. Valor (05/02/2021). Em: <https://valor.globo.com/eu-e/noticia/2021/02/05/por-um-reset-no-capitalismo.ghtml>. Acesso em: 06/09/2021.

Disease of 2019), foi um evento extremo. Com mais de 213 milhões de casos confirmados e, ao menos, 4,46 milhões de mortes, até agosto de 2021,¹⁶ provocou decisões governamentais intempestivas, numa espécie de *reentrée* algo desengonçada do velho Estado nacional.¹⁷ A rápida propagação empurrou os políticos a reagir, acionando, *at full speed*, alavancas estatais esquecidas. Apenas a título de exemplo, na União Europeia, houve o surpreendente fechamento de fronteiras por vários Estados-Membros.¹⁸ Nos Estados Unidos, foi invocada a Lei de Produção de Defesa, medida excepcional criada em 1950 para a mobilização civil e militar durante a Guerra da Coreia.¹⁹

Aproveitando a deixa, em julho, o Fórum Econômico Mundial de Davos lançou o livro *Covid-19: the Great Reset* (SCHWAB e MALLERET, 2020), buscando sintetizar como, enxergado de cima, o capitalismo pós-pandêmico poderia ser mais inclusivo, igualitário e sustentável. Embora sejam nítidos os elementos ideológicos da tese (deve-se investigar até que ponto motivada, também, pela marcha acelerada chinesa e o espectro trumpista), o posterior discurso de Biden, ao sublinhar o quanto havia a reparar, restaurar e curar nos Estados Unidos da América, de certo modo encarnou o projeto.

¹⁶ Dados de 26 de agosto de 2021. A atualização pode ser acessada aqui: <https://github.com/CSSEGISandData/COVID-19>

¹⁷ O FMI dedica uma seção de seu website ao acompanhamento e sistematização das políticas adotadas em cada país: “Policy Responses to Covid-19”. Em: <https://www.imf.org/en/Topics/imf-and-covid19/Policy-Responses-to-COVID-19/>. Acesso em: 22/08/2021.

¹⁸ Ana Estela de Sousa Pinto. “Oito países da Europa fecham fronteiras para estrangeiros”. *Folha de S. Paulo* (13/03/2020). Em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/03/sete-paises-da-europa-fecham-fronteiras-para-estrangeiros.shtml/>. Acesso em: 27/08/2021.

¹⁹ O Globo. “Trump invoca lei de guerra contra o coronavírus e compara esforços à Segunda Guerra Mundial” (18/03/2020). Em: <https://oglobo.globo.com/saude/coronavirus/trump-invoca-lei-de-guerra-contracoronavirus-compara-esforcos-segunda-guerra-mundial-24312383/>. Acesso em: 27/08/2021.

O citado Build Back Better Plan, no valor de 7 trilhões de dólares,²⁰ foi dividido em três fases (nomenclatura nossa) de implementação: o American Rescue Plan (fase 1), aplicável de imediato, o American Jobs Plan (fase 2) e o American Families Plan (fase 3), previsto para ser decenal. O crescimento de 6,3% no primeiro trimestre e de 6,5% no segundo trimestre de 2021,²¹ indicando uma retomada enérgica, com projeção pelo FMI de 7% de aumento do PIB americano no acumulado do ano,²² animou os que apostavam na reinicialização.

Cinco ordens de problemas, entretanto, se interpuseram entre o discurso e a prática, cada um deles apontando para áreas sensíveis. (1) O significado relativo do montante de recursos previstos diante das reais necessidades; (2) a divisão interna do Partido Democrata, que pode diminuir o volume efetivo de dinheiro a ser aprovado; (3) o peso da oposição trumpista, que ameaça a taxaço das grandes corporações; (4) a baixa capacidade, até aqui, dos setores progressistas de avançarem na desprecarização do trabalho e universalização de direitos e (5) a postura do mercado financeiro, cujos sinais, salvo engano, prenunciam limites, quem sabe estruturais, ao *reset*. O resultado desses conflitos definirá o caráter da janela que talvez tenha sido aberta no interregno. Vejamos o estado da arte até o momento em que esta redação era concluída (setembro-outubro de 2021).

²⁰ MacKenzie Sigalos. “Biden’s economic recovery plan, called Build Back Better, would spend over \$7.3 trillion and invest in green infrastructure, health care and more”. CNBC (10/11/2020). Em: <https://www.cnbc.com/2020/11/10/president-elect-joe-bidens-plan-for-the-economy-jobs-and-covid-19-.html/>. Acesso em: 30/09/2021.

²¹ Disponível em: Gross Domestic Product, Second Quarter 2021 (Advance Estimate) and Annual Update | U.S. Bureau of Economic Analysis (bea) – Acesso em: 25/08/2021.

²² David Lawder. “FMI eleva a 7% previsão para crescimento do PIB dos eua em 2021 e a 4,9% em 2022”. CNN Brasil (01/07/2021). Em: <https://www.cnnbrasil.com.br/business/fmi-eleva-a-7-previsao-para-crescimento-do-pib-dos-eua-em-2021-e-a-4-9-em-2022/>. Acesso em: 05/09/2021.

Quanto ao montante financeiro, deve-se registrar que a fase 1 (American Rescue) do Build Back foi rapidamente aprovada pelo Legislativo em março de 2021. Com valor estimado de quase 1,9 trilhão de dólares, trouxe benefícios aos desempregados, pagamentos diretos de 1400 dólares a indivíduos com renda anual de até 75 mil dólares, ajuda a administrações estaduais e locais, dinheiro para vacinas e crédito para a reabertura de escolas.²³ Mas cumpre ressaltar que a facilidade de tramitação congressional decorreu de ser uma continuidade do que Trump implementara ao longo de 2020, gastando em torno de 4 trilhões, o maior volume anual do planeta no combate à pandemia, segundo o FMI.²⁴ Apesar do discurso negacionista, Trump tentou sustentar a produção e circulação de mercadorias, ciente dos impactos que a queda das atividades importaria à sua reeleição.

134

Como ficou claro, a inefetividade da imunização de rebanho²⁵ levou a uma perda de controle da doença nos Estados Unidos, que, em meados de 2020, se tornou epicentro da pandemia e vivenciou a maior queda trimestral do PIB. No entanto, o gasto trumpista produziu resultados no segundo semestre, com uma reabilitação parcial do presidente, que se aproximou de reconquistar a base perdida e vencer o pleito.

A eficácia da estratégia foi tão nítida que, nas disputas pelos votos de segundo turno para senadores na Geórgia, em dezembro de 2021, o tema assumiu centralidade. Watkins conta que

²³ US Congress. “H.R.1319 – American Rescue Plan Act of 2021”. Em: <https://www.congress.gov/bill/117th-congress/house-bill/1319/text/>. Acesso em: 21/08/2021.

²⁴ Novamente aqui, a referência é a compilação de medidas elaborada pelo FMI: <https://www.imf.org/en/Topics/imf-and-covid19/Policy-Responses-to-COVID-19/>. Acesso em: 22/08/2021. A soma que resultou em 4 trilhões de dólares foi realizada pelos autores deste artigo.

²⁵ O Globo. “Confrontado por eleitores indecisos, Trump diz que Covid-19 vai sumir com ‘mentalidade de rebanho’” (16/09/2020). Em: <https://oglobo.globo.com/mundo/confrontado-por-eleitores-indecisos-trump-diz-que-covid-19-vai-sumir-com-mentalidade-de-rebanho-24642498/>. Acesso em: 08/10/2021.

os democratas “encontraram uma disposição crucial do eleitorado agradecendo ao ‘Papa Trump’ por seus cheques de estímulo”. Ciente, Trump “se recusava a assinar” o último pacote de auxílio, que incluía a ampliação dos benefícios aos desempregados e pagamentos de estímulo direto de 600 dólares a indivíduos abaixo de certa renda. Trump dizia querer “conseguir ‘para nosso grande povo, 2000 dólares, em vez dos míseros 600 que estão agora no projeto de lei enviado pelos democratas da Câmara”. Em resposta, Biden conclamou o povo da Geórgia a eleger os democratas para o Senado, prometendo que os cheques sairiam “‘pela porta imediatamente” (WATKINS, 2021, p. 15). No fim, os democratas ganharam.

A semelhança inicial entre as ações republicana e democrata levou, segundo Tooze (2021), todos a buscarem descobrir o que é, afinal, o “Bidenomics” e se “houve uma mudança realmente fundamental”. As dificuldades para localizar as diferenças estão relacionadas ao fato de as *policies* estarem sendo formuladas conforme “vão avançando” e de existirem “agendas concorrentes”. A fase 1 do Build Back Plan “veio basicamente do Congresso”, ao passo que o plano de infraestrutura e empregos (fase 2) – “a resposta da administração ao Green New Deal” – é “profundamente desanimador”, pois, “subdimensionado”, precisaria “ser dez vezes maior” (TOOZE, 2021). Segundo Tooze (2021), haveria necessidade de aumento significativo de investimentos em educação para reverter o choque profundo que as crianças, sobretudo de famílias de menor renda, sofreram nas respectivas trajetórias escolares. Além disso, “com urgência, uma política progressista deveria insistir em mais ciência, menos atrelada a restrições comerciais, mais generosamente financiada” (TOOZE, 2021).

Em segundo lugar, depois de aprovada a fase 1, o mandato de Biden começou a perder *momentum*. As disputas legislativas durante a tramitação do plano de infraestrutura e empregos (fase 2) evidenciaram rachaduras dentro do Partido Democrata.²⁶

²⁶ Emily Cochrane e Jim Tankersley. “Democrats Move to Avert Shutdown, but Divisions Imperil Biden’s Agenda”. The New York

Não à toa, o projeto passou no Senado apenas em agosto e com um corte de mais de 50%. Estimado originalmente em 2,3 trilhões, destinados a estradas, pontes, rodovias e portos, além de fabricação de veículos elétricos, foi reduzido a 1 trilhão (e ainda depende de aprovação da Câmara no momento em que estas linhas são escritas).

As pautas previstas para a fase 3, por sua vez, relativas à proteção social e à expansão do Medicare – sistema de seguro de saúde gerido pela União –, envolvem investimentos de 3,5 trilhões em dez anos, e continuavam sob intenso escrutínio no Congresso quando este artigo era concluído. Para legisladores republicanos e democratas conservadores haveria um excessivo aumento da dívida pública.²⁷

136

O terceiro óbice ao *reset* é que a oposição trumpista seguia ativa e influente, defendendo causas neoliberais, apesar da retórica “antissistema” do líder. Lembremos que os republicanos ocupavam cinquenta cadeiras do Senado, ante 48 democratas e duas independentes. Portanto, Biden dependia do voto de desempate da presidente da Casa, a vice Kamala Harris, que exerceu pela primeira vez a prerrogativa justamente na aprovação da fase 1 do Build Back.²⁸ Na Câmara dos Deputados, a composição era mais favorável aos democratas, que dispunham de oito cadeiras acima da oposição republicana.

Em função da contagem apertada no Senado, Biden recuou da proposta inicial de elevação do imposto corporativo de 21% para 28%, garantindo, assim, o mencionado montante de 1 trilhão para

Times (01/10/2021). Em: <https://www.nytimes.com/2021/09/29/us/politics/debt-limit-spending-bill.html>. Acesso em: 01/10/2021.

²⁷ Ibid.

²⁸ G1. “Kamala dá 1º voto de desempate, e Senado dos eua aprova medida para pacote de US\$ 1,9 trilhão” (05/02/2021). Em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/02/05/com-10-voto-de-desempate-de-kamala-senado-dos-eua-aprova-medida-para-pacote-de-us-19-tri.ghtml/>. Acesso em em: 30/09/2021.

a fase 2.²⁹ As disputas seguem no mesmo teor com relação à fase 3.³⁰ Todos sabem que a eleição *midterm* de 2022, na qual estará em jogo o controle das duas Casas, depende do êxito ou fracasso dos pacotes de Biden.³¹

Um quarto aspecto refere-se à força relativa da esquerda, a qual poderia influir a favor da despreciação do trabalho e universalização de direitos. Em dois tópicos estratégicos, o resultado inicial foi desfavorável aos progressistas. Na tramitação da fase 1, uma emenda de Sanders para elevação do salário mínimo nacional de 7,50 para 15 dólares por hora foi rejeitada (com votos contrários de sete democratas e um independente no Senado).³² No mês anterior, o próprio Biden havia recusado iniciativa da senadora democrata Elisabeth Warren de perdão de dívidas estudantis de até 50 mil dólares.³³ Fica nítido que a evolução em favor da classe trabalhadora

²⁹ Jarrett Renshaw e David Shepardson. “Biden proposes 15% corporate minimum tax to win Republican backing of infrastructure plan”. Reuters (04/06/2021). Em: <https://www.reuters.com/business/biden-offers-drop-corporate-tax-hike-proposal-source-2021-06-03/>. Acesso em: 28/09/2021.

³⁰ Azmi Haroun e Joseph Zeballos-Roig. “Senate Democrats reach deal on \$3,5 trillion reconciliation package” Insider (13/07/2021). Em: <https://www.businessinsider.com/senate-democrats-reach-deal-reconciliation-package-2021-7/>. Acesso em: 09/09/2021.

³¹ Ver “A nova crise no interregno capitalista: entrevista com Wolfgang Streeck”, neste volume.

³² Alexander Bolton. “Senate rejects Sanders \$15 minimum wage hike”. The Hill (03/05/2021). Em: <https://thehill.com/homenews/senate/541826-senate-rejects-sanders-15-minimum-wage-hike/>. Acesso em: 28/09/2021.

³³ Marlene Lenthag. “Biden rejects \$50,000 student loan forgiveness plan, faces progressive backlash”. ABC (17/02/2021). Em: <https://abcnews.go.com/Politics/biden-rejects-50000-student-loan-forgiveness-plan-faces/story?id=75954082/>. Acesso em: 29/09/2021. Ressalta-se que o tema voltou à pauta no início de outubro, com o anúncio, pela administração Biden, de uma proposta de reformulação do programa existente de perdão de dívidas estudantis. As mudanças planejadas no programa de

“repousa na capacidade da esquerda” de “manter o ativismo mobilizado” (DAVIS, 2021).

Por fim, é preciso destacar que, com o anúncio do Build Back, o mercado financeiro começou a falar de “riscos fiscais” e favorecer a volta das taxas de juros a patamares anteriores à pandemia como forma de conter um suposto perigo inflacionário.³⁴ Embora se trate de assuntos tecnicamente difíceis de analisar, são índices de que talvez Streeck,³⁵ para quem o fundamental é a maneira como “os enormes déficits públicos necessários para estimular a decadente máquina de lucro americana são financiados”, esteja certo. Por uma complexa mistura de “política fiscal e monetária”, a garantia dos credores da dívida pública repousa na segurança de que, quando “a pressão chegar”, o FED garantirá a “estabilização dos mercados financeiros” pela compra da dívida, afirma o sociólogo de Colônia.

138

Ao ressaltar estas zonas de atrito, não pretendemos diminuir o significado do *reset* americano. O alcance das medidas pode ser mais bem dimensionado em contraste com o continente europeu. A disputa nos EUA está mais próxima da população, pois “a revolta eleitoral populista na Europa geralmente andou de mãos dadas com a passividade social” (WATKINS, 2021). Daí o reduzido impacto do plano Next Generation European Union (NGEU), um orçamento de longo prazo de 750 bilhões de euros até 2027 (cerca de US\$ 847,5 bilhões na cotação de 26/11/2021), com “apenas 310 bilhões de

Perdão de Empréstimos do Serviço Público devem atender cerca de 550 mil dos 1,3 milhões de mutuários inscritos. Para mais detalhes, ver David Harrison. “Student-Loan Forgiveness to Include More Public-Sector Workers”. The Wall Street Journal (06/10/2021) Em: <https://www.wsj.com/articles/student-debt-relief-to-include-more-public-sector-workers-11633514400/>. Acesso em: 07/10/2021.

³⁴ Colby Smith e James Politi. “Pace of US inflation picks up again in test for Fed”. Financial Times (13/07/2021). Em: <https://www.ft.com/content/234a9b90-e4f6-4b59-9e39-c6e34ac78276/>. Acesso em: 01/10/2021.

³⁵ Ver “A nova crise no interregno capitalista: entrevista com Wolfgang Streeck”, neste volume.

euros” (cerca de US\$ 350,3 bilhões na cotação de 26/11/2021) para o triênio 2021-23, administrados pela Comissão Europeia por meio de um “mecanismo ordoliberal-disciplinar criado em 2010 para monitorar os orçamentos nacionais durante a crise da zona do Euro” (WATKINS, 2021). Ainda segundo Watkins (2021), as medidas adotadas pela UE seriam uma “extensão do alcance” das posturas neoliberais e não uma ruptura com elas.

A divisão do montante entre 27 Estados-Membros e uma população de 447 milhões de pessoas (contra cerca de 330 milhões de americanos) torna o recurso destinado pela UE relativamente baixo, mobilizado para financiar alguns “projetos nacionais de prestígio”, sem “curar as assimetrias fundamentais da União Monetária Europeia que estão arruinando a Itália, a Espanha e a França, enquanto tornam a Alemanha rica”.³⁶ Acentua-se tendência presente no contexto anterior à pandemia, com a própria UE se convertendo em “outro Estado Endividado, ou quase-Estado”, pois pela primeira vez contraiu empréstimos como bloco.³⁷

O NGEU introduz a novidade da contração de empréstimo pela União (e não pelos Estados Nacionais) para financiar o orçamento destinado aos Estados-Membros.³⁸ Cada beneficiário deverá definir o uso dos recursos *e seu posterior pagamento*, com a adoção de um plano de recuperação, a ser aprovado pela Comissão Europeia. Por isso, no entender de Streeck,³⁹ o programa representa mais um passo, “moderadamente criativo, do Estado Fiscal para o Estado Endividado, a ser seguido inevitavelmente por outro passo em direção ao que chamo de Estado de Consolidação”.

³⁶ *Ibid.*

³⁷ *Ibid.*

³⁸ Conselho Europeu. “Conclusões do Conselho Europeu, 17-21 de julho de 2020” (21/07/2020). Em: <https://www.consilium.europa.eu/pt/press/press-releases/2020/07/21/european-council-conclusions-17-21-july-2020/>. Acesso em: 23/08/2021.

³⁹ *Ibid.*

Lembremos que a Revolução Neoliberal, segundo Streeck, opera pela passagem de um Estado que cobre as despesas por meio da arrecadação fiscal para a contração de empréstimos que conformam as dívidas públicas, cujo financiamento mobiliza uma porcentagem cada vez maior das receitas arrecadadas. No Estado de Consolidação, busca-se promover uma reformulação do sistema estatal, pela “consolidação dos orçamentos públicos”, garantida por um pequeno aumento das receitas e uma grande redução das despesas, com cortes que atingem, sobretudo, os que dependem dos serviços públicos. A isso se combina a destinação crescente das despesas totais dos Estados para honrar os compromissos com juros e arrolamento da dívida, em prejuízo da seguridade social (STREECK, 2018).

140 O NGEU, que poderia “comprar tempo” pela injeção de dinheiro nas economias nacionais em “formas de compensação” próprias do Estado Endividado, é um programa adotado em um período em que a nova regulação da economia financeira no Estado de Consolidação “visa impedir esse recurso” (STREECK, 2018, p. 159), pois no processo de endividamento está prevista a posterior austeridade fiscal. Por isso, o endividamento dos Estados Nacionais tende a se aprofundar, sem contrapartida em ganhos significativos de produção.

Veja-se a situação da Itália, que deve receber uma cifra equivalente a 1,9% de seu PIB, valor que pode aumentar bastante, mas sempre na forma de empréstimo, ou seja, por mecanismo de endividamento, sem que se saiba qual será a contrapartida estabelecida pela Comissão Europeia (STREECK, 2020). Em decorrência, as interpretações sobre mudanças importantes no neoliberalismo europeu teriam pouco suporte. Antes, durante e depois da pandemia o endividamento tornou-se “a cura aceita para a falta de dinheiro público necessário para manter o capitalismo a flutuar sob condições de ‘estagnação secular’”.⁴⁰ Uma vez que, necessariamente, a dívida terá de ser paga em algum momento, a consolidação dos orçamentos a seu serviço será a consequência lógica do remédio adotado. “Todos

⁴⁰ *Ibid.*

os tipos de acidentes políticos e econômicos podem acontecer por este caminho, acidentes que exigirão ainda mais ‘criatividade’ dos governos nacionais e das organizações internacionais”.⁴¹ Como indicado anteriormente, o sociólogo entende que o mesmo se aplica aos EUA, pois lá também as providências continuariam apoiadas em mecanismos correntes de endividamento.

Também para Varoufakis (2020), o fundo europeu traz “uma austeridade maciça” e possui uma lógica punitiva. Os “otimistas”, diz ele, advogam que, “apesar da imperícia do mecanismo de redistribuição e de sua insignificância macroeconômica”, a nova dívida deve contribuir para dar um passo decisivo no rumo de uma federação adequada. No entanto, “meu palpite é de que estamos caminhando na direção oposta, da desintegração” (VAROUFAKIS, 2020). Os salões europeus onde se decide “são propositadamente isolados do tumulto popular”, algo reproduzido na dinâmica do NGEU, “projetado para ser rigorosamente controlado por ‘non-accountable Commissioners’” (WATKINS, 2021).

141

NOTA CHINESA

Antes de encerrarmos, vale registrar que a China, fator indispensável para entender como evoluirá o processo americano, teve desempenho bem distinto, na comparação com EUA e UE, no que se refere ao enfrentamento da Covid-19. Os chineses surpreenderam o planeta com a recuperação em V e crescimento do PIB de 2,3% ainda em 2020 e projeção pelo FMI de novo crescimento de 8,1% em 2021.⁴²

⁴¹ *Ibid.*

⁴² Ver: <https://www.imf.org/en/Countries/CHN/>. Como já se havia dito, para os EUA a projeção é de 7%; para a União Europeia, de acordo com a Comissão Europeia, é de 4,8%. Ver: https://ec.europa.eu/info/business-economy-euro/economic-performance-and-forecasts/economic-forecasts/summer-2021-economic-forecast_en/.

Com a interrupção súbita da produção e circulação de mercadorias logo que o coronavírus se revelou letal, ou seja, lockdown, quarentena e rastreamento dos infectados,⁴³ houve maior efetividade no controle da doença e na condução econômica, apesar de a mobilização de recursos para ajuda emergencial ter correspondido a apenas 757 bilhões de dólares para uma população de 1,4 bilhão.⁴⁴ Após o bloqueio rígido, em fevereiro, os chineses iniciaram a reabertura de setores considerados estratégicos. Disso decorreu um crescimento da participação chinesa no valor adicionado bruto mundial talvez ainda mais significativo que o do pós-crise de 2008.

Daí Tooze (2021) entender que a disputa geopolítica com a China se tornou o centro definidor da condução dos EUA, seja sob republicanos ou democratas. Com Biden, a ênfase na vacinação, as justificativas dos planos de reconstrução e a atuação nos organismos de governança multilateral seriam outras maneiras de manifestação do “America First” defendido por Trump. No plano ideológico, em ambos está presente a noção de que a “América” tem de ser feita grande novamente, e até mesmo se reproduz a insinuação de que a China é responsável pela origem do coronavírus pandêmico.⁴⁵ “Há um grau muito alto de continuidade entre as duas administrações. Penso que tem sido evidente durante vários anos que uma das poucas coisas em que o Congresso pode realmente concordar é nas medidas anti-China” (TOOZE, 2021).

142

⁴³ *Reuters*. “Wuhan lockdown ‘unprecedented’, shows commitment to contain virus: WHO representative in China” (23/01/2020). Em: <https://www.reuters.com/article/us-china-health-who-idUSKBN1ZM1G9/>. Acesso em: 20/08/2021.

⁴⁴ A conversão do Yuan (4,9 trilhões) foi feita pelo câmbio de ¥ 1 = US\$ 0,15460 (20/09/2021).

⁴⁵ *Folha de S. Paulo*. “Biden afirma que China esconde informações essenciais sobre origem do coronavírus” (28/08/2021). Em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2021/08/biden-afirma-que-china-esconde-informacoes-essenciais-sobre-a-origem-do-coronavirus.shtml/>. Acesso em: 04/09/2021.

A opinião é compartilhada por Davis (2021), para quem Biden dá continuidade ao enfrentamento com os chineses, também peculiar à segunda administração Obama, que buscou criar “uma aliança mais ativista e militante contra a China” (DAVIS, 2021). É preciso ressaltar, contudo, uma inflexão na forma de tornar a “América grande” pela coordenação de interesses entre classes dominantes e subalternas no plano interno da disputa estadunidense. O apelo de Biden à unidade nacional, proferido no discurso de posse e enfatizado em 28 de abril, em um comunicado congressional similar ao “State of the Union Adress”, fez menção explícita ao divisionismo trumpista no interior da sociedade americana como fragilidade aos olhos da “autocracia chinesa”.⁴⁶

A constante referência de Biden à unidade povo-nação é a forma pela qual os grupos dominantes dos EUA buscam se coordenar com os subalternos, numa recomposição de classe que atende, antes de mais nada, à questão nacional. Diante do inimigo vindo do Oriente, o autocratismo de viés fascista de Trump opôs retoricamente o povo a Wall Street, em uma constante propaganda que disfarçava as reais causas dos problemas enfrentados pela classe trabalhadora. Agora, sob Biden, desenha-se uma unificação de *aparência* rooseveltiana, reunindo as *big techs*, Hollywood, Wall Street e o povo. O que de fato vai significar tal coalizão só a luta de classes dirá.

143

CONCLUSÕES

Opressão pelo trumpismo e a pandemia, o mundo suspirou aliviado com a chegada de Joseph Biden Jr., 78, ao centro do poder. Vacina, civilização e reforma do capitalismo constavam da bagagem discursiva que o ex-vice de Obama carregou para dentro da Casa

⁴⁶ Jake Tapper e Betsy Klein. “Biden says China is betting the us can’t keep up with autocracy”. *CNN* (28/04/2021). Em: <https://edition.cnn.com/2021/04/28/politics/china-us-democracy-autocracy/index.html/>. Acesso em: 06/09/2021.

Branca. Na equipe econômica, a conversa ia de igualdade a volta dos sindicatos. No andar de cima falava-se em “*great reset*”. Autores de esquerda como Cédric Durand (2021) chegaram a dizer que “2021 será lembrado como o momento em que o capitalismo global foi reorganizado para além do neoliberalismo”.

Neste artigo, após definir as linhas mestras da década anterior ao coronavírus, procuramos indagar em que medida os acontecimentos em curso desde o final de 2019 realmente abriram uma janela no interregno deflagrado pelo crash de 2008 e se esta janela poderá significar o fim *político* do neoliberalismo, o qual depende da luta de classes. Seguem as conclusões deste exercício questionador.

Se o interregno em que nos encontramos foi causado pelo esgotamento dos modelos econômicos que compraram tempo até 2008, trata-se de uma era em que o capitalismo neoliberal perdeu a paz fornecida pelo consumo facilitado a crédito. Então, a pandemia causou instabilidade ainda maior nos territórios, distanciando-nos de qualquer janela. Mas ao passo que impingiu sofrimento, medo e desamparo às populações, empurrou os políticos a acionar os respectivos Estados, cujos botões de comando estavam enferrujados, mas não extintos. Ao cabo, a pandemia revelou que diante da catástrofe ainda é possível utilizar extensamente recursos estatais – legislativos, de coordenação e financeiros.

No entanto, o mero emprego do Estado não significa o fim do neoliberalismo. Será preciso saber a serviço do que estará esse Estado redivivo. O ex-mandatário republicano dos Estados Unidos, conhecido por ser antitrabalhista, destinou trilhões de dólares para ajudar a economia e a população durante os meses em que a doença devastou os EUA. Embora falasse a língua do negacionismo, o chefe histriônico quase conseguiu se reeleger graças aos repetidos pacotes de auxílio que promulgou.

Nem interregno nem neoliberalismo equivalem à ausência de Estado. Basta observar que agências públicas – os bancos centrais, e o FED em especial – salvaram o capitalismo em 2008, mantendo ativas as turbinas monetárias ao longo da década subsequente. Nem por isso diminuiu o grau de conflito e insegurança que

percorre o planeta. Os capitalistas mantiveram a liberdade de levar e trazer o dinheiro para onde fosse mais rentável; a desigualdade dentro de cada sociedade e o trabalho precário continuaram a crescer.

Foi nesse contexto que 2016 testemunhou a eclosão do fenômeno que propusemos chamar de “autocratismo com viés fascista”. Referimo-nos a autocracia na acepção de Mario Stoppino (BOBBIO et al., 1995, p. 372): “denota um grau máximo de absolutismo na direção da *personalização do poder*” (grifos nossos). Essas lideranças, com acentuado toque personalista, passaram, por sua vez, a utilizar técnicas de comunicação tipicamente fascistas (ADORNO, 2020), conseguindo altas votações. Pensamos que o autocratismo de viés fascista é o exemplo máximo de fenômeno patológico nascido no interregno.

Se considerarmos que a pandemia influenciou no êxito de Biden durante a disputa de 2020, derrotando Trump, os acontecimentos que se precipitaram desde Wuhan *poderão*, sim, abrir uma janela para fora do interregno. Afinal, a luta de classes, tocada pela pandemia, alterou o jogo nos EUA, abrindo um espaço no qual a elevação do nível de vida das massas, a restrição à liberdade do capital e o fim da precarização do trabalho têm alguma chance de entrar na agenda. Para tanto, os movimentos sociais serão decisivos.

Diferentemente do que ocorre na Europa, no entender de Fraser (2021), os protestos liderados pelo Black Lives Matter (BLM) tiveram impacto “extremamente positivo” no processo eleitoral. A participação maciça dos afrodescendentes esteve, também, relacionada ao “trabalho duro e contínuo de ativistas de base” (FRASER, 2021). Watkins (2021) complementa dizendo que as demandas populares nos EUA resultaram em uma “inflação das eleições presidenciais”, com a participação de uma “população enfurecida fazendo-se ouvir em lutas trabalhistas tanto quanto nas ondas de protestos sociais” (WATKINS, 2021, p. 15). Em outras palavras, a derrota do autocratismo com viés fascista “foi garantida por uma aliança entre o grupo de centro neoliberal do establishment, a saber, a ala Clinton-Obama, e sua oposição populista de esquerda, representada pela ala

Sanders-Warren-Alexandria Ocasio-Cortez (AOC)” (FRASER, 2021, p. 169).

Apesar das tensões na escolha da candidatura, as duas frações estabeleceram compromissos programáticos que levaram ao “apoio irrestrito” da esquerda a Biden contra Trump. “O resultado é que os populistas progressistas e os neoliberais progressistas estão agora em uma coalizão. Os populistas são o elo mais fraco nessa aliança e não estão representados no gabinete de Biden. Não obstante, sua influência aumentou”, o que pode ser exemplificado pela liderança de Sanders no “poderoso Comitê de Orçamento do Senado”, diz Fraser (2021).

O caráter da possível janela está sendo definido pela intensa luta que se desenrola neste momento (setembro-outubro de 2021) sob o comando de Biden, mas com a participação da esquerda, em torno dos valores a serem aprovados para o Build Back Better Plan. Se é verdade que as primeiras investidas do progressismo, como dobrar o salário mínimo e anistiar dívidas estudantis, fracassaram, Sanders vem tendo destaque no renhido embate legislativo contra o Partido Republicano, bem como perante os conservadores que atuam dentro do Partido Democrata.

Fraser reconhece as tensões entre elementos “reativados do pensamento do New Deal” e o “lado do livre comércio da economia política neoliberal” que compõem a coalizão (FRASER, 2021). No entanto, será preciso verificar se os resultados concretos dos 7 trilhões de dólares propostos por Biden (dos quais não se sabe quantos serão efetivados) “vão satisfazer a população que está cambaleando não apenas pelas consequências econômicas e sanitárias da pandemia, mas também pelas ‘condições preexistentes’” do neoliberalismo, da desindustrialização, da quebra dos sindicatos e da destruição da rede de segurança social (FRASER, 2021). Destas contradições emergirá a correlação de forças que vai moldar o futuro.

Porém ainda falta uma peça no jogo. Os chineses, que praticam o que Milanovic (2019) qualifica de “capitalismo político”, aproveitaram o fato de possuírem um Estado que nunca se retirou na proporção ocidental para, durante a pandemia, dar mais um pulo

no ranking da geopolítica planetária. Por isso, um dos principais objetivos da administração americana que acabou por se eleger em 2020 seria “a restauração da aliança do Atlântico Norte, não apenas como barreira às ambições russas, mas como veículo para sincronizar pacotes de estímulos e manter a estabilidade das grandes finanças” (DAVIS, 2021). No horizonte, é claro, está o confronto com a China, rival que a pandemia consolidou na condição de concorrente em ascensão. Novas pesquisas precisarão determinar em que medida este quadro externo favorece ou dificulta sair do interregno e em que direção.

Last but no least, observe-se que o mercado financeiro, diante dos trilhões propostos pelo Build Back, passou a entoar uma ladinha bem conhecida na semiperiferia: endividamento excessivo, inflação, necessidade de o FED ficar mais rigoroso etc. Salvo melhor juízo, esta reação pode se ligar aos temores de Streeck,⁴⁷ para quem, no final, o poder secreto das finanças – a “matriz de engrenagens” de que fala Tooze – cobrará um preço que vai neutralizar as boas intenções da frente centro-progressista. Seria um desfecho compatível com o estranho fato de neoliberais terem levantado a bandeira de dar um grande *reset* no capitalismo. Apostando nesse cenário, o autocratismo com viés fascista prepara os instrumentos de voo para aterrissar outra vez na avenida Pensilvânia em 2024. Como zunia aquele antigo besouro: “*Strange days, indeed*”.

147

Referências bibliográficas

ADORNO, Theodor. *Aspectos do novo extremismo de direita*. São Paulo: Unesp, 2020.

BOBBIO, Norberto et al. *Dicionário de Política*. Brasília: UnB, 1995.

DAVIS, Mike. We’re witnessing a fundamental political realignment: Mike Davis on the crisis in the United States. *Red Flag*. 2021. Em: <https://redflag.org.au/index.php/node/7514/>. Acesso em: 07/10/2021.

⁴⁷ Ver nota 31.

DURAND, Cédric. 1979 in Reverse. *Sidecar* (01/06/2021). Em: <https://newleftreview.org/sidecar/posts/1979-in-reverse/>. Acesso em: 27/08/2021.

FEFFER, John. *The battle for another world: the progressive response to the new right*. Nova York: Institute for Policy Studies, 2019.

FRASER, Nancy. Interregno estadunidense. Entrevista de Nancy Fraser a Alessandra Spano. *Cadernos de Filosofia Alemã*, 26 (1), pp. 165-173, 2021.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere, volume 3*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

GERBAUDO, Paolo. *The mask and the flag: populism, citizenism, and global protest*. Oxford: Oxford University Press, 2017.

GORDON, Peter E. Adorno e o neofascismo. *A Terra é Redonda* (10/01/2021). Em: <https://aterraeredonda.com.br/adorno-e-o-neofascismo/>. Acesso em: 26/08/2021.

HARVEY, David. *A loucura da razão econômica*. São Paulo: Boitempo, 2018.

MANZI, Rafael Henrique Dias e VIOLA, Eduardo. A desaceleração da economia da China e a transição para um “novo normal” no século 21. *Carta Internacional*, Belo Horizonte, 15 (2), 2020.

MILANOVIC, Branko. *Capitalism, alone: the future of the system that rules the world*. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.

POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens de nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

PRZEWORSKI, Adam. *Crises of Democracy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.

RILEY, Dylan. American Brumaire?. *New Left Review*, 103, Janeiro-Fevereiro de 2017.

_____. What is Trump. *New Left Review*, 114, Novembro-Dezembro de 2018.

_____. Faultlines. *New Left Review*, 126, Novembro-Dezembro de 2020.

SCHWAB, Klaus e MALLERET, Thierry. *Covid-19: The Great Reset*. Forum Publishing, 2020.

SHIH, Victor. China's credit conundrum. *New Left Review*, 115, Janeiro-
Fevereiro de 2019.

SHIN, Hyun Song. *Globalisation: Real and Financial*. BIS 87th Annual
General Meeting, Basel, 25 June 2017. Em: [https://www.bis.org/speeches/
sp170625b_slides.pdf/](https://www.bis.org/speeches/sp170625b_slides.pdf/). Acesso em: 07/10/2021.

SINGER, Paul. *Uma utopia militante: repensando o socialismo*. Petrópolis:
Vozes, 1998.

STIGLITZ, Joseph. *Freefall: free markets and the sinking of the global
economy*. Londres: Penguin, 2010.

STREECK, Wolfgang. *How will capitalism end? Essays on a failing system*.
Londres: Verso, 2016.

_____. *Tempo comprado: a crise adiada do capitalismo democrático*. São
Paulo: Boitempo, 2018.

_____. Futurismo italiano o castillos europeos en el aire. *El salto*. 2020.
Em: [https://www.elsaltodiario.com/union-europea/futurismo-italiano-
castillos-europeos-aire-wolfgang-streck/](https://www.elsaltodiario.com/union-europea/futurismo-italiano-castillos-europeos-aire-wolfgang-streck/). Acesso em: 18/10/2020.

149

TOOZE, Adam. *Crashed: how a decade of financial crises changed the world*.
Viking: Nova York, 2018.

_____. A Radical Demonstration of ‘America First’ | An Interview with
Adam Tooze. *The Drift* (04/05/2021). Em: [https://www.thedriftingmag.com/
a-radical-demonstration-of-america-first/](https://www.thedriftingmag.com/a-radical-demonstration-of-america-first/). Acesso em: 21/08/2021.

TORRE, Bruna Della. Com quantos paus se faz uma canoa? Notas sobre
a personalidade autoritária. *Crítica marxista*, 50, 2020.

VAROUFAKIS, Yanis. The EU Coronavirus Fund Will Take Europe
Another Step Towards Disintegration. *The Guardian* (24/07/2020). Em:
[https://www.theguardian.com/world/commentisfree/2020/jul/24/eu-
coronavirus-fund-europe-recovery-package/](https://www.theguardian.com/world/commentisfree/2020/jul/24/eu-coronavirus-fund-europe-recovery-package/). Acesso em: 27/08/2021.

WATKINS, Susan. Paradigm shifts. *New Left Review*, 128, Março-Abril
de 2021.

A nova crise no interregno capitalista: entrevista com Wolfgang Streeck¹

Hugo Fanton

O momento político-econômico atual da União Europeia (UE) e dos Estados Unidos sob o governo democrata de Joe Biden é o tema central desta entrevista com o sociólogo alemão Wolfgang Streeck, realizada no início de julho de 2021 e publicada pela primeira vez na íntegra na edição de agosto da *Revista Rosa*. O diretor emérito do Instituto Max Planck para o Estudo de Sociedades de Colônia, na Alemanha, parte de questões relacionadas a conceitos e categorias como *tempo comprado*, *interregno*, as passagens de *Estado Fiscal para Estado Endividado* e *Estado de Consolidação* e o deslocamento para cima do conflito distributivo, para reafirmar que a “velha lógica” capitalista orienta as medidas até aqui anunciadas para a retomada das atividades econômicas em meio à pandemia.

¹ Tradução de Hugo Fanton. Ela foi originalmente publicada na *Folha de S. Paulo*, em 24 de julho de 2021 (em versão reduzida) e na revista eletrônica *Rosa*, vol.4, n.1, agosto de 2021.

Há uma problematização do otimismo corrente – mesmo entre setores da esquerda – com as medidas de Biden e as possibilidades de uma suposta nova fase de acumulação capitalista que rompa com preceitos neoliberais. No meu entender, o entrevistado realiza habilmente, nas respostas às questões, algo que Antonio Gramsci nos ensina em conhecida passagem dos *Cadernos do Cárcere*: a distinção entre “os movimentos orgânicos (relativamente permanentes)”, que compõem determinada estrutura social, e “os elementos que podem ser denominados ‘de conjuntura’ (que se apresentam como ocasionais, imediatos, quase acidentais)”. De acordo com Streeck, não há razões para acreditar que os estímulos anunciados até aqui por Biden ou pela União Europeia representem qualquer ruptura com o neoliberalismo e a lógica fundamental da sociedade capitalista de garantir a acumulação sem fim de capital privado, o que traz como consequência o aumento das desigualdades de renda e riqueza.

152

Por diversas vezes, Streeck nos lembra que Biden terá de entregar algo rapidamente, sob pena de uma eventual vitória político-eleitoral do Partido Republicano nas eleições de meio de mandato em 2022, o que inviabilizaria a consecução de um programa econômico para, de fato, atender aos interesses da “classe trabalhadora em declínio no coração dos Estados Unidos”. Ressalta ainda que, mesmo diante da emergência de diferentes formas de insatisfação com as consequências do capitalismo, a ausência de partidos de massa que combinem os descontentamentos em um denominador comum transformador, de sentido democratizante, possibilita ao capitalismo continuar a se impor como padrão predominante de integração social.

Há outras importantes contribuições ao longo da entrevista, como as consequências para a luta política, em âmbito social ou eleitoral (a reação do trumpismo ou as alternativas à esquerda, por exemplo), da possível emergência de uma nova fase de participação das massas com potencial para deslocar de volta “para baixo” o conflito distributivo. Streeck analisou as dificuldades das esquerdas no mundo e fez projeções para as eleições nacionais que aconteceram na Alemanha em setembro de 2021. Neste tópico, cabe destacar que,

ao contrário do previsto, o “milagre” da derrota da União (CDU-CSU) aconteceu. De todo modo, há uma leitura corrente entre analistas locais de que a vitória de Olaf Scholz (SPD), ministro das Finanças de Angela Merkel, reafirma a ideia exposta por Streeck de que “a política alemã é centrista até o osso”.

A entrevista expõe impasses vividos no Ocidente na contemporaneidade. Apesar da reiterada imposição de interesses pelo capital, até mesmo em contexto pandêmico, seguem presentes os muitos sinais da crise que caracteriza o interregno como prolongado período de desordem e indeterminação.

Em *Tempo comprado*, afirma-se que as possibilidades de compra de tempo estão esgotadas, e essa seria uma das razões da crise de legitimidade do neoliberalismo e do “capitalismo democrático”. No entanto, em análises recentes de ações governamentais em contexto de pandemia, há autores que apontam para possibilidades de mudança na orientação da política macroeconômica, anunciando, inclusive, o fim do neoliberalismo em uma perspectiva progressista. Para dar apenas um exemplo, o mais novo pacote econômico de Joe Biden, de estímulo à esfera produtiva pela injeção de recursos providos da reversão parcial das medidas de Donald Trump de diminuição da taxa sobre as empresas, tem motivado análises que apontam para uma nova lógica econômica a reger o centro do capitalismo. Qual é a sua avaliação de tais medidas de estímulo à retomada econômica, sejam elas nos EUA ou na UE? Podemos entrar em uma nova fase de compra de tempo que dê sobrevida ao “capitalismo democrático” e reverta o “contexto subestruturado do interregno nascente com suas instituições disfuncionais e cadeias causais caóticas”, ou são apenas novos sintomas mórbidos de uma era que está chegando ao fim?

153

Wolfgang Streeck: Antes de mais nada, a transição para uma “nova era” leva tempo. Biden está no governo há menos de meio ano e em breve começará o período que antecede as eleições de meio de mandato, de novembro de 2022. Lembro-me muito bem

do período imediatamente após a eleição de Bill Clinton, em 1992, quando o céu estava cheio de sonhos de reformas fundamentais, como a social, a educacional e a do mercado de trabalho. Isso terminou dois anos depois, quando ambas as Casas do Congresso se tornaram republicanas, com Newt Gingrich assumindo o poder na Câmara dos Deputados e Clinton mudando de rumo em 180 graus, iniciando a revolução neoliberal. Vamos ver se Biden vai se sair melhor.

154

Em segundo lugar, depende do que você quer dizer com “uma nova lógica do capitalismo” e do que você chama de “sobrevivência do ‘capitalismo democrático’”. O capitalismo tem evoluído permanentemente desde seu início, assumindo constantemente novas formas: novas tecnologias, nova organização do trabalho, novos regimes financeiros, mudanças nas relações com o Estado e a democracia etc. O que não mudou foi sua natureza fundamental: uma economia política guiada por uma compulsão intrínseca pela acumulação sem fim de capital privado capaz de gerar mais capital privado. Uma sociedade capitalista é aquela cujo bem-estar depende de sua economia ser suficientemente lucrativa para incentivar o investimento de capital privado – se preferir, a “velha lógica” do capitalismo. Não há razão para acreditar que o estímulo econômico fiscal, independentemente do seu tamanho, representaria uma ruptura com esta lógica.

Certamente, uma questão interessante é como os enormes déficits públicos necessários para estimular a decadente máquina de lucro americana são financiados, e por quanto tempo isso pode continuar sem causar mais danos do que benefícios, especialmente para aqueles que não são proprietários de capital.

Parece-me que o pacote de Biden será financiado por uma mistura complexa de política fiscal e monetária, ou seja, por uma enorme extensão da dívida pública americana combinada com uma promessa do FED de manter as taxas de juros baixas para que a dívida possa ser paga, além da garantia aos investidores em dívida pública de que, se a pressão chegar, o FED comprará sua dívida com dinheiro novo, o que no jargão tecnocrático do dia é chamado de

“estabilização dos mercados financeiros”. Você tem alguns palpites sobre quem se beneficiaria mais disso, os ricos ou os pobres, e se as desigualdades de renda e riqueza aumentariam ou diminuiriam como resultado. Para mim, esta é uma lógica bastante antiga.

Em “O retorno dos reprimidos”, depreende-se a ideia de que Trump era um “fenômeno patológico”. A doença acabou? Como interpretar politicamente a vitória de Joe Biden, a reação do trumpismo com as tentativas de anulação dos resultados eleitorais e os primeiros meses de gestão democrata? E qual é a viabilidade futura de posições como a de Bernie Sanders, com programas mais avançados em termos de extensão de direitos?

WS: Eu diria, como Zhou Enlai, quando Kissinger lhe perguntou o que pensava sobre a Revolução Francesa, que é “muito cedo para dizer”. Por enquanto, Biden parece ocupar o espaço político aberto por Sanders e, talvez, por Corbyn no Reino Unido, da mesma forma que Roosevelt se antecipou ao socialismo e ao comunismo americanos. Mas não esqueça que Trump, no ano passado, recebeu nada menos que 11 milhões de votos a mais que em 2016 (74 milhões contra 63 milhões), indicando um forte apoio à sua versão isolacionista e protecionista de “America First” [América em primeiro lugar]. Biden terá de entregar algo, não apenas em 2024, mas já, como eu disse, até os meados de 2022, e veremos como poderá ser. O que vejo, além do programa econômico de Biden, é uma tentativa de reverter o afastamento de Trump do ativismo e intervencionismo internacional e retornar à velha ideologia de “nação indispensável” do Partido Democrata, representada pelos governos Clinton e Obama. Isto certamente será caro e pode ser absolutamente perigoso, entre outras questões, pela relação com a China. Se ele vai consolidar o apoio entre os que ainda devem ser o núcleo eleitoral dos democratas, os pobres de diferentes origens étnicas e a classe trabalhadora em declínio no coração dos Estados Unidos, é uma questão muito em aberto. Se o ativismo internacional vier com o livre comércio e a livre circulação de capitais ao estilo da OMC, acho difícil de acreditar

que possa obter apoio de grande parte do povo americano que conviveu com isso no período de “internacionalização” e “globalização”, como mostrou ao eleger Trump em 2016.

156 Em diferentes momentos de sua obra recente, aponta-se a extrema desigualdade de poder e a existência de uma diplomacia financeira internacional imune ao controle democrático de suas decisões, que se sobrepõem aos Estados nacionais e determinam os padrões de produção social. Se compreendermos o interregno como um momento histórico de crise de autoridade, não seria justamente tal contexto que possibilitaria a ação política dos grupos subalternos e, por extensão, o controle democrático? A apatia e o entretenimento como formas predominantes da política neoliberal não podem estar dando lugar a uma nova fase de participação das massas com potencial para deslocar de volta “para baixo” o conflito distributivo? As novas expressões de atuação política das massas – sejam elas de movimentos sociais que atuam pela extensão de direitos como o Black Lives Matter, que parece ter sido fundamental na vitória de Biden, ou os grupos neofascistas contrários a medidas de distanciamento social, por exemplo – apontam para possibilidades concretas de incidência política ou seguem extremamente distantes dos processos decisórios? Apesar de enfraquecidos, os movimentos sociais e a velha classe trabalhadora ainda incidem sobre os processos políticos e possuem potenciais transformadores?

WS: Eles têm influência, sim. Se têm potencial de transformação, o futuro mostrará. Acho que depende muito do país e da região geográfica. Existem hoje, como você observa com razão, muitas expressões de descontentamento, às vezes bastante radicais, sobre diferentes questões e em diferentes formas, sem, contudo, um denominador comum de magnitude política relevante. Há descontentamento com os governos, de forma particular ou em ampla escala, relativo à má prestação de serviços – assistência à saúde, educação etc. –, à insuficiente proteção contra riscos econômicos e incertezas

e à falta de consideração do poder público por grupos específicos ou, em geral, pelos “perdedores” das guerras de competitividade. No entanto, não há partido de massas, por mais organizado que seja, que possa unir as diversas oposições e dar um enfoque comum ao seu descontentamento. Além disso, a discriminação por raça ou orientação sexual não é nada essencial para a estabilidade do capitalismo. O capitalismo pode facilmente prescindir de tais discriminações e de fato se juntar à batalha contra elas – veja o apoio financeiro do Goldman Sachs ao “casamento para todos”, ou as consideráveis doações aparentemente feitas por grandes empresas globais a uma organização como a Black Lives Matter, para comprar a boa vontade geral do público, bem como para se proteger contra ataques específicos a suas práticas de emprego e contratação. Enquanto o padrão básico de “todos nós trabalhamos para o lucro de poucos, então eles terão misericórdia de nós e investirão seu lucro para gerar mais lucro, dando-nos uma chance de continuar a trabalhar para eles” permanecer intacto, todos os tipos de coisas parecem toleráveis a uma oligarquia capitalista, certamente incluindo qualquer parada Christopher Street Day² que as pessoas queiram encenar.

157

Já estamos convivendo há mais de um ano com a pandemia da Covid-19, um acontecimento global que impactou profundamente a economia e a política no Ocidente. Quais foram os principais efeitos da pandemia sobre a Alemanha e a União Europeia? Houve alterações de tendências que estavam em curso ou as análises anteriores à pandemia referentes à crise do “capitalismo democrático” e ao interregno seguem atuais?

WS: Mais uma vez, lamento, muito cedo para dizer, pelo menos dessa forma. Tenho apenas duas tentativas de observação a fazer.

² O Christopher Street Day (CSD) é uma manifestação anual realizada em diferentes cidades europeias em defesa dos direitos das pessoas LGBTQIA+, contra a discriminação e a exclusão.

Primeiro, parece-me que a pandemia proporcionou um período de fôlego aos partidos centristas da esquerda e da direita, partidos que estão em decadência há algum tempo porque seus eleitorados tradicionais estavam se dividindo ou definhando. A centro-direita parece estar se saindo melhor devido à experiência e solidez, enquanto a centro-esquerda continua a ser assombrada pelos Verdes em suas diferentes formações, que ainda absorvem uma parte crescente do seu voto.

158

A esquerda radical, por sua vez, parece estar à beira da extinção política, já que não tem nada a oferecer sobre a pandemia que difira da política governamental dominante. A direita radical, em comparação, parece estar se saindo melhor, o que pode ter a ver com o fato de conseguir capturar, em nome da liberdade pessoal, a oposição poujadista dos pequenos empresários e dos profissionais autônomos contra as políticas de lockdown do centro e da esquerda. Em geral, acho interessante que a esquerda tenha se tornado o partido de um Estado forte, até mesmo autoritário, em nome da “ciência” e de saber melhor o que é bom para todos, alinhando-se ao governo do dia, quanto mais está disposto a impor duras restrições. Os vários grupos de pressão “Covid-zero”, em particular, estão mais à esquerda do que à direita, alguns fantasiando sobre um retorno da solidariedade universal, do povo, até mesmo dos povos unidos, em um lockdown brusco e rápido: apenas três semanas ou quatro, e o vírus será derrotado – o que é, naturalmente, completamente ilusório e falhou até mesmo na Austrália. A posição liberal, em comparação, é que temos de aprender a viver com a doença e aceitar que algumas pessoas morrerão em algum momento com o vírus, quando não pelo vírus – uma posição que é considerada desumana, até mesmo fascista entre a esquerda, e é um grande tabu nas discussões políticas.

Quanto à União Europeia, os 750 bilhões de euros de dinheiro extra são apenas mais um passo, moderadamente criativo, do Estado Fiscal para o Estado Endividado, a ser seguido inevitavelmente por outro passo em direção ao que chamo de Estado de Consolidação. Criativo porque encontrou uma maneira de contornar a proibição dos tratados para a UE contrair dívidas, embora, por enquanto,

uma única vez, na vigência de um suposto Estado de Emergência. Note-se que o dinheiro fresco foi distribuído a todos os Estados Membros e não apenas aos países mediterrâneos em sofrimento, pois todos são afetados em diferentes graus pelo que chamo de crise fiscal do Estado Capitalista. Mas enquanto a soma parece impressionante, tudo o que fará é financiar alguns projetos nacionais de prestígio, beneficiando os governos no poder, sem de forma alguma curar as assimetrias fundamentais da União Monetária Europeia que estão arruinando a Itália, a Espanha e a França, enquanto tornam a Alemanha rica. Lembre-se de que o novo caça-bombardeiro alemão-francês, o FCAS (Future Combat Air System), custará, sozinho, de acordo com estimativas realistas, 300 bilhões de euros.

Já antes da pandemia, a dívida havia se tornado a cura aceita para a falta de dinheiro público necessário para manter o capitalismo a flutuar sob condições de “estagnação secular”. A dívida, no entanto, deve ser cumprida e paga em algum momento, devendo o Banco Central Europeu manter as taxas de juros baixas porque, caso contrário, Estados como a Itália poderiam ter de entrar em inadimplência (para que o serviço da dívida não seja doloroso, também deve haver crescimento econômico – do qual ninguém sabe se e a que nível acontecerá). É verdade que, com engenhosidade suficiente, você pode sempre tentar adiar a hora da verdade. Mas se, no caminho, os investidores começarem a duvidar de que recuperarão o dinheiro, e com lucro, o custo do refinanciamento da dívida – que cresce continuamente – aumentará, primeiro nos países fracos, depois na UE (agora outro Estado Endividado, ou quase-Estado), e finalmente também nos países fortes como a Alemanha. Todos os tipos de acidentes políticos e econômicos podem acontecer por este caminho, acidentes que exigirão ainda mais “criatividade” dos governos nacionais e das organizações internacionais.

No final do verão alemão de 2020, Angela Merkel parecia bem avaliada em sua gestão da pandemia e a eleição nacional tinha a CDU como favorita. No entanto, passado o inverno, a situação parecia completamente diferente, com queda na popularidade de

Merkel, nas intenções de voto na CDU e uma possível vitória Verde nas eleições de setembro. Ao mesmo tempo, a AfD, desde o início da pandemia, não deu mais sinais de que seguirá crescendo. Sua leitura exposta no artigo “A renewed left as the imperative of political reason” se modificou, diante do novo cenário eleitoral? Como tais mudanças de conjuntura têm se expressado no debate programático? Em relação a isso, em termos mais específicos, o senhor poderia explicar sua posição sobre como lidar com a AfD, seus apoiadores, e o tema do nacionalismo?

160

WS: Não haverá uma “vitória verde”. No final, os Verdes poderão acabar com menos votos que o SPD, que permanecerá nitidamente abaixo de 20%. Se nenhum milagre acontecer, o candidato da CDU/CSU, Laschet, será chanceler de um governo de coalizão que poderá incluir qualquer combinação com Verdes, SPD e o liberal FDP, dependendo dos votos que cada partido obterá. A política alemã é centrista até o osso. Neste momento, Laschet, como primeiro-ministro do maior estado federal, Renânia do Norte-Vestfália, está tentando desenvolver um regime de combate à Covid mais sustentável do que o interminável lockdown de Merkel (adotado para agradar à ala “Covid-Zero” dos Verdes). Em seu estado, Laschet governa com o liberal FDP, em afinidade com os pequenos empresários e outros que sofrem sob os sempre retornados lockdowns.

Você está pedindo o “debate programático”. Não há nenhum. Laschet produziu um “programa” que é tão trivial e chato que ninguém o está lendo. Nisso ele segue os passos de Merkel – que é completamente dissonante quando se trata de ideologia e afins, mudando repetidamente de direção em 180 graus se isso se adequar à sua política de coalizão. O que há são inclinações, em geral não explicitadas, mais ou menos diferentes por parte dos líderes partidários a respeito de suas prováveis respostas às crises que os manterão ocupados quando no cargo: no Leste Europeu, na União Monetária, nas finanças estatais, na relação com a Rússia, no confronto americano com a China e no desejo francês de que a “Europa” defenda seu império pós-colonial na África Ocidental etc. Há um amplo

consenso na Alemanha, incluindo cada vez mais também a AfD, de que manter viva a União Monetária deve ser a prioridade máxima da política alemã, pois a moeda comum é a principal fonte da prosperidade alemã. Há pequenas divergências sobre o valor da compensação a ser paga pelo contribuinte alemão, em nome das indústrias de exportação alemãs, a países “perdedores” como Itália, Espanha e França, por se agarrarem ao euro, sobre a melhor – menos visível – forma de pagamento, e sobre quem seria melhor em negociar o preço para baixo.

Quanto à AfD, ela não tem nada a mostrar com relação à crise da Covid, já que não tem participação no governo, seja em nível estadual ou nacional. Desde seu ponto mais alto após a chamada “crise dos refugiados”, há cinco anos, não conseguiu desenvolver uma identidade programática confiável. Hoje, está dividida internamente entre uma maioria declinante de conservadores de direita e uma minoria crescente de nacionalistas radicais de direita. Nesta posição, ela se oferece como Inimigo Público Número 1 para os partidos centristas, que mantêm seu campo unido, excluindo não apenas a própria AfD, mas o que quer que ela possa dizer no domínio da respeitabilidade constitucional. Apesar disso, a AfD parece ter um núcleo duro de apoio ao redor de 10% do eleitorado, especialmente entre os homens jovens.

161

Em sua formulação sobre o interregno, em *How Will Capitalism End*, apontam-se oito problemas insolúveis do capitalismo, tais como o crescimento declinante, o aumento da desigualdade e a impossibilidade de gestão macroeconômica. Sou um pesquisador brasileiro, que lida com tais “problemas insolúveis” como problemas crônicos do capitalismo dependente. Passados quase trinta anos da falência do Lehman Brothers, será que não se deveria dizer que o capitalismo encontrou novo padrão, comandado pelo Quantitative Easing do FED (o qual se repetiu na pandemia), em lugar de estar sem direção? E o diagnóstico pessimista sobre o futuro do capitalismo é relativo apenas ao capitalismo ocidental ou também se refere ao capitalismo que se desenvolveu no Oriente,

em torno da China, país que desde 2008 manteve taxas altas de crescimento e ainda controlou de forma relativamente rápida a pandemia, minorando seus efeitos econômicos?

162 WS: Novamente, se o capitalismo é um sistema econômico e social cuja estabilidade depende da acumulação ilimitada de capital privado com o objetivo de produzir mais capital privado, então QE não é mais do que a contrapartida monetária da expansão ilimitada da dívida fiscal, necessária para fechar a lacuna cada vez maior entre os custos crescentes do capitalismo e sua disposição decrescente de pagar por eles. Além disso, como mantém as taxas de juros baixas, incentiva a especulação em mercados de ativos, e, na medida em que promete proporcionar “estabilidade financeira”, garante aos proprietários de ativos que o valor de suas participações não será corrigido para baixo. Como resultado, os 1% mais ricos ficam ainda mais ricos, no decurso da inflação do valor dos ativos, e a diferença de riqueza entre eles e o restante da sociedade continua crescendo. QE é “um novo padrão” apenas na medida em que é um novo instrumento, adaptado ao capitalismo financeiro, para assegurar que aqueles que acumulam capital privado prosperem enquanto o restante deve buscar como obter uma parte dos lucros, se é que consegue alguma coisa.

Acredito que o que você está perguntando é se isso pode continuar para sempre, e é claro que não pode, embora nós, como sempre, não saibamos quanto tempo vai durar e o que virá depois. Quanto às consequências, para os países periféricos, do “novo padrão” (que, como disse, é fundamentalmente um padrão bastante antigo), é seu trabalho descobrir. Meu palpite é que se deve olhar especificamente quais são as consequências – dos esforços americanos para resgatar o capitalismo da estagnação secular –, para as elites dos países periféricos, o que elas recebem por participarem disso, e como as vantagens que obtêm as impedem de fazer coisas úteis para seus próprios países. Se seus cochos estão em Nova York, por que elas deveriam se preocupar com São Paulo?

SEGUNDA PARTE
Curto-circuito brasileiro

A crise constitucional brasileira: ensaio de interpretação histórica (1988-2016)¹

Cícero Araujo e Leonardo Belinelli

INTRODUÇÃO

Neste artigo, nos propomos a fazer uma análise da crise da política brasileira, orientada por uma grade conceitual cujas premissas serão expostas a seguir. No desenrolar do argumento, vamos apresentar algumas hipóteses sobre a prática constitucional brasileira desde o retorno do país à democracia, no final dos anos 1980, com vistas a compreender seu virtual colapso na presente conjuntura.

Partimos de duas suposições fundamentais. A primeira é que uma Constituição não é apenas um texto jurídico, publicamente reconhecido e promulgado. Ela é também um acordo tácito entre os grupos e classes sociais atuantes numa comunidade política, no

¹ Este artigo se baseia em dois outros, publicados anteriormente por um dos autores, vários trechos dos quais foram reproduzidos aqui (Cf. ARAUJO, 2018, 2019). Agradecemos os comentários e sugestões de André Singer, Fernando Rugitsky, Hugo Fanton, Lena Lavinias e Marina Lacerda à primeira versão do texto.

interior da qual estes mantêm uma relação de cooperação e conflito. A Constituição, nesse sentido, espelha um “pacto social”. A outra suposição é que o próprio texto constitucional não deve ser entendido como um conjunto fixo de princípios e normas, congelado no momento de sua promulgação, perfeitamente compreendido a partir daí e que paira sobre o fluxo da vida social. Ao contrário, ele inscreve dentro de si a fluidez da sociedade que busca normatizar. Mesmo que esteja formalizada num texto escrito, como é da tradição do constitucionalismo moderno, no qual procura fixar as balizas do que os atores políticos e sociais devem ou podem fazer, uma Constituição nunca permanece fechada em seu próprio texto, mas é uma prática suscetível a evoluções, quando menos por conta da própria interpretação a que está sujeita por diferentes atores e segundo a diferença dos tempos. Isso significa que a Constituição expressa, nos termos de um texto político-jurídico, não um acordo estático, mas o dinamismo que é inerente ao pacto social.

166

Entender a Constituição dessa maneira não significa que não devemos esperar a estabilidade legal. Afinal de contas, um dos atributos básicos da lei é a expectativa de regularidade de condutas que ela impõe. Uma Constituição não teria razão de ser se não pudesse responder, de alguma forma, a essa expectativa. Convém frisar, no entanto, que a ideia moderna de Constituição, que é uma tomada de consciência de que as sociedades estão em constante fluxo, procura acomodar – com todas as tensões implicadas nesse desafio – os valores da estabilidade e da mudança. Herdeiro das experiências paradigmáticas da república americana e da França revolucionária, esse constitucionalismo procura reconciliá-los através de diferentes fórmulas, entre as quais cabe destacar duas: a hierarquização das leis, que distingue uma legislação superior, “constitucional”, menos sujeita a modificações, a qual condiciona uma legislação mais propícia às variações de conjuntura, dita “infraconstitucional” ou “ordinária”; e a regulação e controle da mudança do próprio texto constitucional, através de “reformas” ou “emendas”.²

² Para uma elaboração mais extensa a respeito, ver ARAUJO, 2013, cap.4.

Contudo, se as constituições fossem assim tão maleáveis, como seria possível supor que pudessem fracassar ou que ficassem sujeitas a crises profundas? De fato, a história moderna e contemporânea é repleta de tais experiências: crises que levam ao colapso ou à subversão mesma da lei maior. Conhecemos, ademais, as constituições que já nascem “letras mortas”, incapazes de obter o respeito de governantes e governados; ou as cartas falsas, feitas apenas para dar aparência legal a regimes arbitrários. Mas também temos o registro de constituições autênticas e efetivas que, de algum modo, foram perdendo a capacidade de orientar a vida social. Este ponto remete à questão da perda de aderência da Constituição à sociedade, ou, para nos restringir aos termos deste ensaio, à questão do pacto social, de seu poder de continuar (ou não) a ganhar, seja o simples endosso, seja o apoio ativo dos diversos grupos e classes sociais que interagem numa mesma comunidade política. É isso que fornece o laço que amarra a Constituição como *ideia* à Constituição como *prática*.

Assim, se é verdade que ela é, quiçá até sua metade, o texto escrito – a ideia – que representantes do povo (o conjunto da cidadania) elaboram e então celebram como a “lei maior” do país, não é menos verdade que, em sua outra metade, a Constituição é o acordo tácito pelo qual as partes em que se divide a sociedade se ajustam ao longo do tempo e lhe emprestam contínua sustentação. Se nos acautelamos, aqui, em dizer “se ajustam ao longo do tempo”, é porque raramente as normas constitucionais se tornam efetivas de imediato. Entre o “dever-ser” da ideia e o “ser” da realidade social há como que um atrito, um processo de negociação, através do qual a prática constitucional *se estabiliza*. Esse ajustamento recíproco, porém, nem sequer poderia se insinuar se não estivesse habilitado por um pacto social.

A crise política profunda que o país atravessa hoje nos estimula a fazer esse tipo de abordagem, que pretende levantar hipóteses sobre as partes menos visíveis do *modus operandi* constitucional. Trata-se de uma exploração, eminentemente ensaística, de certas colunas do edifício do poder político, eclética em seus fundamentos teóricos e pontuada de intuições que precisarão ser devidamente verificadas em trabalho posterior.

As páginas a seguir se dividem em cinco seções. Na primeira, vamos investigar o que se poderia chamar de “estabilização” da Carta de 1988 – isto é, o momento subsequente à sua promulgação, no qual foram enfrentados dois grandes desafios: a hiperinflação e o arranjo de poderes – em um contexto internacional com características decisivas. O resultado desse momento foi a criação de um modelo social-liberal, que se tornará a gramática comum das principais forças políticas do país. Tal arranjo, com variações ao longo do tempo, logrou sustentação até cerca de metade do governo Dilma Rousseff, a partir do qual começou a se desarticular. A segunda seção do texto é dedicada ao exame de outras facetas do mesmo processo de normalização do regime. Procuramos apontar de que modo, *no interior* do próprio movimento que produz a estabilização, começam a incidir fatores que, no devido tempo, vão colocar em xeque o modelo decantado. Daremos atenção, nesse ponto, ao papel do complexo judiciário, das classes médias e do que vamos designar de “a câmara invisível”.

168

As duas partes seguintes discutem os governos Lula e Dilma à luz do esquema traçado nas seções anteriores. Na seção conclusiva, fazemos uma síntese de nossa interpretação da crise em curso, resgatando as hipóteses apresentadas no texto.

A ESTABILIZAÇÃO DO REGIME: SOCIAL-LIBERALISMO E PRESIDENCIALISMO DE COALIZÃO

Depois de escrita a Constituição de 1988 – um marco no processo de expansão dos direitos de cidadania no país –, impunha-se o desafio de colocá-la em funcionamento. Para tanto, duas questões, intimamente relacionadas, teriam de ser tratadas: a recuperação da capacidade de iniciativa do Estado e a solução da crise econômica, cuja manifestação mais aguda era a hiperinflação. O cenário era complexo: mutuamente implicadas, ambas punham em risco a decantação prática da Carta Magna.

A Constituição de 1988 havia consagrado um programa material de caráter social-democrata, justamente num momento em que a

hegemonia ideológica desse arranjo estava sofrendo profundo questionamento por uma alternativa em formação, o neoliberalismo,³ alimentada pelo colapso do bloco soviético e pela crise do Welfare State europeu.

Vale notar, porém, que o programa social da Constituição de 1988 não representava simples adesão a uma moda em vias de ultrapassagem. Ao contrário, deitava raízes nas condições econômicas e sociais do país. As altas taxas de crescimento experimentadas durante o regime militar foram conquistadas ao custo de uma intensificação da desigualdade social.⁴ Finda a ditadura, era de se esperar a emergência não só de um regime de poder civil e liberdades democráticas, mas de reparação ativa da chamada “dívida social”.⁵

Assim mesmo, a Constituição parecia remar contra a maré dos ventos internacionais. A questão era decisiva, colocando o problema da própria viabilidade do pacto social que ela pretendia expressar. Eis que o combate à inflação propiciou o alibi para uma saída “à brasileira”.

Como se sabe, a tentativa de debelá-la ceifou as chances de sucesso de dois governos pós-autoritarismo, inclusive o primeiro eleito diretamente pelo povo, afastado por um processo de impeachment. A hiperinflação tornara-se um flagelo nacional, desorganizando a economia e minando especialmente o poder de compra dos

³ Uma história dessa mudança de fundo do capitalismo contemporâneo pode ser encontrada em HARVEY, 2008.

⁴ Há diversos estudos sobre o tema, entre os quais TAVARES; DAVID, 1982 e SINGER, 1976.

⁵ Quanto à relação entre poder civil e militares, a Constituição Federal limitou-se a confirmar a Lei de Anistia de 1979, que traçou os termos tácitos da chamada “volta dos militares aos quartéis”. Termos frágeis, uma vez que não estabeleciam claramente a supremacia do poder civil, mas simplesmente indicavam que os militares não mais se imiscuiriam nos assuntos civis, e o poder civil não se imiscuiria nos assuntos da corporação militar. Que os militares tenham voltado, recentemente, a se meter nas disputas do poder civil é um dos sinais mais claros não apenas da erosão desse compromisso, mas da própria crise constitucional.

assalariados. A oportunidade de um combate eficaz, com resultados de longo prazo, só surgiu com o aprendizado de uma sucessão de planos econômicos fracassados. Não precisamos recontar aqui a história do Plano Real;⁶ basta frisar que seu sucesso forneceu uma chave para resolver, pelo menos em parte, o problema da estabilização da prática constitucional. Ao diminuir drasticamente os índices inflacionários – produzindo um efeito de distribuição de renda imediato –, o novo plano econômico viabilizou eleitoralmente a candidatura presidencial do então ministro da Fazenda – Fernando Henrique Cardoso – e, no mesmo compasso, legitimou no longo prazo o projeto econômico e social que o Plano trazia em seu bojo. Tal oportunidade foi aproveitada pelo novo presidente, que impulsionou a proposta, seja através de uma série de emendas constitucionais, seja através de legislação ordinária.

170 Reiteramos, contudo, que o novo modelo tinha um parentesco e ao mesmo tempo diferenças importantes com relação ao neoliberalismo de Ronald Reagan e Margaret Thatcher, cujos governos confrontavam os legados do “consenso social-democrata” vigente nos países mais ricos do Atlântico Norte. No Brasil, tais legados eram inexistentes e os problemas eram outros: enfrentar um modo de compatibilizar os novos ventos internacionais com o resgate de nossa “dívida social”.⁷ Daí que o Plano pudesse ser apresentado com o rótulo de “social-liberal”.⁸

⁶ Sobre o assunto, ver, entre outros: DIMENSTEIN; SOUZA, 1994.

⁷ Seria de interesse para esta pesquisa realizar um estudo comparado entre o caso brasileiro e os de outros países latino-americanos, muitos dos quais experimentaram a implementação de políticas liberais mais radicais nos anos 1990. É significativo que algumas dessas nações (como Bolívia, Equador e Venezuela) tenham recorrido mais tarde à refundação constitucional para negar, ou ultrapassar, essa configuração política. A tais movimentos está ligado o que ficou conhecido como “novo constitucionalismo latino-americano”.

⁸ Na verdade, o mote desse programa, e até seu nome, já havia sido dado no discurso de posse do presidente Fernando Collor de Mello no início de 1990, escrito pelo diplomata e intelectual José Guilherme Merquior.

Sinteticamente, podemos dizer que o Plano Real, por um lado, em seu aspecto estritamente econômico, glosava o combate à inflação com uma orientação neoliberal típica: abertura comercial quase irrestrita, ampla liberdade ao fluxo de capitais, privatizações etc. Porém, a liberalização brasileira comportou especificidades, entre as quais uma ativa participação do Estado, como revelam os casos de privatizações do período.⁹

Outra especificidade reside no tratamento do campo social, uma vez que não havia a desmontar no Brasil um Estado de bem-estar nos moldes europeus. Diante desse cenário, o que se fez foi introduzir uma reforma na estrutura e, digamos assim, na “filosofia” do ainda precário Estado social que foi se implantando no país desde os anos 1930. Sua orientação fundamental pode ser resumida no seguinte: em vez de propiciar proteção e serviços sociais generalizados ao conjunto da população, o Estado social passaria a fazê-lo priorizando explicitamente as camadas mais baixas das próprias classes populares. A singularidade dessa estratégia, em comparação ao modelo neoliberal “típico”, reside nas configurações do problema social brasileiro. À enorme extensão nacional das camadas “vulneráveis” se acrescenta o fato de que, a partir de um determinado momento da experiência nacional-desenvolvimentista, e ao contrário do ocorrido no Welfare State social-democrata, os serviços estatais “universais” ou deixaram na prática de ter um caráter geral – como é o caso dos serviços de saúde e educação básica –, ou foram capturados exclusivamente pelas classes médias e superiores.¹⁰ Essas condições específicas favoreciam a legitimação de uma reforma que, em

171

Em sua própria posse, no início de 1995, o presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) o transformou num discurso preconizando o fim da “Era Vargas” – leia-se, o longo ciclo do nacional-desenvolvimentismo – e um ainda genérico “liberal-desenvolvimentismo”. Mais sobre os termos desse novo projeto, ver: SALLUM JR., 1999.

⁹ A esse respeito, ver as entrevistas de Raymundo Faoro em: FAORO, 2008.

¹⁰ Para uma discussão sobre o tema, ver SANTOS, 1979.

princípio, não só “otimizaria” os gastos/investimentos sociais, como lhes providenciaria uma destinação mais justa. Por último, e não menos importante, o modelo mantinha intocada a legislação trabalhista dos tempos do varguismo, assim como a estrutura sindical que a acompanhava.

Eis a questão crucial que foi posta não só ao governo, mas ao próprio regime em vias de estabilização: como as promessas sociais contidas no projeto constitucional poderiam ser levadas adiante sem se chocarem com as reformas liberalizantes, em parte impostas pelo contexto internacional? As linhas gerais da resposta surgiram já em 1995, por meio de uma série de mudanças legislativas. A reforma na estrutura do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) ilustra bem os contornos do pacto a caminho de se normalizar. Por isso, vale recapitulá-la em linhas gerais.

172

Aprovada no âmbito da legislação ordinária por aparentemente respeitar o princípio constitucional da progressividade dos impostos, a reforma continha dois elementos astuciosos. Em primeiro lugar, isentava as rendas mais baixas da escala – as quais, de qualquer maneira, nunca estiveram no radar do imposto de renda – e fixava três alíquotas (anos depois estendidas para quatro), ao mesmo tempo que reduzia a mais elevada, fixando-a num patamar relativamente baixo. Além disso, sob a justificativa de não inibir os investimentos no país – por conta de uma suposta “dupla tributação” (sobre a empresa, pessoa jurídica, e sobre os donos e acionistas, pessoas físicas) –, a nova lei isentava as rendas pessoais advindas da distribuição de lucros e dividendos das empresas.

Os estudiosos do tema chamam a atenção para a regressividade embutida, não tanto no imposto de renda, mas nos impostos indiretos – aqueles que incidem sobre os bens de consumo –, uma vez que eles são sempre os mesmos para as diferentes faixas de renda. De fato, se considerarmos o peso relativo dos bens de consumo popular, o maior sacrifício cabia às rendas mais baixas. Contudo, isso já ocorria bem antes da nova lei, razão pela qual não revelava com tanta clareza o novo espírito das políticas do erário público, aliado à reorientação da política social: a isenção do “topo” e da “base” da

pirâmide, do que resultava uma forte concentração tributária sobre os setores menos destituídos das classes assalariadas – que, além da classe média propriamente dita, contavam (e ainda contam) com uma espécie de “classe média” no interior da classe trabalhadora, devido à estrutura social do país, assentada sobre um duplo proletariado, ou melhor, um “proletariado” e um “subproletariado”.¹¹ E mais: o IRPF, diferentemente dos impostos indiretos e a despeito de produzir uma arrecadação bruta menor do que a derivada desses últimos, é ostensivo, fazendo o contribuinte assalariado, em todo final de mês, sentir concretamente o peso de sua participação na distribuição geral do ônus fiscal.

A nova estrutura do IRPF, combinada à nova concepção do destino dos serviços públicos, emitia um claro sinal da futura distribuição social de benefícios e sacrifícios. Formava-se o seguinte quadro: a estrutura de serviços públicos e proteção social deveria dedicar um espaço bem maior do que no passado às camadas mais pobres da população, enquanto a responsabilidade para sustentar essa estrutura caberia basicamente aos segmentos populares menos pobres e às classes médias.¹² Por consequência, sem deixar de arcar com suas obrigações de solidariedade social, esses grupos passariam a ceder espaços da rede estatal de proteção social e de serviços desmercantilizados aos destinatários de atenção dita “prioritária”. Se não poderiam mais contar com serviços diretos do Estado, na forma de políticas “universalistas” – vistas como propensas a beneficiá-los excessivamente, em particular quando sua incidência se vinculava ao “mérito” (fundamentalmente, o desempenho escolar) –, restava

¹¹ Sobre o fenômeno do “subproletariado”, ver SINGER, 2012.

¹² No plano econômico, há trabalhos que indicam o encarecimento da reprodução da classe média nesse período, tese que converge com a apresentada neste ensaio. A respeito, conferir: LOUREIRO, 2019; LOUREIRO; RUGITSKY, 2021; SALES, 2021. (Somos gratos a Fernando Rugitsky e Lena Lavinias por nos terem sugerido a leitura desses trabalhos.) Ver também “O neoliberalismo redutor da pobreza no Brasil e sua crise”, de Pedro Mendes Loureiro, neste volume.

o caminho do sucesso social em consonância com as políticas econômicas liberalizantes. A rota estava prevista no modelo: tratava-se de estimular e premiar a iniciativa privada oriunda do esforço de cada um, cujos efeitos seriam supostamente benéficos tanto para a sociedade quanto para o indivíduo, e poderiam até mesmo chegar, em tese, ao patamar da isenção fiscal dos lucros e dividendos. Embora, na prática, o modelo beneficiasse os mais ricos, seus efeitos ideológicos eram amplos entre os setores médios tradicionais, que apostavam na ascensão social contínua por meio de esforço próprio – pela via da educação ou dos negócios. O funcionamento prático do modelo tornava-se, assim, de importância crítica para que esses grupos se dispusessem a manter fidelidade ao pacto social construído a partir de 1988.

174

Essa adesão das classes médias também era fundamental por outro motivo, extraeconômico: a própria normalização da democracia no país. Desde sua formação como camada social urbana e reprodutora dos diferentes grupos técnicos e de “colarinhos brancos” das burocracias estatais e das empresas industriais, essas classes estiveram envolvidas, diretamente ou através de notáveis porta-vozes, no estabelecimento, assim como na ruptura, das várias constituições que se sucederam no país. Oficiais militares, advogados e juizes, estudantes, associações profissionais, articulações da sociedade civil, movimentos massivos de rua, todos eles registraram, simultânea ou alternadamente, a presença decisiva das classes médias em embates históricos que acabaram derrubando e em seguida apoiando, indistintamente, regimes autoritários e regimes liberais ou liberal-democráticos.¹³

Por fim, a presença do combate à hiperinflação também forneceu a oportunidade para adaptar a estrutura federativa aos novos tempos. É que, além das reformas liberalizantes, os elaboradores do Plano Real consideravam imprescindível reequilibrar as contas

¹³ A conduta da UDN na Terceira República, que procurou vocalizar os anseios das classes médias naquele período, a nosso ver ilustra bem essa oscilação. Cf. BENEVIDES, 1981.

públicas, não só por causa do efeito inflacionário dos déficits fiscais, mas porque o próprio sucesso do combate à hiperinflação tornaria de imediato visíveis os desequilíbrios que o aumento descontrolado dos preços ocultava. Isso tornava urgente uma recentralização da receita e dos gastos pelo Poder Executivo federal, o que foi alcançado através de uma emenda constitucional aprovada na própria ocasião do lançamento do Plano Real.¹⁴

Paralelamente, colocava-se outro desafio: estabilizar as relações entre o presidente da República e o Congresso. O impeachment de Collor havia ensinado aos atores dos três poderes que o presidente e os partidos que o elegiam jamais poderiam permanecer minoritários no parlamento. O presidente eleito, quem quer que fosse, passou a entender, portanto, que deveria construir uma larga base congressual, colocando em operação uma regra prática (portanto, não escrita) que a literatura acadêmica consagrou com o nome de “presidencialismo de coalizão”.¹⁵ Em outras palavras, teria de valer-se do poder de atração propiciado pelas prerrogativas do Poder Executivo, do regimento interno do Congresso – que induzia um comportamento ordenado dos partidos e a fidelidade dos parlamentares da base do governo à maioria das votações de seu interesse – e do loteamento dos abundantes cargos federais, entre outros recursos.

Combinados os dois processos – a construção do modelo social-liberal junto com o arranjo político do presidencialismo de coalizão –, como ficamos? Foi dito acima que o movimento de ajuste da Constituição aos novos tempos visou tornar as promessas de diminuição das desigualdades mais sensíveis às novas exigências do contexto internacional, que, por sua vez, tendem a divergir dessas mesmas promessas. O peculiar *aggiornamento* “social-liberal” pode ser considerado uma resultante dessas pressões opostas. Contudo, as reformas liberalizantes e o próprio combate à crise inflacionária

¹⁴ Cf. KUGELMAS; SOLA, 1999.

¹⁵ Sobre o tema, ver ABRANCHES, 2018.

evidenciaram que esse *aggiornamento* não poderia ser realizado sem uma forte intervenção do Estado e, em especial, sem uma forte recentralização da receita e do controle dos gastos nas mãos do Executivo.

Enfim, o plano de combate à hiperinflação e as reformas econômicas forneceram a paradoxal escusa para que o Poder Executivo recuperasse sua capacidade de iniciativa e reassumisse seu tradicional papel de pivô do poder político, reencontrando um ponto vantajoso de equilíbrio com os demais poderes. Que o “presidencialismo de coalizão” tenha se tornado o rosto mais convincente desse novo equilíbrio é antes a consequência, e não a causa, de o pacto social e a prática constitucional correspondente terem de alguma forma deslanchado, encontrando seu voo de cruzeiro.

TENDÊNCIAS DE CORROSÃO: A CÂMARA INVISÍVEL E A JUDICIALIZAÇÃO DA POLÍTICA

Ao mesmo tempo que o modelo constitucional se consolidava, já havia sinais de que sua estabilidade se assentava sobre bases não muito sólidas. Referimo-nos a dois deles. Primeiro, a influência crescente do dinheiro na disputa pela condução do Estado e, incidentalmente, a monetarização das instituições políticas, em particular da vida partidária. No Brasil, o fenômeno ganhou notoriedade já durante o impeachment de Collor. Apesar do afastamento do então presidente, o processo continuou. A partir dali, substituiu-se um esquema improvisado de tráfico de influência centralizado na pessoa do presidente da República por algo articulado pelos próprios partidos políticos. Isto é, uma instância de funcionamento regular, mas não oficial, de barganhas e tomadas de decisão, que emerge na sombra das instâncias oficiais: uma “Câmara Invisível” da República. É, por definição, uma prática refratária ao escrutínio público. Com o passar do tempo, seu poder cresceu, uma vez que os protagonistas das instituições oficiais passaram a frequentá-la regularmente, disponibilizando ou ajudando a disponibilizar os encargos de serviços

públicos, derivados do voto popular, para a prestação de serviços inconfessáveis induzidos pelo dinheiro.¹⁶

As razões do surgimento da Câmara Invisível são complexas. Convém recordar, de partida, que o dinheiro sempre exerceu uma influência considerável na política, ainda que ambígua: por um lado, uma influência visível, se não inteiramente legítima, pelo menos passível de controle e de regras para diminuir a desigualdade na competição por cargos; por outro, uma influência perversa, de bastidor, sobre essa mesma competição e a própria vida interna dos partidos, assim como sobre o aparato estatal e as decisões de governo, contratando lobistas e comprando agentes públicos.¹⁷ Contudo, no caso que nos interessa neste texto, a ascensão dessa instância refratária ao exame público parece ter relação direta com o encarecimento das campanhas eleitorais, devido à crescente sofisticação técnica exigida por elas.¹⁸ O encarecimento das campanhas, por sua vez, produziu um efeito de cascata em toda a estrutura profissional dos partidos, do recrutamento de quadros dirigentes aos militantes.

Trata-se, como não poderia deixar de ser, de um processo com múltiplos efeitos. Entre eles, a redução do espaço das práticas políticas por excelência, da persuasão e do convencimento, de busca

¹⁶ O quadro a seguir faz parte do rol de hipóteses deste ensaio, assentando-se num acompanhamento não sistemático de notícias da imprensa diária e de reportagens investigativas. Em parte, compõe-se de algumas especulações que buscam preencher lacunas factuais, uma vez que a própria natureza do objeto – sua invisibilidade – tende a eludir comprovação empírica. Como não visamos a uma peça judicial, mas a uma exploração de caráter acadêmico, esperamos que o leitor nos conceda certa margem para a simples conjectura.

¹⁷ Para uma breve esquematização de como se construíram as agendas de pesquisa na ciência política sobre a corrupção, cf. FILGUEIRAS, 2012.

¹⁸ O fenômeno, aliás, é global. Bernard Manin chega a introduzir uma nova tipologia da democracia para dar conta do processo, a “democracia de público”. Cf. MANIN, 1995. Para um breve panorama sobre o tema no Brasil, em diálogo com a perspectiva de Manin, ver: MARENCO, 2012.

pela lealdade voluntária, do engajamento e da combatividade militantes, em favor de estratégias e recursos embotadores da vida cívica, cujo ponto derradeiro é a compra sistemática de todos esses recursos da política numa espécie de leilão privado. Outro efeito reside na própria correlação de forças entre os agentes envolvidos. Se, inicialmente, os financiadores eram os “convidados” para participar do jogo, com o tempo se tornaram peças definitivas do tabuleiro. Sob a influência crescente do dinheiro, ganhou força um processo de domesticação dos poderes formais da República. Seus efeitos no sentido de espraiar práticas espúrias, ainda que não violentas, visando anular a contestação e a crítica, são evidentes. Em seu desdobramento, a sanidade cívica do país se via atacada “por baixo” – pelo estímulo à passividade da cidadania no processo político – e “por cima”, pela busca de controle daquilo que poderia ser posto em discussão, graças à interceptação das rotas deliberativas pelo poder do dinheiro.

178

Com o tempo, a cobertura da atuação discreta da Câmara Invisível se estendeu a todos os nós decisórios da malha de poder do Estado brasileiro – locais, regionais e nacionais –, tornando-se ela mesma uma rede bastante complexa. Era como se, paralelamente às linhas oficiais que perfaziam as relações entre os centros decisórios em seus diferentes níveis, segundo a moldura prescrita pela Constituição e pelas leis, fossem brotando as linhas extraoficiais que, por sua vez, passavam a influenciar, ou mesmo controlar, o trânsito daquelas relações – o conteúdo, a intensidade e a velocidade de seu fluxo.

Que quadro objetivo podemos vislumbrar desse processo? Na prática, assistimos ao surgimento de uma *dupla estrutura de poder* – uma visível e outra invisível, uma ostensiva e pública e outra discreta e semiclandestina – que, comunicando-se entre si em pontos estratégicos, terminou por moldar o solo institucional. Sabedores dessa situação, os aspirantes ao exercício do poder político foram pouco a pouco aprendendo a desenvolver habilidades para decodificar as mensagens e os estímulos provenientes de ambas as faces dessa estrutura, a fim de aumentar a chance de sucesso eleitoral.

O quadro retratado, por certo, não resulta em uma estrutura oligárquica inteiramente fechada;¹⁹ antes, o que dele emerge é uma estrutura oligárquica competitiva, suficientemente porosa para possibilitar a entrada de novos participantes – mas condicionada pelos interesses dos patrocinadores.²⁰ Do ângulo do aspirante ao cargo político, seria preciso uma dose de perspicácia para se equilibrar entre estas duas exigências: por um lado, a do voto popular e da legalidade pública; e, por outro, a dos interesses econômicos privados aos quais se vinculava. A dificuldade do equilíbrio residia, é claro, no fato de tais exigências tenderem a se contradizer.²¹ Como, então, evitar o ponto de ruptura?

Aqui encontramos algo muito curioso no caso brasileiro: as vedações do sistema político são elásticas o suficiente para possibilitar práticas que, embora formalmente proibidas, são admitidas ou toleradas. Daí o adjetivo “semiclandestino” que empregamos parágrafos acima para descrever essa peculiaridade. Como nas situações da contravenção, elas se cristalizam por um processo de reiteração cotidiana, embora interrompido de quando em quando por um surto repressivo do aparato legal-policial, para, logo em seguida, retornar à normalidade. Nessa condição, o ator político se movimenta “sobre o fio da navalha”, uma vez que as orientações extraoficiais, ao se estabelecerem como um manual de instruções – mesmo que não legalmente autorizadas – sobre “como chegar lá e lá se manter”, acabam se tornando regras não escritas do sistema político. Estranho paradoxo, que também lembra o sentido essencial das práticas da contravenção: o ilegal torna-se normal, costumeiro,

¹⁹ Para a noção, cf. DAHL, 2005.

²⁰ Há também um fator oligárquico intrínseco ao método de seleção de governantes pelo voto. A respeito, MANIN, 1997, cap.4.

²¹ É possível dizer que esse equilíbrio é elemento estrutural da própria relação entre Estado, democracia e capitalismo. Porém, estamos querendo chamar a atenção aqui para a agudização envolvida no processo de oligarquização da disputa por cargos eletivos.

enquanto o legal torna-se atípico, extraordinário, virtualmente um gesto de exceção.²²

Nesse cenário, a Câmara Invisível serve também como instância de arbitragem informal para acomodar as diferenças entre seus participantes. Porém, ela nem sempre é capaz de contemplar todas as demandas, razão pela qual os usuários procuram manter aberta a porta das regras oficiais, às quais recorrem em casos de forte insatisfação com a malha informal. É nesse ponto que a tábua de direitos e obrigações compulsórias e públicas acoplada às instituições jurídicas acabou servindo como uma instância de “último recurso” da competição eleitoral entre partidos, e mesmo entre indivíduos dentro de um partido. Não porque tais instituições se credenciassem como via normal para, ancoradas na lei, repararem desvios, injustiças e desequilíbrios das disputas. Ao contrário, elas funcionavam como alavanca de chantagem para os insatisfeitos – por exemplo, a clássica ameaça de “abrir o bico” –, o que só realçava o caráter excepcional de seu uso. Porém, seu emprego potencial realmente decisivo estava reservado para um jogo mais alto: o estabelecimento de alianças tácitas com esse ou aquele setor do complexo judiciário que viesse a se interessar por interferir no *modus operandi* do próprio sistema político.

Como se vê, a possibilidade de percorrer as duas vias, dada aos atores do sistema político, introduzia uma perigosa instabilidade na estrutura de poder. Mantida sua forma dual, restariam as seguintes possibilidades para resolvê-la: ou liquidar de vez com o caráter competitivo das eleições; ou atenuar os fatores que levavam à dissidência e ao inconformismo. É certo que o menor dos fatores de instabilidade – as “injúrias” ocasionais e individualizadas – podia ser mais ou menos bem administrado pela Câmara Invisível através de um

²² A título de registro, cabe recordar que essa dinâmica entre o “legal” e o “ilegal” é tema clássico dos debates sobre a formação nacional e também está presente em pesquisas sobre a sociedade brasileira contemporânea. A esse respeito, ver, respectivamente: CANDIDO, 1970; e FELTRAN, 2008.

jogo de compensações, especialmente se o injuriado fizesse parte da linha auxiliar dos que detinham o controle do Poder Executivo; por exemplo, trocando o cargo eletivo não obtido por alguma prebenda nos diversos escalões do governo. Porém, para os que nutriam projetos alternativos de poder – esses sim, com motivações mais fortes de inconformismo – o único modo de minimizar a dissidência era a perspectiva de alternância de governo, dada pela própria eleição competitiva.²³

Todavia, havia fatores que podiam frustrar tal esperança. Primeiro, a eleição competitiva apenas oferece a *probabilidade* da alternância, mas não a sua garantia. Para que isso acontecesse, a maioria dos eleitores teria de estar imbuída da vontade de permitir a alternância periodicamente – algo que, todavia, não poderia ser imposto sem contrariar o princípio da soberania popular. É verdade que muitas constituições democráticas – inclusive a brasileira – limitam o número de vezes que um ocupante de cargo executivo pode se reeleger. Isso, porém, não impede a reeleição dos partidos, pelo simples motivo de que tal impedimento significaria uma restrição muito severa às escolhas dos eleitores. O resultado é que um partido ou uma aliança de partidos tem chance de manter-se um longo período no poder.

Já o segundo fator guarda relação direta com a própria dinâmica da estrutura dual. É que ela aumentava a improbabilidade da alternância ou, pelo menos, aguçava, naqueles que a conheciam por dentro, uma percepção de que as chances de alternância tendiam a diminuir muito. Por quê? Justamente pelo fato de que a condução e a coordenação da Câmara Invisível eram feitas por aqueles que, entre um ciclo eleitoral e outro, detinham os cargos executivos – vale dizer, os recursos de poder político que não apenas fluíam ao longo da malha oficial, o que de saída já os favorecia, mas também davam acesso privilegiado, na malha extraoficial, às barganhas com os detentores do dinheiro.

²³ Para uma apresentação fina deste argumento, ver: PRZEWORKI, 1999.

Aqui é preciso observar que a Câmara Invisível se conecta a uma estrutura que varia conforme o nível da malha oficial: os detentores de um nível (o governo nacional) podem não ser os mesmos de outros níveis (governos estaduais ou municipais). Contudo, de acordo com o tipo de hierarquia federativa e grau de importância do poder central – e, no Brasil, essa importância é evidente –, os que não se contentassem, seja com o papel de linha auxiliar, seja em permanecer numa posição subordinada na hierarquia da federação, aspirando portanto a um exercício mais pleno do poder político; esses, dizíamos, passariam a ter razões de sobra para manifestar seu inconformismo e, de resto, ser atraídos para uma conduta dissidente mais extremada, tão logo a disputa começasse a dar sinais de reiterar o *status quo*. Naturalmente, se o processo eleitoral prosseguisse competitivo, como prosseguiu, o papel de condutor e coordenador da malha extraoficial jamais daria aos detentores correntes do Poder Executivo a plena garantia de continuidade. Para tanto, o desempenho efetivo dos governantes à frente da gestão do Estado continuava a ser um fator relevante, assim como o juízo independente do eleitorado.

Retornemos agora ao fio principal de nossa reconstrução. Paralelamente ao avanço da sombra da Câmara Invisível, fortalecia-se o padrão de eventos que ficou conhecido como “judicialização da política”. Convém registrar que o fenômeno da “judicialização” se deu, inicialmente, a convite de movimentos organizados da própria sociedade civil, cada qual com suas pautas peculiares, estendendo-se para o campo das instituições políticas.²⁴ Já nos anos 1990, partidos que faziam oposição ao governo federal, sentindo-se impotentes no parlamento, recorreram ao Poder Judiciário, logo lhe reconhecendo autoridade para, em seu suposto papel de “intérprete privilegiado” da Constituição, intervir a favor de suas pretensões. O mesmo se deu ao longo dos anos 2000, dessa vez pelos partidos outrora situacionistas. Eis a ironia: com o tempo, assim como os fi-

²⁴ Em reflexão sobre o assunto, o ministro Luís Roberto Barroso designou o processo como “judicialização da vida”. Cf. BARROSO, 2019.

nanciadores das campanhas eleitorais, não apenas o Poder Judiciário em sentido estrito, mas todo o complexo judiciário (inclusive, claro, o Ministério Público) “pegou gosto pela coisa” e acabou por atuar rotineiramente, mesmo sem convite. Resultado: avançou-se a tal ponto nesse caminho que passou a fazer sentido aos observadores perguntar se não teria acontecido um movimento de discreta usurpação dos demais poderes constitucionais. Dizemos “usurpação”, e não “usurpadores”, porque muito provavelmente tratou-se menos de uma ação planejada e deliberada do que de uma soma de condutas díspares que acabaram, com o tempo, assumindo um certo padrão, um certo rumo convergente.

Seja como for, o pano de fundo é inequívoco: também nesse campo, assistimos a um processo de gradual substituição, dentro e fora do Estado, dos recursos tradicionais do agir político – o discurso, o contradiscurso, a conversa, a negociação, a luta aberta pela conquista da opinião pública etc. –, mas desta vez não em favor do poder silencioso do dinheiro, mas do protocolo, aparentemente pessoal, da linguagem e da técnica jurídicas. Nesse trajeto de extensa e intensa “terceirização” das práticas de resolução dos conflitos em benefício de uma instituição que busca monopolizar o significado da “justiça”, o que a cidadania de um modo geral, e os representantes políticos em particular, terminaram promovendo foi a legitimação da escalada de um poder opaco à sua maneira, isto é, um poder essencialmente burocrático.

Tal como aconteceu no processo de monetarização da disputa partidária e eleitoral, a intercalação sistemática das relações sociais por advogados, promotores, juízes e tribunais se deu ao custo de um enorme anestesiamiento da cidadania, de uma virtual renúncia de sua capacidade de agir com independência. Nesse caso, a partir da esperança ilusória de que, em se tratando de um poder que se autocalifica como “neutro”, seria possível deixar em mãos seguras o destino de suas disputas, divergências e controvérsias. Mas pior ainda: não estava excluída a hipótese de que essa “burocratização” da disputa política levasse a uma politização do próprio Poder Judiciário.

Essas duas trajetórias de enfraquecimento da vida política, efeito colateral de sua desvalorização tanto na sociedade quanto no Estado, já vinham tocando há um bom tempo as cordas do que poderíamos chamar de “sensibilidade republicana”, gerando um desconforto difuso a respeito da saúde cívica do país. Originalmente, ele foi elaborado e expresso, de modo mais ou menos sofisticado, por vozes provenientes dos meios acadêmicos ou da imprensa escrita. Com a ampliação do desconforto e sua maior repercussão, a frustração passou a ser objeto de uma instrumentalização – isto é, de uma apropriação por movimentos organizados e partidos, que buscaram atrelá-lo a seus programas e repertórios ideológicos. A passagem de um desconforto difuso para palavras de ordem e bandeiras de luta se deu por meio de uma filtragem daquela sensibilidade, submetendo-a a um conveniente achatamento de sentido no mote da “corrupção”; mote singelo, mas talvez por isso mesmo de alto valor simbólico.

184

A estratégia não era propriamente nova; o país já a havia testemunhado em experiência democrática anterior. Além disso, não se trata de lhe fazer um juízo negativo *tout court*, como se fosse por princípio uma conduta espúria. Partidos e movimentos – apoiados ou não pelos meios de comunicação – estão aí não apenas para defender alternativas de políticas públicas ou de programas de governo, mas também para recolher estados de ânimo difusos na sociedade e, de um modo ou de outro, politizá-los. Projetar esses estados de ânimo na arena pública e excitar sua discussão, ainda que com propósitos oportunistas, não só faz parte do jogo, mas pode ajudar a chamar a atenção para problemas reais e importantes. Em si mesmos, portanto, tais oportunismos dificilmente forneceriam insumo suficiente para desestabilizar a vida democrática e a prática constitucional. Para compreender melhor por que a conduta dos atores constitucionais nesse campo, agora incluindo o complexo judiciário, acabou se tornando um fator efetivo de desestabilização, é de um outro tipo de apropriação que devemos nos ocupar. E isso nos leva ao contexto em que as duas trajetórias acima descritas – a da monetarização e a da judicialização da

política –, originalmente independentes entre si, acabaram por e cruzar.

OS GOVERNOS LULA: O APOGEU DO PACTO SOCIAL DE 1988 E SUAS PRIMEIRAS FISSURAS

O que se segue é uma tentativa de interpretar a conduta dos governos do PT (sob as presidências de Lula e Dilma Rousseff), a partir do esquema interpretativo mais abstrato esboçado acima.

Começemos pelo momento da inversão dos pivôs partidários do sistema político, ocorrida com a mudança do governo nacional no início dos anos 2000. Exploradas as possibilidades do polo liberal do modelo, este, desgastado, deu lugar a um sucessor que, a despeito da aguerrida oposição no período anterior, já havia sido preparado para, surgindo a oportunidade, governar sob o enquadramento fornecido pela prática constitucional estabilizada. A primeira sucessão tranquila de um partido opositorista, vitorioso nas urnas, desde 1988, foi, portanto, obra não desse ou daquele ator ou partido isolados, mas de todo um regime político expressando um abrangente pacto social. Nesse movimento englobador, os governos do PT e seus aliados acabaram formatados pelo consenso “social-liberal”, ainda que fortalecendo seu polo social. Vejamos.

As políticas econômicas se pautaram pela manutenção, conforme prometia a “Carta ao Povo Brasileiro”, elaborada durante a campanha vitoriosa de Lula, dos pilares macroeconômicos estabelecidos pelo Plano Real – isto é, o reconhecimento implícito do sucesso do combate à inflação e da necessidade de preservar esse ganho – e a não reversão das reformas liberalizantes, ainda que evitando se comprometer a aprofundá-las. Já no campo das políticas sociais, aí sim, houve uma mudança substancial; porém, com a possível exceção da que orientou os aumentos do salário mínimo acima da inflação, uma mudança mais de ênfase e de envergadura do que propriamente da filosofia que as embasava. Logo, uma série de medidas anteriormente dispersas e muito tímidas seria transformada,

durante os governos do PT, num gigantesco programa unificado de transferência de renda (o Bolsa Família); contudo, um programa não universal, mas “focado”, voltado para os miseráveis e os mais pobres. Ademais, não exatamente um programa de serviço público (como o SUS, por exemplo), mas uma política de passagem direta de recurso monetário das mãos do Estado para os cidadãos, “chefes” de família (mulheres em sua maioria), a quem caberia tomar as decisões de gasto. Sem dúvida, um ganho na direção da autonomia pessoal,²⁵ porém, igualmente, um afastamento do modelo de serviços compartilhados típico do Welfare State social-democrata.

Algo similar pode ser dito da política de crédito ao consumidor, imensamente ampliada e voltada para as classes populares (algo antes acessível apenas a consumidores de classe média), mas que também estava centrada nas decisões individuais de gasto.²⁶ Outro exemplo de política “focada” – este, porém, bem mais carregado de simbolismo: o forte impulso dado aos programas de distribuição de vagas públicas (do ensino superior e de acesso às carreiras do Estado) por “cotas”, segundo critérios de renda ou raciais, relativizando o peso do modelo meritocrático, fundado exclusivamente no desempenho escolar. Ainda no campo da educação, uma guinada importante, e mais típica da tradição social-democrata, foi a recuperação do investimento nas universidades públicas, a multiplicação dos institutos técnicos federais e o aumento das vagas públicas. Porém, o grosso das novas vagas de ensino superior foi providenciado pelo setor privado, graças a uma política de crédito subsidiado pelo governo e de troca de isenção fiscal às empresas educacionais

²⁵ Sobre o assunto, ver: REGO; PINZANI, 2014.

²⁶ Para uma análise abrangente, e mais crítica, das políticas sociais dos governos do PT apoiadas no crédito, apontando seus vínculos com o processo de financeirização neoliberal, ver LAVINAS, 2017. Ver também “O neoliberalismo redutor da pobreza no Brasil e sua crise”, de Pedro Mendes Loureiro, e “Brasil: como as políticas de enfrentamento da pandemia inauguraram um novo ciclo de endividamento familiar”, de Lena Lavinas, Lucas Bressan e Pedro Rubin, neste volume.

por bolsas de estudos para alunos carentes.²⁷ Outra vez, não exatamente programas de serviço público, mas de transferência, direta ou indireta, de recursos monetários para o potencial “consumidor” de um serviço privado. Tudo somado, percebemos algo de fundo liberal, sem dúvida; mas de um liberalismo fortemente ancorado no Estado e com pretensões igualitárias.

Em síntese: a grande novidade dos governos petistas – devida em grande parte à intuição e à perspicácia da liderança de Lula – foi ter explorado, até o limite do possível, a razoável margem de políticas distributivas, a maioria delas “focadas”, mas de caráter mais ou menos igualitário – em vista da peculiar realidade social brasileira –, que o consenso constitucional anteriormente conquistado permitia realizar, e que os governos tucanos, liderados por FHC, haviam deixado inexploradas. Por maiores que fossem as tensões que essa ideia sugerisse, no fundo, os governos do PT acabaram por produzir uma saturação popular no enquadramento social-liberal que a “Constituição cidadã” recebeu a partir de meados dos anos 1990. Um enquadramento que nos primeiros anos – mais liberais do que sociais – recebeu uma certa glosa para ganhar politicamente as classes médias, mas que, posteriormente, em nova glosa, voltou todas as suas baterias para ganhar as classes populares, especialmente as mais pobres.

Até sua ascensão ao governo, o PT, que se firmara como principal partido de oposição ao bloco que ascendera ao poder central com a eleição de Fernando Henrique Cardoso, havia afinado um discurso em defesa da “ética na política”, além da crítica ao programa econômico e social de forte pendor liberal do governo.²⁸ Com base nesse discurso, aproximou-se e estabeleceu uma aliança explícita com setores do conglomerado jurídico, ansiosos, pelas mais diversas motivações, por incrementar medidas moralizadoras na conduta

²⁷ Cf. AGUIAR, 2016 e o livro de Lena Lavinas, já citado.

²⁸ Nos anos 1990, a conjugação dessas duas orientações era unificada sob a fórmula “modo petista de governar”, que chegou a ser objeto de reflexão do próprio partido. Cf. MAGALHÃES; BARRETO; TREVAS, 1999.

dos agentes públicos. Cabe destaque para o Ministério Público, que, a partir da Constituição de 1988, passou a reunir um poder mais independente para fiscalizar, por dentro do Estado, as ações dos governantes.

A essa altura, o governo FHC, fiel a uma leitura da Constituição que o levava a praticar o presidencialismo de coalizão, estabilizou as relações com o Congresso Nacional e cristalizou, junto com outros atores, a dupla malha de poder descrita anteriormente. A vitória presidencial do PT em 2002, junto com antigos e novos aliados, o colocou a um passo de assumir a condução/coordenação da Câmara Invisível, decisão que certamente já tomara havia um certo tempo, pelo menos desde que resolvera disputar para valer o poder nacional.

Ao dar esse passo, no entanto, a aliança com os mencionados setores do conglomerado jurídico estava com os dias contados. É possível que a liderança do partido não tivesse, no início, extraído todas as consequências de tal gesto. Sinal disso é que aqueles setores, de fato, ganharam maior espaço no novo governo, tanto pela incorporação do programa moralizante em seus projetos quanto pela presença de alguns de seus porta-vozes no Ministério da Justiça, em cargos importantes do complexo judiciário, particularmente no STF e na Procuradoria-Geral da República, cúpula do Ministério Público.

No entanto, a revelação das denúncias que levaram ao chamado “escândalo do mensalão” e a acolhida que o Poder Judiciário, especialmente sua cúpula, deu ao caso implodiram o vínculo do partido com esse campo. Lula e o PT sobreviveram ao escândalo, passando, em sucessivos pleitos, pelo teste das urnas, mas a reputação do partido como “campeão da ética” recebeu um golpe irreversível; a partir daí, a força discursiva da agremiação passou a depender essencialmente de seu prestígio como “partido dos pobres”. É interessante, aliás, que esse deslocamento tenha sido acompanhado também pelo abandono da perspectiva de uma aliança com as classes médias (mais sensíveis à questão da corrupção) – o que, como veremos mais abaixo, terá consequências muito críticas para o futuro da estabilidade constitucional.

Além da ferida na reputação ética, o julgamento do “mensalão” causou fortes prejuízos internos ao PT, pois ceifou parte de sua liderança. No entanto, ao condenar os acusados, o STF na verdade restringiu-se a uma operação cirúrgica, muito severa, mas sem exatamente liquidar a capacidade de recuperação do partido, que afinal ainda contava com sua principal liderança e o leme do Poder Executivo.²⁹

A oposição, liderada pelo PSDB, talvez imaginando que pudesse derrotá-lo nas eleições seguintes, preferiu não arriscar um movimento de impeachment. Para sua grande surpresa e decepção, no entanto, Lula e o PT, comandando uma gestão com índices crescentes de popularidade, conseguiram superar as dificuldades e vencer as eleições seguintes. Ao terminar o ciclo de dois governos com pontos inéditos de aprovação nas pesquisas e, mais importante, fazer a sucessora na chefia do Poder Executivo, o partido e seus aliados pareciam ter constituído um bloco de poder imbatível eleitoralmente.

Por sua vez, o mensalão, em vez de produzir um abalo na relação do partido com a malha paralela, o fez mergulhar ainda mais fundo nela, tão logo sua liderança avaliou que uma das causas do escândalo havia sido a desatenção à principal força auxiliar com que poderia contar no Congresso – o PMDB –, que já havia dado preciosa colaboração aos dois governos de FHC. Trazê-lo de volta significou garantir ao PMDB assento na mesa central, se não o compartilhamento mesmo da coordenação da Câmara Invisível.³⁰ Desse modo, o PT acabou dobrando sua aposta no tráfego perigoso, mas farto de retornos imediatos e de longo prazo, que ligava as estradas da malha oficial às da malha semiclandestina.

Não é difícil imaginar, àquela altura, a aflição que esses desdobramentos surpreendentes do escândalo devem ter causado no polo

²⁹ Para pontos de vista divergentes sobre o “mensalão”, ver FALCÃO, 2015 e LEITE, 2013.

³⁰ Vale recordar que o PT havia perdido a presidência da Câmara Federal, em 2005, para Severino Cavalcanti (PP-PE), político representante do chamado “baixo clero”.

oposicionista, cujo pivô tucano havia se consolidado como única alternativa viável de poder produzida no interior do regime constitucional. Embora tenha criado raízes sólidas junto ao eleitorado de classe média, especialmente depois da “queda” moral do PT, sua penetração nas classes populares continuava aquém do necessário para a vitória no pleito presidencial. E, contudo, estava claro que para ganhar eleições majoritárias seria preciso pelo menos dividir o prestígio do adversário nessas camadas.³¹ Além disso, embora continuasse a transitar pela malha paralela e a se beneficiar dela, fazia-o na condição de sócio minoritário, deslocado da mesa central de barganhas que o controle do governo nacional propiciava. De modo que, mantidas essas condições adversas, se quisesse continuar à frente de um projeto próprio de poder, algum caminho de dissidência mais agressiva teria de ser cogitado.

190

Por sua vez, mesmo observando as coisas apenas a partir da malha oficial, o bloco de poder liderado pelo PT, graças especialmente às raríssimas habilidades de Lula de equilibrar forças opostas, havia conseguido dar fluência ao jogo de melhorar a vida dos mais pobres, adotando políticas sociais efetivas e de forte impacto, e, ao mesmo tempo, contentando o poder econômico, o topo da pirâmide social, não só lhe oferecendo novas oportunidades de ganho, graças ao *boom* econômico vivido pelo país, mas poupando-o dos custos mais pesados de sustentação da máquina estatal e dos programas de governo; como, lembramos, pode-se observar claramente em sua política tributária, que manteve intacto o viés regressivo legislado nas gestões tucanas. É como se, ainda que distintos, os dois governos de Lula tivessem acentuado as implicações contidas no modelo político e econômico forjado depois de 1988: os pobres tornavam-se menos pobres, e os ricos, mais ricos. Encravadas entre os dois, todavia, as

³¹ Talvez o exemplo mais bem acabado de elaboração desse problema em termos teóricos e práticos tenha sido o artigo “O papel da oposição”, publicado por Fernando Henrique Cardoso em 2011, na revista *Interesse Nacional* (n.13, abr./jun. 2011), e intensamente repercutido na grande mídia.

classes médias se sentiam progressivamente exploradas por “suportar” um arranjo social do qual se viam marginalizadas – ao mesmo tempo, além e aquém de seus principais beneficiários.

Com o tempo, Lula e seus companheiros de viagem aprenderam a refinar o discurso e a conduta dúbios que, no espaço público, os faziam se apresentar como campeões das classes populares, “escudos” da ganância dos poderosos e, simultaneamente – protegidos pela sombra da malha paralela –, credenciar-se como os melhores guardiães da estabilidade social e, portanto, dos interesses mais estratégicos desses mesmos poderosos. Assumindo a condição de *brokers* insubstituíveis da viabilização popular do capitalismo brasileiro, e franqueando ao empresariado o acesso aos fundos públicos para esse projeto, é de fato muito verossímil que recebessem por isso – seguindo, insistimos, o caminho já adotado por seus antecessores (agora opositoristas) – a usual “taxa de intermediação”, tanto para conservar as estradas do circuito paralelo do poder quanto para aprimorar sua força eleitoral.

191

Ao ficar cada vez mais perceptível, esse jogo extremamente astuto só fazia crescer o ressentimento, assim como a indignação, daquela larga faixa intermediária da hierarquia social que se via prisioneira, potencialmente “em perpetuidade”, de um equilíbrio de forças que parecia insuperável, naquilo que dependesse da legitimidade democrática. Eis aí a raiz social do impulso subversivo que essas camadas passaram a cultivar, junto com aqueles que, no âmbito institucional e da sociedade civil, buscaram ecoar e representar suas angústias.

Nesse ínterim, o polo tucano passou a entrincheirar-se no discurso que, em parte, havia caracterizado o PT antes de sua ascensão ao poder nacional. Entretanto, duas dificuldades se colocavam. A primeira é que, como íntimo usuário da malha paralela, e também sofrendo, ainda que menos, as sequelas do escândalo do mensalão – o qual, conforme havia sido amplamente revelado, era um desdobramento ampliado de esquema montado pelo próprio PSDB, por meio de sua filial mineira –, não podia mais apresentar-se, pelo menos de modo convincente, como novo campeão da

moralidade pública. A segunda dificuldade era sua própria adoção de um discurso em prol de uma liberalização mais radical da economia do país, o qual, num contexto de prosperidade, se revelou pífilo.

Diante desses problemas, e não encontrando outra opção melhor para se diferenciar do governo, as forças opositoras sob liderança tucana acabaram concentrando-se na estratégia de fustigar o adversário em torno da mácula deixada pelo mensalão e, depois, pelo longo processo de julgamento dos envolvidos. Essa postura rendeu poucos ganhos eleitorais. Mesmo depois, em 2012, nas eleições municipais e já no governo Dilma Rousseff, quando o julgamento do escândalo foi concluído com direito à transmissão contínua dos principais canais de TV em pleno período das campanhas partidárias, o PT e seus aliados voltaram a vencer.

192

Contudo, ainda durante o governo Lula, uma associação um tanto heterogênea de descontentes foi se constituindo. Por um lado, os dissidentes das malhas do poder eleitoral, que conheciam os seus vãos e poderiam, por isso mesmo, explorar com eficácia seus fatores de instabilidade, repercutindo-os no Congresso Nacional e na opinião pública. Por outro, os que tinham (e têm) poder, constitucionalmente reconhecido, depois reforçado por iniciativa das próprias gestões do PT, de apresentar seus casos aos tribunais e solicitar a abertura de investigações – vale dizer, o Ministério Público –, a fim de recuperar os fios soltos de escândalos progressos, a começar os do mensalão. Essas capacidades, porém, pouco valeriam se não contassem com a disponibilidade dos encarregados de julgar e condenar: os tribunais e os juízes. Finalmente, um terceiro bloco foi constituído pelos que controlavam (e controlam) os meios de comunicação mais poderosos, os quais, mesmo sem conseguir modificar substancialmente o humor da maioria do eleitorado, mantinham o governo sob constante pressão entre uma eleição e outra, obrigando-o a desviar uma parte preciosa de suas energias para responder aos questionamentos da opinião pública suscetível à influência desses meios.

Faltavam, no entanto, as ocasiões propícias para que o bloco formado ganhasse plena força. Durante os mandatos de Lula,

sabemos, essas oportunidades não apareceram, mas os flancos do modelo já estavam expostos.

OS GOVERNOS DILMA ROUSSEFF: DECLÍNIO E QUEDA DO PACTO SOCIAL DE 1988

Embora ungido por Lula e o PT, o governo sob a batuta de Dilma Rousseff promoveu uma inflexão nos rumos tomados por seu antecessor e, por tabela, no regime de 1988. Com o lançamento da chamada “Nova Matriz Econômica”, a presidente da República buscava estabelecer uma aliança mais estreita e orgânica com os representantes do grande capital industrial do país. A diferença em relação a Lula é sutil, mas decisiva. Em seu governo, Lula cultivou boas relações com quase todos os setores do capitalismo brasileiro. Mas eram relações superficiais, uma vez que não implicavam uma aliança visando a um objetivo comum. Representavam um acordo de paz regido por um zoneamento dos espaços de atuação: o governo tratava de melhorar a vida das classes populares, em especial os mais pobres, e os capitalistas tratavam de tocar seus negócios e ganhar dinheiro. Suas “regras” eram aquelas que sustentavam o modelo social-liberal que esquematizamos acima e que Lula e seu partido interpretaram como um “casamento de conveniência e sem filhos”, um acordo tácito em que cada parte simplesmente buscava não atrapalhar o que a outra fazia.

193

Dilma Rousseff ambicionou alterar a qualidade desse acordo, colocando-o em sintonia com as próprias ambições da Nova Matriz Econômica. Esta pretendia não só responder aos possíveis impactos negativos do crash financeiro internacional de 2008 – que sinalizou uma inflexão no período hegemônico do neoliberalismo no plano global³² – sobre a taxa de crescimento econômico, mas recuperar o

³² Há um rico debate sobre o assunto. Cf. FRASER, 2017 e STREECK, 2018.

terreno que o país havia perdido enquanto potência industrial, desde o colapso do nacional-desenvolvimentismo. O cenário doméstico e o internacional pareciam propícios à empreitada, orientada pelos interesses tanto da classe trabalhadora de “colarinho azul” – base social que o PT já representava – quanto dos empresários industriais. Tratava-se, portanto, de lançar-se à tarefa de costurar algo que deixaria de ser um mero “casamento de conveniência” para se tornar um compromisso mais sério: uma aliança visando à realização de um objetivo comum, o que só poderia ser feito através de esforços compartilhados. Não por acaso, a nova política econômica foi celebrada em reuniões públicas, nas quais representantes do governo, dos sindicatos de trabalhadores e das federações empresariais se apertavam as mãos e endossavam as medidas anunciadas, como que selando um contrato de obrigações mútuas.³³

194

Ao fazer isso, porém, o novo governo impunha tensões no interior do modelo social-liberal que os governos sob Lula trataram de desdobrar até seus limites, mas sem contradizê-lo. É que a Nova Matriz, sem deixar de dar atenção aos grupos sociais mais destituídos, promoveu uma série de desonerações e benefícios fiscais às empresas, a fim de estimular o crescimento industrial, além de impor a diminuição das até então elevadas taxas de juros e a redução das tarifas elétricas. Em outras palavras, a fim de preparar o terreno para o “grande salto” no setor industrial, o governo foi levado a se meter nas relações internas das classes capitalistas, modificando o padrão mais contido que orientava a conduta de Lula nesse terreno; e, de quebra, na medida em que as desonerações fiscais significavam menos impostos para as classes superiores, sem afetar as políticas focadas nos mais pobres, tornaram-se ainda mais visíveis os sacrifícios exigidos das faixas intermediárias da pirâmide social.³⁴ Assim,

³³ Sobre a dimensão política envolvida na implementação e nos resultados da Nova Matriz Econômica, ver o primeiro capítulo de SINGER, 2018. Para uma perspectiva econômica, ver: CARVALHO, 2018.

³⁴ É matéria de polêmica a caracterização da empreitada de Rouseff, havendo pesquisadores que a interpretam como “desenvolvimentista”,

se o modelo social-liberal desde o início já expunha esse flanco no pacto social de 1988, a Nova Matriz Econômica o expôs a tal ponto que, havendo qualquer turbulência ou desvio no percurso, arriscava romper seu delicado equilíbrio.

Adicionalmente, Dilma Rousseff promoveu aquilo que André Singer chamou de “ensaio republicano”. Era sua tentativa de dar uma resposta pública à insatisfação das classes médias com a corrupção que, por sua vez, gerava tensões nas regras não escritas do presidencialismo de coalizão – um gesto que não demoraria para cobrar seu preço.

De qualquer forma, este sinal de abertura às classes médias não foi suficiente para evitar os protestos massivos que eclodiram em junho de 2013. Não que eles tivessem uma relação direta com a situação econômica do país naquela conjuntura. Prova disso são os índices de desemprego, que continuavam baixos, e os de inflação, um pouco mais elevados, mas ainda sob controle. Em contrapartida, os índices de crescimento econômico, em especial os da indústria, já começavam a apresentar resultados decepcionantes, em comparação com aquilo que esperavam os planejadores do governo. Esse fato, que foi se confirmando ao longo dos anos seguintes, dava às classes capitalistas, mesmo as beneficiadas pela Nova Matriz, motivos para ansiedade e dúvidas sobre quão viável poderia ser o projeto em nome do qual seus representantes e o governo tinham se dado as mãos, ainda mais porque este último já havia feito a sua parte e agora o ônus do acordo recaía sobre elas.³⁵ Entrementes, os escân-

ou “neodesenvolvimentista” ou ainda “social-desenvolvimentista”. A despeito de como se prefira designá-la, a própria existência do debate é suficiente para indicar a inflexão registrada.

³⁵ Este ponto pode levar à conclusão de que foram basicamente as classes capitalistas que, a partir do fracasso da Nova Matriz Econômica, desencadearam a crise constitucional. Argumentos nessa direção são articulados com dados empíricos que mostram ter havido no Brasil, entre 2010 e 2014, uma rara dinâmica de contração de lucros (“profit squeeze”), o que teria levado o empresariado a capitanear a queda do pt. Sobre a contração de lucros no período, ver MARTINS; RUGITSKY,

dalos de corrupção continuavam a render notícias negativas para a “classe política”, mas principalmente ao governo: o julgamento final do “mensalão”, no segundo semestre de 2012, havia condenado à prisão várias figuras emblemáticas do PT e da coalizão governista e permanecia fresco na memória da opinião pública.

Protestos são normais numa democracia e, em princípio, não deveriam ser considerados fatores de crise. Ocorre que as manifestações de junho de 2013 não foram usuais: amplas e massivas, puseram em questão todo o sistema político e paralisaram os governos, do nacional aos estaduais e municipais, durante várias semanas. Sabemos que os representantes do Poder Legislativo sofriam um desgaste crescente desde muito antes; mas dessa vez era o prestígio da chefe do Poder Executivo que entrava na mira. As manifestações derrubaram sua popularidade, cujos índices, apesar de alguma recuperação posterior, nunca voltariam ao que eram. Do ponto de vista institucional, o principal efeito dessas manifestações foi ter liquidado, pela primeira vez desde meados dos anos 1990, a capacidade de iniciativa da Presidência da República – o que implicou seu deslocamento da função de pivô dos poderes constitucionais.³⁶ A partir dali, a presidente Dilma Rousseff ingressaria numa rota de sucessivos recuos, a despeito de breves ressurgências (como sua reeleição em outubro de 2014), que não foram suficientes para retirá-la da defensiva.

Vendo-se cada vez mais acéfalo e com chances decrescentes de continuar no topo da máquina estatal, o bloco de poder construído

2018 e RUGITSKY, 2021. Na seção conclusiva deste ensaio, sugerimos uma interpretação distinta, mesmo reconhecendo o deslocamento do empresariado para fora do pacto.

³⁶ No final de junho de 2013, talvez antevendo do que se tratava, Rousseff propôs os “cinco pactos nacionais” que visavam modificar questões referentes à responsabilidade fiscal, à reforma política, à saúde, ao transporte e à educação. Em relação ao segundo ponto, conforme notícias do período, Rousseff teria pensado em propor um plebiscito que poderia autorizar a convocação de uma assembleia constituinte dedicada exclusivamente ao assunto. Como se sabe, essas medidas não prosperaram.

em torno do PT se desconstruía, a começar por sua até então ampla base de apoio no Congresso Nacional. O que levaria, no devido tempo, ao colapso da “regra não escrita” do presidencialismo de coalizão. Os sinais desse gravíssimo revés ficaram um pouco diluídos quando da renovação, para o pleito presidencial de 2014, da aliança que havia elegido Rousseff em 2010. Porém, a eleição de Eduardo Cunha para a Presidência da Câmara Federal, logo no início de 2015, revelava que o governo já não detinha mais nenhum controle sobre a assim chamada “base aliada”, a quem ele próprio emprestara seu nome para ajudar a eleger. Hesitante ou à deriva até um pouco antes, agora a maioria do Congresso encontrava um chefe a quem obedecer dentro da própria casa. Se este resvasse para a oposição, o que parecia inevitável, de acordo com o próprio “manual de instruções” do presidencialismo de coalizão, os projetos do Poder Executivo, tanto quanto o próprio cargo presidencial, perderiam qualquer garantia. Bastaria encontrar o motivo.

Não vamos nos ocupar aqui dos aspectos político-jurídicos do processo que levou ao impeachment de Dilma Rousseff. Em tese, esse desfecho poderia ter conduzido a uma solução para a crise aguda derivada da perda de sustentação do governo no Congresso, algo que o novo titular da Presidência da República, Michel Temer, bem à sua maneira, tratou de resolver. Entretanto, a crise política mais ampla persistiu: de fato, o processo de destituição de Dilma Rousseff, longe de resolvê-la, apenas a agravou. Sinal de que o foco da crise não repousava nas relações entre o Executivo e o Legislativo, mas em outro lugar. Com efeito, o imbróglio era mais profundo e mais intratável do que o da queda de Fernando Collor de Melo, pois este permaneceu confinado ao sistema político, enquanto agora se desenhava um choque frontal de todo o sistema político com o complexo judiciário.³⁷ Foi o que significou a “Operação Lava Jato”. Façamos um breve recuo temporal para expor nossa compreensão desse evento crucial.

³⁷ Para uma análise do impeachment de Collor de Mello, ver SALLUM JR., 2015.

Instrumentada pela lei da “delação premiada”, que o próprio governo Rousseff regulamentara no ano anterior, a operação foi deflagrada no início de 2014 e deixou perplexa toda a esquerda simpática ao PT, inclusive sua liderança, dado que várias pessoas que mantinham relações um tanto obscuras com os governos petistas, ou muito próximas de seu núcleo, foram presas preventivamente e começaram a fazer confissões implicando políticos, altos funcionários de partidos, ministros e ex-ministros, assim como empresários.³⁸

198

O governo, acuado e não querendo passar a imagem de que receava as investigações, evitava intervir. E de fato, no início, a operação parecia caracterizar-se por um enfrentamento implacável e de largo espectro à corrupção nos altos círculos do poder, como se o país estivesse sendo “passado a limpo”. Seus primeiros alvos, por exemplo, foram empresários de grandes construtoras, inclusive o presidente da construtora brasileira mais importante, com contratos milionários no Brasil e no exterior, algo inédito na história da justiça nacional. A mensagem que se buscava transmitir era clara: não haveria tratamento diferenciado a ninguém.

Como resultado, a operação ganhou imensa audiência e apoio entusiasmado da opinião pública, ao mesmo tempo que deixava completamente na defensiva aqueles que suspeitavam de que as ações eram uma tentativa de liquidar, em uma tacada só, o governo, o PT e a esquerda. As correntes e forças políticas que já se opunham aos governos de Lula e Dilma Rousseff se aproveitaram dessa alta receptividade para ampliar sua militância, a audiência de sua mensagem e sua base social, capitalizando para si os grandes protestos de rua do ano anterior e galvanizando a campanha presidencial que começaria em poucos meses.

A presidente Dilma Rousseff voltou a vencer o pleito, ainda que por pequena margem; porém, nem foi preciso esperar a

³⁸ A interpretação sobre o que significou a Operação Lava Jato, como não poderia deixar de ser, é bastante controversa. Cf. KERCHÉ; FERES JR., 2018; e RODRIGUES, 2020.

proclamação dos resultados para que todas as vozes oposicionistas articuladas durante a campanha, dentro ou fora do sistema político, deixassem claro que não dariam trégua ao governo. Mais importante ainda: com o questionamento da lisura das eleições, o consenso que emprestava estabilidade à dinâmica política do país foi abalado.

Ao mesmo tempo, cresciam os sinais de que a Operação Lava Jato, a despeito de todas as revelações e prisões inéditas e espetaculares, tinha ou havia adquirido um viés. Já durante a campanha, vazamentos irregulares de informações sobre as investigações, teoricamente sob segredo de justiça, eram amplamente divulgados, antecipando ao público o envolvimento de nomes de primeira grandeza do petismo, entre os quais o do ex-presidente Lula. Porém, o sinal mais evidente desse viés era o fato de que, a cada nova etapa, a operação passava a afunilar seu alvo repressivo. É que ela punia com rapidez e severidade certa parte dos implicados nas investigações – os que tinham ou haviam tido ligação com o vigente bloco de poder, políticos ou empresários – e poupava outras partes, em particular os vinculados de longa data à oposição.

199

Simultaneamente, o cerco do Congresso ao governo reeleito ia apertando. Ainda no final de 2015, após uma tentativa malsucedida de chantagear a bancada do PT, Eduardo Cunha resolveu acolher um dos pedidos de impeachment protocolados na mesa diretora da Casa. Pouco depois de terminado o período de recesso, em março de 2016, a batalha ganhou as ruas com imensas manifestações nas principais cidades do país exigindo o fim da corrupção e a deposição da presidente. Não demorou muito, o juiz federal de Curitiba, Sergio Moro, responsável pelo julgamento das acusações elaboradas pelo Ministério Público, finalmente colocava na mesa o alvo derradeiro de toda a operação: o ex-presidente Lula.

Enfim, coordenadas ou não, as duas batalhas, a do Congresso em Brasília e a do tribunal de Curitiba, se completavam. Pela primeira, o sistema político tiraria a presidente Dilma Rousseff do cargo, mas, curiosamente, sem cassar seus direitos políticos; pela

segunda, o Poder Judiciário, ao condenar à prisão o ex-presidente Lula, baniria da vida política a melhor chance que o PT teria para voltar a disputar o governo nacional nas eleições seguintes.

A CRISE CONSTITUCIONAL BRASILEIRA: CRISE DO PACTO, CRISE DA REPÚBLICA

200

Façamos, para concluir, uma síntese do que foi dito até aqui, amarrando as hipóteses lançadas nas seções precedentes. A nosso ver, a crise da democracia no Brasil é o resultado de uma crise constitucional, isto é, uma combinação explosiva do esvaziamento do pacto social que deu suporte à Constituição de 1988 e da corrosão da saúde cívica (a crise da república). No processo, ambos os fatores tornaram possível a formação de um feixe convergente de interesses – um “interesse faccioso”, como chamaremos –, cuja força residuiu na comunicação cada vez mais fluente entre atores sociais insatisfeitos e atores institucionais estrategicamente situados em distintos poderes da república.

A crise da república diz respeito ao encontro das duas trajetórias corrosivas que identificamos ao longo do texto: a monetarização e a judicialização da vida política. À primeira vista, parece um choque de trajetórias opostas, pois sabemos que, a partir de um determinado momento, certos atores do conglomerado jurídico, no caminho mesmo da ascensão de seu protagonismo, tomaram para si a missão de dismantelar as relações espúrias construídas na primeira trajetória. Essa é, pelo menos, a narrativa que os próprios atores da segunda trajetória produziram e até certo ponto conseguiram fixar na opinião pública.

Um segundo olhar, contudo, nos leva a perceber não uma oposição, mas um entrelaçamento de ambas as trajetórias, no qual passamos, da aberração ética e política que se desenvolveu na primeira, à aberração constitucional em que desembocou a segunda. De que se trata? Setores do complexo judiciário começaram a anormalmente se “autoativarem”, expandindo por conta própria suas atribuições

e, sob a escusa de interceptar as contravenções da outra trajetória, lançaram-se à subversão da ordem legal. Este movimento, que só avançou porque reuniu força e lastro social, acabou configurando o último e mais bem-sucedido ator coletivo a se apropriar do difuso desconforto social que aqui caracterizamos como uma “sensibilidade republicana”. Com isso, logrou operar uma ocupação do espaço vazio deixado pelos demais poderes oficiais, debilitados pelo profundo descrédito a que se submeteram, graças à revelação de suas relações promíscuas com o poder do dinheiro.

Na esteira da “terceira onda de democratização”, os novos arcabouços institucionais elaborados nos países afetados alargaram significativamente as atribuições do Poder Judiciário e de agências afins, para melhor defender e promover os direitos dos cidadãos, declarados em suas leis. A Constituição brasileira foi uma das que incorporaram plenamente essas inovações.³⁹ Contudo, jamais se pretendeu que elas significassem uma ruptura essencial com o princípio da divisão e separação dos poderes, mas, bem ao contrário, buscou-se um reforço desse princípio. A cessão ao Judiciário de uma maior capacidade para conter possíveis tentativas de usurpação dos demais poderes baseia-se num argumento clássico: o ramo da estrutura constitucional seria o menos propenso a subverter seu equilíbrio. Por quê? Em virtude de sua condição de poder não concentrado e de retaguarda: para além de sua dispersão, os tribunais e seus juízes não agem por conta própria, apenas quando “provocados”. É certo que os procuradores da república (o Ministério Público), conforme a Constituição Federal e como já observado, foram autorizados a provocar os tribunais; mas poderia ser de outra maneira, se se quisesse tornar efetiva sua nova função de defender os direitos difusos da cidadania? Mantida a independência dos tribunais e seu papel de garantir o chamado “devido processo legal”, estes deveriam formar

³⁹ Sobre o impacto das inovações das Cartas de Portugal e Espanha sobre as constituições latino-americanas recentes, inclusive a brasileira, ver a coletânea: SEGADO, 2003.

o núcleo do Poder Judiciário e, como tal, seriam menos suscetíveis à desestabilização do arcabouço constitucional.⁴⁰

Contudo, o que os episódios concomitantes do impeachment de Dilma Rousseff e da Operação Lava Jato nos sugerem é algo um tanto distinto. Isto é, pode haver uma extrapolação simultânea do campo legítimo de atributos de mais de uma agência constitucional, tão logo se espalhe nelas, com suficiente força e amplitude, aquilo que a linguagem clássica do constitucionalismo chama de “interesse faccioso”: a construção de um feixe único de vontades que, atravessando as fronteiras entre os poderes, acaba por dobrar os meios pelos quais a república se capacita a resistir à consecução daquele interesse. Ora, essa capacidade de manter cada agência constitucional em sua respectiva esfera de competências só poderia ser efetiva se o edifício institucional como um todo gozasse de autoridade e lastro social forte o bastante para fazer funcionar os mecanismos de “freios e contrapesos”. Entretanto, em tempos de grandes conflitos políticos e sociais, justamente quando esses mecanismos teriam (previsivelmente) importância mais crítica, cresce o desejo das partes conflitantes de romper os obstáculos institucionais a seu predomínio.

202

Como sugerido anteriormente, instalou-se no sistema político, ao longo de sua malha extraoficial, algo semelhante à chamada “contravenção”. As práticas contraventoras, evidentemente, não são reconhecidas pelo aparato legal-policial do Estado brasileiro, mas, ao mesmo tempo, não são sistematicamente punidas – ao contrário, são toleradas. Essa mesma tolerância, no entanto, produz uma relação perversa entre a contravenção e o Estado. O direito oficial, escrito, que supostamente lhes nega o status da legalidade, fica como

⁴⁰ “The judiciary, from the nature of its functions, will always be the least dangerous branch to the political rights of the Constitution; because it will be least in a capacity to annoy or injure them” (MADSON, HAMILTON; JAY, 1987, p.437). Cf. o consagrado estudo do tema por BICKEL, 1986. Para um ponto de vista crítico, porém mais contemporâneo, ver KAPLAN, 2019.

que adormecido, sem efetividade, por um período mais ou menos longo. Nesse intervalo, as práticas da contravenção ganham corpo e se reproduzem como uma conduta social normal – o que são de fato, embora não de direito. Repentinamente, no entanto, como um raio em céu azul, o direito oficial desperta e passa um tempo perseguindo as atividades ilegais até voltar outra vez ao estado dormente, tão repentinamente quanto despertou.

Foi essa curiosa inversão do vínculo esperado entre legal e normal, e ilegal e excepcional, que deu espaço para intervenções perversas e arbitrárias do Estado brasileiro: “repentinamente” significa que algum interesse especial havia brotado no interior do aparato legal-policial, gerando impulso suficiente para suspender o status de tolerância e desencadear a ação repressiva. Esse interesse especial podia ser de qualquer tipo: desde os bem-intencionados até os mais prováveis interesses de facção. O que significa que tão logo o interesse se diluísse, desapareceria também o estado “excepcional” de estrita legalidade e então se retornaria ao estado “normal” de tolerância às práticas estabelecidas. Note-se que, uma vez que não há incentivos públicos para impor o direito oficial – daí que dependa de ocasionais motivações bem ou mal-intencionadas, mas igualmente passageiras –, a legalidade acaba se tornando presa fácil de apropriações oportunistas, reduzidas a um simples pretexto para fazer de certos atores sociais, situados num limbo jurídico, reféns da dinâmica acima descrita e, portanto, alvos de intervenções arbitrárias, cinicamente acobertadas pelo direito.

Precisamente nessa situação se encontravam os atores do sistema político quando a Operação Lava Jato foi desencadeada. Lembremos que a dupla malha de poder criada por dentro desse sistema tendia a gerar insatisfeitos, tanto pela natureza competitiva da malha oficial quanto pelo acesso desigual ao patrocínio do poder econômico na malha paralela. Por outro lado, embora esta última tenha sido por longo tempo tolerada pelo aparato legal-policial do Estado, continuava sendo oficialmente ilegal, o que tornava todo o sistema político exposto às eventuais “blitzes” ou “batidas” do complexo judiciário. Para que isso viesse a acontecer, bastaria, como no

caso da contravenção, que se aglutinasse entre o sistema político e o aparato alguma convergência de interesses: a combinação, mesmo que tácita, entre um ou mais grupos de insatisfeitos com a baixa perspectiva de vitória eleitoral no topo do sistema e algum setor do judiciário por qualquer razão motivado para, com base em seu poder de impor penalidades, alterar a disputa partidária em favor do grupo insatisfeito ou de novos grupos.

Essa última observação nos leva a retomar o argumento que apresentamos no início do texto: a própria Constituição não é apenas uma carta que declara intenções, estatui direitos, prescreve funções e distribui os respectivos poderes. Para que se torne uma prática efetiva, é preciso que seja também a expressão de um *pacto social*, um consenso entre os grupos e classes sociais relevantes, cuja força agregada fornece o cimento e a sustentação às prescrições do texto jurídico. À medida que esse lastro fundamental se esvazia, acirrando as divergentes motivações dos sujeitos sociais, crescem as chances de os atores institucionais reproduzirem nua e cruamente essas motivações, deixando de lado os papéis a eles prescritos, mesmo quando continuam a vestir formalmente os trajes que os simbolizam. É assim que interpretamos a gradual intervenção de setores do complexo judiciário na crise política brasileira.

204

No excelente balanço que faz do período Dilma e da “crise do lulismo”, André Singer menciona a ideia-força do “sonho rooseveltiano” – a esperança que animara o governo e os quadros do PT de tornar o Brasil um país de classe média.⁴¹ A menção nos sugere um fio para propor a interpretação de um sentido ampliado da crise – como dissemos, da crise constitucional. Digamo-lo numa frase: trata-se da crise do *consenso social-liberal*, vetor programático do longo período de estabilização que abrangeu os governos dos dois polos desse consenso, o PSDB e o PT. Vale dizer, as duas alternativas consistentes de poder político que o regime constitucional foi capaz de produzir neste período. Em termos de pacto social, o consenso

⁴¹ Cf. SINGER, 2012, Introdução.

baseava-se numa convergência potencial entre as classes populares e as classes médias, notadamente as profissionais e de pequenos empreendedores. Convergência que se delinear no final do regime autoritário e no período da redemocratização e fora celebrada, como projeto, na Constituição de 1988.

Sua adaptação ao longo dos anos 1990 – o enquadramento social-liberal – significava o seguinte: políticas estatais concentradas, voltadas para a melhoria de vida das classes populares, distribuídas num gradiente de prioridades indo dos mais aos menos pobres; e prosperidade econômica suficiente para, sem necessidade de políticas sociais ativas do Estado, garantir às classes médias a expectativa de satisfazer seu desejo de ascensão social ou, pelo menos, assegurar que não fossem atingidas por um processo contrário, de regressão na escada social. Contudo, estas seriam políticas estatais focadas que, poupando os detentores dos capitais – os quais, em contrapartida, esperava-se, investiriam essa poupança no crescimento econômico –, deveriam ser bancadas centralmente pelas classes não capitalistas menos desfavorecidas, isto é, as mesmas classes médias e, grosseiramente falando, a parte “superior” das camadas populares.

205

Seria crucial, portanto, que o consenso social-liberal pudesse efetivamente impulsionar uma nova fase de desenvolvimento econômico, ainda que em moldes distintos do nacional-desenvolvimentismo. E isso não tanto para garantir o apoio das classes detentoras de grandes capitais, uma vez que de partida foram poupadas do ônus de sustentar materialmente os termos do consenso – e, portanto, *não tinham* motivos tão poderosos *para tomar a iniciativa política* de rompê-lo –, mas para preservar a lealdade das classes médias. O sucesso da empreitada faria essas classes olharem principalmente “para cima” e “para frente”, numa atitude de viés confiante – como aconteceu, de fato, na realização norte-americana do sonho rooseveltiano – e não “para baixo” e “para trás”, numa atitude de insegurança, com viés defensivo. Do contrário, o que poderia acontecer? À medida que as políticas sociais concentradas deslanchassem e passassem, de fato, a surtir efeito (como ocorreu na “Era Lula”) e as próprias classes populares, num modesto processo de ascensão,

começassem a visar bens públicos de melhor qualidade – para ficar com um exemplo extremamente simbólico: as vagas das universidades públicas – a pequena elasticidade do espaço econômico disponível muito provavelmente levaria, como levou, a uma saturação e a um choque entre as classes que, em princípio, deveriam estar cooperando para sustentar a Constituição. Com isso, as camadas médias, já em modo defensivo, passaram a se alienar do pacto social até, finalmente, tomarem a iniciativa de rompê-lo. O desembarque do empresariado, a nosso ver, está ligado a e segue-se desse gesto mais fundamental.

206

A corrupção, claro, costuma ser uma questão bastante sensível às classes médias. Porém nada como a prosperidade econômica contínua para amortecer seus efeitos políticos mais deletérios. Como ela não aconteceu, ou pelo menos não na extensão de tempo e em grau suficientes, a corrupção funcionou como uma faísca para que, aí sim, esses setores vocalizassem seu descontentamento. Mas não essencialmente contra este ou aquele governante ou partido, e *sim contra o próprio pacto social*, expresso no regime político em vigor. E quando, posteriormente, foram às ruas, em enormes manifestações, para pedir a saída da presidente Dilma Rousseff, na verdade estavam selando, com toda a força que podiam reunir, seu desembarque do pacto, a demandar não só o fim dos governos petistas, mas a busca de uma outra norma, democrática *ou* autoritária, de relações entre classes e grupos sociais – em suma, um novo regime político.

Referências bibliográficas

ABRANCHES, Sérgio. *Presidencialismo de coalizão: raízes e trajetória do modelo político brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

AGUIAR, Vilma. Um balanço das políticas do governo Lula para o ensino superior: continuidade e ruptura. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v.24, n.57, p.113-126, 2016

ARAUJO, Cicero. *A forma da república: da Constituição Mista ao Estado*. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

_____. Trinta anos depois: a crise da Constituição de 1988. *Locus – Revista de História*, Belo Horizonte, v.24, n.2, 299-329, 2018.

_____. Sentido da crise da República no Brasil. In: AVRITZER, Leonardo; STARLING, Heloísa; BRAGA, Pauliane; ZANANDREZ, Priscila. (orgs.). *Pensando a Democracia, a República e o Estado de Direito no Brasil*. Belo Horizonte: Projeto República/UFGM, 2019.

BARROSO, Luís Roberto. A judicialização da vida. In: BACHA, Edmar et al. (orgs.). *130 anos: em busca da República*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2019.

BENEVIDES, Maria Victoria. *A UDN e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

BICKEL, Alexander. *The Least Dangerous Branch: The Supreme Court at the Bar of Politics*. 2ª Ed. New Haven: Yale University Press, 1986.

CANDIDO, Antonio. Dialética da Malandragem. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n.8, pp. 67-89, 1970.

CARDOSO, Fernando Henrique. O papel da oposição. *Interesse Nacional*, n.13, abr/jun 2011.

CARVALHO, Laura. *Valsa brasileira: do boom ao caos econômico*. São Paulo: Todavia, 2018.

DAHL, Robert. *Poliarquia: participação e oposição*. São Paulo: Edusp, 2005.

DIMENSTEIN, Gilberto; SOUZA, Josias de. *A História Real: Trama de uma Sucessão*. São Paulo: Ática/Folha de São Paulo, 1994.

FALCÃO, Joaquim. *Mensalão – Diário de um julgamento: Supremo, mídia e opinião pública*. São Paulo: Editora Forense, 2015.

FAORO, Raymundo. *A democracia traída: entrevistas (organização de Maurício Dias)*. São Paulo: Globo, 2008.

FELTRAN, Gabriel. O legítimo em disputa: As fronteiras do “mundo do crime” nas periferias de São Paulo. *Dilemas: revista de estudos de conflitos e controle social*, v.1, n.1, pp. 93-126, 2008.

FILGUEIRAS, Fernando. Marcos teóricos da corrupção. In: AVRITZER, Leonardo et al. (orgs.). *Corrupção: ensaios e críticas*. Belo Horizonte: UFGM, 2012, pp. 299-306.

FRASER, Nancy. El final del neoliberalismo “progresista”, *Sin Permiso*, 12 de janeiro de 2017. Disponível em: <https://www.sinpermiso.info/textos/el-final-del-neoliberalismo-progresista>

HARVEY, David. *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Loyola, 2008.

KAPLAN, David. *The Most Dangerous Branch: Inside the Supreme Court in the Age of Trump*. New York: Crown Pub. Group, 2019.

KERCHE, Fábio; FERES JR., João (orgs). *Operação Lava Jato e a democracia brasileira*. São Paulo: Contracorrente, 2018.

KUGELMAS, Eduardo; SOLA, Lourdes. Recentralização/Descentralização – A dinâmica política do regime federativo no Brasil dos anos 90. *Tempo Social (USP)*, São Paulo, v.II, n.2, p.63-81, 1999.

LAVINAS, Lena. *The Takeover of Social Policy by Financialization: The Brazilian Paradox*. New York: Palgrave Macmillan, 2017.

208

LEITE, Paulo Moreira. *A outra história do mensalão: As contradições de um julgamento político*. São Paulo: Geração Editorial, 2013.

LOUREIRO, Pedro Mendes. Class inequality and capital accumulation. in Brazil, 1992-2013. *Cambridge Journal of Economics*, p.1-26, 2019.

LOUREIRO, Pedro Mendes; RUGITSKY, Fernando. Conciliatory intentions, antagonistic results: class structure in Argentina and Brazil during the ‘Pink Tide’, *mimeo*, p.1-37, 2021.

MADSON, James; HAMILTON, Alexander; JAY, John. *The Federalist Papers*. New York: Penguin, 1987.

MAGALHÃES, Inês; BARRETO, Luiz e TREVAS, Vicente (orgs). *Governo e cidadania: balanço e reflexões sobre o modo petista de governar*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

MANIN, Bernard. As metamorfoses do governo representativo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, n.29, Out., 1995. Disponível em: http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_oo_29/rbcs29_01.htm.

_____. *The Principles of Representative Government*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

MARENCO, André. Financiamento de campanhas eleitorais. In: AVRITZER, Leonardo et al. (orgs). *Corrupção: ensaios e críticas*. Belo Horizonte: UFMG, 2012, pp.321-326.

MARTINS, Guilherme Klein; RUGITSKY, Fernando. The commodities boom and the profit squeeze: Output and profit cycles in Brasil (1996-2016). *Department of Economics FEA/USP Working Paper Series*, n.2018-09, 2018.

PRZEWORKI, Adam. Minimalist Conception of Democracy: a Defense. In: SHAPIRO, Ian; HACKER-CORDON, Casiano (orgs.), *Democracy's Value*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

REGO, Walquíria Leão; PINZANI, Alessandro. *Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania*. São Paulo: Unesp, 2014.

RODRIGUES, Fabiano Alves. *Lava Jato: Aprendizado institucional e ação estratégica na Justiça*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2020.

RUGITSKY, Fernando. Luta de classes inibida? Furtado e a especificidade da estrutura social brasileira. In: SAES, Alexandre Macchione; BARBOSA, Alexandre de Freitas (org). *Celso Furtado e os 60 anos de Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Sesc/Publicações BBM, 2021. 209

SALES, Suelen Aparecida Novatas. *Padrões de renda e consumo das classes médias em dois momentos de crise: um estudo da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF)*. Dissertação de mestrado (Ciências Econômicas). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

SALLUM JR., Brasília. O Brasil sob Cardoso: neoliberalismo e desenvolvimentismo. *Tempo Social (USP)*, São Paulo, v. 11, n. 2, pp. 23-47. 1999.

_____. *O impeachment de Fernando Collor: sociologia de uma crise*. São Paulo: 34, 2015.

SANTOS, Wanderley Guilherme. *Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SEGADO, Francisco (org). *La Constitución de 1978 y el Constitucionalismo Iberoamericano*. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2003.

SINGER, André. *Os sentidos do lulismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____. *O lulismo em crise: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SINGER, Paul. *A crise do “milagre”*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

STREECK, Wolfgang. *Tempo comprado: a crise adiada do capitalismo democrático*. São Paulo: Boitempo, 2018.

TAVARES, Maria da Conceição; DAVID, Maurício Dias. *A economia política da crise*. Rio de Janeiro: Vozes/Achiamé, 1982.

O neoliberalismo redutor da pobreza no Brasil e sua crise¹

Pedro Mendes Loureiro²

INTRODUÇÃO

O Brasil passou por um período de crescimento econômico e redistribuição de renda durante a primeira década dos governos do

¹ Versão revisada e ampliada do artigo “Social structure and distributive policies under the PT governments: a poverty-reducing variety of neoliberalism”, *Latin American Perspectives*, 47 (2), pp. 65-83 (LOUREIRO, 2020b). Agradeço a seção de Economia e Política da Latin American Studies Association (LASA) pela menção honrosa dada a este trabalho no prêmio de melhor artigo do ano.

² Agradeço as várias pessoas que participaram do desenvolvimento destes argumentos, em suas diversas fases, particularmente Alfredo Saad-Filho, Ana Paula Colombi, Juan Grigera e demais participantes do seminário “A natureza dos governos do PT”, bem como Aiko Ikemura Amaral, Angus McNelly e integrantes do grupo de discussão de latino-americanistas em Londres. Fica registrado também um agradecimento especial a Fernando Rugitsky, com quem venho debatendo há tempos estas ideias. Esta pesquisa se beneficiou, em estágios iniciais, de financiamento da Capes (BEX 0840/14-9).

Partido dos Trabalhadores (PT, 2003-2016), que possibilitou a inclusão de grande parte da população no mercado como consumidores. De 2003 a 2013 a renda per capita cresceu aproximadamente 56%, o percentual da população vivendo abaixo da linha de pobreza extrema caiu de 12,7% para 4,9% e o índice de Gini da renda domiciliar per capita reduziu-se de 0,58 para 0,53.³ Uma série de outras estatísticas demonstra ter-se tratado de um abrangente processo de ganhos monetários na base da pirâmide social. Nesta linha, destaca-se que a taxa de pobreza caiu de 33,9% para 13,9% e o índice de Palma – a razão entre a parcela de renda apropriada pelos 10% dos domicílios no topo da distribuição e os 40% na base – caiu de 5,2 para 3,8. Ademais, o PIB cresceu a uma taxa média de 3,8% ao ano, incluindo uma rápida recuperação da crise de 2008, contra uma taxa média de 2,5% durante a década de 1990.

212

Este processo de crescimento e distribuição foi parte de uma tendência mais ampla, que abarcou quase toda a América Latina – enquanto, cabe ressaltar, boa parte do mundo via a desigualdade aumentar. Entre 2002 e 2013, a pobreza extrema na região caiu de 13,0% para 5,4% da população,⁴ enquanto a mediana do índice de Gini da renda domiciliar per capita caiu de 0,53 para 0,48 (WORLD BANK, 2017a). A desigualdade de renda na maioria dos outros países do mundo, por outro lado, vinha aumentando desde pelo menos a década de 1980. De acordo com Lakner e Milanovic (2016), quase todas as regiões do mundo passaram por aumentos sucessivos da

³ Renda per capita calculada em dólares internacionais (i.e. com paridade de poder de compra) constantes de 2011; pobreza extrema definida como domicílios com renda per capita abaixo de 1,90 dólares por dia (dólares internacionais de 2011) e pobreza aqueles abaixo de 4,00 dólares. Com exceção dos dados sobre PIB, baseados em IBGE (2016), todos os dados deste parágrafo foram extraídos da plataforma PovcalNet (World Bank).

⁴ Os países compreendidos no cálculo são: Argentina, Belize, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, República Dominicana, Equador, El Salvador, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Santa Lúcia, Suriname, Trinidad e Tobago, Uruguai e Venezuela.

desigualdade entre 1988 e 2008, incluindo acréscimos de 8% no Gini de “economias maduras” e de 9% na África Subsaariana.⁵

Essa trajetória marcadamente distinta da América Latina durante a década de 2000 e princípios da seguinte sugere a questão: houve ou não uma quebra com o neoliberalismo na região? Na verdade, trata-se de questão que se desdobra em duas. A primeira se refere à durabilidade do arranjo que se estabeleceu – isto é, sua reprodutibilidade a longo prazo. Um breve desvio das dinâmicas do neoliberalismo não configura, em si, uma alternativa antineoliberal, por mais que indicadores sociais possam ter melhorado durante o período. A segunda questão, estreitamente associada à anterior, envolve investigar se os países latino-americanos fizeram uso de condições fortuitas durante certo período para manobrar *dentro* dos parâmetros do neoliberalismo, ou se houve mudanças mais profundas no padrão de acumulação. Somente na medida em que se impuserem transformações nas bases do neoliberalismo, criando-se fundações suficientemente coerentes para deslanchar dinâmicas sociais e econômicas distintas – ao contrário de iniciativas que apenas usem algum espaço de manobra obtido em condições particulares –, é que se pode identificar uma quebra propriamente dita.

213

Este artigo dedica-se a investigar se houve ou não uma quebra com o neoliberalismo no Brasil durante os governos do PT, sondando as mudanças na estrutura social do país e as políticas distributivas associadas a elas. Foca-se em como e em que medida as principais políticas relacionadas à distribuição de renda, ao mercado de trabalho e à provisão de serviços essenciais transformaram a estrutura social do país. Com base nisto, exploram-se as implicações deste entendimento para a compreensão da crise na qual o país mergulhou, com diferentes intensidades e desdobramentos, a partir do fim da etapa de crescimento e distribuição de renda.

⁵ Veja Simson e Savage (2020) para um exame detalhado da desigualdade em países em desenvolvimento, e Cornia (2015) para a América Latina. Ver também Fine e Loureiro (2021) para o caso brasileiro.

214 Mais especificamente, este artigo investiga se os governos do PT, do ponto de vista de seu impacto sobre a estrutura social brasileira, podem ser vistos como uma variedade “madura” (FINE; SAAD-FILHO, 2017), “roll-out” (PECK; TICKELL, 2002) ou “roll-forward” (JESSOP, 2002) de neoliberalismo.⁶ Os três termos são utilizados de maneira intercambiável para indicar uma segunda fase do neoliberalismo, em que a diferença é lógica e também frequentemente temporal. Tal fase é caracterizada pelo desenvolvimento e implementação de formas *especificamente neoliberais* de participação do poder de Estado na reprodução social e econômica, em contraposição ao desmonte de formas preexistentes que marca a transição para o neoliberalismo.⁷ Propõe-se que, para os propósitos deste texto, isto significa a implementação de políticas que *ativamente estimulem a mercantilização da reprodução social*. Contrastam-se tais políticas tanto à fase de transição para o neoliberalismo, marcada pelo *desmantelamento* de formas anteriores de provisão de bem-estar, quanto a formas estatais capitalistas não neoliberais, nas quais o poder de Estado estimula o circuito do capital através da *desmercantilização* de aspectos-chave da reprodução social. Desta feita, o neoliberalismo maduro simultaneamente assegura que a reprodução social se dará de maneira crescentemente mediada pelo

⁶ Tanto “roll-out” quanto “roll-forward” podem ser traduzidos, grosso modo, como “implementação”. Os termos foram desenvolvidos em contraposição à expressão mais comum que é “to roll back”, usada para caracterizar o desmonte de certas formas estatais durante a transição para o neoliberalismo.

⁷ “This (‘third wayist’) phase focuses on the stabilization of the social relations imposed in the earlier [transition] period, the consolidation and continued expansion of the financial sector’s interventions in economic and social reproduction, state management of the new modalities of international economic integration, and the introduction of specifically neoliberal social policies both to manage the deprivations and dysfunctions created by neoliberalism and to consolidate and reconstitute social and individual agents along neoliberal lines” (Fine; Saad-Filho, 2017, p. 695).

mercado, haja vista que formas não mercantilizadas de provisão são bloqueadas, e que alguma dimensão de inclusão social será possível, através de políticas que facilitem a entrada de indivíduos como produtoras e consumidores de bens e serviços mercantizados (em contraposição à exclusão pura e simples de tais processos).

O argumento central deste artigo é que os governos do PT não romperam com o neoliberalismo, antes implementaram uma variedade madura de neoliberalismo, redutora da pobreza. Ela foi redutora da pobreza não apenas em vista dos indicadores sociais positivos apresentados acima, mas centralmente porque, conforme se argumenta ao longo do texto, tais resultados foram fruto de decisões-chave de política social e seus desdobramentos. Fundamentalmente, a valorização do salário mínimo (SM), transferências condicionadas de renda (TCR) e a maior cobertura do sistema de seguridade social tiveram o objetivo de reduzir a pobreza, no que foram eficazes. Como desdobramentos de segunda ordem destas políticas, a aceleração do crescimento econômico reduziu o desemprego e levou à formalização do trabalho, também com impactos positivos nas camadas inferiores da distribuição de renda.

215

A despeito desses ganhos para domicílios de baixa renda, os governos do PT foram, não obstante, uma variedade de neoliberalismo, pois o horizonte de transformação social esteve circunscrito à inserção de indivíduos como consumidores em circuitos privados e mercantizados de provisão. Não se fez uma escolha decisiva em favor de saúde, educação ou moradia pública, mas, ao contrário, deram-se subsídios vultosos e estímulos diversos para que o setor privado se estabelecesse como o principal provedor destes serviços. Em outras palavras, o governo ativamente buscou mercantilizar o acesso a serviços essenciais. Isto foi, ademais, alicerçado em um processo de inclusão financeira capitaneado pelo Estado, em si uma dimensão de mercantilização que, outrossim, levou ao crescente endividamento da população. Como resultado, indivíduos e domicílios tiveram que se submeter de maneira redobrada a imperativos de mercado para se reproduzirem.

Findo o período de crescimento e distribuição, a aposta em inclusão via mercantilização da reprodução social tem cobrado seu

preço. Indica-se, ao final do texto, como a dinâmica própria deste processo explica a fragilidade da inclusão que ocorreu e como ela tem se desenvolvido ao longo da crise pela qual o país vem passando. Brevemente, o acesso a serviços essenciais se deu pelo mercado e com endividamento, e não pela ampliação de direitos e acesso gratuito, fazendo que a interrupção do crescimento e redistribuição de renda tenha, como efeito adicional, revertido a redução da privação em outras dimensões (educação, saúde e afins). Na linha interpretativa que adotamos, tendo os governos do PT sido variantes do neoliberalismo, e não uma alternativa a ele, as dimensões de redução da pobreza (como elo fraco da caracterização) foram desativadas após 2013, enquanto o núcleo neoliberal de mercantilização da reprodução social permaneceu no lugar.

216

Este artigo está estruturado da seguinte maneira: após esta introdução, a segunda seção apresenta as principais mudanças na distribuição de renda a partir de uma perspectiva de classes sociais, ressaltando a formalização do trabalho pouco qualificado e a estabilidade dos altos rendimentos de capitalistas. A terceira seção explora os motores destas mudanças, indicando como certas políticas-chave reduziram a pobreza. A quarta seção mostra como ganhos no mercado de trabalho foram incapazes de cimentar um padrão de acumulação substancialmente mais dinâmico ou inclusivo. A quinta seção explora mudanças no padrão de consumo, com foco em uma série concertada de iniciativas que promoveu a mercantilização de saúde, educação e moradia, apoiada em crescente endividamento. A sexta seção indica como a dinâmica do processo de inclusão via mercantilização explica a fragilidade dos ganhos, vistos na reversão da redução da pobreza após 2013. A última seção conclui.

MUDANÇAS DA ESTRUTURA DE CLASSES BRASILEIRA

Houve ganhos de renda substanciais para os estratos mais baixos da distribuição de renda no Brasil durante os governos do PT, promovidos por políticas públicas. Esta seção detalha esses ganhos

ao longo da estrutura social do país, que se aborda através de uma tipologia de classes com sete posições. Esta tipologia baseia-se na posse de capital (como complemento, a necessidade de vender a força de trabalho), na posse de qualificações escassas (cuja ausência limita a pessoa a vender força de trabalho simples) e na proteção pela legislação trabalhista vigente (isto é, a formalidade ou não da relação de trabalho).⁸ Indivíduos sem vínculos de trabalho ativos são classificados como desempregados ou aposentados, conforme apropriado. As posições resultantes são (ver Apêndice para detalhes):

1. Grandes empregadores/as: quem emprega mais que dez trabalhadoras. Esta é a posição mais privilegiada, baseada em extrair lucros do trabalho de grande número de pessoas. Consequentemente, é a mais concentrada no topo da distribuição, ainda que os dados utilizados severamente sub-representem sua renda.
2. Pequenos/as empregadores/as: quem emprega dez ou menos trabalhadoras. Trata-se de uma posição intermediária, baseada em lucros extraídos de menor volume de trabalho. Na prática, recebem principalmente rendimento misto, que combina os rendimentos de seu próprio trabalho (como supervisores, gerentes e afins) e os lucros extraídos do trabalho de outros.
3. Trabalhadores/as profissionais: trabalhadores profissionais ou por conta própria em ocupações que requerem qualificações elevadas. Trata-se também de posição intermediária, visto que ainda têm que vender a força de trabalho, mas podem fazê-lo em condições relativamente mais vantajosas, dada a posse de qualificações escassas.

⁸ Análises semelhantes, mas baseadas em tipologias mais complexas, podem ser vistas em Figueiredo Santos (2015) e Souza e Carvalhaes (2014). Veja também Saad-Filho (2014) para uma análise política e social baseada em uma tipologia mais semelhante à utilizada neste trabalho.

Trabalhadoras profissionais, e em menor medida pequenos empregadores, são a classe média tradicional da sociedade brasileira.

4. Trabalhadoras/es formais de baixa qualificação: trabalhadoras em empregos formais ou por conta própria que contribuem para a seguridade social, em ocupações de baixa qualificação. Este grupo tem que vender sua força de trabalho sem o poder de barganha possibilitado por qualificações escassas, mas está coberto pelos aspectos básicos da legislação trabalhista e da proteção social. Ainda que haja considerável fluidez entre posições formais e informais, a distinção central é que empregados formais em trabalhos de tempo integral recebem pelo menos 1 SM como remuneração.
5. Trabalhadoras/es informais de baixa qualificação: trabalhadoras em empregos informais ou por conta própria que não contribuem para a seguridade social, em ocupações de baixa qualificação. Trata-se do grupo mais precarizado, que não possui qualificações escassas e sequer é coberto pela legislação trabalhista vigente. Junto com sua contrapartida formal constitui o eixo central da estrutura de classes brasileira, correspondendo a aproximadamente 80% da população e à maior parcela da força de trabalho vendida.
6. Desempregados/as e inativas/os: quem foi classificado como em busca de trabalho e domicílios sem nenhum membro no mercado de trabalho. Trata-se do grupo nas condições mais desprovidas, incapaz de encontrar trabalho pago e dependendo, quando possível, da seguridade social e transferências de renda.
7. Aposentados/as: antigos trabalhadores que recebem aposentadoria pública ou privada.

A Tabela 1 mostra o tamanho e a renda per capita relativa (isto é, a renda per capita média do grupo dividida pela renda per capita da população como um todo) destas sete posições de classe no começo dos governos do PT (2003-2005) e no final do período de crescimento e redistribuição (2011-2013). A informação apresentada se baseia em dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Escolheu-se 2013 como o final da análise por se tratar do último ano com crescimento expressivo e, assim, configurar o período de “sucesso” da estratégia neoliberal de redução da pobreza.

Tabela 1 – Composição e renda relativa da estrutura de classes brasileira em dois períodos, 2003-2005 e 2011-2013

Posição de classe	Proporção da população			Renda per capita relativa* (múltiplos da renda per capita total)		
	2003-2005	2011-2013	Mudança absoluta	2003-2005	2011-2013	Mudança relativa
Grandes empregadores	0.6%	0.6%	-0.1%	5.77	5.45	-5.7%
Pequenas empregadoras	4.6%	3.4%	-1.2%	2.34	2.31	-1.3%
Trabalhadores profissionais	6.6%	8.5%	1.9%	2.99	2.51	-16.1%
Trabalhadoras formais de baixa qualificação	36.4%	42.0%	5.6%	0.93	0.91	-2.3%
Trabalhadores informais de baixa qualificação	43.1%	35.1%	-8.1%	0.55	0.60	9.0%
Desempregados/inativas	2.1%	2.7%	0.6%	0.23	0.15	-35.5%
Aposentados	6.5%	7.8%	1.3%	1.19	1.05	-12.2%

Nota: *: renda per capita relativa é a renda domiciliar per capita do grupo em questão dividida pela renda domiciliar per capita da população como um todo. Por exemplo, em 2003-2005 um domicílio de profissionais recebia, em média, 2,99 vezes o que um domicílio médio (de toda a população) recebia.

Fonte: preparado pelo autor com base em dados da PNAD, IBGE.

Há mudanças e continuidades, com altos níveis de desigualdade observados durante todo o período. Ao final da fase de crescimento e redistribuição, a estrutura social brasileira tinha mais que um terço dos domicílios na precária posição de informais de baixa qualificação, cuja renda era cerca de 40% abaixo da média. A parcela de trabalhadoras profissionais cresceu aproximadamente 1,9 pontos percentuais, o que configura uma expressiva expansão de cerca de 30% ao longo de oito anos. Não obstante, a classe média (profissionais e pequenos empregadores) correspondia a pouco mais de 10% da população ao final do período. Se este grupo não era numeroso, era, contudo, privilegiado: sua renda per capita era cerca de duas vezes e meia a renda média. Naturalmente, isso ainda o mantinha à distância do topo, representado por grandes empregadores, que com 0,6% da população manteve sua renda relativa razoavelmente constante ao longo do período – cerca de cinco vezes e meia a média.

220

Em meio a esta duradoura desigualdade, houve duas mudanças dignas de nota. Primeiro, a formalização do trabalho pouco qualificado ampliou a cobertura da legislação trabalhista e a renda de cerca de 8% da população. Trabalhadoras formais se tornaram mais numerosas que suas contrapartidas informais, em um relevante desenvolvimento que se pode ver, por exemplo, no fato de a renda das formais ser cerca de 30% acima das informais. Em segundo lugar, a renda relativa de profissionais caiu em cerca de 16%, reduzindo os privilégios deste grupo. Pode-se associar esse processo a uma queda na hierarquia social da classe média tradicional, que foi o único grupo que observou perdas substanciais em termos relativos (para mais detalhes, ver LOUREIRO, 2020a).

Em suma, tratou-se de uma redistribuição de renda entre trabalhadoras que preservou a posição de capitalistas. Estes resultados são reforçados por estudos recentes utilizando dados fiscais (GOBETTI; ORAIR, 2016; MEDEIROS; CASTRO, 2018), com dois resultados particularmente relevantes. Primeiro, que a parcela de renda apropriada pelo topo pode ter sido mais constante do que sugerido pelos dados da PNAD, a despeito de inevitáveis incertezas nas medidas. Segundo, que o capital foi o fator mais importante a

explicar a dinâmica no topo, uma vez que rendas do capital (lucros, juros, dividendos...) passaram a corresponder a uma crescente parcela dos altos rendimentos. Ou seja, os domicílios de renda mais alta no Brasil mantiveram sua posição na hierarquia social através do controle sobre o capital.

A tônica geral, portanto, foi de uma redistribuição limitada entre diferentes categorias de trabalhadores, sem afetar a posição do capital. A distribuição foi limitada dado que a estrutura social seguiu marcada por fortes vulnerabilidades, em particular a grande parcela de trabalho informal. Ela baseou-se na distribuição interna ao trabalho uma vez que profissionais foram a única categoria com perdas expressivas, em benefício de trabalhadoras informais pouco qualificadas. Entrementes, o rendimento de pequenas e grandes empregadoras manteve-se essencialmente estável. Assim, a estrutura social não foi modificada de maneira a aumentar consistentemente o poder de trabalhadores e trabalhadoras, e nem se eliminou importantes bolsões de vulnerabilidade. O que transcorreu, por outro lado, foi uma certa inclusão de trabalhadores informais no mercado de trabalho formal, a manutenção de capitalistas no topo e uma redução dos privilégios de classe média.

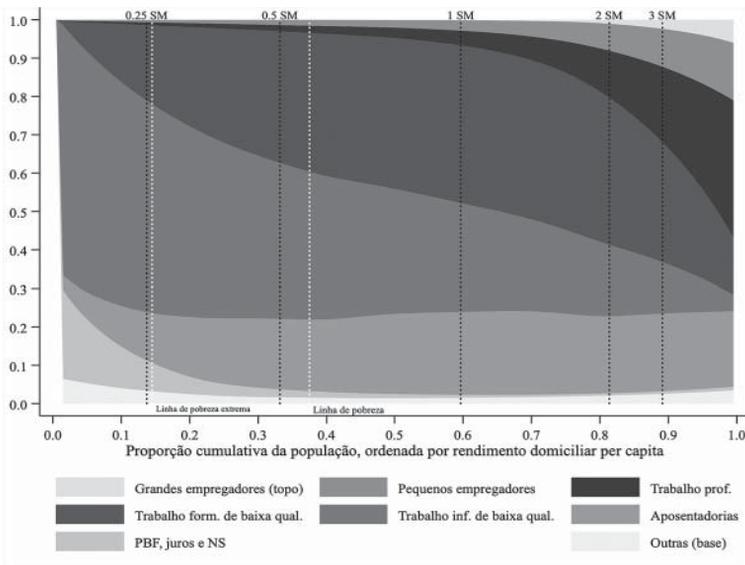
221

OS MOTORES DA REDISTRIBUIÇÃO: AUMENTO DO SALÁRIO MÍNIMO, FORMALIZAÇÃO DO TRABALHO E SEGURIDADE SOCIAL

As Figuras 1 e 2 auxiliam na interpretação da dinâmica dos processos apresentados acima. Ambas mostram a contribuição de diferentes fontes de renda ao longo da distribuição, com os domicílios ordenados no eixo X pela renda per capita e o eixo Y a representar a composição média da renda para aquele ponto da distribuição. A Figura 1 representa o período inicial dos governos do PT (2003) e a Figura 2 traz a mesma informação para 2013. Há oito fontes de renda, seis das quais se referem ao rendimento das classes sociais (por exemplo, os salários de informais de baixa qualificação e os lucros

de grandes empregadoras). As duas fontes restantes referem-se a benefícios sociais e a uma pequena categoria de outros rendimentos.⁹ As figuras também indicam as linhas de pobreza e múltiplos do SM, para visualizar pontos importantes da distribuição e associá-los às medidas de política implementadas.

Figura 1 – Contribuição de diferentes fontes de renda ao longo da distribuição da renda domiciliar per capita no Brasil, 2003, e incidência da pobreza (extrema)



222

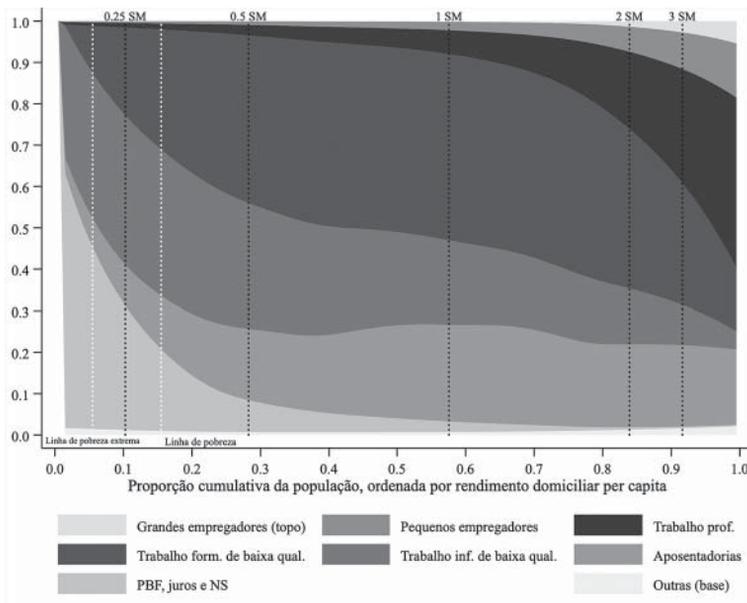
Nota: as cinco primeiras fontes de renda referem-se ao rendimento do trabalho reportado por indivíduos nas posições de classe correspondentes – por exemplo, o salário de trabalhadoras profissionais (ver seção 2 e Tabela

⁹ A PNAD reporta os rendimentos de benefícios sociais (exclusive aposentadorias) junto com rendimentos de cadernetas de poupança e outras fontes não especificadas. Ainda que não seja o ideal, pode-se seguramente assumir que TCR e outros benefícios de baixo valor – em especial o Benefício de Prestação Continuada (BPC) – correspondem à maior parcela destes rendimentos. Ver Hoffmann (2013) para uma discussão detalhada.

A1 para detalhes); aposentadorias são tanto públicas quanto privadas; PBF, juros e NS é a renda de programas governamentais, cadernetas de poupança e outras fontes não especificadas (ver nota 10); outros são os rendimentos de todas as outras fontes (como aluguéis e doações). A linha de pobreza (extrema) corresponde a um rendimento domiciliar per capita de US\$ 4,00 (US\$ 1,90), convertido a partir da estimativa do Banco Mundial da taxa de câmbio com paridade de poder de compra em dólares constantes de 2011. Linhas de pobreza pontilhadas em branco, linhas de salário mínimo pontilhadas em preto. Curvas suavizadas através do procedimento LOWESS.

Fonte: preparado pelo autor com base em dados da PNAD, IBGE.

Figura 2 – Contribuição de diferentes fontes de renda ao longo da distribuição da renda domiciliar per capita no Brasil, 2013, e incidência da pobreza (extrema)



Nota: Ver definições na nota da Figura 1.

Fonte: preparado pelo autor com base em dados da PNAD, IBGE.

A Figura 1 mostra que, em 2003, benefícios sociais (exclusive pensões) correspondiam a uma parcela diminuta da renda de quaisquer domicílios. Em larga medida, a maior parte dos domicílios dependia do trabalho informal pouco qualificado. Esta era a fonte de

rendimento principal para os 40% mais pobres, a partir da qual salários formais pouco qualificados ganhavam preponderância. Salários de profissionais só se tornavam realmente importantes para os 10% do topo, a partir de uma renda per capita de aproximadamente 3 SM. Por fim, aposentadorias eram importantes ao longo de praticamente toda a distribuição, o que ressalta a grande dispersão de benefícios previdenciários (desde 1 SM para grande parte de trabalhadoras aposentadas até altos salários do funcionalismo público) e a centralidade da seguridade social para o orçamento familiar no país.¹⁰

224

A posição de frações e múltiplos do SM é particularmente relevante para se compreender a estrutura da desigualdade no Brasil. Um rendimento per capita de 1 SM era suficiente para colocar um domicílio entre os 40% mais ricos no país (posição relativa que pouco mudou ao longo do período analisado). Aproximadamente um terço da população tinha rendimento per capita abaixo de meio SM (representativo de uma família com dois trabalhadores de baixa qualificação e duas crianças em idade escolar), o que se explica pelos altos níveis de informalidade, associados a salários abaixo do SM. Ademais, domicílios nesta posição estavam abaixo da linha internacional de pobreza, o que indica que o SM, em 2003, era incapaz de sustentar as necessidades básicas de uma pessoa e um dependente. Um rendimento per capita de um quarto do SM – representativo de um domicílio com quatro pessoas, com uma trabalhadora formal de baixa qualificação – colocava um domicílio abaixo da linha de extrema pobreza. Dada a definição desta linha como o rendimento necessário para garantir a alimentação adequada e nada além, pode-se afirmar que, com rigor, o SM de 2003 era um salário de fome para uma família de quatro pessoas.

As principais mudanças que ocorreram ao longo da década se deram na metade inferior da distribuição, em particular transferências do Programa Bolsa Família (PBF) e a formalização do trabalho. Se benefícios de seguridade social eram uma parcela pequena dos

¹⁰ Ver Hoffmann (2009) para uma análise detalhada.

rendimentos em 2003, dez anos depois eles correspondiam à principal fonte de renda para os 10% mais pobres e eram relevantes até os 25%.¹¹ A mudança central para os 25% seguintes na distribuição foi a formalização do trabalho, visto que os salários formais de baixa qualificação se tornaram a principal fonte de renda para esse quarto da população. A parcela do rendimento relativa a aposentadorias não mudou substancialmente em qualquer ponto da distribuição, o que indica que cresceram aproximadamente à mesma taxa dos diversos segmentos (ou seja, aposentadorias formaram parte importante da desconcentração de renda do período). A metade superior da distribuição mostrou-se muito mais estável em sua composição, contudo, o que indica que mudanças distributivas se concentraram na base.

A formalização do trabalho e a valorização do SM, dois processos centrais, podem ser vistos através da posição do SM na distribuição. O valor real do SM (deflacionado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC) cresceu aproximadamente 70% entre 2003 e 2013, ao mesmo tempo que a parcela de domicílios de trabalhadores formais de baixa qualificação cresceu cerca de 8 pontos percentuais, conforme já indicado. A combinação destes dois processos multiplicou seus efeitos individuais, já que um maior número de trabalhadoras passou a receber ao menos 1 SM (via formalização) e sua renda real teve um crescimento adicional através da valorização do SM. Tal valorização também impactou informais com rendimentos próximos ao SM, no que é conhecido como “efeito farol”, e trabalhadores cujo salário era indexado a (baixos) múltiplos do SM (ver MAURIZIO; VÁZQUEZ, 2016). Ademais, uma série de benefícios sociais e aposentadorias públicas de baixo valor são indexadas ao SM, o que faz que este tenha um largo impacto na economia (ORAIR; GOBETTI, 2010).

A combinação destes processos reduziu a parcela da população que recebia menos que certas frações do SM e aumentou sua renda

¹¹ Ver Saad-Filho (2015) a respeito de como TCR são uma variedade tipicamente neoliberal de política social.

real. Houve uma queda substancial de cinco pontos percentuais na população com renda per capita abaixo de meio SM, e este ponto na distribuição moveu-se com relação à linha de pobreza. Com implicações qualitativas, em 2013 o SM era capaz de colocar uma trabalhadora e um dependente consideravelmente acima da linha de pobreza. Ainda que tal linha corresponda a uma renda bastante baixa, e de maneira alguma seja indicativa de ausência de privações importantes, superá-la indica que os indivíduos são capazes de adentrar o mercado como consumidores regulares de bens que vão além de necessidades básicas. Em outros termos, a formalização do trabalho pouco qualificado e a valorização do SM fizeram de amplas parcelas da população consumidoras de uma gama muito maior e mais sofisticada de bens, à medida que saíam dos níveis mais extremos de privação.

226

Cabe notar que a valorização do SM pode, à primeira vista, parecer antitética ao arcabouço de políticas neoliberais, dado que representa um acréscimo ao valor da força de trabalho (simples). Não obstante, se os *ganhos* do SM durante os governos do PT nuançam seus traços neoliberais, um olhar de prazo mais longo revela que o SM não atingiu *níveis* historicamente elevados. De fato, em 2013 ele esteve cerca de 15% abaixo do valor médio entre 1955 e 1964, e não mais que 20% acima do valor de 1982 (dados do Ipeadata). Assim, o que os governos do PT fizeram em termos do SM foi apenas reverter os aspectos mais graves da crise da dívida da década de 1980 e da transição para o neoliberalismo, sem, contudo, ir além deste último.

Esta seção detalhou algumas dinâmicas centrais da estrutura social brasileira durante os governos do PT. Mostrou-se como o PBF, a valorização do SM, a formalização do trabalho e a cobertura previdenciária foram elementos fundamentais nas transformações da base da distribuição de renda, ainda que com impactos reduzidos no topo. De maneira esquemática, o PBF afetou os mais pobres, a formalização, os 25% inferiores, e a valorização do SM e aposentadorias tiveram impacto nos 25% seguintes (e, em alguma medida, em domicílio pouco acima da mediana). Conjuntamente, esses processos promoveram uma redução substancial da pobreza e, através da

relativa estabilidade que o trabalho formal proporciona, inseriram milhões de indivíduos no mercado como consumidores de uma maior variedade de bens e serviços.

FORMALIZAÇÃO SEM QUALIDADE: LIMITAÇÕES DOS GANHOS NO MERCADO DE TRABALHO

Esta seção aborda as limitações dos ganhos no mercado de trabalho em vista da baixa qualidade dos empregos criados, ainda que formais. Mostra, em particular, que os setores que aumentaram sua parcela do emprego eram serviços de baixa remuneração e produtividade, especialmente comércio e construção civil, o que levou a uma concentração de empregos em postos que pagavam de 1 a 3 SM. Embora o contraste com o período anterior demonstre que houve um avanço, este não se configurou como uma transformação da estrutura produtiva e social capaz de afetar as entranhadas desigualdades da economia brasileira ou de liderar um processo de desenvolvimento. Ou seja, não se tratou de um processo que tenha quebrado com a dinâmica neoliberal. Ocorreram, sim, acomodações dentro dela.

227

Dados das Contas Nacionais (IBGE, 2016) mostram que, entre 2003 e 2013, apenas dois setores – construção civil e comércio – responderam por um terço dos postos líquidos criados. Este valor chega a 60% se forem considerados os setores de transporte e armazenagem, alojamento e alimentação, serviços prestados às famílias e educação e saúde mercantis. Tais setores compartilham três características que os fazem incapazes de liderar um processo de desenvolvimento inclusivo, com altos salários. Todos são relativamente mal pagos, com salários médios cerca de 30% abaixo da média nacional; têm baixa produtividade, com valor adicionado por posto de trabalho também cerca de 30% abaixo da média; e são serviços voltados em última instância para o consumo pessoal, o que implica terem baixos encadeamentos com o restante da estrutura produtiva e, fundamentalmente, poucos ganhos dinâmicos de produtividade.

Os empregos gerados nestes setores podem ter melhorado as condições de vida de quem os ocupou, mas são incapazes de formar os alicerces de um padrão de acumulação distinto, com perspectivas de crescimento acelerado e inclusão social de longo prazo.¹²

Um efeito desta dinâmica liderada por setores de baixo dinamismo foi o aumento no número de ocupações com remuneração relativamente baixa. Entre 2003 e 2013 a parcela de empregados – excluindo, portanto, empregadoras e trabalhadores por conta própria – que recebiam entre 1 e 3 SM cresceu 10 pontos percentuais (PNAD). Olhando a transformação pela base, isto se explica pela formalização do trabalho, que levou a uma redução da parcela de empregadas recebendo menos que 1 SM em cerca de 4 pontos percentuais.¹³ Não obstante, houve também um achatamento do outro lado, haja vista que a parcela de empregos com remuneração acima de 3 SM caiu cerca de 6 pontos percentuais, o que corresponde a aproximadamente um milhão de postos de trabalho (PNAD). Destaca-se que três setores cuja parcela dos postos de trabalho aumentou em 5 pontos percentuais – construção, comércio varejista e atacadista, alojamento e alimentação – tinham muito poucos empregos de alta remuneração (13% pagavam mais que 3 SM, ao contrário de 20% para a economia como um todo em 2003, de acordo com a PNAD). Ou seja, a expansão dos setores de baixa remuneração e produtividade limitou a criação de empregos de alta qualidade.¹⁴

228

¹² Ver Rugitsky (2016) e Loureiro (2020a) para uma interpretação deste processo em termos de uma causação circular e cumulativa.

¹³ Cerca de metade dos empregados informais de baixa qualificação recebia menos que 1 SM em 2003 e 2013 (PNAD), o que demonstra que uma das principais implicações da formalização é receber ao menos 1 SM.

¹⁴ A redução dos empregos de alta remuneração é também parcialmente explicada pela valorização do SM, que implica utilizar uma referência móvel. Contudo, o SM é a referência legal para a remuneração do trabalho simples e, portanto, seus múltiplos são um indicador mais adequado para se mensurar ocupações complexas do que seria uma referência de renda real. Excluídos os trabalhadores por conta própria,

Dois outros processos impactaram negativamente a qualidade dos trabalhos criados durante os governos do PT: a terceirização e altas taxas de rotatividade. O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Econômicos (Dieese) estimou que cerca de 26% dos trabalhos formais eram terceirizados em 2014, contra 24% em 2007 (DIEESE, 2017). Terceirizadas têm rendimentos inferiores, menos benefícios trabalhistas, empregos menos estáveis e enfrentam maiores dificuldades associativas, mesmo quando seus empregos são formais (ANTUNES; DRUCK, 2013). Nota-se que, em 2013, empregados formais em setores intensivos em terceirização tinham salários um quarto abaixo de outros setores (exclusive agricultura) e metade da duração do emprego (DIEESE; CUT, 2014, p. 14). Ademais, a taxa de rotatividade de empregos formais no setor privado não só era especialmente alta em 2013, com 44 demissões a cada 100 empregos, como havia subido desde 2003, quando estava em 41 demissões a cada 100 postos (DIEESE, 2016).¹⁵ Empregos formais foram criados, mas em geral eram postos precários e sem estabilidade, aprofundando a aproximação entre trabalho formal e informal que se iniciou com o neoliberalismo.

229

em 2003 aproximadamente 20% das trabalhadoras formais de baixa qualificação e 65% das profissionais recebiam mais que 3 SM, valores que se reduziram, respectivamente, para 10% e 50% em 2013 (PNAD). Para informais de baixa qualificação, os valores correspondentes são 5% e 3%.

¹⁵ Define-se a taxa de rotatividade como o número de demissões por iniciativa do empregador ao longo de um ano dividido pelo estoque de empregos ao final do período. Excluem-se, portanto, os casos em que a empregada pede demissão e apenas se levam em conta trabalhos formais no setor privado.

PADRÕES DE CONSUMO: MERCANTILIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE, EDUCAÇÃO E MORADIA LIDERADA PELO ESTADO

230

Programas de TCR, a formalização do trabalho e a valorização do SM elevaram a renda de milhões de domicílios acima de níveis de quase subsistência, além de terem integrado trabalhadoras em circuitos formais de produção de mercadorias, com a implicação de terem permitido o acesso a uma gama maior e mais sofisticada de bens e serviços. Tal acesso não se deu, contudo, principalmente através da provisão pública, mas sim da expansão de circuitos privados de produção. Em particular, uma série de incentivos estatais e o aumento do endividamento fizeram que esses trabalhadores se tornassem consumidores de saúde, educação e moradia privadas. Esta seção mostra como as políticas do período também atuaram sobre o lado do consumo para expandir o circuito do capital e incorporar a ele crescentes massas de trabalhadores como consumidores – isto é, como as políticas governamentais tinham efeitos interconectados que estimularam a mercantilização da reprodução social.¹⁶

¹⁶ Rossi et al. (2019) argumentam, com base na obra de Celso Furtado, que limitações das mudanças na estrutura produtiva impediram que o modelo de crescimento dos governos do PT promovesse um processo duradouro e inclusivo de desenvolvimento. Os argumentos apresentados nesta seção são complementares a esta narrativa, mostrando como a provisão e o consumo de bens e serviços essenciais foram mercantilizados através de um processo liderado pelo Estado. Ainda que não se adote uma visão explicitamente “furtadiana”, os trabalhos tardios do autor – ver, por exemplo, as reedições (FURTADO, 2021a, 2021b) – são intimamente alinhados à perspectiva do presente texto. Nesta fase de sua obra, Furtado integra os circuitos de produção e consumo em sua análise e é mais crítico das noções padrão de desenvolvimento, fazendo uma chamada explícita para que se reconsidere o significado e os objetivos do desenvolvimento econômico e social (ver também Loureiro et al., 2021).

A MERCANTILIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE

A provisão de serviços de saúde no Brasil ocorre através da esfera pública e privada, incluindo uma série de subsídios à última. O Sistema Único de Saúde (SUS) é universal e gratuito, inspirado no Sistema de Saúde Nacional britânico (National Health Service – NHS). Não obstante sua universalidade, o SUS sofre de subfinanciamento crônico (MENDES; WEILLER, 2015). Ao mesmo tempo, há quatro canais principais que fazem que o orçamento público subsidie a provisão mercantilizada de serviços de saúde: deduções do imposto de renda para gastos com saúde; deduções de impostos para gastos de empresas com serviços de saúde para empregadas (geralmente através da oferta de planos de saúde privados a taxas subsidiadas); isenções tributárias para a produção de medicamentos; e isenções tributárias para unidades de saúde filantrópicas (OCKÉ-REIS; GAMA, 2016).

Durante o período analisado, os governos do PT não reverteram essa abordagem dual em que um sistema público subfinanciado convive com um sistema privado subsidiado. Ocké-Reis e Gama (2016) estimam que o gasto tributário em saúde foi da ordem de 25 bilhões de reais em 2013, com crescimento real de cerca de 70% desde 2003. Estas isenções corresponderam, ademais, a uma parcela constante do orçamento do Ministério da Saúde, cerca de um terço. Nota-se, assim, que as políticas do período não buscaram estabelecer a centralidade da provisão pública de serviços de saúde, mas sim oferecer subsídios para que trabalhadores formalizados pudessem sair do sistema público. Consequentemente, gastos em saúde foram o item do orçamento familiar que mais cresceu entre 2002 e 2009 (MEDEIROS, 2015; POSENATO GARCIA et al., 2015), enquanto os lucros das seguradoras privadas de saúde praticamente triplicaram em termos reais entre 2003 e 2011 (OCKÉ-REIS, 2014). Portanto, a mercantilização dos serviços de saúde seguiu a passos largos, alicerçada em maior demanda por planos privados (através dos ganhos de renda) e em subsídios públicos (através de incentivos fiscais).

A MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO

O cenário da educação é semelhante: um sistema público e gratuito que cobre os diferentes níveis educacionais, ainda que com escassez de vagas, coexiste com um sistema privado subsidiado. Focando em Instituições de Ensino Superior (IES), o sistema privado há décadas responde pela maior parcela de alunos e alunas (CHAVES; AMARAL, 2016). Há, contudo, uma série de subsídios que permite que o setor privado lidere numericamente a provisão de ensino superior. Há três mecanismos centrais dignos de nota: deduções tributárias para gastos pessoais em educação; o Programa Universidade para Todos (ProUni), que oferece bolsas de estudo parciais ou integrais para estudantes de baixa renda em instituições privadas (através de isenções fiscais para as IES em que se matriculem); e o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), um programa federal de empréstimos estudantis subsidiados.

232

As políticas dos governos do PT para o ensino superior tiveram o resultado principal de estimular o crescimento do segmento mercantil do setor privado, ainda que combinado a uma expansão simultânea do financiamento para o setor público (CARVALHO, 2014). Ainda que as matrículas em IES públicas tenham crescido dois terços entre 2003 e 2014, o que indubitavelmente configura uma expansão enorme, *a proporção de matrículas em IES públicas caiu de 31% para 25% durante o período* (CHAVES; AMARAL, 2016). Cabe notar, não obstante, que durante este período foram introduzidas as ações afirmativas com critérios de cor ou raça e de renda para facilitar o acesso de populações historicamente marginalizadas, cuja dinâmica em muito extrapola os limites deste artigo (ver LEHMANN, 2018; LIMA; PRATES, 2018).

Subsídios a IES privadas e empréstimos para estudantes-consumidores possibilitaram essa crescente dominância do setor privado na provisão de educação superior. Em 2015, aproximadamente 15 bilhões de reais foram destinados ao FIES e cerca de 1 bilhão de reais ao ProUni (CHAVES; AMARAL, 2016), garantindo-se assim a lucratividade da provisão de educação superior como uma mercadoria. Ao todo, estima-se que mais de 30 bilhões de reais de verba

pública foram destinados à educação privada em seus diferentes níveis em 2014 (REZENDE PINTO, 2016). Um dos resultados desse processo foi que a empresa brasileira Kroton, fundada em 1966, tornou-se das maiores empresas privadas de serviços educacionais do mundo em 2014, com rendimento de 2,5 bilhões de dólares e lucro de 0,64 bilhão de dólares em 2016.¹⁷ Assim, o acesso à educação superior cresceu fortemente durante o período, incluindo esforços para reduzir sua segregação racializada e de classe, sob a égide da mercantilização.

A MERCANTILIZAÇÃO DA MORADIA

No âmbito da moradia, os governos do PT também promoveram a mercantilização subsidiada pelo Estado. Durante as décadas de 1980 e 1990, a política habitacional no Brasil foi desmantelada, o que levou a duas décadas sem qualquer investimento público considerável em moradia social; o que houve foram iniciativas de pequena escala visando fomentar o mercado e, assim, estabelecer a primazia do setor privado na provisão e financiamento do setor (VALENÇA; BONATES, 2010). Após essa etapa de transição ao neoliberalismo, o governo lançou o programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV) em 2009. Diferentemente do modelo anterior, o MCMV destinou vastos recursos públicos para estimular a provisão de moradia para domicílios de renda baixa e média pelo mercado, com o intuito de mitigar o déficit habitacional através da mercantilização (SENGUPTA, 2019).

233

O MCMV foi de fato capaz de expandir o estoque habitacional e a moradia em casa própria, simultaneamente criando fontes de lucro para empresas privadas e aumentando o endividamento familiar. O programa envolveu o Estado, empresas privadas de construção e a Caixa Econômica Federal, com diferentes arranjos dependendo

¹⁷ Ver Carvalho (2013) a respeito das estratégias empresariais de ies comerciais.

do nível de renda do consumidor.¹⁸ A faixa mais baixa de renda recebia um desconto de até 90% no valor da unidade habitacional, pago diretamente pelo Estado à construtora, enquanto outras faixas de renda recebiam crédito subsidiado. Em todos os casos, o valor restante das propriedades seria pago através de um financiamento imobiliário junto à Caixa Econômica Federal. Dados oficiais indicam que aproximadamente dois milhões de unidades foram entregues até 2014, com um custo de 88 bilhões de reais em subsídios e gerando dívidas de 131 bilhões de reais.¹⁹

234

Se o acesso à saúde e à educação indubitavelmente cresceu durante os governos do PT, a habitação teve resultados mais ambíguos. O déficit habitacional estimado para o país flutuou em torno de seis milhões de unidades entre 2009 e 2014, em grande medida devido ao aumento dos domicílios com gasto excessivo em aluguel – isto é, domicílios de baixa renda que pagassem mais de 30% de sua renda mensal em aluguel (VIANA et al., 2019, p. 292). O aumento dos aluguéis foi, por sua vez, causado por um mercado imobiliário aquecido, com altos níveis de especulação, resultado da política de mercantilização do acesso à moradia (MARICATO, 2013; ROLNIK et al., 2015). Portanto, a política habitacional do PT incluiu certos domicílios de baixa renda como consumidores de moradia privada, sujeitou outros a aluguéis excessivos em um mercado imobiliário especulativo e criou vultosas fontes de lucros subsidiados nos crescentes circuitos de produção e consumo de moradia como mercadoria.

ALICERCES FINANCEIROS DA MERCANTILIZAÇÃO DA REPRODUÇÃO SOCIAL

A mercantilização da reprodução social foi sustentada e acelerada pela inserção de grupos de baixa renda em circuitos financeiros

¹⁸ Para detalhes das regras do programa, ver Krause et al. (2013).

¹⁹ Dados do MCMV até 2014 estão disponíveis em: <http://dados.gov.br/dataset/minha-casa-minha-vida>.

formais (isto é, inclusão financeira), em si uma dimensão da mercantilização, que, ademais, implicou o aprofundamento de cadeias de dívida. Dados da base Findex (WORLD BANK, 2017b) mostram que, de 2011 (quando os dados se iniciam) a 2014, diversos indicadores de inclusão financeira no Brasil cresceram: a posse de uma conta com uma instituição financeira subiu de 56% para 68% da população, a posse de cartões de débito subiu de 41% para 59%, e a de cartões de crédito de 29% para 32%. Para os 40% de renda baixa essas mudanças foram, respectivamente, de 38% para 57%, de 24% para 42% e de 15% para 20%, indicando *maiores aumentos relativos e absolutos para grupos de baixa renda*. O endividamento acompanhou esse percurso, ainda que a informação disponível não esteja desagregada por nível de renda: entre 2005 e 2014, a razão entre o estoque de dívidas e a renda domiciliar anual cresceu de 18% para 46%, enquanto a parcela da renda usada para o serviço da dívida subiu de 16% para 22% (BCB, 2017).²⁰

Já se apresentaram as conexões entre o crescente endividamento e a mercantilização da educação (financiamento estudantil) e da moradia (financiamento imobiliário subsidiado), faltando apresentar uma última política central: a inovação financeira do crédito consignado (para a conexão entre TCR e financeirização, ver LAVINAS, 2017). Esta modalidade de crédito pessoal, instituída através de legislação específica em 2003, tem como característica principal a dedução automática dos salários (de empregos formais) ou de aposentadorias do sistema público para os pagamentos da dívida.²¹ Trata-se de uma forma de garantia para o empregador, que, no caso de servidores públicos e aposentadorias, é dada pelo Estado.

²⁰ O impacto do MCMV pode ser visto no fato de o endividamento domiciliar excluindo dívidas imobiliárias ter estabilizado após 2010 e diminuído após 2011, enquanto o valor correspondente incluindo a parcela imobiliária cresceu cerca de outros 10 pontos percentuais até 2015 (BCB, 2017).

²¹ Para detalhes das sucessivas mudanças regulatórias e dos incentivos dados ao crédito consignado, ver Oliveira e Wolf (2016).

Com isso, reduz-se fortemente o risco de inadimplência e os juros cobrados são comparativamente mais baixos, o que configura o principal atrativo da modalidade para consumidores.

A questão central sobre o crédito consignado, para os propósitos deste trabalho, é sua relação com o padrão de acumulação mais amplo, dada sua associação estrita com o emprego formal e as aposentadorias – tanto o primeiro como as segundas cresceram substancialmente, conforme já discutido. Assim, a formalização do emprego veio com o benefício adicional de acesso ao crédito a taxas mais baixas. Com isso, pode-se entender o crescimento do crédito consignado como um resultado endógeno do padrão de acumulação, que acelerou o crescimento dentro do arcabouço macroeconômico do período (OLIVEIRA; WOLF, 2016). Consequentemente, o crédito consignado foi a modalidade de crédito pessoal que mais cresceu durante o período, saltando de um estoque nominal de 10 bilhões de reais em janeiro de 2004 para 220 bilhões em dezembro de 2013, enquanto o não consignado subiu de 20 bilhões para 98 bilhões durante o período (BCB, 2017).

236

Em suma, esta seção demonstrou como os governos do PT operaram em diferentes instâncias para estimular a mercantilização de serviços essenciais, alicerçada na extensão do endividamento subsidiado. De inovações legislativas a subsídios e isenções fiscais, diferentes estímulos deram as condições para que o setor privado liderasse a provisão destes serviços. A ampliação do acesso à educação superior e a redução da exclusão financeira aliviaram a privação em diferentes dimensões. Este lado da equação permite caracterizar os governos do PT como redutores da pobreza (não tão efetivamente no âmbito da moradia). Tratou-se de uma variedade de neoliberalismo, não obstante, na medida em que a privação multidimensional foi reduzida através da mercantilização destes serviços impulsionada pelo Estado. Neste processo, recursos públicos crescentemente tornaram-se garantidores de rendas financeiras e dos lucros de empresas em diversos setores. As políticas do PT atuaram, portanto, não apenas para aumentar a renda de pessoas na base (e no topo) da distribuição, mas também para garantir que, à medida que as condições

da base melhoravam, elas consumissem bens e serviços providos por companhias privadas em condições altamente lucrativas.

NEOLIBERALISMO COM APROFUNDAMENTO DA POBREZA: O DESMORONAMENTO PÓS-2013

Para compreender os desenvolvimentos do período pós-2013, que aprofundou dimensões neoliberais dos governos vigentes, mas reverteu a redução da pobreza, é preciso antes fazer uma contextualização política e resgatar o projeto do artigo como um todo. Ainda que fuja ao escopo deste trabalho oferecer uma explicação cuidadosa de *por que* os governos do PT implementaram uma variedade de neoliberalismo redutora da pobreza, cabe apontar seu papel dentro da estratégia mais ampla do partido para a mudança social. Há quem entenda os anos sob a égide do PT como uma combinação de reformas graduais e um pacto conservador (SINGER, 2012), outros falam em um governo para a burguesia interna apoiado por trabalhadores e trabalhadoras formais e informais (BOITO JR; GALVÃO, 2012). À parte tais divergências, há amplo consenso de que grandes capitalistas domésticos e grupos na base da distribuição partilharam, ainda que desigualmente, os ganhos do período. Fundamentalmente, o PT adotou uma estratégia cuja legitimidade estava ancorada em garantir crescimento econômico e redistribuição de renda, predicada em serem estes objetivos possíveis sem confrontação social (LOUREIRO; SAAD-FILHO, 2019). Atender à base e ao topo através de pragmatismo e conciliação de classes é a expressão, ao nível de estratégias políticas, do neoliberalismo redutor da pobreza: é o projeto de usar o poder de Estado para manobrar *dentro* do padrão de acumulação dominante para *reduzir a privação através da mercantilização da reprodução social*. Consequentemente, esta estratégia de redução da pobreza só era viável na medida em que as condições para a conciliação de classes estivessem presentes.

Em última instância, o ganho intelectual de considerar os governos do PT como neoliberais é a percepção dos *limites* do que

representaram e do que era possível obter através deles. Se a caracterização estiver correta, indica que o projeto do partido durante este período não foi uma alternativa *ao* neoliberalismo, potencialmente eficaz em um horizonte temporal mais longo e capaz de implementar, em diferentes instâncias, um novo padrão de acumulação durável, alterar estruturas profundas da desigualdade e estratificação, priorizar a desmercantilização da reprodução social e assim por diante. Ao contrário, o projeto dos governos do PT representou uma variedade *de* neoliberalismo comparativamente mais inclusiva, e assim apenas viável em circunstâncias específicas e restritas.

É justamente por ser uma variedade de neoliberalismo, possível apenas fortuitamente, que a estratégia desmorona a partir de 2013. A crise que se desdobra a partir de então e ganha sucessivas dimensões é, inicialmente, o resultado da insistência nessa variedade de neoliberalismo quando a janela de oportunidade para sua implementação já se fechara. A crise expressa, seguindo esta interpretação, o fim da eficácia da estratégia de crescimento e distribuição com conciliação de classes, isto é, o esgotamento do espaço de manobra dentro do paradigma neoliberal para, a partir da estratégia política do PT, reduzir a pobreza. Nesta chave, explicar em concretude o desdobrar da crise, sua temporalidade e demais determinantes foge ao escopo deste trabalho: do fim do ciclo de commodities em 2013 até a pandemia recente, passando pelos efeitos da Operação Lava Jato, o golpe de 2016 e as várias estratégias políticas de atores relevantes, há fatores demais para que se possa fazer justiça à história concreta do período.

Embora não caiba aqui uma narrativa mais concreta sobre o desdobrar da crise, o arcabouço deste artigo permite indicar suas linhas de força e, principalmente, sua conexão com a dinâmica anterior, da estratégia de desenvolvimento neoliberal com redução da pobreza. Destacam-se três pontos. Primeiro, as dinâmicas do crescimento econômico e da redução da pobreza monetária estavam intimamente ligadas e, assim, permaneceriam ou cairiam juntas. A valorização do SM, a formalização do trabalho e a produção e consumo de bens e serviços voltados para trabalhadoras em ascensão

social davam a tônica tanto do crescimento quanto da redistribuição (ver também LOUREIRO, 2020a; RUGITSKY, 2016). Desta forma, fenômenos que desestabilizassem quaisquer destes dois eixos – como a redução de investimentos da Petrobras e sua cadeia, o fim do ciclo internacional de altos preços de commodities e a consistente perda de competitividade internacional da economia brasileira – colocavam em xeque o motor central da acumulação e da redistribuição durante o período.

Segundo, a redução da privação em outras esferas (saúde, educação, moradia e afins), por ter sido baseada na mercantilização do acesso e da provisão, seria paralisada ou revertida quando a espiral de crescimento e distribuição monetária esfriasse. Como contraexemplo, uma expansão do acesso através da desmercantilização seria mantida se a renda dos indivíduos caísse, por se basear na garantia de direitos fundamentais e no acesso gratuito. Ao contrário, planos de saúde privados com subsídios se tornam excessivamente dispendiosos com uma redução de renda ou, ainda mais, com a perda de um emprego formal; igualmente, com desemprego em alta e baixas perspectivas de renda, reduz-se a viabilidade de contrair empréstimos ou quitar dívidas relacionadas a educação e moradia. O subfinanciamento e a precarização dos sistemas públicos de saúde e educação, que se aprofundaram após 2013 (MENEZES et al., 2020; ROSSI; OLIVEIRA et al., 2019), jogam ainda mais lenha nesta fogueira. Em outros termos, a redução da pobreza multidimensional através da mercantilização da reprodução social não resiste a crises econômicas, especialmente se alicerçada em crescente endividamento.

Terceiro, com o fim da dinâmica positiva entre crescimento e distribuição, e a consequente reversão da redução da pobreza multidimensional, a viabilidade política dessa forma de neoliberalismo ficou seriamente comprometida. Não se quer, com isso, dizer que a remoção do PT da presidência seja simples fruto de processos econômicos ou distributivos (para uma discussão mais longa, ver LOUREIRO; SAAD-FILHO, 2019). O ponto é indicar que a estratégia pragmática, baseada em conciliação e desmobilização,

era particularmente incapaz de lidar com condições adversas, visto que sua legitimidade era ancorada em entregar crescimento e redistribuição sem conflito. Com crise econômica, baixa lucratividade (MARTINS; RUGITSKY, 2021) e aprofundamento da pobreza, o PT tinha muito pouco a que se apegar em uma tentativa de manter-se no poder. E, fundamentalmente, a estratégia em curso não mais permitia reacender a acumulação e a redução da pobreza.

240 A implicação destes processos combinados é uma crise econômica, política e social da qual o país ainda não saiu em 2022. À medida que o Brasil segue perdendo em competitividade internacional, o desemprego se mantém em níveis elevados e as condições sociais se deterioram sistematicamente, para não dizer das centenas de milhares de vidas perdidas durante a pandemia e seu desgoverno, a faceta neoliberal mantém-se viva e adquire novas dimensões. O que se perdeu neste tempo foi a variante redutora da pobreza do neoliberalismo no Brasil, que só podia ser ativada em momentos da economia e do mercado de trabalho aquecidos. Uma vez mais, aqui reside o valor deste exercício de análise e classificação: entender os governos do PT como uma variedade de neoliberalismo indica que tinham como elo fraco essa variante – no caso, a dimensão redutora da pobreza, limitada em extensão e frágil em sua duração – e como elo forte a manutenção das estruturas e práticas neoliberais – em especial, para os propósitos deste artigo, a mercantilização da reprodução social.

COMENTÁRIOS FINAIS

Este trabalho analisou as mudanças na distribuição de renda e na provisão de serviços essenciais no Brasil, em particular saúde, educação e moradia, argumentando que os governos do PT configuraram uma variedade de neoliberalismo redutora da pobreza. O poder de Estado foi usado para incluir indivíduos em crescentes circuitos formais de produção e consumo de mercadorias, com o governo a prover renda para os grupos mais pobres, estimular ganhos

salariais no mercado de trabalho, legislar para permitir inovações financeiras e subsidiar a provisão privada de serviços essenciais. A privação em múltiplas dimensões foi assim reduzida, ainda que através da extensão da mercantilização da reprodução social e de crescente endividamento. Trata-se de uma atuação alinhada com o neoliberalismo “maduro”, em que o poder de Estado é direcionado não para desmontar padrões de acumulação e modos de socialização preexistentes, o que é característico da transição para o neoliberalismo, mas sim para estabelecer um Estado tipicamente neoliberal e suas formas específicas de política econômica e social. O resultado, no Brasil, foi que houve sim mobilidade social, mas traduzida em sair da pobreza, ter um trabalho formal de baixa qualificação e acessar crédito a taxas mais baixas para pagar por saúde, educação e moradia providas por empresas privadas com subsídios estatais.

Indicou-se, também, como esta caracterização ajuda a explicar a crise que se desdobrou após 2013. O ponto central, a esse respeito, é que a aposta em reduzir a pobreza através da mercantilização da reprodução social é uma estratégia frágil, cujos efeitos positivos se mantêm apenas sob condições fortuitas. À medida que processos internos e externos impuseram o fim do período de crescimento com redistribuição de renda, a ampliação do acesso a serviços essenciais por canais privados, mas subsidiados pelo Estado, foi consequentemente interrompida ou revertida. Somadas todas as convulsões sociais que advieram e o maior subfinanciamento de serviços essenciais, o resultado tem sido o aprofundamento da pobreza multidimensional. Se o cenário pós-2013 em muito ampliou essa dinâmica, cabe igualmente observar que a fragilidade dos ganhos anteriores a esse período estava posta, haja vista que o acesso a serviços essenciais dependia de renda crescente e trazia consigo endividamento. O neoliberalismo permaneceu e assumiu novas formas; foi-se embora sua variante redutora da pobreza.

Olhando para frente, é possível, embora improvável, que novas janelas de oportunidade se abram para acomodações relativamente mais inclusivas dentro do neoliberalismo. O que a experiência do período analisado mostra, contudo, é que apostar nestas acomodações

e em mudanças incrementais é uma estratégia frágil que não estabelece as bases políticas para sua manutenção por prazos alongados. Neste sentido, sugere-se que forças políticas comprometidas com a justiça social no Brasil precisam olhar além da estratégia do PT para confrontar as formas duradouras de desigualdade no país, sob risco de provarem-se ineficazes.

Referências Bibliográficas

ANTUNES, R.; DRUCK, G. A terceirização como regra? *Revista do TST*, v. 79, n. 4, pp. 214-231, 2013.

BCB. Séries Temporais. *SGS*, 2017. Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/sgspub/>>. Acesso em: 21/10/2016.

BOITO JR, A.; GALVÃO, A. (eds.). *Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000*. São Paulo: Alameda, 2012.

242

CARVALHO, C. H. A. A mercantilização da educação superior brasileira e as estratégias de mercado das instituições lucrativas. *Revista Brasileira de Educação*, v. 18, n. 54, pp. 761-776, 2013.

_____. Política para a educação superior no governo Lula: expansão e financiamento. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, v. 58, pp. 209-244, 2014.

CHAVES, V. L. J.; AMARAL, N. C. Política de expansão da educação superior no Brasil – o ProUni e o FIES como financiadores do setor privado. *Educação em Revista*, v. 32, n. 4, pp. 49-72, 2016.

CORNIA, G. A. Income inequality in Latin America: Recent decline and prospects for its further reduction. *WIDER Working Papers*, v. 2015, n. 20, pp. 1-29, 2015. Disponível em: <<https://www.wider.unu.edu/sites/default/files/wp2015-020.pdf>>.

DIEESE. *Rotatividade no mercado de trabalho brasileiro: 2002 a 2014*. São Paulo: DIEESE, 2016.

_____. Terceirização e precarização das condições de trabalho: condições de trabalho e remuneração em atividades tipicamente terceirizadas e contratantes. *Nota Técnica do DIEESE*, v. 172, pp. 1-25, 2017.

DIEESE; CUT. *Terceirização e desenvolvimento: uma conta que não fecha. Dossiê acerca do impacto da terceirização sobre os trabalhadores e propostas para garantir a igualdade de direitos*. São Paulo: CUT, 2014.

FIGUEIREDO SANTOS, J. A. Classe Social e Deslocamentos de Renda no Brasil. *Dados*, v. 58, n. 1, pp. 79-110, 2015.

FINE, B.; LOUREIRO, P. From social choice to inequality-decomposition: in the spirit of Arrow and Atkinson by way of Sen and Shorrocks. *International Review of Applied Economics*, v. 35, n. 5, pp. 765-791, 2021.

FINE, B.; SAAD-FILHO, A. Thirteen Things You Need to Know About Neoliberalism. *Critical Sociology*, v. 43, n. 4-5, pp. 685-706, 2017.

FURTADO, C. The Myth of Economic Development and the Future of the Third World. *Review of Political Economy*, v. 33, n. 1, pp. 16-27, 2021a.

_____. Underdevelopment and Dependence: The Fundamental Connections. *Review of Political Economy*, v. 33, n. 1, pp. 7-15, 2021b.

GOBETTI, S. W.; ORAIR, R. Tributação e distribuição da renda no Brasil: novas evidências a partir das declarações tributárias das pessoas físicas. *IPC-IG Working Papers*, v. 136, pp. 1-23, 2016.

HOFFMANN, R. Desigualdade da distribuição da renda no Brasil: a contribuição de aposentadorias e pensões e de outras parcelas do rendimento domiciliar per capita. *Economia e Sociedade*, v. 18, n. 1, pp. 213-231, 2009.

_____. Transferências de Renda e Desigualdade no Brasil (1995-2011). In: CAMPELLO, T.; NERI, M. (eds.). *Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania*. Brasília: IPEA, 2013, pp. 207-216.

IBGE. *Sistemas de Contas Nacionais – Brasil – referência 2010*. Brasília: IBGE, 2016.

JESSOP, B. *The future of the capitalist state*. Cambridge: Polity Press, 2002.

KRAUSE, C.; BALBIM, R.; LIMA NETO, V. C. Minha casa minha vida, nosso crescimento: Onde fica a política habitacional? *Textos para discussão do IPEA*, v. 1853, pp. 1-50, 2013.

LAKNER, C.; MILANOVIC, B. Global Income Distribution: From the Fall of the Berlin Wall to the Great Recession. *The World Bank Economic Review*, v. 30, n. 2, pp. 203-232, 2016.

- LAVINAS, L. How Social Developmentalism Reframed Social Policy in Brazil. *New Political Economy*, v. 22, n. 6, pp. 628-644, 2017.
- LEHMANN, D. *The Prism of Race: The Politics and Ideology of Affirmative Action in Brazil*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2018.
- LIMA, M.; PRATES, I. Racial Inequalities in Brazil: A persistent Challenge. In: ARRETCHE, M. (eds.). *Paths of Inequality in Brazil*. Cham: Springer, 2018, pp. 113-134.
- LOUREIRO, P. M. Class inequality and capital accumulation in Brazil, 1992-2013. *Cambridge Journal of Economics*, v. 44, n. 1, pp. 181-206, 2020a.
- _____. Social structure and distributive policies in Brazil under the PT governments: a poverty-reducing variety of neoliberalism. *Latin American Perspectives*, v. 47, n. 2, pp. 65-83, 2020b.
- LOUREIRO, P. M.; RUGITSKY, F.; SAAD-FILHO, A. Celso Furtado and the Myth of Economic Development: Rethinking Development from Exile. *Review of Political Economy*, v. 33, n. 1, pp. 28-43, 2021.
- LOUREIRO, P. M.; SAAD-FILHO, A. The Limits of Pragmatism: The Rise and Fall of the Brazilian Workers' Party (2002-2016). *Latin American Perspectives*, v. 46, n. 1, pp. 66-84, 2019.
- MARICATO, E. Vulnerability and Risk in the Metropolis of the Periphery: Everyday Life in Brazil's Cities. *Progressive Planning*, v. 196, n. Summer, pp. 28-30, 2013.
- MARTINS, G. K.; RUGITSKY, F. The Long Expansion and the Profit Squeeze: Output and Profit Cycles in Brazil (1996-2016). *Review of Radical Political Economics*, v. 53, n. 3, pp. 373-397, 2021.
- MAURIZIO, R.; VÁZQUEZ, G. Distribution effects of the minimum wage in four Latin American countries: Argentina, Brazil, Chile and Uruguay. *International Labour Review*, v. 155, n. 1, pp. 97-131, 2016.
- MEDEIROS, C. A. *Inserção externa, crescimento e padrões de consumo na economia brasileira*. Brasília: IPEA, 2015.
- MEDEIROS, M.; CASTRO, F. A. A composição da renda no topo da distribuição. *Economia e Sociedade*, v. 27, n. 2, pp. 577-605, 2018.

MENDES, Á.; WEILLER, J. A. B. Renúncia fiscal (gasto tributário) em saúde: repercussões sobre o financiamento do SUS. *Saúde em Debate*, v. 39, n. 105, pp. 491-505, 2015.

MENEZES, A. P. D. R.; MORETTI, B.; REIS, A. A. C. D. O futuro do SUS: impactos das reformas neoliberais na saúde pública – austeridade versus universalidade. *Saúde em Debate*, v. 43, n. spe5, pp. 58-70, 2020.

OCKÉ-REIS, C. O. Qual é a Magnitude do Gasto Tributário em Saúde? *Boletim de Análise Político-Institucional do IPEA*, v. 5, pp. 71-76, 2014.

OCKÉ-REIS, C. O.; GAMA, F. N. Radiografia do gasto tributário em saúde – 2003-2013. *Notas Técnicas do DIEST/IPEA*, v. 19, n. Maio, pp. 1-35, 2016.

OLIVEIRA, G. C.; WOLF, P. J. W. A dinâmica do mercado de crédito no Brasil no período recente (2007-2015). *Textos para discussão do IPEA*, v. 2243, pp. 1-132, 2016.

ORAIR, R. O.; GOBETTI, S. W. Governo gastador ou transferidor? Um macrodiagnóstico das despesas federais no período 2002 a 2010. In: IPEA (eds.). *Brasil em Desenvolvimento*, v. 1. Brasília: IPEA, 2010. pp. 87-111.

245

PECK, J.; TICKELL, A. Neoliberalizing Space. *Antipode*, v. 34, n. 3, pp. 380-404, 2002.

POSENATO GARCIA, L. *et al.* Gastos com planos de saúde das famílias brasileiras: estudo descritivo com dados das Pesquisas de Orçamentos Familiares 2002-2003 e 2008-2009. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 20, 2015. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=63038239012>>. Acesso em: 15/10/2017.

REZENDE PINTO, J. M. Uma análise da destinação dos recursos públicos, direta ou indiretamente, ao setor privado de ensino no Brasil. *Educação e Sociedade*, v. 37, 2016. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=87346374009>>. Acesso em: 15/10/2017.

ROLNIK, R. *et al.* O programa Minha Casa Minha Vida nas Regiões Metropolitanas de São Paulo e Campinas: aspectos socioespaciais e segregação. *Cadernos Metrópole*, v. 17, n. 33, pp. 127-154, 2015.

ROSSI, P.; MELLO, G.; BASTOS, P. P. Z. The Growth Model of the PT Governments: A Furtadian View of the Limits of Recent Brazilian Development. *Latin American Perspectives*, v. 47, n. 1, pp. 100-114, 2019.

ROSSI, P.; OLIVEIRA, A. L. M. D.; ARANTES, F.; DWECK, E. Austeridade fiscal e o financiamento da educação no Brasil. *Educação & Sociedade*, v. 40, n. e0223456, pp. 1-20, 2019.

RUGITSKY, F. Milagre, miragem, antimilagre: A economia política dos governos Lula e as raízes da crise atual. *Fevereiro*, v. 9, 2016. Disponível em: <<http://www.revistafevereiro.com/pag.php?r=09&t=03>>. Acesso em: 30/11/2016.

SAAD-FILHO, A. Brazil: development strategies and social change from import-substitution to the “events of June”. *Studies in Political Economy*, v. 94, n. Autumn, pp. 3-29, 2014.

_____. Social Policy for Neoliberalism: The Bolsa Família Programme in Brazil. *Development and Change*, v. 46, n. 6, pp. 1227-1252, 2015.

SENGUPTA, U. State-led housing development in Brazil and India: a machinery for enabling strategy? *International Journal of Housing Policy*, v. 19, n. 4, pp. 509-535, 2019.

246

SIMSON, R.; SAVAGE, M. The global significance of national inequality decline. *Third World Quarterly*, v. 41, n. 1, pp. 20-41, 2020.

SINGER, A. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SOUZA, P. H. G. F.; CARVALHAES, F. A. O. Estrutura de classes, educação e queda da desigualdade de renda (2002-2011). *Dados*, v. 57, n. 1, pp. 101-128, 2014.

VALENÇA, M. M.; BONATES, M. F. The trajectory of social housing policy in Brazil: From the National Housing Bank to the Ministry of the Cities. *Habitat International*, v. 34, n. 2, pp. 165-173, 2010.

VIANA, R. M. *et al.* Carências Habitacionais no Brasil e na América Latina: o papel do ônus excessivo com aluguel urbano. *Caderno de Geografia*, v. 29, n. 56, pp. 287-305, 2019.

WORLD BANK. *The Global Findex Database*. 2017a. Disponível em: <<https://globalfindex.worldbank.org>>.

_____. PovcalNet. 2017b. Disponível em: <<http://iresearch.worldbank.org/PovcalNet/>>. Acesso em: 01/10/2017.

APÊNDICE: DEFINIÇÕES DE POSIÇÕES DE CLASSE

Tabela A1 Definições de posições de classe

Posição de classe	Posição na ocupação	Categoria ocupacional	Número de empregadas	Acesso à seguridade social (aposentadoria)
Grandes empregadores	Empregador	Irrelevante	>10 empregados	Irrelevante
Pequenas empregadoras	Empregadora	Irrelevante	<=10 empregados	Irrelevante
Trabalhadores profissionais	Conta própria, Emprego formal, Emprego informal	Alta qualificação*	Irrelevante	Irrelevante
Trabalhadoras formais de baixa qualificação	Conta própria, Emprego formal	Baixa qualificação**	Irrelevante	Sim
Trabalhadores informais de baixa qualificação	Conta própria, Emprego informal, Trabalhador não remunerado	Baixa qualificação**	Irrelevante	Não
Desempregados/inativas	Desempregado ou inativo	–	–	Irrelevante
Aposentados	–	–	–	Sim

Notas: Alta qualificação*: grupo principal na Classificação Internacional Uniforme de Ocupações (CIUO-08) igual a 1 ou 2. Baixa qualificação**: grupo principal na CIUO-08 diferente de 1 ou 2. Pessoal das Forças Armadas está excluído dos cálculos.

Fonte: preparado pelo autor.

Brasil: **como as políticas de enfrentamento da** **pandemia inauguraram um novo ciclo de** **endividamento familiar**

Lena Lavinas, Lucas Bressan e Pedro Rubin

ENDIVIDAMENTO, A QUESTÃO SOCIAL DO SÉCULO XXI

Dentre as profundas mudanças que redefinem o padrão de reprodução social das famílias nas primeiras décadas do século XXI, o recurso ao endividamento é, sem dúvida, dimensão crucial. Contudo, ainda hoje, é raro que o grau de endividamento familiar¹ com o setor financeiro apareça como um indicador social relevante,

¹ Segundo o Banco Central do Brasil, “endividamento é a relação entre o valor atual das dívidas das famílias com o sistema financeiro nacional e a renda das famílias acumulada nos últimos 12 meses”. Cf no link: <https://dadosabertos.bcb.gov.br/dataset/19882-endividamento-das-familias-com-o-sistema-financieiro-nacional-em-relacao-a-renda-acumuladas/>. Acesso em: 15.04.2021.

exceto no âmbito dos estudos sobre financeirização. Desemprego, precarização do emprego, evolução dos rendimentos, extensão das jornadas de trabalho são dados dificilmente interpretados cotejando, em simultâneo, patamares de endividamento e o papel da dívida na erosão do bem-estar da população.

É bem verdade que tal lacuna não impediu avanços para caracterizar como violação aos direitos humanos a explosão da dívida privada das famílias observada em escala global. Com efeito, em 2020, a Assembleia-Geral das Nações Unidas publicou um relatório abordando a problemática da dívida de forma incomum. Enfatizando que “*private debt can be both a cause and a consequence of human right violations*” (UNITED NATIONS, 2020, p. 2), o relatório identifica várias formas de endividamento de indivíduos e famílias que acabam por levar a um superendividamento, entendido como uma dívida cujo pagamento (e custos a ela associados) implicaria a privação dos recursos necessários para que o devedor pudesse usufruir de forma sustentável do conjunto de direitos humanos que lhe são inerentes.

250

O endividamento tornou-se, assim, dimensão constitutiva da questão social do século XXI. Sua origem é subsequente à desregulamentação financeira de final dos anos 1980, que foi acompanhada de um sem número de reformas trabalhistas e dos sistemas de proteção social a partir da década de 1990 e notadamente nos anos 2000. As consequências são conhecidas: precarização crescente do emprego, tendência de quase-estagnação dos salários, redução da provisão social pública (restrição do escopo dos direitos, queda do valor dos benefícios, aperto nos critérios de elegibilidade e nas condicionalidades) e reestruturação da esfera da reprodução social, com aumento progressivo da mercantilização e dos custos dos bens e serviços necessários ao atendimento das necessidades básicas. Além da contínua expansão da provisão privada, ela se encontra crescentemente nas mãos de empresas que, para crescer, acolhem investidores institucionais (fundos de pensão, fundos de investimento, seguradoras, bancos) e fundos de private equity que passam a determinar a oferta de serviços em áreas como saúde, cuidados e educação em

função do retorno financeiro de seus investimentos. Paulatina, mas agressivamente, os gestores de fundos se tornam indiretamente os gestores da política social.

Traço do capitalismo financeirizado, a dívida das famílias (FINE e SAAD-FILHO, 2016; PALLEY, 2013) aumenta significativamente ao longo dos anos 2000, quando a austeridade marca as políticas macroeconômicas, com impactos ainda mais negativos sobre a política social e a dinâmica dos mercados de trabalho. Tal como se observa no Brasil (LAVINAS, 2017), o endividamento das famílias avança tanto em fases de expansão do emprego e até de aumento da renda, quanto em conjunturas mais recessivas. Trata-se de um sinal de que a dívida se tornou um elemento estrutural à reprodução da força de trabalho, quase indiferente ao contexto macroeconômico.

É através de empréstimos junto ao setor financeiro que tal reprodução passa a ser assegurada. Facilitou tal conexão a ampliação das políticas de inclusão financeira (MADER, 2015; BATEMAN, 2017; LAVINAS, 2018) que vão franquear acesso a um conjunto diverso de produtos financeiros, entre eles o crédito de consumo e outras linhas creditícias, talhadas para atender a uma gama crescente de necessidades não cobertas pelos serviços públicos. Como ressalta o Relatório da ONU sobre endividamento das famílias (UNITED NATIONS, 2020), custos em alta com saúde, moradia, alimentação e educação, juntamente com cortes ou redução nos benefícios e políticas sociais, pressionam por liquidez que só pode ser obtida no mercado de crédito. “Contrair empréstimos tornou-se um mecanismo chave na reprodução social” (BOHOSLAVSKY, 2021, p. 6).

Há que se destacar que o aumento constante da dívida privada individual não é excesso de gasto, mas consequência imediata do crescimento vertiginoso da oferta de crédito às famílias nas primeiras décadas deste século. Nas economias avançadas, a dívida das famílias avança, inclusive, numa progressão muito superior ao observado no caso da dívida pública e da dívida das firmas não financeiras (JOHNSTON et al., 2021). O *boom* de crédito que conhece a França é ilustrativo: o crédito às famílias passa de 404 bilhões de

euros em 2000 a 1,360 trilhão de euros ao final de 2020 (BLONDEL, 2021). No mesmo período, a relação dívida/renda bruta disponível familiar sobe de 53% para 101,4% (BANQUE DE FRANCE, 2021a) num país onde o sistema de proteção social é bastante generoso, oferecendo uma cobertura relativamente universal, ainda que fortemente segmentada. As dívidas financeiras das famílias francesas representam 73,2% do total de seus passivos, e a parcela associada ao crédito de consumo é mais elevada (50,7%) que aquela comprometida com hipotecas (47%) (BANQUE DE FRANCE, 2021b).

Outro fator determinante na espetacular progressão da dívida das famílias foi o advento e grande expansão dos mercados de securitização, mercados secundários que têm feito das famílias, através do crédito hipotecário, presas do setor financeiro.

252

Essa não é, contudo, uma tendência exclusiva aos países desenvolvidos. Organizações multilaterais têm compilado dados que indicam que emergentes e países em desenvolvimento foram sugados pela mesma lógica. Painel da OCDE² reunindo um conjunto de 36 países observa que, nos anos mais recentes, à exclusão de seis países, a razão dívida das famílias sobre a renda domiciliar disponível³ varia entre mais de 50% (Brasil) e pouco mais de 250% (Dinamarca).

Além de níveis díspares, a dívida das famílias tem padrão bastante heterogêneo de país para país. Nas economias avançadas, tendem a predominar as hipotecas como forma de endividamento (mais de 50%), enquanto nos países em desenvolvimento prevalece o crédito de consumo (acima de 2/3) (IMF, 2017). Naquelas, o acesso

² <https://data.oecd.org/hha/household-debt.htm#indicator-chart/>. Acesso em: 15/04/2021.

³ A ocde define como dívida das famílias a totalidade de passivos (inclusive junto a instituições sem fins lucrativos que atendem aos domicílios) que exigem pagamentos de juros ou do principal ao credor por parte das famílias numa data futura já fixada. A dívida é calculada como a soma dos seguintes passivos: empréstimos (principalmente hipotecas e crédito de consumo) e outros balanços a pagar. O indicador é calculado como um percentual da renda domiciliar disponível líquida.

mais fácil aos mercados financeiros internacionais também alimenta a dívida privada individual e familiar. Nestes, a inclusão financeira parece oferecer meios de sobrevivência de curto prazo, que se renovam num ciclo infundável, ao preço de se tornarem os juros um custo incorporado à reposição da força de trabalho.

Estudiosos da dívida das famílias nos países de capitalismo avançado, Johnston et al. (2021) identificam dois determinantes do seu forte aumento, ambos de natureza institucional: a estrutura e a dinâmica do mercado de trabalho e dos sistemas de proteção social, de um lado, oferecendo mais ou menos segurança ao emprego e nas fases recessivas da economia; e, de outro, a política de acesso ao crédito imobiliário e ao mercado de crédito em geral. O que explicaria a acumulação de dívidas pelas famílias em cada país e seu padrão seria a interação entre essas duas dimensões institucionais: mercado de trabalho e regime de bem-estar e a política de crédito para as famílias, ou seja, as formas de acesso das famílias aos mercados financeiros e a regulação desses mercados. Portanto, a configuração nacional de cada sistema financeiro deve ser também considerada.

Todavia, tais interações, na sua diversidade, confirmam o que se mostra inconteste: as famílias têm papel cada vez mais destacado no âmbito dos sistemas financeiros nacionais e, conseqüentemente, a forma como se dá a gestão da dívida individual das famílias tem importância estratégica para as economias nacionais.

O acesso ao crédito e, portanto, ao endividamento carrega ainda consigo a promessa da ascensão social, em particular através da propriedade, seja ela a moradia ou ainda um ativo financeiro. Isso produz mudanças não apenas objetivas, mas também na subjetividade dos sujeitos. LEMOINE & RAVELLI (2017, p. 17) destacam que “o recurso ao crédito serve de alavanca da mobilidade, e permite, portanto, o que se pode denominar um reposicionamento de classe [social] pela dívida”.

Na primeira década dos anos 2000, o Banco Mundial defendia a criação de sistemas financeiros inclusivos (WORLD BANK, 2008) para equalizar oportunidades e reduzir, no longo prazo, as desigualdades. Porém, já em 2017, o FMI mostrava-se alarmado com

o contínuo e expressivo aumento da dívida das famílias e temeroso de que essa tendência pudesse vir a ameaçar a estabilidade financeira, gerando uma crise bancária, além de comprometer o consumo privado futuro e, portanto, o crescimento econômico. Apontava ainda que a vulnerabilidade crescente das famílias por estarem excessivamente alavancadas em empréstimos as colocaria em risco em caso de um choque externo. Até porque as famílias de baixa renda, cuja inserção nos circuitos financeiros explodiu no pós-crise de 2008, registravam forte elevação do seu patamar de endividamento, sem que isso viesse acompanhado de um maior número de ativos líquidos em propriedade. Elas tendem a contrair empréstimos para financiamento de seu consumo corrente, não para a ampliação do patrimônio doméstico. Desse modo, elevam ainda mais seus custos de reprodução social, que agora contemplam a remuneração do capital portador de juros.

254

COVID-19: NOVAS CONEXÕES ENTRE POLÍTICA SOCIAL E DÍVIDA

O choque externo aconteceu em 2020, embora desta feita não tenha tido origem no setor financeiro. A pandemia da Covid-19 provocou uma crise econômica, social e sanitária sem precedentes e impôs uma mudança drástica na política econômica. A ortodoxia fiscal e monetária que represava o gasto público, inibindo a eficácia da política social, foi afrouxada. Não apenas o déficit público se livra das amarras que o tolhiam para poder financiar o combate ao novo coronavírus, como os governos adotam programas emergenciais numa escala desconhecida e passam a prover transferências de renda às famílias, pacotes de manutenção do emprego e da renda, linhas especiais de crédito às empresas para manutenção da folha salarial, repasses financeiros a esferas subnacionais e verbas extraordinárias para a saúde e a segurança alimentar. Os Bancos Centrais são mobilizados para garantir a liquidez necessária ao resgate e estímulo redobrado à atividade econômica, zerando ou quase as taxas

de juros e assegurando gigantescos fluxos de crédito, enquanto desaba uma tormenta no mercado de capitais, cujas ações sofrem aguda desvalorização.

Se algo há de comum a todas essas iniciativas que recolocam o Estado no olho do furacão é se pautarem, no campo da provisão social, por medidas “*ad hoc*” bastante generosas, porém, à margem dos sistemas de proteção vigentes debilitados por anos de desfinanciamento crônico (LAVINAS 2021). Estudos preliminares indicam que os pacotes de estímulo fiscal de cifras bi e trilionárias, adotados em inúmeros países, contribuíram desta feita para reduzir significativamente os níveis de endividamento das famílias e as taxas de inadimplência, ao contrário do que se verificou na crise de 2008, quando o *bailout* salvou o sistema financeiro. Ampliação do prazo, valor e cobertura do seguro-desemprego, transferências monetárias incondicionais para famílias pobres e de baixa renda, mecanismos de preservação do emprego e complementação salarial irrigaram as sociedades em patamar muito superior aos *safety nets* tradicionais. Outra medida frequente na pandemia foi a suspensão temporária do pagamento de dívidas, de modo a evitar um surto de inadimplência, que poderia agravar ainda mais um cenário já preocupante.

255

Nos Estados Unidos, por exemplo, Cherry et al. (2021) observam que, entre março e outubro de 2020, no bojo do primeiro pacote de estímulo fiscal, medidas legais de suspensão temporária do pagamento da dívida das famílias (*debt forbearance*) junto ao setor financeiro envolveram empréstimos da ordem de 2 trilhões de dólares com hipotecas e crédito estudantil. Cerca de 70 bilhões deixaram de ser pagos para sanar dívidas financeiras entre o segundo trimestre de 2020 e o primeiro de 2021. Ao mesmo tempo, em razão dos programas de garantia de renda introduzidos pelo *Coronavirus, Aid, Relief, and Economic Security Act – Cares Act*,⁴ pagamentos fei-

⁴ The Cares-Act, de março de 2020, lei aprovada por democratas e republicanos, quando da pandemia do coronavírus, vai oferecer uma cobertura de benefícios bastante ampla, incluindo empréstimos vinculados à preservação de empregos, transferências diretas às famílias,

tos diretamente às famílias e complementação do seguro-desemprego⁵ (além da mudança nas regras do crédito estudantil e das dívidas acumuladas com despesas de saúde) (LAVINAS 2021) permitiram que a inadimplência recuasse para patamares inferiores ao registrado no período anterior à eclosão da pandemia, pois muitas famílias utilizaram as transferências fiscais para reduzir seus passivos. Assim, ao contrário do registrado na crise do *subprime* de 2008, quando a taxa de *default* nos empréstimos imobiliários pula de 3% para 8%, observa-se desta feita uma queda de 3% para 1,8% (CHERRY et al., 2021).

No caso americano, observa-se um padrão diferenciado entre os favorecidos pela *debt forbearance* – predominantemente a população de menor renda e com nota de crédito mais baixa, onde as minorias estão sobrerrepresentadas – e aqueles que, graças às transferências fiscais – seguro-desemprego e complementação pontual de renda⁶ – e à poupança realizada durante o confinamento em virtude da retração do consumo familiar por força do *lockdown*, conseguiram reduzir suas dívidas e grau de inadimplência. Os programas voltados para o alívio da dívida (*debt relief*) favoreceram majoritariamente os americanos com renda individual acima da mediana.

Em diversos países da Europa foi possível visualizar a mesma tendência legislativa, como na Espanha⁷ e na Itália,⁸ que estabele-

256

mudanças nas regras de pagamento do crédito estudantil e elevação do gasto com saúde (<https://home.treasury.gov/policy-issues/cares/assistance-for-american-workers-and-families/>. Acesso em: 29/07/2021.

⁵ A taxa de desemprego no segundo trimestre de 2020 bateu 15% (CHERRY et al., 2021, p. 3).

⁶ 60% dos auxílios monetários diretos pagos pelo Estado foram para americanos endividados com renda individual acima da mediana.

⁷ Real Decreto-ley 8/2020, <https://www.boe.es/buscar/pdf/2020/BOE-A-2020-3824-consolidado.pdf>. Acesso em: 29/07/2021.

⁸ Decreto-Legge n. 18/2020 <https://www.gazzettaufficiale.it/eli/id/2020/03/17/20G00034/sg/>. Acesso em: 29/07/2021.

ceram diversas medidas de caráter emergencial para a contenção da crise, incluindo a suspensão e a renegociação de dívidas de famílias e empresas em âmbito nacional.

Nos exemplos citados acima, observa-se a intervenção do Estado na definição dos marcos regulatórios dos processos de suspensão e renegociação de dívida, ampliando o escopo das políticas públicas.

No Brasil, o Auxílio Emergencial,⁹ que vigorou por oito meses entre abril e dezembro do mesmo ano, também veio compensar a perda de renda da população mais carente e dos trabalhadores do setor informal, garantindo pela primeira vez uma ampla cobertura ao desemprego.¹⁰ Alcançou aproximadamente 67 milhões de pessoas e, dada a escala e o valor inéditos do benefício,¹¹ igualmente atenuou o estresse financeiro das famílias mais vulneráveis. Correspondeu a

⁹ Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020 estabelece medidas excepcionais de proteção social e incentivo à atividade econômica a serem adotadas durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública em decorrência da pandemia do coronavírus. E cria o Programa Auxílio Emergencial. Foi adotado um “orçamento de guerra” num valor de 524 bilhões de reais (executado), sendo 293 bilhões (ou 56%) destinados ao pagamento de benefícios monetários diretos. Ver, a este respeito, Bahia et al., 2021.

¹⁰ No Brasil, o seguro-desemprego oferece uma cobertura bastante restrita em razão dos critérios de elegibilidade que demandam no mínimo dois anos de contribuição dos trabalhadores formais para qualificarem-se como beneficiários, além de excluir os informais.

¹¹ Por cinco meses, o valor do benefício monetário variou entre R\$ 600 (cerca de US\$ 120) e R\$ 1200 (US\$ 240) – no caso de mulheres sozinhas chefes de família (11 milhões foram contempladas) – e se estendeu a todo adulto com mais de 18 anos com renda familiar per capita inferior à metade do valor do salário mínimo vigente. Nos três meses seguintes, seu valor foi reduzido à metade em ambos os casos. A título de comparação, em 2020, o salário mínimo nominal era de R\$ 1100,00 (US\$ 220) e o benefício médio mensal do Programa Bolsa Família, de combate à pobreza, de R\$ 187 (US\$ 38), pagos a 14 milhões de famílias. O Bolsa Família não oferece um benefício individual, mas familiar.

4,1% do PIB de 2020. Jamais o país havia gastado tanto com programas compensatórios.

Tal como nos Estados Unidos, também no Brasil houve reatamentos positivos sobre a redução das dívidas das famílias. Segundo a Serasa Experian, pela primeira vez desde 2018, o cadastro nacional de inadimplentes verifica queda no número de pessoas negativadas. Em dezembro de 2020, o total de inadimplentes soma 61,4 milhões de adultos (31,2% da população adulta¹²), contra 65,9 milhões registrados no início da pandemia (abril de 2020). Ou seja, quatro milhões e meio de adultos regularizaram sua situação financeira, resultado de uma diminuição de 12,2% das dívidas atrasadas junto ao setor financeiro.¹³ Essa tendência de recuo da inadimplência dificilmente se reproduzirá ao longo de 2021, pois houve suspensão do Auxílio Emergencial (doravante AE) por cinco meses e, ao ser retomado, temporariamente, o governo dividiu por quatro o valor do benefício, reduzindo fortemente sua cobertura.¹⁴

258

Dada a gravidade da crise sanitária e econômica, com taxa de desemprego superior a 14% (IBGE, PNAD C 2020), isso não teria sido possível na ausência de um programa de transferência de renda incondicional, contemporâneo de taxas de juros excepcionalmente baixas para padrões brasileiros e de programas de renegociação de dívidas em grande escala, inaugurados pelas instituições

¹² IBGE, SIDRA, 2019, população com 16 anos e mais.

¹³ <https://www.serasaexperian.com.br/sala-de-imprensa/noticias/inadimplencia-no-brasil-cai-pela-primeira-vez-em-quatro-anos-e-encerra-2020-com-614-milhoes-de-pessoas-revela-serasa-experian/>. Acesso em: 29/07/2021.

¹⁴ A segunda fase do AE é implementada por quatro meses, a partir de maio de 2021. O valor do benefício cai para R\$ 250 (contra R\$ 600 anteriormente) ou cerca de US\$ 50 mensais. O valor máximo recua de R\$ 1200 para R\$ 375 (US\$ 75). Atende a 39 milhões de pessoas, apesar de o desemprego estar em alta, tendo batido recorde (14,9 milhões de desempregados em junho de 2021, além de 5 milhões de desalentados).

financeiras. Dados do Banco Central do Brasil (2021a) confirmam que, à imagem dos Estados Unidos, além da concessão de novas linhas de crédito, foram aplicados no Brasil programas de prorrogação de dívidas das famílias (pessoa física), sem renegociação do valor das taxas de juros. Entre meados de março e 31 de dezembro de 2020, o montante em jogo atingiu quase 60 bilhões de reais (12 bilhões de dólares).¹⁵ Ademais, o Congresso aprovou uma lei que suspendeu temporariamente o pagamento da dívida estudantil ao FIES.¹⁶ De acordo com os últimos dados disponíveis, de dezembro de 2020, existia 1 milhão de contratos inadimplentes (35% do total).

Este artigo sustenta a hipótese de que a pandemia do coronavírus vai acelerar mudanças estruturais na complementaridade entre política social e política econômica, levando ao surgimento de novas formas de intervenção do Estado na esfera da reprodução social. Tais medidas, pontuais, mas de grande impacto, lastreadas em orçamentos extraordinários, devem ser interpretadas não apenas como uma resposta eficaz e na escala necessária ao enfrentamento de uma crise aguda que paralisou a economia mundial e impediu o funcionamento regular do mercado de trabalho em virtude da imposição de regras duras de confinamento e distanciamento social. Elas vêm consolidar um conjunto de políticas de regulação, que se multiplicam desde a crise financeira de 2008, e cuja característica é reconstituir o ciclo de endividamento estrutural, assentado na dinâmica de reprodução das dívidas, um dos eixos da acumulação no capitalismo financeirizado.

¹⁵ Valor que representa 40,6% de todas as prorrogações e negociações.

¹⁶ Foi sancionada uma lei em 2020 para suspender o pagamento das parcelas devidas do FIES até 31 de dezembro daquele ano, em função da pandemia de Covid-19. A adesão precisava ser realizada pelo próprio aluno junto a sua instituição financeira. Com a continuidade da pandemia, foi instituído novo projeto de lei, prorrogando tal suspensão até fins de 2021, porém ainda não aprovado.

Esse ciclo de endividamento é expresso na trinca suspensão/renegociação/expansão da dívida que, progressivamente, redefine o conteúdo do que constitui a dimensão nova da proteção social que reivindicam os trabalhadores, os setores populares e a sociedade em geral ao Estado. O peculiar é que esse ciclo ganha tração, de um lado, pelo avanço das lutas sociais que, em inúmeros países, exigem o cancelamento das dívidas das famílias para sustar os processos reiterados de expropriação financeira (LAPAVITSAS, 2013) a que estão submetidas, e, de outro, pela imprescindibilidade de que seja assegurada a reprodução ampliada do capital fictício, momentaneamente ameaçada pelo risco de inadimplência sistêmica.

260

Para evidenciar como os grandes pacotes de resgate das economias nacionais, tão celebrados no primeiro ano da pandemia do coronavírus, redefinem a institucionalidade das políticas de proteção social, tomaremos como exemplo o Brasil, analisando o arcabouço de medidas emergenciais que vieram restabelecer e estabilizar o ciclo de endividamento das famílias. Antes, porém, a terceira seção pretende retratar como o endividamento das famílias tem sido abordado nos Estados Unidos e no Brasil em meio à crise sanitária, descrevendo brevemente os movimentos sociais que se fortalecem e ganham visibilidade ao demandar o cancelamento da dívida. A quarta seção examina as razões que tornam improvável o atendimento de tal reivindicação no âmbito de uma economia financeirizada. Na sequência, detalhamos o que ocorre no mercado de crédito brasileiro, cuja singularidade é registrar ao mesmo tempo aumento do endividamento das famílias e queda da inadimplência, e oferecemos chaves interpretativas para a compreensão desse movimento inédito. Finalmente, a conclusão reflete analiticamente sobre os novos nexos que o capital financeiro estabelece com a esfera da reprodução social e o trabalho. E levanta pistas de investigação para o entendimento do papel dos sistemas de proteção social neste século tão conturbado e ameaçado por riscos incomuns de natureza global, derivados da crise climática e da iminência de novas pandemias altamente disruptivas.

SUPERENDIVIDAMENTO E CONTESTAÇÃO SOCIAL

O grau de endividamento crescente das famílias e os riscos daí decorrentes, tanto para sua reprodução imediata, quanto para o regime de acumulação, suscitaram análises voltadas para a definição, mensuração e *drives* determinantes do que se convencionou chamar de superendividamento. Na verdade, nada mais impreciso do que buscar estabelecer um patamar do fardo que uma dívida impõe a indivíduos e famílias, já que tomar um empréstimo pode refletir a antecipação de rendimentos futuros mais altos, ou mesmo meios de adquirir ativos cuja valorização futura pode significar maior segurança socioeconômica. Logo, endividar-se não é um problema em si, embora possa tornar-se um.

Outrossim, dívidas podem ser contraídas também por incapacidade de pagamento de contas e faturas regulares, não diretamente vinculadas ao setor financeiro, levando, com isso, a atrasos que podem colocar em risco o sustento das famílias e introduzir ou agravar dinâmicas de mobilidade social descendente e perda de status.

A literatura sobre superendividamento cita com frequência a definição adotada pela Alemanha, que o caracteriza como uma situação em que a renda familiar, “apesar de uma redução no padrão de vida, é insuficiente para fazer frente a todas as obrigações de pagamento ao longo de um período relativamente longo de tempo” (FONDEVILLE et al., 2010, p. 3). Na Inglaterra, o superendividamento é pensado como uma sucessão de atrasos em honrar pagamentos, o que adquire uma dimensão estrutural ou na iminência de se tornar estrutural (OXERA, 2004). Supõe considerar, ademais, todos os passivos de uma família e não apenas aqueles que decorrem de um tipo exclusivo de dívida (por exemplo, para pagar um empréstimo). “Superendividamento reflete a incapacidade de honrar despesas correntes e, conseqüentemente, deve ser visto como um estado de coisas contínuo e não temporário, nem mesmo pontual” (FONDEVILLE et al., 2010, p. 4).

Essa dimensão temporal é destacada por Disney et al. (2008), para os quais estão superendividadas aquelas famílias cujo planejamento com despesas associadas à tomada de crédito mostra-se

inconsistente com seu fluxo de renda potencial futuro, considerando ainda o valor corrente de seus ativos. Porém, os mesmos autores apontam que há definições bem mais frouxas, como as de Betti et al. (2007), de natureza subjetiva, e que identificam como superendividadas as famílias que declaram ter dificuldade em realizar pagamentos como hipotecas ou crédito de consumo. Essa definição é dada forçosamente através da aplicação de *surveys* e espelha a percepção de indivíduos e famílias acerca do grau de estresse financeiro que experimentam num determinado momento no tempo.

No Brasil, a Confederação Nacional do Comércio (CNC) serve-se dessa metodologia para estimar o percentual de famílias endividadas, inquirindo como avaliam sua capacidade de pagamento frente ao tamanho dos passivos a pagar. Desde 2010, a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC) aplica um questionário domiciliar mensal, contendo respostas únicas (S/N) e escalas, para apreender a parcela de famílias que se declaram endividadas, o tipo de empréstimos tomados, a magnitude da renda familiar comprometida com dívidas e o percentual de inadimplentes, caso existam. Deste modo, em lugar de uma definição precisa e ex-ante do que é superendividamento, são as respostas das famílias, obedecendo a um gradiente, que contextualizam o peso das dívidas e o grau de endividamento.

A escala que compõe o perfil dos endividados ou superendividados costuma estabelecer patamares de comprometimento da renda familiar com o pagamento de dívidas. Pelo lado do mercado financeiro, que monitora de perto o histórico de crédito e o grau de solvência de potenciais tomadores de empréstimos, a métrica, embora não seja rígida e linear, estabelece alguns padrões. Assim, contrair uma dívida que compromete até o máximo de 35% da renda familiar disponível parece relativamente seguro, permitindo ao devedor enfrentar, sem maiores prejuízos, alguma variação negativa na renda. Nos Estados Unidos, até o início de 2020, as instituições financeiras aplicavam a regra 43%¹⁷ como limite padrão da razão dívi-

¹⁷ <https://www.incharge.org/financial-literacy/how-to-calculate-your-debt-to-income-ratio/>. Acesso em: 29/07/2021.

da/renda disponível para a concessão de empréstimos. Tornavam-se automaticamente inelegíveis a empréstimos aqueles cujo comprometimento da renda familiar ultrapassasse esse patamar.

No Brasil, com a expansão do processo de inclusão financeira associado ao grande aumento da oferta de crédito e recursos livres às famílias, ao longo dos anos 2000, as instituições de defesa do consumidor passaram a se interessar pelo risco e consequências do endividamento em massa (LAVINAS et al., 2019), defendendo uma nova regulação que protegesse os tomadores de empréstimos e estabelecesse parâmetros para revisão e repactuação de dívidas. Após quase dez anos parada no Congresso, foi aprovada em junho de 2021 a nova lei de defesa do consumidor que visa “aperfeiçoar a disciplina do crédito ao consumidor e dispor sobre a prevenção e o tratamento do superendividamento” (SENADO FEDERAL, 2021, p. 2) e sobre a educação financeira do consumidor. Ela responde claramente a uma tendência que não refluíu durante a pandemia: o grau de endividamento das famílias segue em alta.

A lei recém-aprovada define superendividamento como a “impossibilidade manifesta de o consumidor, pessoa natural, de boa-fé, pagar a totalidade de suas dívidas de consumo, exigíveis e vincendas, sem comprometer seu mínimo existencial” (SENADO FEDERAL, 2021, p. 4). Contudo, não esclarece do que trata o “mínimo existencial”. Elenca um conjunto de informações¹⁸ que devem constar (ou não) de toda e qualquer oferta de crédito de consumo e legisla sobre os mecanismos de repactuação de dívidas em caso de superendividamento. A legislação, todavia, não se aplica a dívidas contraídas com empréstimos imobiliários e crédito rural. Ademais, após ser sancionada pelo presidente da República, a lei estabelece que o prazo máximo de quitação de dívidas é de cinco anos, além de eliminar um percentual máximo de comprometimento da renda familiar para pagamento de dívidas pendentes, o que parece se contrapor ao princípio de preservação do “mínimo existencial”.

¹⁸ Natureza e modalidade do crédito, custos incidentes, consequências da inadimplência.

Também o Banco Central do Brasil se interessou pelo problema e introduziu o conceito de endividamento de risco (2020b), derivado do cruzamento concomitante de quatro indicadores.¹⁹ O Banco qualifica tal situação como aquela em que “o cidadão tem um volume de dívida acima de sua capacidade de pagamento, e cuja persistência e baixa qualidade do crédito prejudicam o gerenciamento de seus recursos financeiros e, em última instância, sua qualidade de vida” (p.7). O Banco contabilizou 85,3 milhões de pessoas endividadas (um em cada dois adultos) junto ao sistema financeiro brasileiro ao final de 2019.

Em meio a esse contexto de forte e crescente endividamento, surgem no mundo diversos movimentos voltados à renegociação de dívidas ou seu cancelamento total ou parcial. O primeiro tipo de iniciativa tem por objetivo a repactuação, seja pelo alongamento de prazos de pagamentos, seja por mudanças nos termos da dívida. É usualmente resultado tanto da atuação individual através de entidades privadas especializadas, com foco na intermediação entre os devedores e a instituição credora, quanto de incentivos governamentais visando a reestruturação em massa dos passivos de parcelas expressivas da população.

Já as tentativas de impor o cancelamento da dívida são estratégias de luta de coletivos, que se fortalecem à medida que aumenta a vulnerabilidade social dos que tomaram empréstimos na expectativa de mobilidade social. As políticas de cancelamento, porém, enfrentam a resistência dos credores que não estão dispostos a anular dívidas individuais. Os juros e taxas sobre o crédito aprovado são, quase sempre, a principal fonte de receita que influencia seus resultados financeiros, tornando o cancelamento muito mais drástico

¹⁹ São eles: i) inadimplência no pagamento de parcelas de crédito, superior a 90 dias; ii) exposição simultânea a três modalidades de crédito: cheque especial, crédito pessoal não consignado e crédito rotativo; iii) comprometimento da renda acima de 50% com pagamento de dívidas e seus serviços; iv) renda disponível mensal abaixo da linha de pobreza vigente após pagamento das dívidas.

do ponto de vista de cada instituição (KAGAN & BROCK, 2021). Além disso, a abertura desse tipo de precedente pode ser vista como um incentivo ao fortalecimento de pautas dessa natureza, fragilizando, na visão dos credores, todo o sistema de crédito ao consumidor.

Legalmente, os Estados Unidos são o país que possui o aparato regulatório mais robusto e voltado à possibilidade do cancelamento de dívidas. A própria Constituição, nos seus capítulos 7 e 13, permite que os indivíduos declarem “falência pessoal”. Tal preceito constitucional, no entanto, é de difícil acesso à população, especialmente àquela mais pobre, por conta da necessidade de maior aparato jurídico, da complexidade das ações e do prazo que levam para se concretizar (STRIKE DEBT, 2014). Ademais, a utilização desse artifício foi dificultada ainda mais com as mudanças regulatórias implementadas em 2005.²⁰

Nas últimas décadas, o debate americano sobre cancelamento de dívidas tem se centrado na dívida estudantil, com forte recorte racial. Isso porque a dívida estudantil é excluída da possibilidade de se declarar falência. Seguindo os protestos do movimento Occupy Wall Street, potencializados pelo auxílio governamental dado a corporações financeiras durante a Grande Recessão de 2008, surgiram os primeiros grupos organizados (*debtor assemblies*) em favor do cancelamento da dívida estudantil. Um dos mais estruturados nacionalmente é o Debt Collective,²¹ que hoje estendeu sua área de atuação a toda forma de dívida contraída por indivíduos. Em 2012, o coletivo lançou uma ação denominada “*Rolling Jubilee*”, que consistiu na compra conjunta de dívidas individuais vencidas e seu posterior cancelamento. De grande sucesso, a iniciativa foi capaz de arrecadar em torno de 700 mil dólares, suficiente para abolir mais de 32 milhões de dólares de dívidas com despesas médicas,

²⁰ https://money.cnn.com/2005/10/17/pf/debt/bankruptcy_law/ e <https://www.congress.gov/bill/109th-congress/senate-bill/256/>. Acesso em: 12/07/2021.

²¹ <https://debtcollective.org/>. Acesso em: 28/07/2021.

crédito estudantil, entre outras. Como os detentores do passivo dos estudantes eram empresas no mercado secundário que haviam adquirido junto aos bancos privados a dívida que estes securitizaram, o coletivo recomprou desses agentes financeiros a dívida com enorme deságio, portanto, despendendo muito menos para quitá-la do que teria sido possível aos estudantes.

Outra conquista do movimento foi a realização de um “*debt strike*”, que veio resultar na criação pelo legislativo americano do Borrower Defense To Repayment, em 2016, ainda no governo Obama. Esse programa tinha como foco o cancelamento da dívida de estudantes que tivessem sido vítimas de fraudes ou prejudicados de alguma maneira por faculdades e universidades que se serviram de práticas predatórias. Seus resultados, no entanto, foram muito tímidos, com somente 6% dos que denunciaram tais excessos obtendo reparação. Outro programa similar, o Public Service Loan Forgiveness, possibilitava aos graduados trabalharem para uma organização governamental ou sem fins lucrativos para honrar sua dívida. Seu êxito foi ainda mais modesto, apenas 1% (MINSKY, 2020).

266

O tema esteve presente durante as eleições presidenciais americanas, com a senadora Elizabeth Warren sendo a primeira candidata presidencial a propor o perdão de montante expressivo da dívida estudantil. Ela propunha, em 2019, o cancelamento de até 50 mil dólares em dívidas de empréstimos estudantis por tomador.²² O benefício atingiria um montante estimado de 42 milhões de americanos, sendo 95% desses beneficiados favorecidos pelo cancelamento total de suas dívidas. Tal plano incluía propostas de cortes maiores para faixas de renda mais baixas e para afro-americanos, latinos e outras minorias. Ele atingiria famílias com renda de até 100 mil dólares, com um perdão proporcional menor acima desse valor, até o teto de renda de 250 mil dólares. No total, seriam abolidos 640

²² De acordo com dados de 2016, o endividamento médio dos estudantes de ensino superior americano ficava em torno de 40 mil dólares, variando de forma significativa com a cor/raça e o tipo de instituição.

bilhões de dólares em dívidas.²³ O senador Bernie Sanders foi além, propondo cancelar todos os empréstimos estudantis pendentes (e dívidas com saúde) sem levar em conta a renda do mutuário ou a sua condição financeira, o que totalizaria 1,6 trilhão de dólares exclusivamente em dívidas estudantis, além de defender maior oferta de ensino superior gratuito.²⁴

Em resposta à pandemia do coronavírus, o então presidente Donald Trump emitiu uma ordem executiva suspendendo todo o acúmulo de juros para empréstimos estudantis federais financiados pelo governo. Semanas depois, o Congresso codificou o congelamento de juros no *CARES Act* e estendeu a suspensão da dívida, por duas vezes, até 31 de janeiro de 2021. Em seu primeiro dia de mandato, o presidente Joe Biden assinou nova ordem executiva prorrogando novamente a moratória de juros, desta vez até 30 de setembro de 2021. No total, supondo que não haja novas prorrogações, isso irá equivaler a dezoito meses de juros suspensos sobre empréstimos estudantis federais mantidos pelo governo, chegando a cerca de 5 bilhões de dólares por mês. Ao longo de dezoito meses, isso representaria 90 bilhões de dólares (MINSKY, 2021). Toda essa pressão teve origem na sociedade civil organizada, culminando, ainda em meio à pandemia, em uma carta endereçada ao Congresso americano. O documento, que contou com a adesão de mais de cem organizações não governamentais, exigia o *cancelamento* total das dívidas estudantis.²⁵

Movimentos similares ocorrem em outros países, sendo o caso do Chile um dos de maior destaque. Há 2 milhões de jovens chilenos pendurados em empréstimos estudantis, reflexo da privatização

²³ <https://elizabethwarren.com/plans/affordable-higher-education/>. Acesso em: 19/06/2021.

²⁴ <https://berniesanders.com/issues/free-college-cancel-debt/>. Acesso em: 19/06/2021.

²⁵ <https://ourfinancialsecurity.org/wp-content/uploads/2020/07/Student-debt-cancellation-July-15-2020.pdf/>. Acesso em: 17/06/2021.

do acesso ao ensino superior, desde a era Pinochet. Organizações de estudantes lutam desde 2011 pelo fim da dívida do Crédito con Garantía Estatal (CAE), criado em 2005 para que alunos pudessem financiar sua educação através de empréstimos bancários garantidos pelo Estado chileno. Tais mobilizações, lideradas pelo movimento Deuda Educativa, foram encabeçadas pela Confederación de Estudiantes de Chile (Confech), que reúne graduandos de diversas universidades do país. Uma das vitórias do movimento foi ter eliminado um registro comercial onde figurava o nome dos estudantes inadimplentes.

268

As revoltas de 2019, que se saldaram em 2021 com a grande vitória política de aprovação de uma Convenção Constitucional, deram nova luz à problemática da dívida no país. O Banco Central chileno aponta que, de toda a renda familiar, em média 73% são dedicados ao pagamento de dívidas (CAVALHEIRO, 2019). Com a pandemia do coronavírus a questão da dívida estudantil se tornou ainda mais crítica, levando à *suspensão* temporária da dívida por parte do governo, medida que vem sendo prorrogada desde então.²⁶

Outra frente de resistência contra a expropriação financeira vem da experiência da crise do *subprime* de 2008, e questiona a dívida de mutuários do crédito habitacional. Esta modalidade de crédito teve papel crucial na eclosão da crise, especialmente os contratos de taxas de juros ajustáveis (Adjusted Rate Mortgages – ARM) estendidos à população de baixa renda dos Estados Unidos (LAPAVITSAS, 2009). No entanto, a incorporação da população de baixa renda aos canais financeiros, especialmente por meio de hipotecas, ocorreu em escala global ao longo da década de 2000. Por um lado, isso faz que, mesmo antes do estouro da crise, o crédito habitacional já figure como um elemento central na questão da moradia e, por outro,

²⁶ <https://reprogramacae.ingresa.cl/>, <https://www.chileatiende.gob.cl/fichas/26094-suspension-del-pago-del-credito-con-garantia-estatal-por-cesantia> e <https://www.senado.cl/proyecto-que-despenaliza-deudas-en-educacion-fijan-plazo-para/senado/2021-04-29/104735.html>. Acesso em: 17/06/2021.

que os efeitos da crise (e, conseqüentemente, as reações desencadeadas) na questão habitacional sofram forte influência das condições políticas e socioeconômicas de cada país ou região (RAVELLI, 2021; MIKUŠ, 2019).

Diversos autores apontam a Espanha como um dos países em que a contestação da dívida das famílias e das políticas de austeridade que se seguiram à crise de 2008 foi mais intensa. Relacionada especificamente à questão habitacional, a Plataforma de Afectados por la Hipoteca (PAH) foi criada em 2009, a partir da dificuldade crescente da população, especialmente dos estratos de renda mais baixos, para cumprir com os pagamentos mensais relativos a hipotecas e aluguéis.

O grande diferencial do PAH em relação a outros movimentos de contestação de dívidas imobiliárias é a sua abrangência nacional e a capacidade de atração e treinamento de novos ativistas, especialmente em questões legais, como renegociação das dívidas e questões econômicas, como funcionamento de fundos de investimentos e securitizações. Por exemplo, uma das principais reivindicações do PAH, além do fim dos despejos, é o cancelamento de dívidas remanescentes (*dación en pago*) após a execução da hipoteca e o despejo da família (RAVELLI, 2021).

Em seu livro *Should We Abolish Household Debts?* (2019), Johnna Montgomerie defende uma solução política para o cancelamento das dívidas financeiras. Para romper com a “economia moral da dívida” (o que significa romper com a dependência à dívida), ela propõe que seja redistribuído com as famílias o *bailout* assegurado em 2008 às instituições financeiras. A autora defende a criação de um fundo formado por metade do montante do *bailout* (desembolsos em dinheiro e garantias de crédito) então aprovado pelos governos. Gerido pelo Banco Central, esse fundo empregaria as garantias de crédito no refinanciamento de longo prazo do saldo devedor do crédito de consumo e hipotecário. Já os desembolsos em dinheiro seriam utilizados para agregar num pool dívidas antigas e onerosas propiciando meios para uma liquidação negociada com os credores.

OBSTÁCULOS AO CANCELAMENTO DAS DÍVIDAS

Por que se mostra quase impossível concretizar planos de cancelamento de dívidas?

A concepção de uma dívida envolve dois agentes: o credor transfere um determinado montante de recursos ao devedor, que se compromete a devolvê-lo em uma data futura, acrescida de juros sobre o montante devido. Assim, a dívida é um componente do ativo do credor e do passivo do devedor. Necessariamente, o cancelamento desta dívida implica ganhos para o devedor, pois reduz seu passivo, e perdas para o credor, pois reduz seu ativo. É importante frisar que, sob essas condições, é fácil identificar aqueles que sofrem os efeitos do cancelamento (relativos à magnitude do valor a ser quitado, dependente das condições específicas da dívida).

270

Este é, em linhas gerais, o comportamento típico dos bancos comerciais, que dão origem aos contratos de dívidas com outros agentes, contratos esses que permaneciam, no passado, em seus ativos até a quitação total do valor adiantado. Consequentemente, nestas condições, a remuneração do credor ocorre a partir do pagamento do serviço da dívida, composto pelo principal e por juros. No entanto, inovações financeiras, em especial a securitização e os derivativos, levaram a mudanças nesse cenário, com implicações para propostas de cancelamento de dívidas.

Também em linhas gerais, a securitização é o processo que torna negociáveis ativos originalmente não negociáveis, essencialmente criando mercados secundários para fluxos de pagamentos futuros de qualquer tipo (IMF, 2015). Desta forma, ao realizar uma operação de crédito, o credor tem a opção de reter esse ativo em sua carteira, ganhando juros a partir dos pagamentos dos devedores, ou de transformar esse contrato de dívida em um título (uma *security*) a ser negociado nos mercados financeiros. Nesse caso, a remuneração passa a ser composta por taxas e comissões cobradas pela colocação e venda desse título e pela transferência dos pagamentos do devedor ao novo detentor do título. É o que Lapavitsas (2009) denomina de modelo bancário “originar e distribuir”.

Essa possibilidade tem sérias implicações. Primeiro, ao securitizar a dívida e vender o ativo, o credor recupera os recursos adiantados com maior rapidez, permitindo o aumento na velocidade de concessão de novos empréstimos e no montante de recursos emprestados. A securitização amplia, portanto, a liquidez, ao transformar empréstimos os mais variados, cuja marca era serem ilíquidos, em *securities* para serem transacionadas. Em segundo lugar, a securitização permite a transferência do risco de crédito para outros agentes. Isto é, a relação de endividamento é criada por quem originalmente concedeu o empréstimo, mas ela se perpetua entre o tomador e quaisquer agentes que detenham o título correspondente àquele dívida, que podem ser pessoas, bancos de investimento, fundos de pensão, empresas, entre outros. Logo, não é tão evidente quais agentes sofrerão os efeitos diretos do cancelamento de dívidas. A contrapartida é uma dispersão social dos riscos e o relaxamento dos critérios adotados para a concessão de empréstimos, dado que o risco de default é transferido. Por fim, além do fluxo de pagamentos associado à quitação da dívida, as *securities* também envolvem a possibilidade de ganhos de capital, introduzindo um elemento especulativo ao título de dívida. Assim, aumentam os lucros financeiros.

271

Os derivativos, por sua vez, são ativos financeiros cuja existência e valor vêm de um “item de referência” (*benchmark*), que pode ser um indicador, um bem ou um ativo financeiro (IMF, 1998). Apesar dessa relação entre o derivativo e o *benchmark*, as operações envolvendo derivativos não requerem que uma das partes seja a proprietária do ativo em questão, nem que este esteja envolvido na operação (BRYAN & RAFFERTY, 2006). Isso significa que, a partir de uma operação de dívida convertida em uma *security*, diversos outros títulos podem ser concebidos, envolvendo outros agentes nesta operação. Com isso, há um processo de alavancagem, pois o título de dívida original, que serve de *benchmark* aos derivativos, passa a ser a referência a diversos outros títulos, envolvendo agentes e recursos em montante muito superior à operação original (BRYAN, 2006). Desta forma, o cancelamento das dívidas tem efeitos em cascata, pois leva ao cancelamento dos derivativos baseados nesta dívida,

amplificando e expandindo as consequências analisadas no início desta seção.

De fato, essa configuração pode ter consequências catastróficas sobre a economia, no caso de os contratos de dívida perderem valor, como ocorreu na crise financeira de 2008. Naquela ocasião, a proliferação dos calotes nas hipotecas fez que todo o conjunto de *securities* que envolviam tais contratos e os derivativos nelas baseados tivessem seu valor depreciado, levando a severas baixas nos ativos dos mais diversos agentes da economia, notadamente instituições financeiras, contração de crédito, represamento de liquidez, contração da produção e da renda e recessão generalizada. Portanto, podemos concluir que o efeito sobre o conjunto de ativos financeiros da economia, que, por suas características, teria repercussões severas sobre a economia real, seria suficiente para questionar o cancelamento das dívidas (LAPAVITSAS, 2009).

272

Essa, no entanto, é apenas parte da resposta. Com a perspectiva adquirida mais de uma década depois, podemos observar que a crise não refreou o ímpeto dos mercados financeiros, que se recuperaram intensamente, ao contrário da economia real, que sofreu com taxas de crescimento erráticas (KOSE e OHNSORGE, 2020). A possibilidade de cancelamento da dívida, mesmo que orquestrada de modo a mitigar as perdas para o sistema financeiro (como muitas das medidas pós-crise de 2008), leva a dois impactos sobre o processo de acumulação financeira. Em primeiro lugar, supõe uma intervenção do Estado de grande magnitude. Efetivado o cancelamento, modifica-se todo o arcabouço institucional do processo de acumulação financeira, em nome dos interesses da sociedade (mais especificamente, dos endividados), o que pode ser prejudicial aos interesses do sistema financeiro. Portanto, uma consequência dinâmica do cancelamento é a mudança nas regras que orientam o processo de acumulação financeira.

Adicionalmente, como já discutido, a alternativa (isto é, formas de preservar e inflacionar o valor dos ativos) é funcional ao sistema financeiro, uma vez que permite a renegociação de dívidas, ampliando prazos e aumentando o valor final, adensando e alongando

a dependência dos tomadores de crédito. Esse processo conta, ainda, com o apoio essencial do Estado, através de programas de garantia de renda, que permitem a continuidade do fluxo de pagamentos associados às dívidas já contraídas (LAVINAS, 2020). Esse “alívio” financeiro (tanto pelo adiamento de dívidas, congelamento de juros e alongamento de prazos, o que permite redução do valor de prestações, quanto pela garantia de renda do Estado) ainda permite uma melhora nas condições de tomada de crédito, pois aumenta a renda disponível das famílias e tem, por detrás, como garantidor desses fluxos de renda, o próprio Estado. Deste modo, a renegociação de dívidas como alternativa ao seu cancelamento proporciona maior segurança ao sistema financeiro, maiores ganhos e a possibilidade da continuação do processo de acumulação financeira, pela geração de novas dívidas que serão securitizadas, e sobre as quais novos derivativos serão constituídos, aprofundando a dominância do setor financeiro e garantindo seu papel como provedor de necessidades básicas, amparado pela conivência do Estado.

273

Finalmente, o disciplinamento moral que a dívida implica e as punições que lhe são intrínsecas caso o devedor não honre seus compromissos não podem ser omitidos. O valor moral antes atribuído ao trabalho árduo agora é ou substituído ou complementado pela moral da dívida, que se assenta sobre novas formas de controle social e dominação (LAZZARATO, 2012). O indivíduo – trabalhador ou não e qualquer que seja seu status social – passa a ser julgado pela sua relação com o setor financeiro, entrando e saindo de listas de negativados ou tendo sua pontuação de crédito minorada (*credit scores*), o que torna mais difícil ou mais caro seu acesso ao mercado de crédito. Para Soederberg (2013, p. 537), “*as relações perpassadas por dívidas, vistas como neutras (sem clivagens de classe) e naturais (inevitáveis)*”, ao serem permanentemente reconfiguradas, encobrem relações de poder subjacentes que expressam inúmeras formas de desigualdades. Portanto, abolir dívidas significaria alterar profundamente as relações de poder assimétricas entre credores e devedores, em favor destes.

BRASIL: A FUNCIONALIDADE DO AUXÍLIO EMERGENCIAL À ACUMULAÇÃO FINANCEIRA

O Gráfico 1 mostra a trajetória de crescimento do grau de endividamento das famílias brasileiras ao longo da década de 2000. Entre 2005 e 2015, ele passa de pouco menos de 20% para quase 50% da renda familiar disponível acumulada em 12 meses. Um fator decisivo para impulsionar essa tendência, acoplada ao *boom* de consumo das famílias à época, foi a eclosão da oferta do crédito de consumo no âmbito de uma estratégia de ampliação da acessibilidade ao sistema financeiro em geral (LAVINAS, 2017).

274

De fato, de 2003 em diante, o saldo total de crédito como porcentagem do PIB cresce rapidamente, até alcançar 54,8% em 2014, contra 22% em 2001, em meio a um contexto macroeconômico mais favorável (gradual estabilização do câmbio, forte recuperação das exportações em meio a um ciclo ascendente de commodities, crescimento real dos salários e retomada da confiança). Notável é observar que, ao final de 2014, o crédito pessoa física corresponde a 26% do PIB (ou o equivalente de 47% de todas as operações de crédito naquele ano, somando pessoa física²⁷ e pessoa jurídica). Isso evidencia a importância estratégica do crédito individual nessa fase de recuperação econômica em que o consumo das famílias e sua vinculação aos mercados financeiros ganha densidade.

Uma série de fatores conjugados vai alimentar o ciclo expansionista do crédito à pessoa física, entre eles inovações importantes como o crédito consignado para tomadores detentores de uma renda regular paga pelo Estado (aposentados, pensionistas e funcionários públicos); a bancarização de beneficiários de programas sociais e famílias de baixa renda, graças à criação de contas simplificadas,

²⁷ A título de informação, cabe registrar que o crédito estudantil via fies não é contabilizado nas estatísticas de crédito bancário (livre ou direcionado) do Banco Central.

entre outros instrumentos financeiros, como a forte expansão do FIES, abolindo a fiança e praticando juros bem abaixo do mercado.

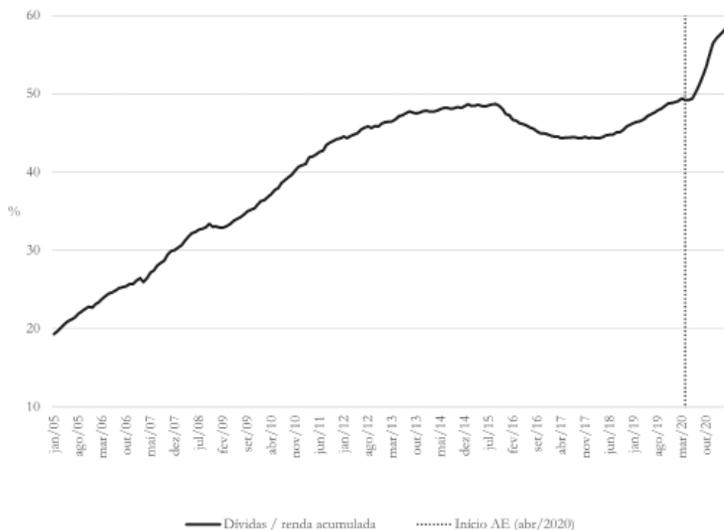
Entre 2015 e 2016, anos da maior recessão já vivida pelo país (crescimento negativo de 7,5% do produto), há um refluxo do grau de endividamento das famílias, inclusive em decorrência da retração na oferta de crédito, que retoma tendência de alta a partir de 2017.

Em 2020, o saldo total de crédito pessoa física atinge 30,1% do PIB. Há que atentar, contudo, para a composição desse saldo. Segundo o Banco Central do Brasil, em 2007, a parcela do crédito imobiliário corresponde a 10% apenas do saldo de crédito às famílias. Em 2020, pula para 31%, um salto extraordinário. Ainda assim, atualmente, quase 70% do crédito às famílias não é de longo prazo, para aquisição de moradia e construção de patrimônio, mas para despesas correntes e aquisição de bens duráveis.

Ora, entre 2007 e 2020, a taxa de crescimento do PIB foi de 1,59% a.a., enquanto o saldo de crédito às famílias aumentou em 7,56 % a.a. Já os rendimentos reais habituais de todos os trabalhos mantiveram-se estagnados no período 2012-2019 (IBGE, PNAD C 2012-2019), o que por si só explica o repique da curva de endividamento assinalada no gráfico 1, a partir de 2017. Finda a recessão, o mercado de crédito volta a expandir-se atendendo à demanda repressada das famílias.

Quando a pandemia impõe a adoção de medidas urgentes de estímulo fiscal, a maior iniciativa de suporte econômico à população foi a criação de um programa de transferência de renda extraordinário, o Auxílio Emergencial. A enorme magnitude dos recursos comandados por este programa não foi, no entanto, capaz de interromper o aumento do endividamento das famílias. O gráfico 1 indica que, a partir de abril de 2020, quando tem início o pagamento do auxílio emergencial, o endividamento das famílias cresce exponencialmente, atingindo patamar jamais alcançado em quinze anos, 58,5% da renda domiciliar disponível acumulada nos últimos doze meses.

Gráfico 1 – Endividamento das famílias
(% da renda acumulada dos últimos doze meses)



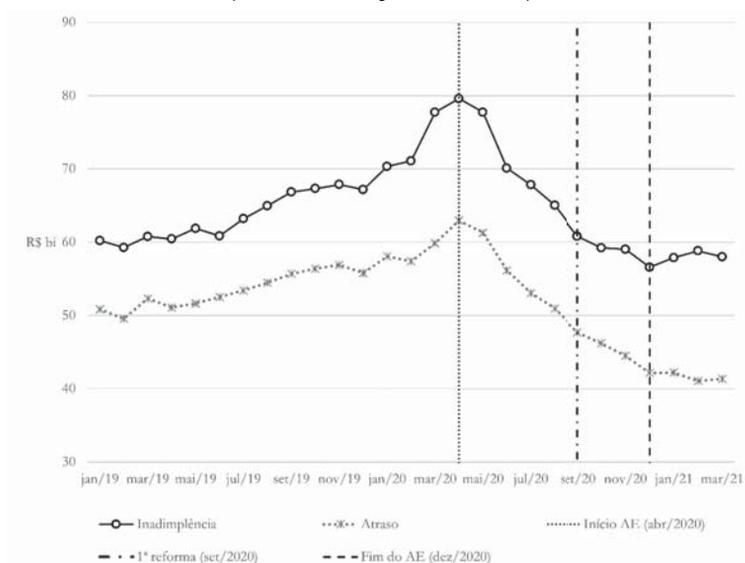
276

Fonte: Banco Central do Brasil, Sistema Gerador de Séries Temporais, Série 19882. Dados de janeiro/2005 a abril/2021. Endividamento: Relação entre o valor atual das dívidas das famílias com o Sistema Financeiro Nacional e a renda disponível das famílias acumulada nos últimos doze meses.

Da mesma forma, dados do Banco Central indicam que não houve alteração significativa na tendência de alargamento do prazo das carteiras. Contudo, há uma diferença fundamental na composição do saldo de crédito: a reversão do aumento dos valores em atraso e em inadimplência.

De acordo com o Gráfico 2, ambas as mudanças de tendência ocorrem em abril de 2020, concomitantes ao início do pagamento do AE. Mais significativamente, os totais em atraso e em inadimplência caem, em poucos meses, para valores abaixo dos vigentes pré-pandemia. Adicionalmente, podemos perceber que, quando da primeira extensão do AE, com diminuição da cobertura e do valor do benefício, há um arrefecimento da tendência de queda do atraso e da inadimplência em ambas as séries, um processo acentuado pelo fim do programa em dezembro de 2020.

Gráfico 2 – Saldo de crédito em atraso e em inadimplência (R\$ bilhões de junho de 2021)



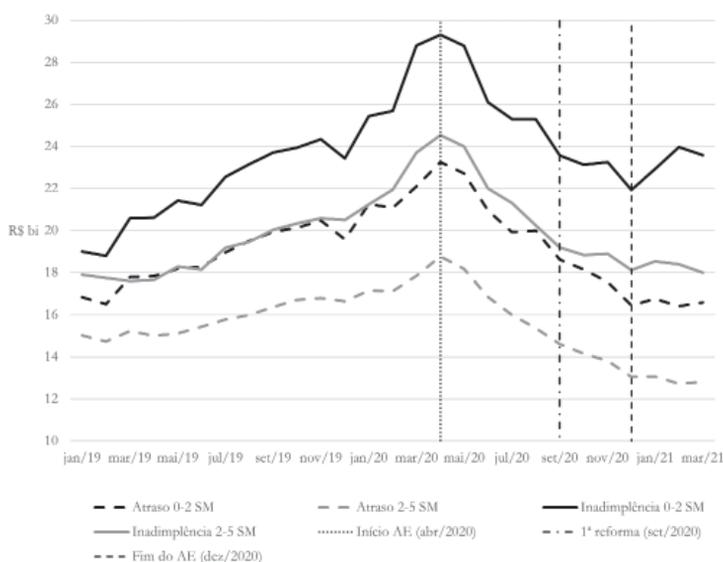
Fonte: Elaboração própria. Banco Central do Brasil, Sistema de Informações de Crédito. Dados de janeiro de 2019 a março de 2021, deflacionados a preços de junho de 2021 pelo ipca.

O Gráfico 3, por sua vez, permite observar que tal processo de redução dos valores atrasados e em inadimplência não esteve restrito à parcela no topo da distribuição de renda, tendo sido levado adiante, principalmente, pelos tomadores com renda individual de até 2 e de 2 a 5 salários mínimos, que responderam por, respectivamente, 32,7% e 27,5% da redução dos saldos em atraso e 32,1% e 27,9% da redução dos saldos inadimplidos entre abril e dezembro de 2020. Para tomadores com renda até 2 salários mínimos, o saldo de crédito em atraso e inadimplido caiu, respectivamente, 29,3% e 25,2% no período. Para aqueles com renda acima de 2 até 5 salários mínimos, a redução foi, respectivamente, de 30,5% e 26,1%.

Analisando o caso britânico, Montgomerie (2019, p. 31) reconhece que “são as pessoas com dívidas de pequeno porte as que mais sofrem e são prejudicadas por estarem endividadas”. Como

demonstram os dados, também no Brasil são os grupos de menor renda os mais dependentes e em risco por força do endividamento. Essa similitude sinaliza que o grau de expropriação financeira tende a ser inversamente proporcional à renda.

Gráfico 3 – Saldo de crédito em atraso e em inadimplência por faixa de renda (R\$ bilhões de junho de 2021)



278

Fonte: Elaboração própria. Banco Central do Brasil, Sistema de Informações de Crédito. Dados de janeiro de 2019 a março de 2021, deflacionados a preços de junho de 2021 pelo IPCA.

É notável, deste modo, a sincronia entre o AE, em suas distintas etapas, provendo enorme liquidez às famílias e o processo de renovação da capacidade de tomada de crédito. Ademais, o fato de que as famílias na base da distribuição de renda tiveram participação determinante neste processo reforça a ideia de uma relação robusta entre os dois fenômenos.

De fato, a Tabela 1 permite observar os drásticos efeitos da Covid-19 sobre o mercado de trabalho. Não só a taxa de desemprego

subiu de maio a novembro de 2020, mas a participação dos rendimentos do trabalho na renda domiciliar per capita caiu de 72,5% em 2019 para, em média, 64,3% ao final de 2020. A maior parte dessa queda foi compensada pelo AE, que correspondeu, em média, a 9,3% da renda domiciliar.

No entanto, os dados disponíveis na Tabela 2 demonstram que os efeitos foram mais intensos para a população pobre.²⁸ Por um lado, a taxa de desemprego chegou a quase 45% (média de 40,1% entre maio e novembro) e a participação da renda do trabalho caiu de 67,9% em 2019 a 35%, em média. Por outro lado, o AE superou 50% da renda domiciliar per capita em diversos meses, tendo média de 48% no período. Conclui-se que a manutenção da renda das famílias, especialmente das mais pobres, foi possível somente por conta das transferências extraordinárias de renda.

A magnitude dos efeitos do AE sobre a população de baixa renda pode ser atestada também através de seus efeitos sobre a pobreza e a desigualdade. Em relação à primeira, podemos observar, entre maio e agosto, a queda ininterrupta da proporção de pobres (*head-count ratio*) e do hiato médio de renda, significando que aqueles que continuaram pobres estavam relativamente mais próximos da linha de corte. Da mesma forma, o índice de Gini caiu até setembro, indicando o sucesso do AE em compensar a queda da renda da população mais pobre. No entanto, nenhum desses resultados resistiu às mudanças no desenho do benefício e, já em novembro, os três indicadores haviam piorado.

Um outro ponto relevante é que, de acordo com a PNAD Covid-19, entre julho e setembro de 2020, mais da metade das famílias pobres que buscaram empréstimos era beneficiária do auxílio emergencial.²⁹ Isso reforça a observação do início da seção, de que,

²⁸ Renda domiciliar per capita inferior a US\$ 5,50 PPC diários. Linha de pobreza para países de renda média-alta (caso do Brasil) do Banco Mundial.

²⁹ Em novembro, 66% das famílias que buscaram empréstimos recebiam benefícios do Auxílio Emergencial.

mesmo com o enorme montante de recursos canalizados às famílias, não foi possível, para uma parcela significativa delas, romper com a necessidade de recorrer ao endividamento.

Tabela 1 – Indicadores socioeconômicos: população geral

	Renda domiciliar per capita	% trabalho na RDPC	% auxílio na RDPC	Taxa de desocupação	Gini
2019	1405,80	72,5	--	11,7	0,543
mai/20	1226,82	63,6	9,4	10,7	0,492
jun/20	1268,47	62,2	10,5	12,4	0,484
jul/20	1304,90	62,8	10,7	13,1	0,476
ago/20	1333,81	63,5	10,5	13,6	0,474
set/20	1343,44	64	10,2	14	0,474
out/20	1321,42	66,2	7,7	14,1	0,49
nov/20	1297,99	67,6	6,1	14,2	0,497

280

Fonte: Elaboração própria a partir da PNAD Contínua anual (2019) e da PNAD Covid-19 (maio a novembro de 2020). RDPC: Renda Domiciliar Per Capita.

Pelo contrário, ao garantir um determinado fluxo de renda, o AE teve o mesmo efeito sobre o endividamento que as chamadas que consomem uma fênix: propiciou o início de um novo ciclo. As famílias reduziram valores em inadimplência e atrasados, ao mesmo tempo que o saldo de crédito aumentou, juntamente com o prazo médio das carteiras. Houve, desta forma, um adensamento da dependência em relação ao mercado financeiro: por um lado, novos empréstimos foram concedidos, renovando os laços que unem os dois agentes; por outro, esses novos empréstimos serão quitados em um tempo maior, o que torna a relação de dependência ainda mais duradoura e estável.

Tabela 2 – Indicadores socioeconômicos: população pobre (US\$ 5,50 PPC por dia)

	Renda domiciliar per capita	Linha de pobreza (R\$) ³⁰	% trabalho na RDPC	% auxílio na RDPC	Taxa de desocupação	PO	PI
2019	219,83	396,00	67,9	-	31,0	22	9,8
mai/20	244,37	403,41	35,2	45,7	28,6	18,8	7,4
jun/20	253,95	404,44	31,8	51,4	35,0	16,8	6,2
jul/20	260,63	405,90	31,5	52,6	40,0	14,8	5,3
ago/20	262,23	406,89	31,7	52,4	43,7	13,8	4,9
set/20	267,14	409,46	32,1	53,4	44,9	14,6	5,1
out/20	251,98	413,03	39,6	42,4	44,0	18,5	7,2
nov/20	252,04	416,67	42,9	37,6	44,5	20,7	8,2

Fonte: Elaboração própria a partir da PNAD Contínua anual (2019) e da PNAD Covid-19 (maio a novembro de 2020). RDPC: Renda Domiciliar Per Capita.

Durante a pandemia, e de modo complementar, houve também fornecimento de crédito para empresas, com programas específicos ao setor privado. Acabado o ano de 2020 e sua exceção fiscal, voltou-se às medidas que já haviam mostrado sua inadequação na conjuntura de calamidade pública. A área de saúde permaneceu em estado de subfinanciamento, mesmo com o forte aumento dos custos provocados pela rápida aceleração dos casos de Covid-19 e o número recorde de óbitos. Seu orçamento em 2021, ainda em meio à pandemia, retornou ao valor de 2019. O Programa Bolsa Família, que atende aos mais pobres, não foi valorizado, o que fez que as taxas de pobreza aumentassem acompanhando a alta da taxa de desemprego e a queda da renda das famílias. Um exemplo da

³⁰ A linha de pobreza em reais foi obtida pela conversão da paridade de poder de compra para consumo privado R\$ 2,40 para US\$ 1,00 PPC 2019, disponível em <https://data.worldbank.org/indicator/PA.NUS.PRVT.PP?locations=BR>. Acesso dia 27/07/2021. Valores para os demais meses atualizados pelo IPCA.

insuficiência das medidas adotadas é o retorno do problema da fome ao conjunto de mazelas sociais do país. Dados da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional indicam que, em 2020, 43,4 milhões de brasileiros (20,5%) não tinham alimentos em quantidade suficiente e 19 milhões (9%) enfrentavam a fome.

Assim, no segundo ano da pandemia, o cenário que se monta é ainda mais preocupante. O mercado de trabalho não dá sinais contundentes de retomada, com a taxa de desemprego no maior nível desde o início da pandemia. Por fim, é preciso destacar a inflação. Ao considerarmos a rubrica “alimentos”, a variação do IPCA chega a 14,1% no ano, prejudicando sobremaneira as famílias de baixa renda. Essa tendência continua em 2021, com a inflação em junho chegando a 3,8% acumulado no ano, com destaque para o custo com “transporte”, cuja inflação já atinge 8,2%.³¹ Sem uma política compensatória adequada e com a via do mercado de trabalho ainda bloqueada pela perpetuação da pandemia, o endividamento junto ao sistema financeiro é o último recurso para as famílias em sua busca por renda.

Há que se assinalar que a estratégia das famílias na luta pela sobrevivência fortalece involuntária e paradoxalmente a estratégia de lucratividade dos bancos. Estudo do Banco Central do Brasil (2020a) constata que, no contexto recente de baixo crescimento e tendência de queda da taxa de juros Selic a níveis incomuns, os bancos brasileiros conseguiram manter altíssima rentabilidade,³² graças à expansão do crédito direcionado às famílias, que compensa a retração do saldo de crédito para empresas. Ao final de 2020, elas ficam com 54% de todo o volume de crédito. Como taxas de juros aplicadas às modalidades crédito de consumo ou imobiliário são mais caras que aquelas cobradas às empresas, e como são operações

³¹ <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/snipc/ipca/tabelas/>. Acesso em: 19/07/2021.

³² Proxy calculada a partir das receitas obtidas com intermediação financeira, a saber: juros recebidos menos juros pagos.

prefixadas que refletem tardiamente a queda da taxa de juros na economia, são as famílias – sobretudo aquelas mais vulneráveis, como demonstramos – que, objeto da expropriação financeira, alimentam a acumulação rentista.

A rápida deterioração da situação das famílias, em especial das mais pobres, levou o governo Bolsonaro a sinalizar mudanças no desenho do programa de combate à pobreza. Em meio ao debate sobre a reformulação do programa Bolsa Família, em substituição ao AE, vislumbra-se autorizar o comprometimento de até 40% do benefício para o pagamento de empréstimos consignados, tal como ocorre com aposentadorias e pensões públicas. A taxa de juros mensal seria de 1,2% ao mês, o equivalente a 15,4% a.a., numa conjuntura em que a previsão de inflação em 2021, segundo o Boletim Focus do Banco Central, é de aproximadamente 8,5% (outubro 2021). Nem mesmo as famílias mais miseráveis escapam à voracidade da lógica de expropriação financeira, capitaneada pela ação do Estado na formatação da sua política social.

283

A despeito da recém-aprovada Lei do Superendividamento, pode-se afirmar que, no Brasil, a questão do endividamento não se coloca como um eixo central nas lutas sociais. Está na pauta da sociedade civil a demanda por uma renda básica garantida que, ao fim e ao cabo, mostra-se funcional a um capitalismo pautado pelo endividamento crescente e expansão do setor financeiro para todas as esferas da vida. Transferências de renda garantidas pelo governo tornaram-se um colateral indispensável à inclusão financeira e ao processo de endividamento recorrente das famílias mais pobres e vulneráveis socialmente (LAVINAS, 2018; 2020).

CONCLUSÃO

A pandemia da Covid-19 trouxe consigo uma série de quebras estruturais e mudanças bruscas na vida da população, com repercussões profundas sobre o bem-estar das famílias e a dinâmica da economia global. Modificou também o desenho das políticas sociais comumente empregadas para enfrentar uma crise de proporções

desconhecidas que ameaçou, de imediato, a estabilidade do sistema financeiro mundial.

Uma primeira mudança observada tem a ver com a estratégia de *bailout* às famílias. Não apenas os programas de transferência de renda prevaleceram, como seu volume cresceu exponencialmente. Ocupando o centro das estratégias contracíclicas, eles foram massivamente responsáveis pela forte elevação do gasto público em meio à pandemia, na contramão do que ocorreu em 2008. Essa garantia de liquidez às famílias, ainda que tenha compensado parcialmente a perda de renda, evitando o colapso da demanda, favoreceu a reorganização do ciclo de endividamento familiar ao reverter a tendência de aumento da inadimplência.

284

Essa não é uma consequência menor. Por um lado, o valor dos ativos do sistema financeiro se mantém apreciado. Por outro, a relação de dependência que famílias e indivíduos têm com os mercados financeiros se aprofunda. Assim, o ciclo de acumulação prossegue e se expande de forma sustentável, tanto pela queda da inadimplência quanto pela ampliação da oferta de crédito. De um ponto de vista agregado, evitou-se uma crise financeira cujos efeitos se alastrariam à economia real, como ocorreu em 2008. Ademais, privilegiar o socorro às famílias na forma de *cash* (socorro esse canalizado, posteriormente, ao setor financeiro) conferiu legitimidade àqueles que, à frente dos executivos nacionais, optam por reduzir o escopo da provisão pública a transferências monetárias para franquear, em última instância, o domínio do capital financeiro sobre a esfera da reprodução social.

Tal reestruturação, no entanto, vai muito além. De acordo com a hipótese aventada neste artigo, observa-se uma reconfiguração da política social que passa a incorporar, na sua institucionalidade, a gestão da dívida e dos riscos a ela inerentes. A trinca suspensão/renegociação/expansão da dívida foi dimensão relevante das políticas públicas que prevaleceram durante a pandemia, como demonstramos.

No Brasil, contudo, o Estado centrou sua intervenção na garantia de liquidez através de programas de renda generosos, porém de curtíssimo prazo. Se a ideia fosse sustentar o bem-estar das famílias,

o AE não deveria ter sido interrompido por vários meses antes de ser retomado em valor três vezes menor, reduzindo em algumas dezenas de milhões o número de beneficiários. Com o desemprego elevado e em alta, a renda familiar em queda e a economia desaquecida, os meios reais de financiar a sobrevivência passaram a depender da ampliação da capacidade de endividamento individual e não da eficácia da política pública. O legislativo brasileiro, cuja atuação foi determinante no desenho e aprovação do AE em valor e cobertura inéditos, revelou desconhecer quais os fundamentos e escopo de um Estado social.

Da mesma forma, o Estado brasileiro não reformulou seu arcabouço institucional para, de modo coordenado, suspender legalmente – e por tempo determinado – o pagamento de dívidas financeiras e determinar as condições de repactuação das dívidas individuais. Isso teria poupado a sangria de recursos das famílias para as instituições financeiras, numa conjuntura dramática marcada por ações de despejo, insegurança alimentar severa, despesas crescentes com saúde e aumento da miséria. Teria ainda fortalecido o poder de barganha dos 61 milhões de brasileiros endividados na repactuação de seus passivos junto aos bancos. Portanto, o Estado deixou inteiramente nas mãos do setor privado-financeiro os termos de renegociação de dívidas e os mecanismos de expansão da oferta de crédito.³³ Este setor decidiu sem constrangimentos manter inalteradas nos contratos as taxas de juros (apesar da Selic em queda durante a pandemia) bem como definir prazos e tarifas. E garantiu um patamar de lucratividade elevado, espoliando as famílias mais necessitadas.

É urgente a incorporação do endividamento à análise das condições de vida da população. No mínimo, tal procedimento fornece uma necessária ponderação dos resultados observados; no máximo, modifica por completo as avaliações obtidas. Por exemplo, a grande

³³ <https://portal.febraban.org.br/noticia/3461/pt-br/>. Acesso em: 23/07/2021.

expansão do acesso ao ensino superior privado acaba redimensionada quando consideramos que o ingresso nessas instituições ocorreu às custas da penhora do futuro desses alunos e de suas famílias; da mesma forma, variações na renda não são capazes de refletir o poder de compra da população se não forem descontados os valores pagos com o serviço de dívidas contraídas, agora de forma quase permanente.

Embora seja difícil apontar os caminhos da política social no pós-pandemia, pode-se supor que ela vá retornar a níveis e perfil pré-crise, com preponderância das transferências monetárias em detrimento da oferta de serviços públicos coletivos, com benefícios de pouco valor, cobertura deficiente e protagonismo crescente do setor financeiro na prevenção de riscos de difícil previsão. Com isso, é mantido o círculo vicioso que requer a obtenção de meios de pagamento para que sejam atendidas as necessidades básicas da população. A novidade está em que, por ocasião da pandemia, foram consagrados mecanismos de recomposição da capacidade de endividamento das famílias, inseridos doravante no escopo da política social. Essa é uma primeira dimensão da reestruturação do social sob a égide neoliberal pós-pandemia.

Assim, em lugar de desmercantilizar o bem-estar, a política social serve para, excepcionalmente, controlar os riscos à expansão financeira que altas taxas de inadimplência podem representar, autorizando o endividamento crescente e tendencialmente permanente. Não basta, portanto, instituir um arcabouço regulatório para prevenir o superendividamento. É preciso romper na origem com a lógica que alimenta a expropriação financeira como pilar da reprodução social.

Referências bibliográficas

BAHIA L., JAMIL C., DEDECCA C. DOMINGUES J.M., LEITE GONÇALVES G., HERZ M., LAVINAS L., OCKÉ-REIS C., RODRIGUEZ ORTIZ M.E., Santos F. 2021. A Tragédia Brasileira do Coronavírus. *Insight-Inteligência*, n.93, abril/maio/junho 2021, pp. 60-89.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Sistema de informações de crédito. Sistema Gerenciador de Séries Temporais, Brasília, DF, 2021a. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/scrdata/>. Acesso em: 04/04/2022.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. 2021b. *Boletim Focus*, Relatório de Mercado, 15 de outubro de 2021.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. 2020a. *Relatório de Economia Bancária 2020*. Brasília, D.f.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. 2020b. *Endividamento de Risco no Brasil*. Série Cidadania Financeira, Número 6, Brasília.

BANQUE DE FRANCE. 2021a. En 2020, le taux d'endettement du secteur privé augmente fortement dans la zone euro. *STAT INFO* – 4^e trimestre 2020.

BANQUE DE FRANCE. Le surendettement des ménages - Enquête typologique 2020. *Banque de France*, Paris, 2021b. Disponível em: https://particuliers.banque-france.fr/sites/default/files/media/2021/02/10/suren_2020.pdf/. Acesso em: 04/04/ 2022.

287

BATEMAN M. The Political Economy of Microfinance. In Bateman, M. and Maclean, K. (eds.) *Seduced and Betrayed. Exposing the Contemporary Microfinance Phenomenon*. Santa Fe: School for Advanced Research Press, 2017, pp. 17-31.

BETTI G., DOWMASHKIN N., ROSSI M., YIN Y.P. Consumer over-indebtedness in the European Union: measurement and characteristics. *Journal of Economic Studies*, vol.34, n. 2, pp.136-156, 2007.

BLONDEL, Aurélie. Les français de plus en plus endettés, mais moins surendettés. *Le Monde*, Paris, 30 mar. 2021. Disponível em: https://www.lemonde.fr/argent/article/2021/03/30/les-francais-de-plus-en-plus-endettes-mais-moins-surendettes_6074939_1657007.html/. Acesso em: 04/04/2022.

BOHOSLAVSKY J. P. The Explosion of Household Debt: curse or blessing for human rights? *Human Rights Quarterly* 43.1 (2021): 1-28.

BRYAN D. Real Finance: Finding a material foundation to global finance. Paper presented at the Second Annual Conference of the International Forum on the Comparative Political Economy of Globalization, 2006.

BRYAN, D. and RAFFERTY, M. 2006. Financial Derivatives: The New Gold? *Competition & Change*, vol. 10, no. 3, Sept. 2006, pp. 265-282, doi:10.1179/102452906X114375.

CAVALHEIRO R. Classe média endividada exige sua parte em crescimento econômico do Chile. *Jornal Correio Brasiliense*, 11 de março de 2019.

CHERRY S., JIANG E., MATVOS G., PISKORSKI T., SERN A. Government and Private Household Debt Relief During Covid-19. National Bureau of Economic Research, WP 28357, 2021.

DISNEY R., BRIDGES S. and GATHERGOOD J. *Drivers of Over-indebtedness*. Centre for Policy Evaluation, The University of Nottingham, 2008.

FINE B. and SAAD-FILHO A. 13 Things You Need to Know about Neoliberalism. *Critical Sociology*, Vol. 43, pp. 685-706, 2016.

FONDEVILLE N., ÖZDEMIR, E. and WARD, T. Over-indebtedness: new evidence from the EU-SILC special module. European Commission Research Note 4, Social Situation Observatory, 2010.

IBGE. PNAD C; PNAD Covid-19; 2012-2021.

IBGE, Base de Dados Sidra, vários anos.

IMF 2017. *Global Financial Stability Report: is growth at risk?* Washington D.C.

IMF. 2015. *Handbook on Securities Statistics*. International Monetary Fund, Bank for International Settlements, European Central Bank. Joint Bank-Fund Library. Washington D.C.

IMF. 1998. *Financial Derivatives*. Eleventh Meeting of the IMF Committee on Balance of Payments Statistics. Washington D.C.

JOHNSTON A., FULLER, G. W. & REGAN, A.. It takes two to tango: mortgage markets, labor markets and rising household debt in Europe. *Review of International Political Economy*, 28:4, 843-873, 2021.

KAGAN J. and BROCK T. 2021. Cancellation of Debt (COD). *Investopedia*. Disponível em <https://www.investopedia.com/terms/c/cancellation-of-debt.asp/>. Acesso em 16/06/2021.

KOSE A. and OHNSORGE F. A Decade after the Global Recession: lessons and challenges for emerging and developing economies. World Bank, Washington D.C., 2020.

LAPAVITSAS C. Financialised Capitalism: crisis and financial expropriation. *Historical Materialism* 17.2 (2009): 114-148, 2009.

_____. *Profiting without producing: how finance exploits us all*. Verso Books, 2013.

LAVINAS L. Ad Hoc Generosity in Times of Covid-19: A Chronicle of Plights, Hopes and Deadlocks. Didier Fassin and Marion Fourcade (ed.) *Pandemic Exposures: Economy and Society in the Time of Coronavirus*, Chicago: HAU Books, 2021, pp. 59-82.

_____. The Collateralization of Social Policy by Financial Markets in the Global South. *The Routledge International Handbook of Financialization*, edited by P. Mader, D. Mertens and N. Van der Zwan, London: Routledge, 2020, p.312-323.

_____. The Collateralization of Social Policy under Financialized Capitalism. *Development and Change*. Version of Record Online, February 6 2018. DOI: 10.1111/dech.12370.

_____. *The Takeover of Social Policy by Financialization. The Brazilian paradox*. New York: Palgrave Macmillan, 2017.

LAVINAS, L.; ARAÚJO, E.; BRUNO, M., Miguel. Brazil: from elitized to mass-based financialization. *Revue de la Régulation*, Marseille, n. 25, 2019. Disponível em: <https://journals.openedition.org/regulation/14491>.

LAZZARATO, M. *The Making of the Indebted Man: an essay on the neoliberal condition*. Semiotext(e) Interventions Series, 2012.

LEMOINE, B; RAVELLI, Q. Financiarisation et classes sociales: introduction au dossier. *Revue de la Régulation*, Marseille, n. 22, 2017. Disponível em: <https://journals.openedition.org/regulation/12593/>.

MADER P. *Financializing Poverty*. Londres: Palgrave Macmillan, 2015.

MIKUS, Marek. Contesting household debt in Croatia: the double movement of financialization and the fetishism of money in Eastern European peripheries. *Dialect Anthropol* 43, 295-315, 2019. <https://doi.org/10.1007/s10624-019-09551-8/> (download da citação).

MIKUŠ, M. Contesting household debt in Croatia: the double movement of financialization and the fetishism of money in Eastern European peripheries. *Dialect Anthropol* 43, 295-315, 2019. <https://doi.org/10.1007/s10624-019-09551-8/> (download da citação)

MINSKY A. 2020. Trump and Biden Cancelled \$90 Billion In Student Loan Interest Using Executive Action – Can Biden Do More? *Revista Forbes*. Disponível em <https://www.forbes.com/sites/adamminsky/2021/04/21/trump-and-biden-cancelled-90-billion-in-student-loan-interest-using-executive-action-can-biden-do-more/?sh=3be603e8e9d1/>. Acesso em 16/06/2021.

_____. 2021. How “Cancel Student Debt” Went from a Fringe Idea to Mainstream. *Revista Forbes*. Disponível em <https://www.forbes.com/sites/adamminsky/2020/09/21/how-cancel-student-debt-went-from-a-fringe-idea-to-mainstream/?sh=59ebe5875489/>. Acesso em: 16/06/2021.

MONTGOMERIE J. *Should We Abolish Household Debts?* Londres: Polity Books, 2019.

290

OXERA. Are UK Households Over-indebted? Commissioned by the Association for Payment Clearing Services, British Bankers Association, Consumer Credit Association and the Finance and Leasing Association, 2004.

PALLEY T. I. *Financialization: The Economics of Finance Capital Domination*. Londres: Palgrave Macmillan, 2013.

RAVELLI Q. Debt Struggles: How financial markets gave birth to a working-class movement. *Socio-Economic Review*, Volume 19, Issue 2, pp.441-468, April 2021.

SENADO FEDERAL. 2021. Projeto de Lei nº 1805, de 2021 (Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 283, de 2012). Disponível em <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=8969029&ts=1626393385157&disposition=inline/>. Acesso em: 24/07/2021.

SOEDERBERG S. Universalising Financial Inclusion and the Securitisation of Development, *Third World Quarterly*, 34:4, pp. 593-612, 2013.

STRIKE DEBT. *The Debt Resisters' Operations Manual*. Common Notions and PM Press, 2014. Disponível em https://www.pmpress.org/index.php?l=product_detail&p=563. Acesso em: 16/06/2021.

Brasil: como as políticas de enfrentamento da
pandemia inauguraram um novo ciclo de endividamento familiar

UNITED NATIONS. Private Debt and Human Rights. Human Rights Council, Geneva, January 2020, A /HRC/43/45.

WORLD BANK. *Finance for All? Policies and Pitfalls in Expanding Access. World Bank Policy Research Report*. Washington, DC, 2008. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/6905/>.

Os sentidos do uberismo: juventude e plataformização do trabalho na cidade de São Paulo durante a pandemia

Ruy Braga e Douglas Santos

INTRODUÇÃO

A pandemia do novo coronavírus desregulou os tempos e produziu uma grave crise social. Seu sentido aparente consiste no medo generalizado da morte que já não conhece fronteiras nacionais. No entanto, o que a pandemia expressou está muito além disso. No mundo todo, a precariedade das condições de vida e de trabalho dos trabalhadores pobres, em especial, os trabalhadores informais e imigrantes, tem revelado o problema mais geral daquilo que podemos chamar de *fronteiras de classe* da pandemia, separando trabalhadores protegidos de desprotegidos, trabalhadores brancos de negros, trabalhadores nativos de indocumentados.¹ Nesse sentido,

¹ De fato, quando observamos as estruturas de produção de bens e de serviços na maior parte dos países do Norte global percebemos como os sistemas de saúde e as redes de produção de alimentos dependem

é possível verificar uma enorme desigualdade ampliando-se entre, por um lado, os profissionais protegidos que conseguem trabalhar em home office, e, por outro, os trabalhadores precários impelidos à exposição aos riscos da infecção por dependerem do transporte público e trabalharem lado a lado com seus colegas.²

A produção mercantil de bens e de serviços no atual contexto de emergência sanitária trouxe para o centro das indagações sociológicas a relação conflitiva entre as exigências econômicas da acumulação capitalista e as necessidades não econômicas da reprodução social.³ Trata-se de um conflito que já esteve no centro das indagações e pesquisas a respeito da classe trabalhadora. Basta mencionar o trabalho de Edward Palmer Thompson (2012), entre tantos outros, a fim de lembrar a importância que este tema já teve em nossas preocupações de pesquisa. Para o historiador marxista, a formação histórica da classe trabalhadora inglesa experimentou diferentes momentos de construção, desconstrução e reconstrução de identidades coletivas e formas organizativas.

294

de trabalhadores imigrantes. De acordo com alguns levantamentos recentes, um quarto dos trabalhadores em hospitais e um quinto do pessoal da saúde e da assistência social do Reino Unido, por exemplo, nasceram fora do país (KOTECHA, 2019; NUFFIELD TRUST, 2019). Nos Estados Unidos, os trabalhadores agrícolas imigrantes foram considerados “essenciais” na pandemia, apesar da imensa maioria deles ser formada por indocumentados, isto é, sujeitos à deportação pelas autoridades de imigração (JORDAN, 2020).

² Trata-se de uma situação de flagrante risco para a saúde dos trabalhadores subalternos, facilmente observada tanto no Norte quanto no Sul globais. Apesar da aparente universalidade do risco trazido pela pandemia, a realidade é que nem todos os trabalhadores estão “no mesmo barco”. Ademais, os efeitos da pandemia sobre os trabalhadores pobres vão muito além dos riscos à saúde associados aos locais de trabalho, ampliando-se para os dilemas associados ao desemprego e à incerteza dos rendimentos do trabalho.

³ Para os propósitos desta investigação, entendemos a “reprodução social” como a capacidade das famílias trabalhadoras de assegurar alimentação, vestimentas, moradia, cuidados com a saúde e educação.

No fluxo de seu próprio “fazer-se”, identidades coletivas passadistas foram desafiadas por circunstâncias históricas renovadas, sobrepondo, por exemplo, tradições culturais igualitárias e valores nacionais autoritários. Os diferentes grupos que formavam as classes subalternas foram interpelados desigualmente pelo conflito normativo que emergiu em razão da redefinição das fronteiras que separam o nacional e o internacional, o econômico e o político, o passado e o futuro, mas, sobretudo, quem somos “nós” e quem são “eles”.⁴

Aos nossos olhos, um conflito normativo assemelhado oriundo do conflito entre acumulação e reprodução e capaz de desafiar as fronteiras que separam “nós” e “eles” parece se insinuar contemporaneamente impulsionado por um processo global de precarização das condições que asseguram a reprodução social dos trabalhadores. Daí a importância da investigação da reconfiguração da experiência coletiva do precariado:⁵ ela está localizada na intersecção entre o conflito normativo trazido pelo declínio do padrão de solidariedade fordista e o fortalecimento da dinâmica da espoliação social que precariza o trabalho e ameaça a reprodução da própria classe trabalhadora.

⁴ Caso as tendências relativas ao aumento das desigualdades sociais mantenham-se estáveis como insinuem os dados sobre concentração de renda durante a pandemia em diferentes contextos nacionais, por exemplo, a crise socio-reprodutiva gerada pela atual pandemia deverá amalgamar ainda mais traços do “fazer-se” de novas classes trabalhadoras com aspectos relativos ao “desfazer-se” das velhas classes fordistas. No bojo desse processo de “refazer-se” classista em escala global deveremos verificar o fortalecimento de movimentos sociais dispostos tanto a desafiar quanto a defender fronteiras que separam “nós” e “eles”.

⁵ Por “precariado” entendemos a fração das classes subalternas formada pelo amálgama das populações latente, flutuante e estagnada da classe trabalhadora, acrescida de setores médios em vias de proletarianização, sobretudo, os grupos sociais formados por jovens, em trânsito mais ou menos permanente entre o aumento da exploração econômica e a ameaça da exclusão social. Para mais detalhes, ver Braga (2012).

Nesse sentido, nosso objetivo é analisar a relação entre a atual onda de “plataformização do trabalho” e as tradicionais formas de “viração” em São Paulo, destacando as representações e as expectativas dos jovens trabalhadores, negros e periféricos em relação ao futuro de suas trajetórias laborais. Além disso, iremos explorar algumas mudanças nas rotinas do trabalho de entrega por aplicativos trazidas pela atual pandemia. Para tanto, apresentaremos dados colhidos durante nossa pesquisa de campo entre janeiro e outubro de 2020 a partir de técnicas de investigação etnográfica junto a um grupo formado por aproximadamente vinte jovens trabalhadores que se reúnem cotidianamente em um ponto específico da Avenida Paulista – apesar de termos mantido um contato sistemático e permanente com sete desses jovens durante a pandemia.

PLATAFORMIZAÇÃO DO TRABALHO E NOVA INFORMALIDADE

Para tanto, é necessário destacar, em primeiro lugar, a relação que singulariza o atual momento, isto é, a relação entre o aumento da insegurança laboral associado ao desmantelamento do polo protetivo do trabalho e as tendências de “plataformização” do trabalho associadas à transformação do modelo hegemônico de negócios das empresas que estão reconfigurando a economia informal e formal em todo o mundo. Aqui, vale lembrar o estudo da Organização Internacional do Trabalho (OIT), elaborado por Adascalitei e Morano (2015), que analisou 642 mudanças realizadas nos sistemas laborais de 110 países no período de 2008 a 2014 e constatou que, na maioria, o nível de regulamentação existente foi reduzido. Em 55% dos casos, o objetivo foi diminuir a proteção ao emprego, o que atingiu toda a população e produziu mudança de longo prazo na regulamentação do mercado de trabalho.

Trata-se de uma verdadeira tendência mundial cujo objetivo consiste em desvalorizar a força de trabalho por meio do aprofundamento da insegurança laboral jurídica e protetiva, da dependência

em relação às empresas de tecnologia, da mercantilização e individualização do trabalho, do aumento das desigualdades de classe, de gênero e de raça e da fragilização das comunidades onde habitam as famílias trabalhadoras. Nesse sentido, vale destacar a ascensão global do chamado “uberismo” a partir de meados da década de 2010, em parte como resposta capitalista ao ciclo de revoltas sociais capitaneado pela juventude trabalhadora empobrecida e subocupada entre 2011 e 2015. Por uberismo, compreendemos um regime de controle do trabalho apoiado nas dinâmicas de espoliação dos direitos trabalhistas por meio da plataformização do trabalho, isto é, a subsunção dos trabalhadores à lógica da nuvem algorítmica monopolizada por startups capitalizadas por grandes fundos de investimento de risco, como a Uber, o Rappi, o iFood, por exemplo.

Em suma, trata-se de uma forma de exploração laboral que funde modernas tecnologias digitais e arcaicas estratégias de enfraquecimento da proteção trabalhista cujo principal expoente é a empresa Uber. Na realidade, a plataformização do trabalho vai muito além do tipo de plataforma representada pela empresa de transporte de passageiros. Plataformas de publicidade, como o Facebook e o Google, plataformas de nuvens com forte interface com a indústria, como a Amazon, e plataformas territoriais, como a própria Uber, têm aumentado exponencialmente seus valores de mercado, empregando centenas de milhares de trabalhadores pelo mundo. Naturalmente, há uma flagrante diversidade das características do trabalho por trás de cada tipo de plataforma. E a literatura destaca três grandes tendências de trabalho plataformizado: o *quick-work*, o *freelancer* e o trabalho territorial (para mais detalhes, ver GROHMANN, 2020; HUWS, 2020; SRNICEK, 2017; VANDAELE, 2018).

A empresa mais conhecida que emprega em larga escala o *quick-work* é, sem dúvida, a Amazon Mechanical Turk (AMT), uma plataforma em que trabalhadores se cadastram para realizar tarefas elementares, repetitivas e fragmentadas – sem nenhum tipo de conteúdo propriamente volitivo. E, muitas vezes, as tarefas limitam-se a “ensinar” (*machine learning*) o algoritmo a diferenciar nuances relativas a certas situações, o que apenas um humano seria capaz

de fazer. Em poucas palavras, os trabalhadores desempenham atividades que custaria mais caro à corporação automatizar, por meio de Inteligência Artificial. Ou seja, os trabalhadores passam horas entretidos com a tarefa de conectar códigos a certos produtos ou interpretando certos dados e recebem, muitas vezes, em criptomoe-da, o que lhes garante o acesso a determinados bens e serviços que circulam e acontecem na própria internet. E a plataforma da AMT abre seu cadastro para trabalhadores espalhados por todo o mundo, criando, assim, um grupo verdadeiramente global de trabalhadores precários subsumidos ao seu algoritmo.

298

O caso das plataformas freelancer é um tanto diferente e organiza-se em torno da exploração de profissionais qualificados e não de tarefas repetitivas. Sob o pretexto de mediar clientes e profissionais, sem a presença de uma empresa, facilitando a contratação, essas plataformas promovem uma dinâmica de taylorização radical do trabalho, impedindo o acesso do profissional a qualquer direito trabalhista e submetendo-o ao despotismo do “cliente”, que é livre para não remunerar o profissional, caso julgue o trabalho insatisfatório a seus parâmetros.

Em 2019, realizamos pesquisa exploratória junto a uma dessas plataformas, especializada em instrumentalizar o trabalho de arquitetos em projetos de reformas de apartamentos. Os profissionais passavam até catorze horas por dia montando projetos de acordo com as demandas dos clientes, que não eram obrigados a fechar nenhum contrato. De acordo com relatos colhidos em campo, para cada dez projetos apresentados pelos arquitetos, apenas uma proposta era, de fato, aprovada e paga. Após o fechamento do contrato, o arquiteto detalhava o projeto e passava a execução da obra para uma outra equipe coordenada pela empresa que também fornecia todos os móveis que seriam usados na reforma, além da força de trabalho empregada. Em contraste com o passado recente, em que o arquiteto tinha alguma autonomia e recebia durante o acompanhamento da obra, a plataformização de sua atividade deslocou-o para uma condição claramente precária e subalterna em termos profissionais.

No entanto, as plataformas de trabalho territorial são as mais conhecidas do público e, por isso, uma delas batizou o novo modelo de trabalho plataformizado. Representadas por corporações como Uber, UberEats, Rappi e iFood, elas representam a face mais visível do uberismo. Através do não reconhecimento do vínculo empregatício com os motoristas e entregadores, nada contribuem à Previdência, não pagam direitos ou benefícios trabalhistas e tampouco são obrigadas a reconhecer ou negociar com sindicatos. Supostamente, são empresas de tecnologia, mas, na verdade, são empresas de entrega.

Essas empresas representam a vanguarda de um regime de acumulação que se alimenta do aumento do setor informal da economia tendo em vista a crise do desemprego que se iniciou em 2016. De acordo com o Instituto Locomotiva, temos hoje no Brasil cerca de 5,5 milhões de trabalhadores plataformizados (BOND, 2020). Entre os entregadores, verificamos uma maioria formada por homens, jovens e negros; as mulheres correspondem a apenas 5%. Esse contingente representa algo em torno de um quarto dos trabalhadores por conta própria no país. Além de estarem descobertos de direitos sociais, são submetidos a longas jornadas de trabalho, extrema pressão por ritmos, altos índices de acidentes e baixa remuneração.

Apesar de mobilizarem um contingente muito maior do que a maioria dos setores econômicos, as empresas de aplicativos não se consideram as empregadoras desses trabalhadores, chamando-os eufemisticamente seus “parceiros”. Em outras palavras, uma plataforma simplesmente promoveria o encontro entre, por exemplo, restaurantes, entregadores e consumidores. Assim, essas empresas buscam se distanciar de qualquer tipo de vínculo empregatício. Os entregadores estão “por sua própria conta e risco”, inclusive fornecendo seus instrumentos de trabalho, como motos e bicicletas. Com muita frequência, esses trabalhadores endividam-se para comprar uma moto e poder trabalhar.

Ademais, os trabalhadores plataformizados, apesar de supostamente viver circulando livremente pelas cidades, submetem-se

a formas explícitas de subordinação trabalhista pela via do controle eletrônico, que monitora e define seus acessos, ritmos e movimentos, condicionando seus possíveis ganhos. E que pode aplicar variadas sanções, justificadas ou não, sempre que quiser, bastando, por exemplo, deixar o entregador bloqueado sem enviar-lhe pedidos. Na realidade, as empresas utilizam os equipamentos urbanos, as ruas, o asfalto da cidade, tudo o que é parte da comunidade a fim de acumular, sem oferecer contrapartidas à cidade, aos trabalhadores e aos restaurantes. Elas especializaram-se numa lógica de acumulação por espoliação social cujo sentido principal consiste em evitar qualquer responsabilidade protetiva em relação aos trabalhadores.

300

De fato, essas características do trabalho plataformizado são reconhecidas pela literatura especializada (GROHMANN, 2020) e revelam a magnitude das mudanças que têm acontecido no mundo do trabalho contemporâneo. No entanto, é importante destacar que a reconfiguração das identidades coletivas e dos interesses classistas envolvidos nessas mudanças em termos de plataformização e precarização do trabalho é uma realidade que também depende dos próprios trabalhadores em seu “refazer-se” coletivo. E, considerando os traços distintivos dos entregadores de aplicativos, um olhar (exploratório) sobre a práxis vivida desses trabalhadores a partir de suas próprias percepções a respeito do trabalho de entrega em um contexto tão desafiador como o marcado pela atual crise pandêmica pode ser um bom caminho para nos aproximarmos desse “refazer-se” classista a partir do olhar dos de baixo.

Para tanto, é necessário perceber que o trabalho de entregas por aplicativos transformou-se na principal porta de acesso ao emprego para um jovem no mercado informal de trabalho brasileiro. Contudo, ao contrário do que ocorria até recentemente com as antigas relações informais de emprego que usualmente antecederiam a formalização do trabalhador, a nova informalidade dominada por grandes corporações transnacionais não aponta para o horizonte da conquista do emprego formal. Na verdade, o futuro que se

descortina, sobretudo para os jovens entrantes no mercado de trabalho brasileiro, é o da reprodução mais ou menos permanente da insegurança laboral associada à informalidade.⁶

Trata-se, ante de tudo, da desconstrução da promessa da cidadania salarial brasileira tal como ela se estabeleceu entre nós há cerca de setenta anos (CARDOSO, 2018). A fim de problematizarmos esse processo de desconstrução social, é necessário compreender os sentidos atribuídos pelos próprios trabalhadores a sua própria práxis vivida, revelando as tensões inerentes à relação entre precarização e plataformização do trabalho, em especial, no contexto marcado pela atual crise sanitária que, no caso brasileiro, rapidamente transformou-se em uma crise socio-reprodutiva com 19 milhões de trabalhadores vivendo em situação de insegurança alimentar crônica (Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar, 2021).

301

JUVENTUDE E TRABALHO PRECÁRIO

De fato, os jovens entregadores de aplicativos representam um retrato bastante vívido da parte da população brasileira que mais foi afetada pela crise pandêmica: trata-se de um grupo majoritariamente jovem, negro e periférico.⁷ No interior do amplo espectro for-

⁶ Afinal, quando a “inserção aleatória” (GUIMARÃES, 2006) no mercado de trabalho transformou-se em regra para uma juventude ameaçada pela crise do desemprego, a experiência em um posto de trabalho minimamente seguro capaz de assegurar um padrão de integração social torna-se algo inimaginável para os trabalhadores pobres. Para mais detalhes, ver, também, Martins (1997 e 2001).

⁷ Com base no relatório da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD contínua) para o terceiro trimestre de 2020, período da realização da pesquisa de campo que fundamenta este capítulo, enquanto a taxa geral de desemprego entre a População Economicamente Ativa (PEA) foi de 14,6%, a do grupo de 18 a 24 anos encontrou-se no patamar de 31,4% (IBGE, 2020). Esse quadro nos ajuda a compreender por que

mado pelos trabalhadores plataformizados, os entregadores ciclistas possuem particularidades que merecem ser destacadas. Se considerarmos, por exemplo, os motoristas de aplicativos veremos que eles se encaixam em determinado perfil etário e possuem trajetórias ocupacionais marcadas. A posse da habilitação, a possibilidade de acesso a um automóvel, bem como os custos envolvidos na manutenção da atividade, são aspectos que demarcam um perfil de trabalhadores adultos expulsos do mercado formal de trabalho pelo desemprego. Assim, estes trabalhadores recorrem aos aplicativos como fonte alternativa de renda.

O perfil dos motoboys é distinto. Por um lado, trata-se de uma profissão tradicional da capital paulista; porém, conforme argumentou Abílio (2019), as plataformas digitais vêm desbancando as antigas empresas do ramo, cuja relação com os trabalhadores baseava-se no vínculo formal. Assim, parte significativa desse grupo de trabalhadores foi criada pela transformação dos antigos entregadores formais que migraram forçosamente para o trabalho plataformizado. Ademais, segundo dados coletados pela Pesquisa do Perfil dos Entregadores Ciclistas de Aplicativo, realizada em 2019 pela Associação Brasileira do Setor de Bicicletas com 270 entregadores ciclistas na cidade de São Paulo, é possível perceber uma deterioração das condições de trabalho e de remuneração desses entregadores (ALIANÇA BIKE, 2019).

Trata-se de um grupo de jovens que experimenta inúmeras dificuldades de inserção no mercado formal de trabalho, usualmente, tendo o desemprego como o principal denominador comum de suas trajetórias ocupacionais. Esses jovens, que têm em média de 18 a 22 anos, estão, em geral, no seu primeiro emprego (26%), são na maioria negros (44% se declaram pardos, 27% pretos; ou seja, 71% negros), com ensino médio (53%) ou fundamental (40%) completos,

o trabalho por aplicativos tem se tornado parte do vocabulário comum dos meios de comunicação, serviço essencial para certos estratos da população urbana e parte da gramática da sobrevivência das camadas populares à margem do mercado de trabalho.

e moram nas periferias da cidade de São Paulo (ALIANÇA BIKE, 2019). Ou ainda, conforme a própria pesquisa, em síntese: o típico entregador ciclista de aplicativo é brasileiro, homem, negro, tem entre 18 e 22 anos de idade, conseguiu completar o ensino médio, vivenciou o desemprego e, sem alternativas no mercado de trabalho, decidiu trabalhar com entregas todos os dias da semana, de nove a dez horas por dia, com ganho médio mensal de 992 reais (ALIANÇA BIKE, 2019, p.6).

Tendo em vista as características de trabalho subalterno que marcam a atividade dos entregadores, muitas vezes, experimentando sua primeira experiência laboral, cabe problematizar alguns aspectos valorativos e volitivos envolvidos na subjetividade desses jovens trabalhadores. Aqui, a pesquisa da Aliança Bike (2019) nos fornece algumas informações preliminares a respeito das percepções dos entregadores dos dilemas e das vantagens do trabalho. Quando indagados acerca das “principais vantagens” de fazer entregas usando bicicleta e aplicativo, por exemplo, 32% dos entrevistados indicaram “emprego rápido, sem processo seletivo”; 30% alegaram “flexibilidade de horário” e 5% em resposta espontânea apontaram “não ter patrão” como sendo a vantagem principal (ALIANÇA BIKE, 2019, p. 17).

Por outro lado, em relação aos problemas enfrentados no cotidiano da atividade, 40% dos entrevistados mencionaram a falta de segurança no trânsito, 30% a falta de infraestrutura adequada, 19% a falta de segurança pública e 4% a falta de sinalização adequada das ruas e avenidas. Ademais, o “tempo perdido entre as chamadas” (31%) foi o problema mais citado, seguido pelo “medo de ser assaltado” (27%) e pelo “medo de ser confundido com um bandido” (21%) (ALIANÇA BIKE, 2019, p. 22). Ou seja, o medo da violência urbana que acompanha de forma muito íntima o trabalho subalterno no país é saliente na percepção desses trabalhadores majoritariamente negros.

Partindo desses dados, decidimos desenvolver um estudo de caso com utilização de técnicas de pesquisa etnográfica a fim de identificar os eixos orientadores da experiência ocupacional dos

entregadores de aplicativos. Para tanto, exploramos suas reflexões a respeito da relação com os aplicativos em comparação com experiências anteriores de trabalho, além de buscarmos observar as expectativas futuras a respeito de suas trajetórias ocupacionais. Trata-se de um recorte ainda pouco explorado pela literatura que tem se especializado nesse tipo de trabalho plataformizado.

Em suma, o trabalho dos entregadores não revela apenas os dilemas da “plataformização” do trabalho, mas, também, a importância dos recortes racial e geracional na reconfiguração da experiência coletiva desses trabalhadores periféricos. Diante disso, o desafio principal consiste em compreender os deslocamentos em termos de representação dos jovens a respeito dos desencontros entre o trabalho plataformizado e suas próprias expectativas ocupacionais. Trata-se de uma tarefa que caminha *pari passu* com a tentativa de apreender a atualidade do trabalho informal no país por meio da análise da relação entre precariedade laboral e plataformização do trabalho. Para tanto, ao longo da pesquisa de campo realizada entre os meses de maio e setembro de 2020, mantivemos contato sistemático com sete jovens entregadores de aplicativo cuja atividade concentra-se na região da Avenida Paulista, principal via da cidade de São Paulo.

A Tabela 1 elenca alguns dos entregadores contatados ao longo do ano de 2020, seja antes da pandemia, seja quando foi imposta uma quarentena mais restritiva em São Paulo no dia 22 de março de 2020. Optamos por etnografar o trabalho desses jovens sempre na região da Avenida Paulista. Por ser uma área repleta de restaurantes e possuir prédios comerciais e residenciais ao seu redor, o número de entregadores aglomerados é grande ao longo de toda a via. Observamos e entrevistamos os entregadores em dois locais: na calçada em frente ao Shopping Center 3 e na Praça Oswaldo Cruz. O primeiro local possuía, ao menos antes da pandemia, uma peculiaridade: nessa calçada, exatamente numa esquina, havia um relógio digital da prefeitura. Os entregadores reuniam-se em volta do relógio, pois, aí, encontraram uma pequena fenda, desparafusaram-na e viram que lá havia uma tomada. A Guarda Municipal

não os incomodava enquanto eles recarregavam as baterias de seus celulares. Dessa forma, todos os dias algum deles levava uma extensão, e todos ficavam ali no “point”, como era conhecido o local na calçada do shopping, carregando seus smartphones, conversando e aguardando a entrada dos pedidos.

Tabela 1 – Perfil geral dos entregadores em trabalho de campo (2020)

Nome (fictício)	Idade	Aplicativo	Escolaridade	Local de moradia na cidade de São Paulo
Francisco	26	Ifood e Rappi	EMC ⁸	Tucuruvi
Roberto	24	Ifood	EMC	Ipiranga
Kleber	19	Ifood e Rappi	EMC	Taboão da Serra
Lucas	22	Ifood	EMC	Taboão da Serra
Higor	17	Ifood	EMC	Taboão da Serra
Marcelo	18	Ifood, Rappi e Uber Eats	EMC	Taboão da Serra
André	17	Ifood	EMI ⁹	Taboão da Serra

Fonte: Elaboração própria.

Cabe observar que, em alguns horários, como aquele em que mais frequentamos o local, das 14h às 19h, havia uma espera mais longa entre os pedidos. Assim, eles interagiam mais entre eles, o que facilitou nosso contato com o grupo. Facilmente foi possível observar certa relação de solidariedade, em parte relacionada ao compartilhamento da tomada do relógio de rua. Esse sentimento ampliava-se para o compartilhamento de refeições, cigarros, maconha e dicas a respeito do trabalho. Todos eles participavam de um grupo de WhatsApp, conheciam-se por nomes e apelidos e iam quase todos

⁸ Ensino Médio.

⁹ Ensino Médio Incompleto.

os dias trabalhar nesse mesmo local. Era comum que grupos de dez jovens se sentassem ali para esperar a entrada de pedidos.

As roupas semelhantes e gírias usadas denotavam certa identidade construída coletivamente a partir de referências culturais usuais nas periferias da cidade. No geral, vestiam bermudas e camisetas de marcas conhecidas pelos jovens das periferias (Quick Silver, Oakley, Hang Loose, Ciclone etc.). Calçavam sempre tênis de marcas igualmente conhecidas, bonés, e, frequentemente, escutavam música funk em seus celulares. Trata-se de um padrão de comportamento característico da juventude periférica paulistana.¹⁰ A partir da imersão no trabalho de campo, inicialmente desenvolvemos um contato proveitoso com três entregadores: Francisco, Roberto e Kleber.¹¹ Todos compartilham a circunstância de terem se tornado entregadores após a demissão de empregos terceirizados.

306

Com Kleber, por exemplo, tivemos longas conversas no “point” que nos permitiram colher inúmeras informações acerca de sua trajetória ocupacional, sua experiência enquanto entregador e suas expectativas de futuro.¹² Em 2018, ele trabalhava como terceirizado numa fábrica metalúrgica. Sua saída da fábrica se deu numa situação em que teria ficado doente. Quando voltou à fábrica, após o período de afastamento médico, ele foi demitido. Isso o levou a começar a fazer entregas, o que, à época da entrevista, havia acontecido três meses antes. Segundo ele, o trabalho na fábrica era pesado, pois, apesar de ser contratado como ajudante de limpeza, ele “fazia

¹⁰ O fato de o pesquisador Douglas Santos Silva ser jovem, negro e periférico, evidentemente, facilitou o acesso ao grupo de entregadores, ao ponto de frequentemente, ao menos no início da pesquisa de campo, ele ser confundido com os demais entregadores. Nesse instante, ele anunciava o projeto investigativo e, em geral, a proposta era bem aceita pelos entregadores.

¹¹ Os nomes dos entrevistados foram substituídos por pseudônimos.

¹² Quando o conhecemos, em janeiro de 2020, Kleber tinha dezenove anos e fazia entregas pelos aplicativos iFood e Rappi havia pouco menos de um ano.

de tudo um pouco”: limpava o chão e as paredes do local, além de carregar materiais pesados, algo que julgava irregular.

Quando instigado a comparar a fábrica com o serviço de entrega, Kleber foi categórico. Queixou-se da rotina rígida, monótona e previsível da fábrica. Afirmou não se enxergar naquele tipo de atividade no futuro. Atribuiu essa incompatibilidade à idade dos trabalhadores com quem compartilhava o dia a dia, ao ritmo do trabalho e às expectativas no interior daquela ocupação. Ademais, disse que como trabalhador terceirizado recebia menos do que como entregador. Seu salário na metalúrgica era de 1200 reais. Já nas entregas, ele conseguia “fazer entre 1500 e 2 mil reais por mês”, entregando os pedidos mais frequentemente de bicicleta, mas também de patinete ou mesmo a pé. A jornada de trabalho alongava-se um pouco mais do que as nove horas que fazia na fábrica, mas era algo tolerável.

Em relação às entregas, Kleber destacou ainda o desgaste físico e a insegurança do trabalho. Disse que, embora houvesse exposição ao trânsito, à chuva e ao sol, e ele precisasse conviver com o risco de acidentes, ele considerava que a liberdade de fazer seus próprios horários, de ter momentos de descanso durante a jornada e de poder escolher onde e como trabalhar era um contrapeso importante. Na fábrica, Kleber relatou que nem conversar com os colegas era permitido. Caso chegasse atrasado, recebia imediatamente uma advertência. Se faltasse por adoecimento, era repreendido pela gerência. Queixava-se do controle autoritário sobre os operários. Para ele, a entrega por aplicativos era uma atividade temporária que lhe garantia certa renda até ele ser capaz de se tornar um trabalhador por conta própria.

É possível verificar certa semelhança com o caso de Francisco, com quem mantivemos intenso contato no período imediatamente anterior à pandemia. O acontecimento que o levou à atividade de entregas por aplicativos foi a perda do emprego terceirizado. Ele começou a realizar entregas no começo de 2019 como forma de complementar seus rendimentos, enquanto trabalhava como teleoperador em uma empresa de *call center*. No entanto, com a falência da empresa, em meados de 2020, aquilo que era uma forma de

complementar a renda transformou-se em uma verdadeira saída de emergência para escapar da realidade do desemprego. Em relação às entregas, ele destacou que as principais vantagens eram a melhoria de seu condicionamento físico e a liberdade para poder fumar cigarros de maconha, o que fazia com frequência durante as entregas, inclusive na roda com os demais entregadores: “[...] para relaxar os nervos [...] mas nem brisa dá mais... Só relaxa. Fumo desde os catorze anos né” (Francisco, 26). Em comparação com o telemarketing, ele observou:

O telemarketing é difícil, entendeu? [...] Não tem como você não bater a cabeça, não ficar cansado, porque tem serviço que você usa a mente. Por exemplo, no telemarketing eu usava a minha mente. Chegava cansado em casa, estressado, com a mente cansada, entendeu? Aqui no aplicativo eu canso o corpo, mano, mais nada. Eu tô com a cabeça em paz e tal. Super em paz, tá ligado? [...]. Amanhã se eu quiser eu acordo de manhã e vou. E não é tipo um trabalho que é escravo, tá ligado? Ó, eu tô tirando uns 2 mil reais, por aí. [...]. Então mano, veja bem, um cara que tira 2 mil reais pedalando e descansando, fazendo tudo isso que eu tô fazendo, tirando folga ainda toda segunda... Aí chega um cara que trabalha tipo de segunda a sábado, seis horas por dia, e ganha 1200 reais. Era eu no telemarketing, onde eu trabalhava, mano, ganhava 1245 reais... (Francisco, 26 anos)

308

As horas de trabalho diárias de Francisco costumavam variar. Em 1º de agosto de 2020, quando o entrevistamos por telefone, ele fez um relato bastante detalhado de sua jornada no dia anterior. Em síntese, ele ligou o aplicativo às cinco da tarde, quando, segundo ele, começa o “horário de pico” dos pedidos, e desligou às onze da noite, após a última entrega. Neste dia, seu rendimento foi de pouco mais de 50 reais. O jovem afirmou trabalhar entre seis e nove horas por dia. Mas ressaltou que essa jornada já era resultado da experiência adquirida. Quando começou a atuar exclusivamente como entregador, chegava a trabalhar usualmente doze horas ininterruptas devido ao intervalo entre um pedido e outro.

Com o passar do tempo, Francisco aprendeu quais eram os melhores horários e locais, o que fez que sua produtividade aumentasse, sem que fosse necessário passar tantas horas pedalando nas ruas. Dessa maneira, sua experiência orientava a administração da rotina de trabalho, regulando horários e dias mais vantajosos para trabalhar. E, segundo relatou, estava tão satisfeito que seu maior sonho era financiar a compra de uma moto a fim de aumentar o ritmo das entregas: “[...] quando eu tiver com uma moto minha é outra coisa né, mano. Aí sim, é ‘outros quinhentos’” (Francisco, 26).

As reflexões colhidas nas entrevistas com os dois trabalhadores sobre a relação entre o trabalho formal e a atividade informal de entregas são bastante esclarecedoras da mudança das expectativas dos jovens a respeito do primeiro emprego. Ambos destacaram a maior flexibilidade, a sensação de liberdade e a ausência do controle despótico no trabalho com aplicativos. Para além do aumento de seus rendimentos, trata-se de uma elaboração discursiva balizada pela experiência pretérita como trabalhadores terceirizados submetidos ao despotismo gerencial e distantes de uma representação sindical atuante.

Higor, por exemplo, jovem de 17 anos entrevistado no Largo da Batata em setembro de 2020, destacou duas razões para começar com as entregas:

Eu comecei porque assim eu terminei o contrato [de jovem aprendiz] com a empresa [terceirizada] em fevereiro. Não fiz nem amizade na empresa. Aí eu tava em casa sem fazer nada, e eu sou uma pessoa que assim tipo não consegue ficar parada tá ligado, tem sempre que tá fazendo alguma coisa, porque se não vai ficar doido. Aí eu falei mano dá pra ganhar um dinheirinho nas entregas: vou pra rua fazer as entregas e ver no que dá. Aí como eu comecei menor de idade, usando conta de outra pessoa né, maior de idade e tal, e sempre fazendo tudo certinho pra não sujar o nome do cara e não sujar o meu. Apesar de tipo “ah não pode”, mas tem que fazer né, é a vida. Aí a única forma de usar a conta é assim né, usando o nome dos outros. [...]. Mas, não foi por necessidade, não. [...]. Lá em casa todo mundo leva,

inclusive eu tô fazendo mais isso pra mim levar, pra não precisar depender deles. [...]. É pra comprar minhas coisas, pra minha independência. (Higor, 17 anos, entregador)

Razões semelhantes foram apresentadas por Marcelo, jovem de 18 anos, entrevistado também no Largo da Batata aproximadamente na mesma data. Ele estava trabalhando com aplicativos desde os 17 anos e também precisou usar os dados cadastrais de um familiar maior de idade.¹³ Quando perguntado a respeito de sua contribuição para o orçamento familiar, ele ressaltou que, em caso de sua inatividade laboral, “vai todo mundo se manter”, ou seja, seu papel no orçamento doméstico era acessório. Assim, sua motivação para continuar realizando entregas consistia, sobretudo, na possibilidade de seguir “[...] comprando meus bagulhos, pra comprar alguma coisa, e aí vai, mano” (Marcelo, 18, entregador).

310

Em relação ao futuro, o financiamento da moto é frequentemente mencionado como “sonho” e representa um sinal de progresso para os ciclistas, uma maneira de avançar para “um cargo acima”, conforme relato registrado por Abílio ao entrevistar um jovem entregador do bairro de Cidade Tiradentes (ABÍLIO, 2020, p. 589). O desejo de progredir na própria atividade de entregas por aplicativos apareceu em nossa entrevista com Francisco, citado acima. Mas também é o caso de André, 17 anos, jovem entrante no mercado de trabalho, entrevistado em outubro de 2020, no Largo da Batata, igualmente usando as informações cadastrais de um terceiro, devido à idade. Perguntado sobre suas razões para ter começado a trabalhar com os aplicativos, ele demonstrou a expectativa de adquirir uma moto: “Eu comecei porque tenho objetivos pra realizar, né? Como comprar minha moto, se erguer um pouco na vida, porque oportunidade pra trabalho tá sendo difícil hoje em dia, certo?” (André, 17 anos).

¹³ Cabe ressaltar o curioso fato de que em sua família: “Trabalha todo mundo assim por aplicativo, mano. Meu irmão trampa no aplicativo de moto, meu pai é motorista de aplicativo também. [...] E minha mãe ela trabalha de faxineira numa academia” (Marcelo, 18, entregador).

Vale lembrar, também, o caso de Lucas, jovem autodeclarado pardo de 22 anos que, em agosto de 2020, realizava havia oito meses entregas pelos aplicativos James Delivery e iFood. Antes disso, ele trabalhou formalizado como garçom num restaurante no Itaim Bibi, fazendo entregas como forma de complementar seu salário que, segundo ele, era “[...] muito baixo e mal dava para o básico”. Quando o restaurante fechou devido à pandemia o jovem transformou as entregas em sua atividade principal. Nesse momento, Lucas conseguiu financiar uma moto usada e estava esperando sair sua habilitação para começar a fazer entregas motorizado:

Aí eu sempre trabalhei no ramo de restaurante né. Só que assim, as minhas expectativas com as entregas foram tão boas, que aí eu vou começar a investir. Tipo assim eu já tenho uma moto já, em casa, que eu comprei, mas eu tô esperando sair a habilitação. (Lucas, 22 anos)

311

O QUE MUDOU DURANTE A QUARENTENA?

Com a chegada da pandemia, percebemos um acentuado aumento do número de *bikeboys* nas ruas. O “point” do Shopping Center 3 passou a ficar sempre cheio. Segundo nossos entrevistados, ao menos no início da pandemia, verificou-se um aumento nos rendimentos dos entregadores, em especial, entre aqueles que trabalhavam com o aplicativo Rappi, tendo em vista o aumento da demanda por compras de supermercado.¹⁴ No entanto, entre aqueles que usualmente trabalhavam com o iFood, verificamos uma queda nos rendimentos, tendo em vista o fato de ser um aplicativo associado ao mercado de entrega de refeições.

Em abril de 2020, intensificamos nossa presença tanto na Praça Oswaldo Cruz quanto no Shopping Center 3. Na praça Oswaldo Cruz, os bancos transformaram-se em locais de descanso dos

¹⁴ Quando o entregador é pago para ir ao supermercado, fazer uma compra e entregar na casa do cliente, o pedido é mais bem pago pelo aplicativo.

entregadores. Muitos deles levavam suas marmitas e, apenas durante essa pausa, desligavam seus celulares, pois estar online e recusar pedidos, como muitos relataram, faz que os aplicativos os bloqueiem temporariamente. Na primeira metade de abril, um entregador chegou na Praça, desceu da bicicleta e sentou-se no canteiro com os demais. Disse que tinha “feito” até aquele momento 100 reais em entregas. Afirmou na sequência: “[...] vou descansar mais um pouco aqui e esperar pra completar os 100 reais. [...]. Toda hora tem pedido, a Rappi não para, mano. [...]. Estava conversando com um amigo que me disse que tinha acabado de bater os 300 paus da meta da semana no dia”. Todos na roda de entregadores riram, dizendo que esse valor eles faziam “num final de semana”. O entregador que contava a história acrescentou que “isso eu faço só sábado e domingo”. Depois, lamentou que tivesse que gastar 70 reais com a bicicleta naquela semana. O pedal havia quebrado. Comprou também um para-lamas.

312

Pelo que pudemos concluir das entrevistas, uma entrega de compra de mercado por 20 reais é considerada bem paga. Ademais, há as gorjetas, que parecem ser comuns. A este respeito, os jovens demonstraram que há estratégias variadas para conseguir gorjetas. Muitos afirmaram que usar máscara, algo relativamente recente em abril de 2020, atraía gorjetas. Outros disseram que o que mais contava na hora da gorjeta era ser simpático e amistoso com o cliente: “Sempre que troco ideia com um cliente ele sempre acrescenta [no valor da entrega]”.

Em relação aos dois principais aplicativos, Rappi e iFood, ao longo da quarentena, muitos entregadores mencionaram uma queda nos pedidos de entrega de refeições: “Não tá saindo nada, tá difícil pra quem só tá trabalhando com iFood”. Roberto, 24 anos, afirmou que para os entregadores que trabalhavam com a Rappi o rendimento tinha aumentado muito, por conta das compras de supermercado, no entanto, para quem usava iFood e Uber Eats a situação tinha piorado rápido. Ele próprio, que só trabalhava com iFood, precisou se cadastrar no Rappi, porém, sua aprovação “não tinha saído e estava demorando mais do que o normal”. Quando

voltamos a conversar com Roberto em meados de junho de 2020, a respeito da variação dos rendimentos durante a pandemia, ele nos relatou diferenças no modo como cada aplicativo remunera e no padrão de corridas de cada um. Comparando iFood e Rappi, o entregador destacou que a Rappi paga melhor os entregadores:

A Rappi paga bem, e a quilometragem é pouca, sabe? E iFood, mano, é 5,90, 6,90, 7,90 reais, tá ligado? E [isso] pra você fazer 3,2 quilômetros, 4 quilômetros. E eu aceito, tá ligado, eu não fico de picuinha. Igual eu ficava antes, escolhendo. Isso porque eu ficava escolhendo da Rappi, hem, truta, que era 1,8 quilômetros... [...] O da Rappi mano é 5,9 reais pra 500 metros... 7 reais pra 1 quilômetro. Ou seja, eu fiz três corridas na Rappi pra cada uma no iFood, entendeu? (Roberto, 24 anos)

Mas, apesar da maior remuneração média por quilometragem, após um primeiro momento da pandemia, já em abril, a Rappi instaurou um sistema de pontuação que hierarquizou os entregadores no próprio aplicativo. De acordo com Roberto, o sistema de pontuação surgiu para distribuir as melhores corridas nos melhores locais entre aqueles que possuem as melhores pontuações, ou seja, aqueles que têm feito mais das “piores” corridas, que são as mais baratas e com maior quilometragem. As compras de mercado geralmente são aquelas que pagam as melhores taxas por quilometragem. Porém, com o sistema de pontuação, esses pedidos só vão para entregadores com a pontuação mais alta.¹⁵ Apesar do sistema de pontuação, vários

¹⁵ Devido ao sistema de pontos, um entregador que acabou de se cadastrar no aplicativo certamente não poderá ir para uma região com maior demanda de pedidos, como o caso da Avenida Paulista, por exemplo. Para que ele obtenha a permissão para trabalhar nesses locais com maiores (e melhores) demandas, ele deverá alcançar um determinado patamar de pontuação, aceitando pedidos de taxas menores em regiões com menor fluxo de pedidos, o que implica realizar entregas que pagam “mal” e despendem mais tempo aguardando entre as entregas. Uma vez acumulado um certo número de pontos, o sistema o reclassifica tendo

relatos de entregadores revelaram não haver uma insatisfação com a Rappi, já que a pontuação é relativamente fácil de ser alcançada. Para Francisco, por exemplo:

[...] Precisava fazer 57 mil pontos pra trabalhar na Paulista. Mas é rapidinho, é rapidinho. Uma entrega deve ser papo de 5 mil pontos, tá ligado? Aí somou tipo oito entregas minha, sete entregas deu 37 mil, tá ligado? É coisa rápida as entregas. Você fez dez entregas, já vai dar um total legal. [...]. Mas eles liberam pra horário. Tipo ontem eu tava de noite fazendo só para iFood, aí eu liguei para ver o negócio da Rappi. Aí deu seis e meia eles liberou o da Rappi, o horário de pico, só para fazer umas entrega. Deu sete e meia eles fechou o bagulho do mapa de novo. (Francisco, 27 anos, ciclo-entregador)

314

Trata-se de uma observação que demonstra como o sistema de pontuação usado pela empresa Rappi é regulado de acordo com a demanda de entregas em cada região, condicionando tanto o volume de trabalho quanto o rendimento médio dos entregadores. Essa característica do sistema de entregas já havia sido apontada pelo relatório de pesquisa da Rede de Estudos e Monitoramento Interdisciplinar da Reforma Trabalhista (ABÍLIO et al., 2020), a respeito do comportamento dos rendimentos dos entregadores de aplicativos durante a pandemia. A partir de 252 questionários aplicados online, entre ciclistas e motoboys de 26 cidades brasileiras, com concentração em São Paulo, Belo Horizonte, Recife e Curitiba, verificou-se que durante a pandemia houve uma diminuição dos rendimentos para aqueles entregadores que realizavam jornadas de até nove horas de trabalho por dia. No entanto, para aqueles que trabalhavam mais de doze horas, houve um aumento do rendimento da ordem de 30%. Ou seja, os sistemas de pontuação passaram

por base seu desempenho semanal. Assim, o entregador reclassificado poderá ter acesso à Avenida Paulista e às demais regiões com melhores taxas e frequência de pedidos.

a punir os que trabalhavam menos e a premiar os que trabalhavam mais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos dias 1º e 25 de julho de 2020, os entregadores de aplicativos motorizados realizaram dois protestos nacionais conhecidos como #BrequeDosApps. Em cerca de dez capitais brasileiras, os entregadores reuniram-se em ruas, praças e avenidas, bloqueando algumas vias a fim de atrair a atenção da opinião pública para sua pauta principal: o reajuste das tarifas pagas pelas entregas. O sucesso da mobilização do dia 1º de julho – o protesto do dia 26 de julho foi significativamente menor – pode ser avaliado pelo fato de que trabalhadores precários até então “invisíveis” na cena urbana, apesar de suas jaquetas e mochilas pintadas em cores extravagantes, atraíram a atenção da imprensa e provocaram as empresas de aplicativos a dar respostas às reivindicações. O impacto sobre o ritmo de entregas também indica uma certa sensibilização dos consumidores, refletida na redução de pedidos ao longo desse dia.

315

Cabe lembrar que essas duas mobilizações ocorreram por iniciativa dos entregadores, sem uma coordenação previamente centralizada, e alcançaram uma abrangência nacional. Elas foram impulsionadas por redes informais constituídas, muitas vezes, em atrito com as direções dos sindicatos. Não acidentalmente, uma das primeiras discussões nos grupos de WhatsApp da categoria era saber como deveriam chamar o movimento do dia 1º de julho: “greve” (re-metendo às formas tradicionais de mobilização sindical) ou “breque” (referência ao bloqueio das entregas)? A segunda opção prevaleceu.

Muitos jovens bikers que não puderam participar ativamente do movimento ao longo do dia em razão das dificuldades de locomoção e de sua distribuição no território das cidades mostraram posicionamento favorável à pauta reivindicativa. É o caso de nossos entrevistados, que, mesmo sem poder acompanhar as “motociatas” dos entregadores por diferentes regiões de São Paulo, manifestaram

apoio à principal reivindicação do movimento: o reajuste do valor da tarifa. Em nossas conversas, no entanto, eles demonstraram um flagrante desinteresse em se aproximar dos sindicatos que atuam na categoria ou dos movimentos sociais surgidos durante as mobilizações dos entregadores:

“Nem sei de sindicato, tenho que fazer meu ‘corre’” (Kleber); “Não tenho tempo pra isso [sindicato]” (Higor); “Prefiro pedalar que mexer com política” (André); “Fui lá na frente do Masp, porque os ‘mano’ estão querendo aumento [da tarifa] que tá baixa, mas não quero participar [do Movimento de Entregadores Antifascistas] porque toma tempo” (Marcelo).

316

Em síntese, mesmo quando bem-sucedidas, essas mobilizações evidenciam a fragilidade política inerente ao atual momento de reconfiguração das identidades coletivas e interesses classistas. Afinal, trata-se de uma experiência coletiva ainda em formação e em disputa, plasmando e sendo plasmada pela hegemonia neoliberal. Marcadamente inorgânica, a mobilização dos entregadores parece evoluir por meio de uma linguagem que pendula frequentemente entre a confiança inspirada na ação direta e a descrença em qualquer tipo de vitória mais duradoura de suas investidas. Não haveria de ser diferente: essa ainda frágil cultura política só poderia mesmo florescer no interior de fronteiras demarcadas pelo colapso da confiança nas formas tradicionais de solidariedade classista.

Nossa pesquisa de campo talvez ajude a entender melhor essa fragilidade a partir da constatação de que o campo organizado pelas formas tradicionais de solidariedade fordista, em especial, a ação sindical e a relação desses trabalhadores precários com o universo dos direitos trabalhistas enfraqueceram ao longo das últimas duas décadas, marcadas tanto pela terceirização quanto pelo desemprego, ao ponto de colapsar entre os trabalhadores mais jovens. Em suma, o atual “refazer-se” classista ainda se encontra em um estágio embrionário e, por esta razão, protestos relativamente bem-sucedidos, como o #BrequeDosApps, não se mostram capazes de reverter o atual quadro

de crise da representação dos entregadores. Trata-se de um desafio que apenas uma nova coalizão envolvendo sindicatos, movimentos sociais urbanos, poder público, justiça trabalhista, consumidores e os próprios trabalhadores pode enfrentar de maneira promissora. E o aprofundamento das desigualdades imposto pela atual pandemia faz que essa tarefa se torne mais urgente do que nunca.

Referências bibliográficas

ABÍLIO, Ludmila et al. *Condições de trabalho em empresas de plataforma digital: os entregadores por aplicativo durante a Covid-19*. São Paulo: REMIR, 2020.

ABÍLIO, Ludmila. *Uberização: do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado*. Psicoperspectivas, Viña del Mar, v.18, n.3, pp.1-11, 2019.

_____. Uberização e juventude periférica – Desigualdades, autogerenciamento e novas formas de controle do trabalho. *Novos estudos*, Cebrap: São Paulo, v. 39, n. 03 pp. 579-597, Set – Dez. 2020.

ADASCALITEI, Dragos, MORANO, Clemente. *Labour market reforms since the crisis: drivers and consequences*. Geneva: International Labour Office Research Department, 2015, Working Paper n.5.

ALIANÇA BIKE. *Pesquisa de perfil de entregadores ciclistas de aplicativo*. São Paulo, Brasil: Aliança Bike, 2019.

ANTUNES, Ricardo. “A expansão do trabalho uberizado nos levará à escravidão digital”. [Entrevista concedida a] Patricia Fachin. Associação Brasileira de Estudos do Trabalho, 2020.

_____. “Precarização digital, serviços e valor”. In: ANTUNES, Ricardo. (org). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil IV*. São Paulo: Boitempo, 2019.

BOND, Letycia. Compras por aplicativos têm alta de 30% durante pandemia. São Paulo: *Agência Brasil*, São Paulo, 29 abr. 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-04/>

compras-por-aplicativos-tem-alta-de-30-durante-pandemia-diz-pesquisa.
Acesso em: 05/04/2022.

BRAGA, Ruy. *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo: Boitempo, 2012.

CARDOSO, Adalberto. *A construção da sociedade do trabalho no Brasil: Uma investigação sobre a persistência secular das desigualdades*. São Paulo: Independently Published, 2018.

FUNDAÇÃO ESCOLA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA DE SÃO PAULO (FESPSP). *Jovens na cidade de São Paulo sofrem com desemprego, assédio, pouco estudo e falta de experiência*. São Paulo: FESPSP, 2019.

GABRIELA, Alana. Aplicativos já ‘empregam’ quase 4 milhões de brasileiros. *Diário da Região*: São Paulo, 04 de Mai. de 2019. Acesso em: 20/11/2020. Disponível em: <<https://www.diariodaregiao.com.br/2019/05/secoes/classificados/empregos/1149507-aplicativos-ja-empregam-quase-4-milhoes-de-brasileiros.html>>.

318

GROHMANN, Rafael. Plataformização do trabalho: entre a datificação, a financeirização e a racionalidade neoliberal. *Revista Eptic*, São Cristóvão, v. 22, n. 1, pp. 106-122, jan.-abr. 2020, pp. 106-22.

GUIMARÃES, Nadya Araujo. “Trajetórias inseguras, autonomização incerta: os jovens e o trabalho em mercados sob intensas transições ocupacionais”. In: CAMARANO, A. A. (ed.). *Transições para a vida adulta ou vida adulta em transição*. Rio de Janeiro: Ipea, 2006.

_____. “Trajetórias inseguras, autonomização incerta: os jovens e o trabalho em mercados sob intensas transições ocupacionais”. In: CAMARANO, A. A. (ed.) *Transições para a vida adulta ou vida adulta em transição*. Rio de Janeiro: IPEA, 2006.

HUWS, Ursula. *Reinventing the Welfare State: Digital Platforms and Public Policies*. Londres: Pluto Press, 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa nacional por amostra de domicílios; terceiro trimestre de 2020. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

JORDAN, Miriam. Farmworkers, mostly undocumented, become “essential” during pandemic”. *The New York Times*, New York, 10 abr. 2020.

Disponível em: <https://www.nytimes.com/2020/04/02/us/coronavirus-undocumented-immigrant-farmworkers-agriculture.html/>. Acesso em: 10/08/2020.

KOTECHA, Vivek. “The NHS’s workforce shortages illustrate the UK’s dependence on migrant labour. *Centre for Health and the Public Interest*”, London, 19 jul. 2019. Disponível em: <https://chpi.org.uk/blog/the-nhss-workforce-shortages-illustrate-the-uks-dependence-on-migrant-labour>. Acesso em: 20/08/2020.

MACHADO, Leandro. Greve dos entregadores: o que querem os profissionais que fazem paralisação inédita. *BBC News Brasil*: São Paulo, 1 de jul. de 2020. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53124543>>.

MARTELLO, Alexandro. *Pedidos de seguro-desemprego têm queda em julho, mas crescem 11% na parcial do ano*. G1: Brasília, 6 de ago. de 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/08/06/pedidos-de-seguro-desemprego-tem-queda-em-julho-mas-crescem-11percent-na-parcial-do-ano.ghtml>>.

MARTINS, Heloisa H. T. S. O jovem no mercado de trabalho. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, Anped, Anped, (5-6): 96-109, maio a dezembro, 1997.

_____. O processo de reestruturação produtiva e o jovem trabalhador: conhecimento e participação. *Tempo Social; Rev. Sociol. USP*, São Paulo, v. 13, n. 2, pp. 61-87, 2001.

MEDEIROS, Henrique. Instalações de apps de delivery crescem 700% na pandemia em São Paulo. *MóBILE TIME*, São Paulo, 29 de Mai. de 2020. Disponível em: <<https://www.mobiletime.com.br/noticias/29/05/2020/instalacoes-de-apps-de-delivery-crescem-700-na-pandemia-em-sao-paulo/>>.

NUFFIELD TRUST. “One in four hospital staff born outside the UK, new Nuffield Trust analysis reveals”. *Nuffield Trust*, London, 4 dez. 2019. Disponível em: <https://www.nuffieldtrust.org.uk/news-item/one-in-four-hospital-staff-born-outside-the-uk-new-nuffield-trust-analysis-reveals/>. Acesso em: 10/ago/2020.

PAIS, José Machado. A construção sociológica da juventude—alguns contributos. *Análise Social*, vol. XXV (105-106), 1990 (1.º, 2.º), 139-165

_____. Emprego juvenil e mudança social: velhas teses, novos modos de vida. *Análise Social*, vol xxvi (114), 1991 (5.º), 945-987.

PICANÇO, Felícia Silva. Juventude e trabalho decente no Brasil – uma proposta de mensuração. *Caderno CrH*, Salvador, v. 28, n. 75, pp. 569-590, Set./Dez. 2015.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR. Inquérito nacional sobre insegurança alimentar no contexto da pandemia da covid-19 no Brasil. Olhe para a fome, Brasília, DF, 2021. Disponível em: <http://olheparaafome.com.br/>. Acesso em: 10/04/2021.

SRNICEK, Nick. *Platform Capitalism*. New York: Polity Press, 2017.

THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária inglesa: a maldição de Adão*. São Paulo: Paz e Terra, 2012. v. 2.

VANDAELE, Kurt. “Will trade unions survive in the platform economy? Emerging patterns of platform workers’ collective voice and representation in Europe”. *Working Paper*, n. 5, European Trade Union Institute, 2018.

Paleoconservadorismo de Bolsonaro: o pesadelo brasileiro

Marina Basso Lacerda

INTRODUÇÃO

No Brasil, manifestações massivas ocorridas em junho de 2013 marcam o início da reação conservadora aos anos de governo de centro-esquerda do Partido dos Trabalhadores. Os movimentos de rua de início eram ligados à reivindicação por passe livre no transporte público e promovidos por uma esquerda de feição autônoma. Rapidamente, porém, foram capturados por setores mais à direita, ainda bastante difusos, que desde então tomaram as ruas de maneira sistemática (SINGER, 2018). O que os unia era a luta contra a corrupção e contra o Partido dos Trabalhadores (TATAGIBA; TRINDADE; TEIXEIRA, 2018). Dois anos depois, quando começa a campanha pela derrubada de Dilma Rousseff, os atores conservadores já estavam mais coordenados, mas ainda não havia tendência que os hegemonesse.

Esse antipetismo decorre de vários fatores. Dentre eles: o desgaste depois de o partido ter chefiado o Executivo por mais de uma década, carregando consigo o peso da insatisfação dos cidadãos com

as falhas estruturais nas políticas públicas; o ressentimento da classe média pelo encarecimento dos serviços prestados pelos trabalhadores mais subalternizados, como empregadas domésticas e manicures, e pela perda da exclusividade de acesso a bens como universidades e transporte aéreo; a reação do empresariado à situação de pleno emprego que o Brasil alcançou em 2012, pressionando os salários para cima e os lucros para baixo (SINGER, 2018). A crise econômica a partir de 2011, em particular, e o neoliberalismo como sistema de acumulação, de forma mais ampla, levaram ao esgarçamento do frágil pacto entre classes sociais (SAAD FILHO; MORAIS, 2018).

Para a rejeição do Partido dos Trabalhadores, desempenhou papel decisivo o novo ambiente de mídias digitais e seus métodos de simplificação, emocionalização e negatividade (BULOW, 2018). Houve ainda a reação dos Estados Unidos a uma ordem crescentemente multipolar, fazendo que o país desenhasse estratégias de desestabilização de países com pretensões de hegemonia regional (FERNANDES, 2016). A ofensiva incluiu a Operação Lava Jato, promovida em conjunto com a mídia e com o sistema de justiça, que levou a consequências geopolíticas para Brasil, Argentina, Peru e Equador. A derrocada do PT deveu-se também, naturalmente, ao papel da oposição, liderada, no sistema partidário, pelo neoliberal Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), associado a *think tanks* liberais, como o Instituto Millenium (ROCHA, 2021).

A eleição de 2018, a primeira após a derrubada do PT, contou com treze candidatos. O mais bem posicionado em termos de alianças, recursos e tempo de rádio e TV era Geraldo Alckmin, do PSDB, que defendia uma agenda “neoliberal progressista”, na expressão de Fraser (2017), ou seja, ortodoxa na economia, mas com acenos às mulheres e aos defensores de direitos humanos. Também era uma candidatura neoliberal a de João Amoêdo, do Novo, discreto nas outras agendas conservadoras e que tinha a vantagem de ser, tal como Bolsonaro, um outsider da política. Havia ainda outros nomes pró-mercado, como Henrique Meirelles (Movimento Democrático Brasileiro – MDB), certamente o favorito do sistema financeiro. Marina Silva (Rede) seria um nome aparentemente

competitivo, pois ao mesmo tempo que endossava pautas liberais na economia e defendia uma agenda ambiental robusta, era fiel da Igreja Assembleia de Deus. Isso sem contar os candidatos da esquerda e outros com menor expressão.

Mas quem hegemonizou o antipetismo foi Jair Messias Bolsonaro, um extremista que, em outubro de 2018, foi eleito presidente do Brasil com 11 milhões de votos de vantagem em relação ao seu oponente em segundo turno, Fernando Haddad, do PT. Bolsonaro apresentou-se ao pleito pelo então pequeno Partido Social Liberal (PSL), cresceu sem aliança com partidos tradicionais, recursos vultosos ou tempo significativo de televisão. Teve o menor tempo de TV que um candidato competitivo jamais teve em uma disputa para o cargo. Trata-se, nas palavras de Jairo Nicolau (2020, p. 112), do “feito mais impressionante da história das eleições”.

Para entender aspectos desse “feito impressionante”, este artigo propõe uma interpretação a partir do conceito de paleoconservadorismo. Será abordada a trajetória de Bolsonaro e a incorporação gradual dessa agenda por parte do atual presidente da República. Na sequência, será desenvolvido o conceito de paleoconservadorismo. Estabelecendo esse panorama, busca-se responder como se articulam os diferentes temas dessa plataforma política e as razões para a edição desse fenômeno no Brasil. Ao final, discute-se o paleoconservadorismo brasileiro no contexto da pandemia e das articulações antidemocráticas.

323

TRAJETÓRIA DE BOLSONARO

Jair Bolsonaro foi deputado federal entre 1991 e 2018. Filiou-se, nesse período, a nove partidos políticos. Considerando seus discursos proferidos entre 2000 e 2018,¹ nota-se evidente predomínio de demandas corporativas dos profissionais das forças de segurança: pensão para filhos e família, auxílio-moradia, reivindicação sala-

¹ Disponíveis no portal da Câmara dos Deputados.

rial, assistência médica. Tributário do regime autoritário iniciado em 1964, o deputado deu declarações defendendo a tortura, e até mesmo em relação às ossadas dos desaparecidos políticos: chegou a ter um cartaz afixado em seu gabinete com os dizeres: “Quem procura osso é cachorro”.

Na temática internacional, Bolsonaro sempre se aliou a uma posição de direita apegada à Guerra Fria, com críticas constantes a Cuba. Em seus discursos, a ilha é a referência mais constante nas relações exteriores. As outras referências, em ordem decrescente, são os Estados Unidos (que Bolsonaro admira), Israel (em geral, Bolsonaro critica aqueles que se opõem aos ataques contra a Palestina) e Chile (com ênfase na defesa de Pinochet) (LACERDA, 2020).

Sempre foi opositor ferrenho do Partido dos Trabalhadores. O petismo é associado, em suas falas, a outros elementos que Bolsonaro repudia: ao desarmamento; aos direitos humanos que protegeriam marginais; à corrupção. O idealismo punitivo e o modelo *law and order* norte-americano são permanente e fortemente defendidos pelo político.

Considerando a evolução dos seus votos para deputado federal,² verifica-se que ele aumentou sua votação em 436% nas eleições de 2014. Ou seja, ocorreu uma expressiva acumulação de forças de Bolsonaro ao longo do período do primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014). O diferencial em sua atuação a partir de 2011 é a mobilização dos temas relacionados à moral sexual, que não tinham destaque em seu repertório anteriormente. O deputado liderou a oposição ao Programa Escola sem Homofobia, que produziu um material apelidado por ele de “kit gay”. O tema foi objeto de 47 discursos na Câmara dos Deputados só em 2011. Bolsonaro o menciona mais de oitenta vezes. O projeto, para ele, ensinaria a homossexualidade, a promiscuidade e a pedofilia (LACERDA, 2020).

² Em 1994, 111.927 votos; em 1998, 102.893 votos; em 2002, 88.945 votos; em 2006, 99.700 votos; em 2010, 120.646 votos, em 2014, 646.572 votos.

Em março de 2016, Jair Bolsonaro anunciou sua pré-candidatura à Presidência da República, enaltecendo, no pronunciamento, novamente, a mentalidade de Guerra Fria – criticando Lula, Fidel Castro e o Mercosul, considerado por ele fruto da “âncora ideológica” da “América do Sul” –, elogiando a ditadura militar e lamentando que o governo do PT tenha desarmado o “cidadão de bem” (BOLSONARO, 2016). Propagou o armamento³ como solução para os problemas sociais e seu símbolo de campanha foi justamente a simulação de uma arma com as mãos. Defendeu que os agentes de segurança que porventura matem em serviço devem ser condecorados e não processados.

Em maio daquele ano, Bolsonaro se batizou, pelas mãos do Pastor Everaldo – candidato evangélico nas eleições presidenciais de 2014 –, nas águas do rio Jordão, no nordeste de Israel – consolidando assim, nas palavras de Oualalou (2019, p. 68), “uma ambiguidade religiosa produtiva”, tornando-se evangélico sem deixar de ser católico. Como pontua Jairo Nicolau (2020), Bolsonaro foi o primeiro candidato competitivo desde a redemocratização a mencionar Deus em um lema de campanha. Seu plano de propostas iniciava com uma citação bíblica. Família e Deus estão no cerne de sua visão de bom governo. Essa é uma mudança porque nem o tema da família era recorrente em sua trajetória parlamentar – sim, era presente o combate às reivindicações do movimento LGBT, mas não a ode à família tradicional – nem a religião era tão presente.

O batismo foi um aceno não somente à comunidade evangélica, mas também ao tema de Israel. O candidato disse ser apaixonado pelo país e propôs transferir a embaixada brasileira de Tel Aviv para Jerusalém, como anunciou Donald Trump em 2017. Na seara internacional, o recente sionismo cristão,⁴ incorporado pelo político, somou-se à sua antiga mentalidade de Guerra Fria. Assim, Bolsonaro declarou que iria retirar a embaixada da Palestina

³ A defesa do armamento, por Bolsonaro, explica-se também pelo seu histórico de relação com as milícias. A respeito, ver MANSO (2020).

⁴ Ver nota 8.

do Brasil, por não a considerar um país, e comparou-a às Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc). Ainda como candidato, atacou fortemente a relação do PT com a Venezuela e criticou por diversas vezes a participação de profissionais de Cuba no programa de cooperação Mais Médicos, o que levou o governo daquele país, após a vitória de Bolsonaro, a romper a parceria e fazer retornar à ilha caribenha mais de 8 mil profissionais.

Apesar de desprezar medidas redistributivas e de dar pouca ou nenhuma atenção a políticas públicas das mais diversas áreas, o deputado Bolsonaro nunca foi um neoliberal. Entre 2000 e 2018 sua única menção às privatizações foi uma crítica àquelas realizadas na gestão de Fernando Henrique Cardoso. Ao longo das gestões petistas, Bolsonaro não defendeu posições ideológicas nítidas em relação à política econômica. Mas no final de 2017 ele passou a sinalizar para o mercado e em abril de 2018 ele tem a virada definitiva, quando escolhe Paulo Guedes, representante da ortodoxia econômica, como conselheiro.

326

Guedes, PhD pela Universidade de Chicago – na qual, ao lado da Escola Austríaca, se concebeu a doutrina neoliberal (ROCHA, 2021) –, foi até mesmo professor da Universidade do Chile no começo dos anos 1980, atuando no experimento desse modelo econômico no regime Pinochet. A partir de então Bolsonaro verbalizou a posição da classe empregadora, segundo a qual os trabalhadores teriam que escolher entre direitos ou emprego. Defendeu a privatização, a desburocratização e a desregulamentação – ideias repetidas como um mantra. Paulo Guedes (2018), afirmou que sua política econômica visaria explicitamente enterrar a socialdemocracia.

Bolsonaro explicitou quais seriam os integrantes do seu bloco de sustentação já no seu primeiro pronunciamento após sua ida para o segundo turno: lideranças evangélicas, policiais civis e militares e Forças Armadas, a família brasileira, “que tanto clama para que seus valores sejam respeitados” (BOLSONARO, 2018, n. p.). Seus eleitores, como não poderia deixar de ser em se tratando de um candidato competitivo em eleições nacionais, tinham perfil variado. A estratégia de segmentação própria do uso das redes digitais, porém, fez

que seu público fosse particularmente diverso (KALIL, 2018). Mas, considerando resultados de aplicação de questionário, Lúcio Rennó (2020) identificou, de maneira geral, no eleitorado de Bolsonaro, opiniões fortes contra o aborto e a favor do porte de armas, da redução da maioria penal, da pena de morte e de instrução religiosa nas escolas. Ou, como registra Esther Solano (2021), essas pessoas, no seu conjunto, se sentiram representadas pela retórica antissistema, anticorrupção, antiesquerdista, militar e patriótica, calcada na valorização da família, da ordem e dos bons costumes.

Anticomunismo. Militarismo. Valores morais tradicionais. Cristianismo. Sionismo. Neoliberalismo. Bolsonaro, progressivamente, adota esse conjunto de temas. As agendas mencionadas aparentemente não se comunicam entre si. Mas, articuladas, constituem o que se chamará, daqui por diante, de paleoconservadorismo brasileiro.

327

PALEOCONSERVADORISMO

O paleoconservadorismo é uma derivação do conceito de neoconservadorismo – ou “nova direita”.⁵ Neoconservadorismo se refere, originalmente, à coalizão que reuniu parcela majoritária do movimento religioso evangélico, elementos da direita secular do Partido Republicano e intelectuais na eleição de Ronald Reagan para presidente dos Estados Unidos, em 1980. O movimento de reação às políticas de bem-estar social⁶ e ao avanço de movimen-

⁵ É assim que, por exemplo, Pierucci (1989, pp. 115-116) denomina o movimento. “Nova direita” e neoconservadorismo são equivalentes em Himmelstein (1983, pp. 13-14) e Petchesky (1981, p. 206), por exemplo.

⁶ Trata-se de reação ao Great Society – os programas do presidente democrata Lyndon Johnson pela eliminação da pobreza e a desigualdade racial, fundados nas reivindicações dos movimentos pelos direitos civis, contra a guerra do Vietnã, pela libertação da mulher e por cotas e ações afirmativas.

tos feministas, LGBT (para usar uma nomenclatura contemporânea) e pelos direitos civis,⁷ desde a década de 1960, cimentou uma mentalidade neoconservadora e tornou possível a coalizão entre diferentes tradições políticas (BROWN, 2006; DIAMOND, 1995; GRANDIN, 2006; HIGH, 2009; MUELLER, 1981; STEINFELS, 2013). Desse *movimento* decorreu um *ideário* político que aliou, nos Estados Unidos, militarismo (que compreende, internamente, idealismo punitivo e armamentista e, externamente, militarismo anti-comunista), neoliberalismo e valores da direita cristã – incluindo aí a adesão ao sionismo.⁸

Um ponto central no neoconservadorismo é o anti-iluminismo. Leo Strauss, pai do neoconservadorismo, sempre rejeitou o liberalismo iluminista e a democracia liberal. Para ele, toda sociedade, para funcionar, precisaria de um conjunto de ideias que definam o que

⁷ Nos Estados Unidos, a direita cristã é identificada com o evangelismo branco (MITROPOULOS, 2018; ROLIM, 1985). O paralelo não pode ser feito no Brasil. Aqui o evangelismo é de maioria negra, embora não assuma, hegemonicamente, posturas contestatórias quanto ao racismo (VITAL, 2021). De outro lado, apesar de Bolsonaro ter diversas declarações que podem ser consideradas racistas (FSP, 2020) e a questão racial ser objeto de desprezo do bolsonarismo, “as ideias dessa articulação política sobre a questão parecem menos sistemáticas e explícitas do que suas visões sobre temas correlatos como gênero, por exemplo” (CAMPOS, 2021, p. 397).

⁸ Mearsheimer e Walt (2007, pp. 132-134, 138) nomeiam de “sionistas cristãos” o grupo da direita cristã que contribui para esse processo de apoio ao Estado de Israel e suas investidas em relação à Palestina – a qual conta com uma série de organizações. Contemporaneamente, de acordo com Langer (2017), a maior organização sionista do mundo é evangélica, a Cristãos Unidos por Israel, com mais de dois milhões de membros.

A despeito de estarem frequentemente associados, o sionismo (defesa da criação de um Estado judeu e de mecanismos para sua permanência) não se confunde necessariamente com a judaicidade, seja ela entendida como a religião judaica, seja ela entendida como um conjunto de tradições culturais seculares (BUTLER, 2017).

é verdadeiro e falso/certo e errado, e o instrumento mais poderoso para tanto seria a religião, que liga uma ordem política a uma verdade definitiva, dando coesão a uma comunidade. O liberalismo, pelo contrário, seria justamente o resultado da erosão dos valores religiosos, essenciais a uma ordem política viável, convidando à desordem e à desagregação (DRURY, 1999). O neoconservadorismo argumenta que o liberalismo levou à decadência cultural e moral, pois privou a esfera pública da orientação da tradição e da autoridade (THOMPSON, 2007).

No fim da década de 1980 e início da de 1990, com a queda do Muro de Berlim, ocorreu um rompimento no campo neoconservador, que ficou conhecido como a disputa entre o neoconservadorismo propriamente dito e o paleoconservadorismo. Os paleoconservadores defendiam que o Estado deveria focar suas energias em garantir a ordem moral interna. Os neoconservadores, ainda que não se opusessem a isso, enfatizavam que os Estados Unidos eram uma liderança mundial (DIAMOND, 284; HIGH, 2009). Os neoconservadores ganharam novo impulso após o ataque às Torres Gêmeas, que levou à Guerra do Iraque e à ideia de uso da força para “fins morais”, na expressão de Fukuyama (2006). Mas a política dedicada ao combate aos inimigos comunistas e imorais internos, em nome da família tradicional e de uma visão militarista da sociedade, persistiu no Partido Republicano e na direita cristã; reavivou-se com o Tea Party (WILLIAMSON; SKOCPOL; COGGIN, 2011) e desaguou na eleição de Donald Trump (BERLET, 2020).

Tanto o neoconservadorismo quanto o paleoconservadorismo identificam esse agregado de posições que une livre mercado, autoritarismo, moral tradicional, religião e anticomunismo. Em publicação anterior tratei da ascensão neoconservadora na Câmara dos Deputados brasileira a partir de 2015 (LACERDA, 2019). Mas, passados alguns anos, parece-me que identificar o fenômeno como *paleo* e não como *neo* é mais adequado. O prefixo *paleo* faz alusão simbólica ao imenso conteúdo regressivo que adquiriu o movimento com a eleição de Bolsonaro. Além disso, evidencia o foco nas questões de política interna e, no caso brasileiro, sua completa

ausência de projeto nacional. O Brasil é um país de periferia (LIMA, 2005) e tal condição é ignorada no suposto nacionalismo alardeado por Bolsonaro. Ao privilegiar a relação com os Estados Unidos, ele reforça nossa posição subordinada em uma relação bastante assimétrica. A admiração do presidente brasileiro por Trump não impediu que este último, por exemplo, aumentasse a taxaço e reduzisse a importação do aço brasileiro.

330

Numa linguagem contemporânea, a oposição ao feminismo e à pauta LGBT passou a ser chamada de *guerra cultural*. A crítica ao iluminismo (expressão de difícil alcance) passou a ser expressa na crítica ao *globalismo*. *Globalismo cultural marxista*, termo utilizado pela direita, reúne três elementos a serem combatidos: iluminismo, feminismo e comunismo. *A ideologia de gênero* seria baseada em uma interpretação liberal, feminista e neomarxista da história (O'LEARY, 1997). Como afirma Costa Pinto (2021), permanece no século XXI a defesa do Estado mínimo, do anticomunismo e dos valores tradicionais (ou a “defesa da civilização judaico-cristã”). O comunismo não teria acabado com a URSS: teria, ao contrário, assumido nova forma com a utilização mais recente da obra de Gramsci.

Os paleoconservadores contemporâneos, porém, à diferença do líder original, Ronald Reagan, nutrem desprezo à política tradicional. Não se trata, note-se, da crítica progressista aos limites da democracia liberal, clamando pelo seu aprofundamento no sentido de uma democracia substantiva. Ao contrário. Trata-se do esvaziamento dos conteúdos de liberdade, igualdade e justiça social embutidos no conceito.

Wendy Brown, ainda em 2006, anteviu esse processo. A junção entre autoritarismo e neoliberalismo, derivada do reaganismo, substituiria o modelo liberal de legitimidade do Estado dado como certo no Pós-Segunda Guerra, inclusive a noção de Estado democrático com direitos universais e limitados juridicamente, seculares e orientados para a paz interna. Essa visão daria lugar a uma figura de Estado abertamente parcial, que defende determinadas concepções morais e religiosas e vê a redistribuição como um erro. Em obra mais recente (BROWN, 2018), a autora enfatiza que esse modelo

não tem a igualdade como valor, pregando a liberdade desprovida de qualquer ideia de justiça social. A liberdade se veria reduzida, assim, a simples instrumento de poder. Esse seria o *american nightmare* (BROWN, 2006, p. 701), que o título deste artigo glosa como “pesadelo brasileiro”.

É precisamente neste ponto em que nos encontramos no Brasil. Assistimos a um movimento que se inicia pela família tradicional, pelo apelo ao militarismo interno e que deságua no clamor por um regime autoritário que extinga a democracia liberal. O bolsonarismo – que entendo aqui como um caleidoscópio⁹ de posições de direita ou conservadoras que Bolsonaro lidera, mais ou menos agregadas, mais ou menos fragmentadas ou contraditórias,¹⁰ res-

⁹ Expressão inspirada em Kalil (2018) e Rennó (2020).

¹⁰ Um dos pontos de tensão no conjunto das posições defendidas por Bolsonaro é Israel. De um lado, trata-se de aliado preferencial do presidente brasileiro, como já mencionado. De outro lado, Roberto Alvim, então secretário de Cultura, fez discurso com simbologia que remetia ao nazismo e Ernesto Araújo, então chanceler, comparou as medidas de restrição decorrentes da Covid-19 com o Holocausto, ambos os fatos tendo levado a manifestações de repúdio de entidades israelitas. Em 2021, Bolsonaro encontrou-se com a deputada alemã Beatrix von Storch, vice-presidente do partido Alternativa para a Alemanha (AfD) e neta de Lutz Graf Schwerin von Krosigk, ministro das Finanças de Adolf Hitler. Posou com ela para foto, abraçados e sorrindo. A Confederação Israelita do Brasil repudiou o ato (WALTENBERG, 2021).

Nos Estados Unidos, o caldo de cultura que expressa o nacionalismo e o supremacismo branco é a *alt-right* – o líder do movimento chegou a saudar “Hail, Trump” (ALT-RIGHT, 2016). A *alt-right* tem tensões relevantes com o cristianismo (BERRY, 2021). Assim, embora tanto a *alt-right* quanto os paleoconservadores tenham estado na base da eleição de Trump, são expressões diferentes da direita norte-americana. Tanto que paleoconservadores como Newt Gingrich chegaram a ver a identificação de Trump com a *alt-right* como uma conspiração da mídia (RALSTON, 2020). Próximos à *alt-right* estão os aceleracionistas de direita, que entendem que a tecnologia computacional e o capitalismo devem ser intensificados, sendo a melhor forma de avanço da humanidade, porque não haveria alternativa. Steve Bannon se considera um porta-voz da

ponsáveis pelo crescimento da popularidade, pela eleição e pela manutenção de Jair Bolsonaro na Presidência – é um fenômeno que comporta múltiplas análises. O paleoconservadorismo é uma delas. Mas o bolsonarismo tem também interfaces com a doutrina do choque (KLEIN, 2008; MAEDA, 2020); com a ideia de inter-regno (RUGITSKY, 2020; STREECK, 2018); com o populismo (GRACINO JUNIOR; GOULART; FRIAS, 2021; NORRIS; INGLEHART, 2019); e há ainda aspectos de um conceito adaptado de necropolítica (MBEMBE, 2018; NUNES, 2020). São leituras que, ao fim e ao cabo, se complementam.

332

O paleoconservadorismo é uma reação aos valores iluministas, como mencionado acima. Mas também é possível ler o fascismo como, acima de tudo, uma rejeição da herança do Iluminismo e da Revolução Francesa. É a visão de Sternhell (1994), para quem o fascismo via o liberalismo político e o marxismo como derivação do mesmo mal materialista e racionalista. A rejeição do liberalismo político e do marxismo faz, portanto, que paleoconservadorismo e fascismo compartilhem uma base e um léxico em comum. É por isso que, à interpretação proposta neste artigo, também é compatível a identificação do bolsonarismo como um fenômeno de viés fascista (DUNKER, 2019; LAZZARATO, 2019; SAFATLE, 2021; SINGER, 2021), ainda que haja diferenças fundamentais entre o processo europeu do século xx e o brasileiro do século xxi, como o modelo econômico, o contexto pós-guerra e o próprio nacionalismo.

Estabelecido este parâmetro, iremos formular duas questões: como se articulam esses temas aparentemente díspares no caleidoscópio paleoconservador e por que esse fenômeno se reproduz no Brasil tão fortemente neste momento histórico.

PRIMEIRA QUESTÃO: COMO SE ARTICULAM TEMAS

alt-right (POSNER, 2016) e tem ligações com as ideias aceleracionistas (BECKETT, 2017).

APARENTEMENTE DÍSPARES?

A implantação do neoliberalismo nos Estados Unidos, por Ronald Reagan, exigiu a construção de um projeto de hegemonia possível graças à costura da aliança neoconservadora (NOBLE, 2007). Mas havia, e há, diferenças importantes entre o neoliberalismo e o neoconservadorismo, ambos com nascimento entre 1970 e 1980. Mais que isso: a costura entre liberalismo na economia e tradicionalismo é até mesmo paradoxal (HIMMELSTEIN, 1983). O neoliberalismo, com sua retórica a favor da liberdade individual, não é, a princípio, incompatível com o multiculturalismo ou com movimentos pela liberdade artística e pela diversificação dos estilos de vida (HARVEY, 2005). A racionalidade neoliberal implica a criação de necessidades para estímulo ao mercado, o que colide com a racionalidade de produzir uma ordem orientada para a repressão dos desejos (BROWN, 2006). Como, então, se explica a aliança do neoliberalismo com o tradicionalismo?

Uma resposta contundente é da própria Wendy Brown (2006). Ela sustenta que neoliberalismo e conservadorismo moral e religioso são dois ideários políticos convergentes na medida em que ambos atuam contra a liberdade política e a igualdade entre os cidadãos, porque o neoliberalismo as desvaloriza em favor dos critérios de mercado e o conservadorismo valoriza o uso do poder do Estado para fins morais não generalizáveis. O discurso político/religioso prepararia, além disso, o terreno para as características autoritárias da governança neoliberal, ao mobilizar uma cidadania submissa. De acordo com a autora, a erosão ética no capitalismo é preenchida com valores morais rígidos, com a vantagem de serem esses valores opostos ao comunismo e à distribuição de renda.

Brown (2018) explora, em obra mais recente, ainda outras explicações para os compromissos da direita, ao mesmo tempo, com o neoliberalismo e com valores morais tradicionais. Haveria ressonância entre o cristianismo evangélico contemporâneo e a cultura capitalista. De fato, há afinidade notadamente do pentecostalismo com os valores de mercado, o que hoje se expressa com nitidez na

adoção da Teologia da Prosperidade entre as mais diversas denominações protestantes.¹¹

Noble (2007), por sua vez, entende que o neoliberalismo demanda formas não classistas de solidariedade, que podem ser a raça, a família patriarcal, o militarismo nacionalista e o protestantismo. Para Snyder (2007), a retórica dos valores familiares aumenta “os problemas de ação coletiva, encorajando as pessoas a se identificarem como membros da família e não como trabalhadores, como participantes de um movimento feminista, ou mesmo como cidadãos”. De acordo com Brenner (2007), a ideologia antiestatal, fundada na defesa da família patriarcal e no protestantismo conservador, daria suporte ao desmonte de políticas de bem-estar que são do interesse da grande massa da população.

Para Melich (1998), as mulheres, de modo geral com menos renda e patrimônio que os homens, dependem mais de políticas públicas. Por isso as feriria, de modo particular, a redução de políticas distributivas. Para a defesa neoliberal da redução do Estado, portanto, o fortalecimento da família tradicional passaria a ser necessário, porque mulheres sozinhas ficariam em situação de maior vulnerabilidade. Snyder (2007, pp. 157-158), no mesmo sentido, argumenta que a função da “mitologia dos valores da família”, a ideologia da unidade da família autossuficiente, fornece uma justificativa para cortar os serviços sociais do governo. Petchesky (1981) sintetiza essas duas faces da então aliança neoconservadora, de reação antifeminista e de reação contra o Estado de

334

¹¹ As igrejas neopentecostais, de acordo com Ricardo Mariano, possuem “forte tendência de acomodação ao mundo, participam da política partidária e utilizam intensamente a mídia eletrônica” e pregam a Teologia da Prosperidade. A crescente influência desses elementos sobre as demais igrejas protestantes é chamada de “neopentecostalização” das doutrinas, que decorre, de um lado, do sucesso, da visibilidade e da presença na mídia das igrejas neopentecostais, e, de outro, do desejo das demais igrejas de “absorverem e reproduzirem as crenças e práticas de sucesso e agrado das massas” (MARIANO, 1996, p. 27; MARIANO, 1999, pp. 38-39).

bem-estar. O elemento que os uniria seria a ideologia privatista, que inclui o poder privado do livre mercado e o poder privado do patriarcado.

A ilustração cabal da validade desse argumento, no Brasil, é a atuação do recém-criado Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Sob a batuta de Damares Alves – pastora evangélica, que declarou em evento oficial acreditar que, no casamento, a mulher deve ser submissa ao homem (COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER, 2019) e que desenvolveu campanha de abstinência sexual de inspiração reaganista¹² – a pasta estimulou políticas públicas para fortalecer a família (no singular, e não na pluralidade de arranjos) (IBDFAM, 2020; MMFDH, 2020) e “mães empreendedoras” (MMFDH, 2019), enquanto, apesar de exceções pontuais, o Executivo, como um todo, mesmo durante a pandemia, procura seguir uma agenda de austeridade.

E onde se encaixaria o militarismo interno?

Em reação ao modelo de Bem-Estar deu-se a implantação do neoliberalismo (HARVEY, 2005). Nesse modelo, o fortalecimento penal (WACQUANT, 2001) seria uma estratégia para conter e administrar as manifestações da desigualdade, da exclusão e do desemprego (KILDUFF, 2010). De um lado, tem-se o paradigma da segurança social; de outro, na sociedade neoliberal, o princípio da “insegurança coletiva”. Nele, exige-se um Estado mínimo nas relações econômicas e sociais, mas um Estado máximo para tratar das respectivas consequências deletérias (DORNELLES, 2008).

Esse modelo “lei-e-ordem” defende o uso rigoroso do poder coercitivo do Estado para promover a ordem contra a criminalidade, vista como um desvio moral ou uma opção individual, e não no

¹² A partir de 1981 passou a ocorrer o financiamento governamental aos abstinence-only-until-marriage programs (aoum), que pregam a abstinência como método contraceptivo para adolescentes – programas que tiveram financiamento aumentado na era Bush e depois na era Trump (SANTELLI, 2017; SIECUS, 2018)

contexto de explicações econômicas, políticas e sociais mais amplas. Reivindica-se, por outro lado, a posse de armas para a autodefesa do “cidadão de bem”, oposto ao mal desviante da criminalidade (ARGUELLO, 2005; LINKER et al., 2011; NORRIS, 1996). Nessa defesa do punitivismo e na oposição ao legado iluminista é que reside a aversão do paleoconservadorismo aos direitos humanos.

Flávia Biroli (2020, p. 198) sumariza os elementos dessa miríade conservadora com a expressão “moralização das inseguranças”, que seria o processo pelo qual as inseguranças reais – decorrentes da precarização das relações trabalhistas ou do esgarçamento das redes de solidariedade social – são enquadradas tendo como único suporte possível a “família nuclear, heterossexual e *responsável pelos seus*” (grifo no original). A família cristã seria o contraponto, nessa narrativa, à corrupção moral, ao mundo do crime, à insegurança da contemporaneidade.

336

Para os paleoconservadores, o melhor programa contra a pobreza é uma família estável. Na falha da família e do mercado, deve atuar o sistema penal. É esse o elo entre elementos aparentemente díspares: moral tradicional, neoliberalismo e o militarismo interno. Bolsonaro adota esse pacote, e ainda dobra a aposta. Ele não apenas defende a punição rigorosa e o armamento, como advoga, de maneira constante, pela execução sumária de suspeitos.¹³ Como argumenta Bruno Paes Manso (2020), o presidente é porta-voz de uma ideia de “violência redentora” que seduziu a sociedade brasileira.

Progresso individual. Religião. Família tradicional. Violência. Nessa combinação está a força do argumento paleoconservador e a primeira razão para a reedição do paleoconservadorismo no Brasil do século XXI.

¹³ Trata-se de expressão da ideologia das milícias: necessidade de assassinatos para combater bandidos; para combater o crime, deve-se ser mais violento e criminoso do que o criminoso (MANSO, 2020).

SEGUNDA QUESTÃO: RAZÕES PARA A REEDIÇÃO DO PALEOCONSERVADORISMO NO BRASIL

Por que um movimento semelhante àquele de origem reaganista se expressa no Brasil décadas depois do seu surgimento nos Estados Unidos entre 1970 e 1980?

A força do argumento paleoconservador

O discurso paleoconservador tem apelo popular. Trata-se da força da união entre a promessa de progresso material e valores transcendentais e laços sociais sólidos (HIMMELSTEIN, 1983). Brown (2018) sustenta, baseada em Goodhart (2017), que aqueles que se sentem “deixados para trás” na onda cosmopolita crescente de beneficiários das políticas de identidade, as pessoas enraizadas em um lugar, geralmente em um espaço suburbano, com educação limitada, tendem a abrigar visões sociais conservadoras. Especialmente para essas pessoas os valores tradicionais forneceriam proteção contra os deslocamentos e perdas que quarenta anos de neoliberalismo renderam para as classes trabalhadoras e médias.

337

O ponto é que há indícios de que esses argumentos, teóricos, se sustentam empiricamente no Brasil.

Estudo baseado em entrevistas em profundidade com eleitores com renda correspondente à faixa do intervalo intermediário no país – excluindo os 25% mais ricos e os 25% mais pobres –, e exceto os que votaram em Haddad nos dois turnos, aponta que, para essas pessoas, de maneira geral, a ideia de ordem é fundante.¹⁴ Trata-se da defesa da mão forte do Estado policial, ainda que no limite ou fora dos parâmetros legais, para combater a violência urbana. Mas trata-

¹⁴ Isso não é novidade para o público conservador. Como aponta Singer (2000), a respeito de pesquisa realizada ainda nos anos 1990, a direita preconiza o reforço da autoridade do Estado para atingir a igualdade, buscando a manutenção da ordem.

-se também da ordem no sentido da reestruturação da família tradicional, vista como a verdadeira resposta para os problemas sociais. Uma das causas dos males contemporâneos seria, justamente, o fato de as mulheres trabalharem fora de casa, deixando a família sem o devido cuidado (FUNDAÇÃO TIDE SETUBAL, 2019). Nesse modo de ver, a família, tal qual no argumento paleoconservador, é o pilar de uma sociedade boa e organizada.

Pesquisa mais recente, também baseada em entrevistas, confirma esse raciocínio: a opção por Bolsonaro se justificaria na medida em que o ex-militar representaria a recuperação de valores tradicionais, da segurança e da disciplina nos âmbitos público e privado, a partir da promoção das ideias de ordem, autoridade e hierarquia. O Estado deveria gerar emprego para os mais pobres, que então progrediriam conforme seu mérito, e, no âmbito privado, deveria permitir que as famílias privilegiem para seus filhos uma educação cristã (SOLANO; ROCHA, 2021).

338

Ainda de acordo com a pesquisa de 2019, os entrevistados reconhecem que há desigualdade econômica estrutural e que esse é o maior problema do Brasil. Mas a forma de superação da desigualdade não seria, principalmente, por políticas distributivas. Valeria o esforço individual, o “correr atrás”. Políticas públicas como Bolsa Família ou cotas raciais universitárias seriam negativas, porque fomentariam, nessa visão, a preguiça, o clientelismo e fariam do cidadão um parasita do Estado. Por outro lado, não há adesão nítida ao neoliberalismo, como na defesa forte de privatizações¹⁵ (FUNDAÇÃO TIDE SETUBAL, 2019). Esse é um ponto importante. Essas informações corroboram a ideia de que a moralidade tradicional serve como uma “arma na batalha política” (BROWN, 2018, p. 7), sendo o instrumento para que um candidato que apoia o neoliberalismo tenha apoio das classes populares.

Essa pesquisa (FUNDAÇÃO TIDE SETUBAL, 2019) conclui que os segmentos mais conservadores da sociedade seriam, em

¹⁵ No mesmo sentido, Rennó (2020) e Solano e Rocha (2021).

ordem decrescente: os evangélicos, com um índice de 0,717 e com tendência de crescimento; os homens, 0,706 e com tendência de crescimento; e os menos escolarizados, 0,701. A participação do evangelismo nesse público conservador é digna de nota.

Voto confessional

No Brasil, de regra, entende-se que não há voto confessional, no sentido de que a religião de um candidato seja o fator determinante para o voto dos fiéis, pois existem vários critérios – não necessariamente religiosos – para a decisão do eleitor. No máximo, entre os evangélicos, haveria uma tendência de que “irmão vote em irmão”, indicando um voto denominacional. Mesmo essa lógica seria válida apenas para o Legislativo, e não para o Executivo (BOAS, 2020; VALLE, 2019). Supõe-se que a eleição de Bolsonaro em 2018, porém, tenha sido uma exceção nessa tradição, ocorrendo, ali, para a Presidência da República, um voto confessional (GUADALUPE, 2020).

339

Comprovam o argumento os dados lembrados por Nicolau (2020): Anthony Garotinho, evangélico, que concorreu pelo PSB nas eleições de 2002, foi o primeiro candidato competitivo à presidência que fez um apelo especial aos evangélicos, embora sem sucesso – parte expressiva das lideranças apoiou Lula. Marina Silva, fiel assembleiana, não teve o apoio de lideranças das principais denominações evangélicas para suas campanhas em 2010 e 2014. Pastor Everaldo, em 2014, obteve apenas 2,6% dos votos válidos.

Mas estima-se que cerca de 70% dos votos válidos dos evangélicos apoiaram Bolsonaro em 2018, tendo sido a mobilização dos evangélicos “um dos fatores determinantes para a vitória de Bolsonaro” (NICOLAU, 2020). Jairo Nicolau levanta, como possível explicação para tanto, a hipótese da afinidade conservadora: tendo Bolsonaro voltado sua atuação para os temas da moral sexual a partir de 2011, os evangélicos – e católicos conservadores – teriam aderido a ele por conta de sua liderança na promoção da família tradicional.

A pergunta que fica é: por que a hipótese conservadora não era tão relevante antes, seja entre cristãos, seja entre outros setores predispostos a adotar uma visão tradicionalista? Por que o que chamo aqui de força do argumento paleoconservador não ganhou eleição antes de 2018?

Por que agora?

340

Machado e Scalco (2018) identificam um movimento “da esperança ao ódio”. Na periferia de Porto Alegre, observaram uma onda de insurgência, mobilização e autoestima dos jovens até meados de 2014. Depois disso, registraram que o pêndulo passou a tender para o conservadorismo. A partir de 2016, as autoras verificaram o profundo interesse dos jovens pela figura de Bolsonaro, imputando a mudança à perda de protagonismo social dos homens e à sensação da desestabilização da masculinidade hegemônica após a multiplicação de coletivos negros, LGBT e feministas. Teria pesado na balança, ainda, o dia a dia marcado pela violência urbana – daí a relevância da simbologia das armas na construção da figura do “supermacho”. Machado e Scalco perceberam uma abertura ao diálogo entre os mais novos, mas não entre os que já deixaram a adolescência e se confrontavam com o mercado de trabalho precário ao se tornarem pais de família.

Além dessas razões, outra, possivelmente, é a crise econômica desde 2011, com consequências sentidas, de maneira crescente, entre as classes populares. Pode-se supor que a ausência de esperança em melhores condições de vida tenha sido compensada nos argumentos morais e de autoridade. As incertezas relacionadas a saúde, moradia, educação, desemprego e violência urbana seriam contrabalançadas pelas ideias de pulso forte e de hierarquia. A inclusão social pela via programática estatal parece complexa e difícil de alcançar. Já as respostas que o paleoconservadorismo oferece são imediatas e plenas de sentido.

Outra explicação certamente reside nos fenômenos que levaram à prisão de Lula e a seu impedimento de disputar as eleições.

Singer (2021a) identifica uma predisposição de longo prazo, entre as classes populares, de adesão à direita no Brasil. Essa tendência teria sido desativada com o sucesso das políticas públicas capitaneadas por Lula de redução da pobreza com manutenção da ordem e com o perfil conciliador do líder. Mas, diz Singer, com a retirada de Lula do cenário político, a campanha de Bolsonaro teria semeado em terreno fértil. Ou seja, uma predisposição conservadora possivelmente existia entre o eleitorado, mas, com Lula na disputa, ela não definia a eleição.

Em 2018, a última pesquisa do Datafolha com Lula entre os candidatos foi realizada em 22 de agosto. Entre os evangélicos, ele tinha 30% de intenções de votos, e Bolsonaro tinha 24%. Existia um viés pró-Bolsonaro no segmento, uma vez que na média geral as intenções de voto no petista eram de 39%, e no candidato do PSL, 19% (GI, 2018). Mas não só Lula ganhava entre os fiéis, como o percentual se distancia muito da estimativa de 60% dos votos evangélicos (70% dos votos válidos) que Bolsonaro viria a conquistar dois meses depois. O próprio Lula tem essa opinião, valorizando seu perfil agregador: “Eu tenho certeza que aquilo de mamadeira não pegaria em mim” (REVISTA FÓRUM, 2020, n. p.), em referência a uma *fake news* que impactou negativamente a campanha de Fernando Haddad.

Com a retomada dos direitos políticos de Lula o cenário é um pouco, mas não muito diferente do encontrado antes do seu impedimento. Bolsonaro tem 38% de intenções de voto entre os evangélicos e Lula tem 34% (BALOUSSIER; BOGHOSSIAN, 2021). Mas se, de um lado, ambos os candidatos estão com pontuações próximas no grupo e Bolsonaro está longe da adesão de 60% que teve no segundo turno – possivelmente pela acentuada queda das condições econômicas e sociais ocorrida em seu governo –, de outro lado, o evangelismo ainda é o setor que mais o apoia, se comparado com outros cortes demográficos.

É o que mostra pesquisa da Genial Investimentos e da Qaest Consultoria, realizada em setembro de 2021, dias antes das manifestações antidemocráticas. Na média geral, o governo

Bolsonaro tem 48% de avaliação negativa, 26% de regular e 24% de positiva. Em qualquer desagregação – por região, em todas as regiões, por gênero, em ambos os gêneros, por idade, em todas elas, por escolaridade, em todas elas – a avaliação negativa supera, em muito, a positiva. Em todas as religiões também. A única variável que apresenta equilíbrio de opiniões, entre positivas, negativas e regulares, é entre os evangélicos (GENIAL INVESTIMENTOS; QUAEST, 2021).

O sucesso relativo de Bolsonaro entre esses fiéis, provavelmente, decorre de alguns fatores. Entre estes estaria a reverberação da estratégia de radicalização das lideranças como forma de garantir poder e influência, identificada há tempos pela literatura (BAPTISTA, 2007; MACHADO, 2012; VITAL; LOPES, 2013) e verificada, por exemplo, contemporaneamente, na convocação para as manifestações de 7 de setembro de 2021.¹⁶

342

Outro dos fatores pode ser o identificado por Brown (2018) para a aproximação entre pentecostais e Trump: os evangélicos se identificariam profundamente com ele pela experiência compartilhada de serem desprezados pelas elites culturais e atacados por forças mundanas, particularmente por aquelas vindas da academia. É um argumento que associa o evangelismo ao anti-intelectualismo e que pode explicar as falas de Bolsonaro, nas aberturas da Assembleia Geral (AG) da ONU em 2019 e em 2020, sobre perseguição de cristãos e até sobre uma suposta “cristofobia”.

Além disso, Bolsonaro tem ministros pastores e adota um pacote ideológico caro ao evangelismo, como a defesa da família tradicional – tratada por ele, no seu discurso na abertura da AG da ONU, em

¹⁶ Silas Malafaia, da Assembleia de Deus Vitória em Cristo, Estevam Hernandes, idealizador da Marcha para Jesus, Samuel Câmara, líder da Igreja Mãe, a primeira das Assembleias de Deus no Brasil, e Renê Terra Nova, Apóstolo Presidente do Ministério Internacional da Restauração, convocaram ao ato (BALLOUSSIER, 2021a). Os deputados federais Sóstenes Cavalcante e Marco Feliciano, figuras proeminentes da bancada evangélica, se fizeram presentes na manifestação em São Paulo.

2019, como “célula mater de qualquer sociedade saudável”, em 2020, como base do país, conservador e cristão, e, em 2021, como “fundamento da civilização” (BOLSONARO, J., 2019; BOLSONARO, 2020; 2021). Nota-se que quando Bolsonaro mobiliza esses argumentos no principal palco da diplomacia mundial, o faz dialogando com sua base de sustentação interna, mas também com a rede cristã conservadora internacional. É isso que abordaremos na sequência.

Direita cristã como movimento transnacional

O ator central do paleoconservadorismo norte-americano é a direita cristã. Esse grupo político, com sua pré-disposição à defesa do capitalismo e à luta contra o comunismo, capitaneou o movimento que tem a pauta religiosa e tradicionalista na moral e nos costumes como eixo estruturador (DIAMOND, 1995; HARVEY, 2005). Para Petchesky (1981, p. 207) o que havia de novo no neoconservadorismo era o “foco nas questões sexuais e reprodutivas”. Para Pierucci (1989, pp. 115-116), no mesmo sentido, essa direita se caracterizava “justamente por injetar no conservadorismo socioeconômico revigorada ênfase nas teses conservadoras/restauracionistas em matéria sexual”.

343

A direita cristã – tanto no seu braço evangélico, mais evidente, quanto no seu braço católico – é transnacional, o que permite, em que pesem as divergências internas, comunicação de conceitos e valores.

De acordo com Francisco Cartaxo Rolim (1985), o movimento pentecostal que cresceu no Brasil na segunda década do século XX tem suas origens próximas ao pentecostalismo mais conservador norte-americano, com dissociação entre práticas religiosas e práticas sociais, totalmente voltado para o sacral, com influência sulista, alienada politicamente e conservadora. No contexto da Guerra Fria, por exemplo, foi financiada pelos Estados Unidos, no Brasil, a criação de rádios cristãs, de escola de treinamento técnico de radiodifusões e de editoras, numa estratégia para a formação da opinião contraposta à Teologia da Libertação (DIAMOND, 1989; GRANDIN, 2006;

SANTOS, 2005; STOLL, 1990). Tanto que a mentalidade norte-americana influenciou a postura evangélica hegemônica (mas não homogênea) de apoio à ditadura militar, vista como necessária para o combate ao comunismo ateu (CHESNUT, 1997).

O intercâmbio de pastores e de religiosos ainda hoje é permanente. É ilustrativa dessa comunicação a história da Escola de Líderes da Associação Vitória em Cristo (Eslavec), fundada em 2008 por Silas Malafaia, um dos líderes das Assembleias de Deus no Brasil. A Eslavec surgiu, segundo ele, “a partir de sua participação em uma escola de líderes nos Estados Unidos, promovida pelo Pr. Morris Cerullo – um dos principais tele-evangelistas americanos e divulgadores da Teologia da Prosperidade –, a School of Ministry”. Foi nessa ocasião que Malafaia afirma ter sido convocado, pelo Espírito Santo, para fazer uma escola semelhante no Brasil (MAURICIO JUNIOR, 2014, pp. 15-16).

344

Essa comunicação foi fortalecida na era Trump. Em 2018, os pastores americanos Mario Bramnick e a ex-congressista Michele Bachmann, da White House Faith and Opportunities Initiative – grupo de líderes cristãos nomeados como assessores especiais por Donald Trump – gravaram vídeo e participaram de evento para que os brasileiros votassem somente em um candidato que apoiasse a transferência da embaixada em Israel para Jerusalém, como Bolsonaro (MACIEL, 2019). Em 2019, a Frente Parlamentar Evangélica promoveu, na Câmara dos Deputados, o lançamento de uma sede do Capitol Ministries. A organização promovia, com Trump, reuniões semanais no Capitólio e na Casa Branca “dentro da crença de que, compreendendo os ensinamentos bíblicos, as autoridades poderão balizar melhor suas decisões” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2019, n. p.).

É natural, portanto, que a cosmovisão do evangelismo brasileiro seja muito semelhante à sua versão norte-americana e esteja ganhando terreno com o crescimento demográfico evangélico.¹⁷ Essa co-

¹⁷ Em 1970, os evangélicos representavam 5,2% da população brasileira; em 1980, 6,6%; em 1991, 9% (13,2 milhões) (JACOB, 2003). Em 2000,

municação internacional contínua explica o motivo pelo qual os temas de relevância na política interna – organização da família; criminalidade; políticas públicas e política econômica; e mesmo um anticomunismo resquício de Guerra Fria – se aliam a um tema exógeno específico, que é a defesa de Israel, cujas bandeiras aparecem crescentemente nas manifestações de direita desde a época do impeachment de Dilma.

Além disso, a atuação transnacional de católicos conservadores – ainda que sejam atores com menos exposição pública do que os evangélicos no campo da direita cristã – também certamente contribuiu com o processo. O combate à chamada “ideologia de gênero” resulta da estratégia discursiva desenvolvida a partir de 1990 no Vaticano e de lá espalhou-se pela Europa, pelos Estados Unidos e pela América do Sul ao longo dos anos, sendo hoje considerado um fenômeno transnacional organizado (CORNEJO-VALLE; PICHARDO, 2017).

Recentemente, o WikiLeaks publicou um conjunto de documentos denominado “A Rede da Intolerância”, sobre a rede católica ultraconservadora *HazteOir*, depois renomeada de *CitizenGO*. Presente no Brasil desde 2013, a organização disseminou a ideia de guerra cultural para combater os inimigos, entre os quais o comunismo, a ONU e o globalismo. Segundo levantamentos, duzentos brasileiros seriam sócios da organização; para se ter uma ideia da participação do nosso país, entre 2013 e 2014, em nove meses, a *CitizenGo* arrecadou 530 mil euros doados por brasileiros. Alguns dos líderes da entidade seriam, inclusive, muito próximos de Bolsonaro e de Olavo de Carvalho¹⁸ (DEMORI, 2021; DIP et al., 2021), personalidade relevante nos meios militares, como veremos a seguir.

os evangélicos saltaram para 15,4% (26,2 milhões). Em 2010, 22,2% (42,3 milhões) (IBGE, 2010). Em 2019, estimou-se que eram 31% dos brasileiros (BALLOUSSIER, 2020).

¹⁸ Olavo de Carvalho, católico conservador, tem pronunciamentos contra as igrejas evangélicas (BERGAMO, 2020). Sobre a aproximação da ala conservadora do catolicismo com os evangélicos para a defesa de

Militares

No final de 2014, pouco depois da eleição de Dilma Rousseff, Bolsonaro participou da formatura de Cadetes da Academia Militar das Agulhas Negras, uma das mais prestigiadas das Forças Armadas. Na ocasião, ele foi ovacionado como “líder” e discursou: “Alguns vão morrer pelo caminho, mas estou disposto em 2018, seja o que Deus quiser, tentar jogar para a direita esse país” (BOLSONARO, 2014). É esse evento que marca, para Leirner (2020), a unção de Bolsonaro como o virtual candidato dos militares para a Presidência da República. Como registra o autor, o então deputado repetiu a participação em 2015, em 2016 e em 2017, quando esteve na primeira fileira com o General Mourão, que viria a ser seu vice. A partir de 2014, os policiais militares transformaram Bolsonaro também em convidado de honra nas formaturas.¹⁹

346

Esse movimento foi antecedido pela gradual transformação do PT em inimigo interno a ser combatido, sobretudo a partir do governo Dilma. Ex-guerrilheira, a presidenta era a personificação do comunista confrontado pela ditadura militar de 1964. Para agudizar o

agendas de direita, e seu antiecumenismo eclesial, ver CARRANZA e LACERDA (2021).

¹⁹ Olavo de Carvalho oferecia, gratuitamente, desde meados de 2019, seu curso para policiais brasileiros (LIMA; TEIXEIRA, 2021). O único programa de habitação promovido pelo governo Bolsonaro foi o destinado a policiais civis, militares, federais e rodoviários, além de bombeiros, agentes penitenciários, peritos e guardas municipais. Provavelmente em decorrência desse investimento, conforme dados do FBSP (2021), a presença de profissionais das forças de segurança em redes bolsonaristas no digital aumentou 27% entre 2020 e 2021, sendo a participação mais relevante a de oficiais e praças da PM. Haveria um ambiente “quase hegemônico de politização e adesão ideológica dos policiais militares às bandeiras defendidas por Jair Bolsonaro”, na visão de LIMA e CARVALHO (2020), embora CARNEIRO e SILVA FILHO (2020) entendam que eles não chegariam a pegar em armas em defesa do presidente porque, antes de suas aspirações ideológicas, viriam suas reivindicações corporativas.

ambiente de hostilidade, a criação da Comissão Nacional da Verdade em 2011, por iniciativa do Executivo, acionou o gatilho corporativo e inflou uma mobilização geral das Forças Armadas. Na leitura dos militares, Dilma era uma ex-terrorista querendo vingança, e estava aliada ao novo comunismo internacional, o que seria comprovado em alguns eventos, como na vitória da China no Leilão do Campo de Libra do Pré-Sal em 2013, na participação da China na Usina de Belomonte e nos linhões da Eletrobrás, na formação dos Brics e nas parcerias comerciais feitas na moeda chinesa (LEIRNER, 2020).

O anticomunismo entre os militares é uma das causas tanto da sua oposição ao governo do PT quanto da escolha de Bolsonaro como candidato. Como mencionado no início deste artigo, analisando os discursos de Bolsonaro ao longo de sua trajetória parlamentar, vemos três ênfases: reivindicações corporativas das Forças Armadas; defesa da ditadura de 1964; repúdio à esquerda e ao comunismo. Com esse repertório, Bolsonaro cantava música para as casernas. E continuou fazendo-o como presidente. Para ficar em um exemplo emblemático: em todas as aberturas da Assembleia Geral da ONU que promoveu, em 2019, em 2020 e em 2021, Bolsonaro, no palco central do concerto das nações, tratou ou da guerra contra o socialismo – que a ditadura militar, em 1964, e ele, em 2018, teriam vencido; ou das “ditaduras” bolivariana e cubana.

Mas de onde vem o anticomunismo entre os militares? A explicação remonta à década de 1930. A Intentona Comunista, ou Revolta Vermelha, em 1935, como explica Leirner (2020, p. 204), deu origem a uma “celebração anticomunista ritualizada e sistemática” nos meios militares. Isso se acentuou com a influência das Forças Armadas norte-americanas nas brasileiras ao longo da Segunda Guerra Mundial e depois com a Guerra Fria. Com a emergência da Revolução Cubana em 1959, esse arcabouço foi incrementado com a Teoria da Guerra Revolucionária,²⁰ vinda da França, que visava

²⁰ A teoria desenvolveu-se com a derrota na Indochina em 1950 e a revolução na Argélia em 1954 – o que significou a vitória de forças alinhadas à União Soviética. O marco dessa teoria é o livro *Guerras Insurrecionais* e

combater o marxismo-leninismo. Em oposição ao comunismo e ao ateísmo, tratava-se de defender a *civilização cristã*. Em 1968, com a decretação do Ato Institucional nº 5 – a norma que possibilitou o endurecimento do regime de exceção – os militares deflagraram uma máquina de inteligência e de repressão usando essas táticas. Entendia-se que os inimigos precisavam ser derrotados no campo das ideias, daí a suspensão de direitos civis e a censura (COSTA PINTO, 2021; MARTINS FILHO, 2008).

Esse ambiente propício ao anticomunismo e à guerra ideológica recebeu bem a figura de Olavo de Carvalho, que em 2016 se autodenominou parteiro da “nova direita” (FELLET, 2016). Ele não só divulgou um ideário paleoconservador (PRADO, 2021; RICHARDSON, 2015), como morava nos Estados Unidos e mantinha vínculos com o Partido Republicano (MESSENERG, 2017). Desde a década de 1990, Olavo formou, paulatinamente, uma militância de direita no Brasil (ROCHA, 2021).

348

Também desde os anos 1990 Olavo dá palestras nos quartéis. Ganhou a Medalha do Pacificador em 1999, participou de eventos para organizações militares desde 2001, participou do projeto História Oral do Exército Brasileiro na Revolução de 1964, em 2002 – projeto que foi uma reação à primeira tentativa de revisão da interpretação da Lei da Anistia. Com a eleição de Lula, Olavo de Carvalho começa a frequentar o Clube Militar, já falando sobre a hipotética conspiração entre O Foro de São Paulo e as narcoguerrilhas das Farcs (LEIRNER, 2020).

A dissertação de conclusão do curso de Especialista em Ciências Militares da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército,

Revolucionárias, de Gabriel Bonnet, publicado originalmente em 1958 e, em 1963, pela Biblioteca do Exército no Brasil. Há evidências de que a doutrina francesa permaneceu como ponto de referência no interior das Forças Armadas: o Inquérito Policial Militar 709, que investigou o comunismo no Brasil, publicado em 1967, dedicou-se à evolução da guerra revolucionária nos anos de 1960 no Brasil (COSTA PINTO, 2021; MARTINS FILHO, 2008).

apresentada pelo Major Alexandre Treinta, ilustra essa tendência ideológica. Intitulada *O globalismo e seu aparato ideológico: impactos na sociedade brasileira*, é dedicada a um padre, a um general e ao “professor Olavo de Carvalho”, que seriam “grandes mestres, por terem arrancado o véu que obscurecia minhas vistas”, nas palavras do autor. O trabalho analisa a relação do globalismo com o marxismo, “sobretudo o cultural, por meio do estudo da doutrina de Marx”, “permitindo atestar que o ideário das doutrinas esquerdistas foi tomado pelo globalismo para catalisar o processo de dominação mundial” (TREINTA, 2019).

Para Costa Pinto (2021), dada a influência do anticomunismo, da Teoria da Guerra Revolucionária e de Olavo de Carvalho nos quartéis, não é possível diferenciar uma ala técnica, que seria composta pelo Ministério da Defesa, e uma ideológica, que seriam os Ministérios da Educação, da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos e das Relações Exteriores, entre outros, no governo. Isso porque a primeira ala também seria profundamente ideologizada.

349

A polaridade ideológica expressa pelos líderes desses ministérios – notadamente pelo ex-ministro da Educação Abraham Weintraub, investigado no âmbito do inquérito das *fake news* promovido pelo STF – não pode ser entendida fora do contexto de centralidade das redes digitais na política. Vejamos.

Mídias digitais

Desde meados de 2010 se faz uso de robôs nas eleições. Mas, em relação a campanhas anteriores, a de Trump em 2016 foi um marco no que toca aos impactos das tecnologias digitais. Para se ter uma ideia, a candidata Hillary Clinton gastou 258 milhões de dólares em propagandas televisivas; Trump, vitorioso, gastou menos da metade, 100 milhões de dólares. Posteriormente, com a revelação do escândalo da Cambridge Analytica, é que ficaram conhecidas as estratégias de *big data*, perfil psicométrico e *individual psychological*

targeting, métodos que também influenciaram a ascensão da extrema-direita da Itália e da Hungria (EMPOLI, 2019; ITUASSU; LIFSCHITZ et al., 2019; POROTSKY, 2019).

Tanto Trump, em 2016, quanto Bolsonaro, em 2018, usaram em suas campanhas práticas de automação e de desinformação, sendo que nos Estados Unidos a plataforma mais relevante foi o Facebook e, no Brasil, o WhatsApp. Nos Estados Unidos, as notícias falsas pró-Trump foram quatro vezes mais compartilhadas do que as notícias falsas pró-Clinton (EMPOLI, 2019; ITUASSU et al., 2019; POROTSKY, 2019). No Brasil, 85% das *fake news* durante a campanha beneficiaram Bolsonaro (NICOLAU, 2020).

350

Em nosso país a tônica foi o pacote paleoconservador: defesa da “família tradicional brasileira” por meio da oposição ao “kit gay” e à “ideologia de gênero”, ou insinuações de que o PT promoveria sexualização precoce ou incesto (MARANHÃO FILHO; COELHO; DIAS, 2019). As redes divulgaram a distribuição (que nunca ocorreu), nas escolas primárias, de uma mamadeira com um bico peniano (DIAS, 2019) – a que Lula fez menção recentemente, como dito acima –, mobilizando um verdadeiro pânico moral entre muitos brasileiros.

No Brasil provavelmente não foi utilizada uma tática de propaganda no Facebook como a de Trump, em 2016, com envio de anúncios microdirecionados (ITUASSU et al., 2019). Mas há indícios da aproximação de métodos de campanha. A Cambridge Analytica firmou, em 2017, parceria com uma empresa brasileira para atuar no Brasil, fundando a CA-Ponte, que promoveria a “tropicalização da metodologia” (MOTA, 2017). Com o fechamento da empresa após o escândalo, o negócio não se desenvolveu. Mas desde 2018 se tornou pública a aproximação entre Eduardo Bolsonaro – e figuras como Olavo de Carvalho – e o principal estrategista de Trump, Steve Bannon, que havia sido conselheiro da Cambridge Analytica. Depois do primeiro encontro entre os dois, Eduardo falou que eles tratavam do combate ao “globalismo cultural marxista” (CADWALLADR, 2018; GUIMÓN, 2020; PIRES, 2020). Em 2019, Eduardo declarou ter se tornado o líder para a

América Latina da aliança internacional The Movement, articulada por Bannon, para atuar contra as forças globalistas e progressistas (BOLSONARO, E., 2019).

Giuliano da Empoli (2019) faz uma reflexão sobre a razão pela qual Donald Trump, Boris Johnson, Jair Bolsonaro e Victor Orban têm a gafe, a polêmica, o escândalo, o insulto, a vulgaridade e a discriminação como práticas. Para o autor, os defeitos desses líderes se transformam em qualidades, porque a inexperiência e a ignorância seriam a prova de que não pertencem ao círculo corrompido das elites e de que seriam gente do povo.

As redes digitais, de acordo com tal hipótese, permitem que eles atuem sobre o público sem nenhuma intermediação de instituições: só importam as curtidas, o engajamento, a adesão imediata, tanto maiores quanto mais se mobiliza ódio, ressentimento, frustração e indignação (catalisada inclusive com os pânicos morais), ainda que a partir de teorias da conspiração e *fake news*. Tal estratégia não se destina a unir pessoas em torno de denominadores comuns e de compromissos mediados, antes, inflama paixões de grupos, que, por essa via, não convergirão para o centro para constituir maioria, mas sim caminharão para os extremos.

Esse é o dramático caso da Covid-19. A OMS usou o termo infodemia para definir o excesso de informações, incluindo informações falsas ou enganosas, durante o surto da doença, dificultando sua contenção e combate. Para a OMS e para a Organização Panamericana de Saúde (Opas), com a digitalização crescente, as informações se espalham mais rapidamente, como um vírus (OPAS, 2020; WHO, 2020). A infodemia, no contexto da Covid-19, possui duas figuras representativas nas Américas: Trump e Bolsonaro. Ambos minimizaram a gravidade da pandemia, contrariaram medidas de contenção e defenderam o uso de substâncias ineficazes para prevenção ou tratamento. Bolsonaro, fiel ao seu repertório, em embate com a OMS por conta da pandemia, afirmou, sem citar fontes, que a Organização incentivaria crianças de 0 a 12 anos à masturbação, à homossexualidade e à primeira relação sexual (KER, 2020).

PANDEMIA

A resposta de Bolsonaro à pandemia, em alguns aspectos, aprofunda seu caráter paleoconservador.²¹ Bolsonaro, desde o primeiro momento, opôs-se às medidas de contenção da Covid-19 à economia, que, a seu ver, não poderia ser paralisada. Não lhe ocorreu interromper seu “fundamentalismo de mercado”²² para promover medidas que protegessem socioeconomicamente os cidadãos dos impactos mais severos da restrição de circulação, necessária ao não espalhamento da doença (SINGER et al., 2020). Paulo Guedes, ministro da Economia, disse que não ia perder dinheiro com empresas “pequeninhas” – e que o governo auxiliaria apenas as grandes – e ainda avisava que era o momento de privatizar o Banco do Brasil (GI, 2020).

352

A dicotomia que o neoliberalismo inflexível de Bolsonaro impôs – a saber, ou preservação da economia ou medidas de contenção – veio acompanhada de um severo anticientificismo. Foram discursos e ações negando a gravidade da doença, que não seria mais do que uma gripe leve; negligenciando ou fazendo campanha contra as vacinas; propagando tratamentos inefcazes; contrariando o uso de máscaras e a necessidade de distanciamento social. Trata-se de uma

²¹ Nem todas as respostas à pandemia espelham o pensamento paleoconservador. Posições como “E daí?”, “Não sou coveiro”, “Chega de mimimi” ou “A Covid apenas encurtou vidas por alguns dias ou semanas” necessitam de outras chaves interpretativas. Wendy Brown trata de declarações semelhantes de desprezo à vida por parte de Trump e apoiadores como uma mistura do niilismo com o neoliberalismo (BROWN, 2018). Ensaios de Dunker (2021) e Salles (2020) associam as posturas com o conceito de pulsão de morte.

²² No Brasil, a oposição organizada na sociedade civil, governos estaduais e no Congresso garantiu uma resposta significativa de proteção social desde o início de abril de 2020, incluindo o auxílio emergencial (BLOFIELD; GIAMBRUNO; FILGUEIRA, 2020). No mesmo sentido, para Lima (2020), a relutância do Executivo em editar medidas em âmbito nacional foi compensada com ações legislativas.

expressão dramática do anti-iluminismo, que, ao Brasil, já custou mais de 600 mil vidas.

A participação de lideranças da direita cristã também se fez notar nesse processo. Uma das organizações que criticou medidas de prevenção e promoveu o chamado tratamento precoce, comprovadamente ineficaz contra a Covid-19, foi o Movimento Legislação e Vida, ligado à rede internacional católica conservadora *CitizenGo*, mencionada anteriormente. Em parceria com o Médicos Pela Vida, criaram manifesto pela não obrigatoriedade das vacinas, que recebeu mais de 74 mil assinaturas (DEMORI, 2021; DIP et al., 2021).

Desde o início da pandemia, Bolsonaro atendeu o pleito para autorizar a abertura de igrejas. Em abril de 2021, no julgamento do STF sobre a possibilidade de prefeitos e governadores proibirem cultos como medida de prevenção, o então advogado-geral da União, André Mendonça, afirmou que “os verdadeiros cristãos” não estariam dispostos “jamais a matar por sua fé”, mas estariam “sempre dispostos a morrer para garantir a liberdade de religião e de culto” (SAYURI, 2021). Certamente a preocupação de muitos pastores, como incidentalmente revelado por Silas Malafaia em uma entrevista, era a perda de receitas (BALLOUSSIER, 2021b).

A mentalidade de Guerra Fria também se fez sentir (WINTER, 2021), quando a artilharia verbal do bolsonarismo se voltou contra o principal inimigo comunista do século XXI, a China. O então ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo (2020), chegou a se referir à doença como “comunavírus”. O tensionamento do chanceler, do presidente e de seus filhos com o gigante país asiático foi constante, a ponto de dificultar a importação, ao Brasil, de insumos necessários à produção de vacinas pelo Instituto Butantan.

Ernesto é um dos principais porta-vozes do pensamento paleoconservador no Brasil. É o que se extrai de artigo publicado por ele em revista vinculada ao Ministério das Relações Exteriores (ARAÚJO, 2017). No texto, o embaixador faz paralelos entre Ronald Reagan e Trump; defende a tese de que o Ocidente está sob ameaça, representada pelo terrorismo islâmico radical, pelo Iluminismo e sua rejeição do passado, pelo marxismo e pelo niilismo. Araújo

defende a centralidade de Deus e da nação norte-americana para salvar o Ocidente; prega o nacionalismo; erige a família (não o governo ou a burocracia, ou seja, o Estado) como o centro da organização social. Para Araújo (2017), há associação entre o marxismo (“marxismo cultural globalista”), a “diluição do gênero” e a “diluição do sentimento nacional”.

Ainda no contexto da pandemia, Bolsonaro e seus seguidores apelaram, reiteradamente, para a liberdade individual. Liberdade individual, diga-se, de desrespeitar medidas necessárias para retardar o espalhamento do vírus. Trata-se, em certa medida, do desdobramento do pensamento paleoconservador, que redundava no uso, pela extrema-direita hoje, do conceito de liberdade desprovido de qualquer noção de solidariedade social: liberdade como simples exercício do poder (BROWN, 2018).

354

Mais que isso. Trata-se, para Bolsonaro, da liberdade de armamento para combater os inimigos políticos. Na famosa reunião ministerial do dia 22 de abril de 2020, Bolsonaro, defensor da Ditadura Militar, disse: “Estou armando o povo porque não quero uma ditadura, não dá para segurar mais. Quem não aceitar as minhas bandeiras, família, Brasil, armamento, liberdade de expressão, livre mercado, quem não aceita isso está no governo errado” (GI, 2020).

GOLPE

Há quinze anos Wendy Brown disse que o reaganismo derivaria em um projeto para descartar um dos mais importantes legados do Iluminismo: a democracia, mesmo na sua versão mais enxuta, a democracia representativa liberal (BROWN, 2006). No que diz respeito aos Estados Unidos, ela acertou. A invasão do Capitólio em 6 de janeiro de 2021, visando impedir a posse de Joe Biden, é a ilustração máxima da validade do argumento da autora. E, de certa forma, sem saber, ela acabou acertando também sobre o Brasil.

Bolsonaro tem ensaiado seu equivalente de tomada do Capitólio. Em momentos de queda de popularidade em 2020, participou de manifestações que pediam a volta do regime militar, o fechamento do Congresso e do STF e mesmo a retomada do AI-5. Em 2021, seu filho Eduardo, à véspera da posse de Biden, lamentou que a ação do dia 6 nos Estados Unidos não tivesse sido mais estruturada: “Se fosse organizada, teriam tomado o Capitólio [...]. Eles teriam um poder bélico mínimo para [...] matar todos os policiais lá dentro ou os congressistas que eles tanto odeiam” (SCAPA, 2021, n. p.).

Para o dia 7 de setembro de 2021, com sua popularidade na pior baixa – devido, provavelmente, à grave crise econômica, aos mais de meio milhão de mortos pela Covid-19, às suas chances de se reeleger diminuindo com as anulações dos processos judiciais contra Lula –, Bolsonaro e seus aliados prepararam dois grandes atos, um em São Paulo e outro em Brasília. As manifestações visavam forçar uma ruptura institucional ou, pelo menos, a interrupção de processos contra parentes e aliados de Bolsonaro, além de mudanças nas regras eleitorais, para deslegitimar eventual resultado desfavorável nas urnas em 2022.

Assim como Eduardo Bolsonaro se manifestara sobre os Estados Unidos, o inverso também foi verdadeiro. Afinal, com Trump fora do governo, “Bolsonaro é agora a face mais visível do trumpismo no exterior” (WINTER, 2021, n. p.). Empresário próximo a Trump foi detido pela Polícia Federal para prestar depoimento no âmbito do inquérito do STF que investiga os atos antidemocráticos (GADELHA, 2021). Steve Bannon, por sua vez, vinha atacando as instituições brasileiras e questionando a urna eletrônica. No fim de uma palestra com a participação de Eduardo Bolsonaro, o representante da *alt-right* clamou: “Vocês veem que não é só nos EUA. Esta eleição [de 2022, no Brasil] é a segunda mais importante no mundo e a mais importante da história da América do Sul” (VALFRÉ, 2021, n. p.).

Os atos de 7 de setembro foram convocados em nome da “criminalização do comunismo”, do “fim dos inquéritos contra conservadores, patriotas e cristãos” (CHAIB; HOLANDA; TEIXEIRA, 2021, n. p.). A conta de arrecadação para os atos tinha o nome de

Coalizão Pró-Civilização Cristã (LORRAN, 2021), mesma expressão utilizada pela Teoria da Guerra Revolucionária nos meios militares, como dito anteriormente.

Bolsonaro não tem a maioria do povo brasileiro. Na verdade, tem adesão de uma parcela cada vez menor.²³ Mas de uma parcela articulada. Essa parece ser uma estratégia deliberada sua, refugiar-se em seu bastião mais estrito de apoiadores, o que seria suficiente para evitar um impeachment e para chegar ao segundo turno da eleição de 2022 (NOBRE, 2021). A mobilização dos simpatizantes é feita pelas redes digitais e pelo arcabouço discursivo da campanha eleitoral: cristianismo de direita e belicismo, permeados de uma mentalidade de Guerra Fria.

CONCLUSÃO

356

Bolsonaro, enquanto deputado, sempre foi anticomunista e militarista; cresceu ao protagonizar militância na pauta dos costumes; selou aliança com a direita cristã durante sua campanha, quando também incorporou princípios da ortodoxia econômica – adotou, gradualmente, portanto, um pacote paleoconservador. Com isso ele hegemonizou o antipetismo então reinante e, mesmo sem alianças e recursos vultosos, venceu a eleição de 2018.

Seu sucesso eleitoral inusitado pode ser explicado, ao menos em parte, pelas razões que também informam a reedição do paleoconservadorismo no Brasil, décadas depois do seu surgimento nos Estados Unidos. A crescente desagregação social provocada pelo desmonte de políticas distributivas seria compensada por valores religiosos e pela defesa da família tradicional e, para aqueles que não

²³ Solano e Rocha (2021) defendem que existem, nas classes populares, um bolsonarismo moderado e outro, radical, esse último movido por uma identificação emocional e existencial com o líder. Considerando dados do Datafolha (MELLO, 2021), essa vertente radical correspondia a 17% do eleitorado em agosto de 2020 e, em setembro de 2021, a 11%.

se ajustam, ter-se-ia a punição rigorosa. Essa moralidade das inseguranças serve como arma política, ao permitir que o neoliberalismo, que não tem adesão direta das classes populares, seja por elas endossado, através do voto em um candidato que defende essas posições.

O discurso militarista e conservador nos costumes ganhou centralidade nacional, a ponto de vencer a principal eleição do país. Isso possivelmente se explica pelo movimento de esperança ao ódio, derivado não só da crise econômica a partir de 2011, mas também da perda de protagonismo social dos homens e da sensação de desestabilização da masculinidade hegemônica com o avanço do movimento feminista e LGBT, e ainda da ausência de Lula, com seu perfil mediador e capacidade de agregar até setores com disposição conservadora.

Há também outros fatores associados que provavelmente contribuem para a presença desse ideário conservador entre nós. Trata-se dos laços internacionais da direita cristã e da comunicação de conceitos entre os diversos países em que esse movimento é presente e, em particular, da presença da direita cristã norte-americana no Brasil estimulada por aliados de Trump. Há ainda o ambiente de mídias digitais, igualmente relevante para a ascensão de Trump – e seu fomento de pânicos morais. Parece relevante, finalmente, a presença do anticomunismo e do paleoconservadorismo entre os militares, que fomentaram a candidatura de Bolsonaro desde 2014.

A pandemia fez que Bolsonaro aprofundasse aspectos de seu paleoconservadorismo, repertório que ele utiliza para legitimar suas pretensões cada vez mais autoritárias. Tanto em 2018 quanto em 2021, o inimigo globalista-cultural-marxista rende mobilização e adeptos. Para Wendy Brown o *american nightmare* é o reaganismo se transformando em um movimento contra as instituições representativas liberais. A invasão do Capitólio em 2021 foi a demonstração da validade do raciocínio da autora. Esse também é o pesadelo brasileiro: um movimento que se inicia na defesa de um imaginário bélico, de valores tradicionais e contra o comunismo e deságua em um projeto autoritário que milita pelo fim da democracia.

Referências bibliográficas

ALT-RIGHT leader: “Hail Trump!”. [S. l.: s. n.], 2016. 1 vídeo (2 min). Publicado pelo canal CNN. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=eF72gg9No_U. Acesso em: 05/04/2022.

ALVES, Damares. Audiência Pública da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher em 16/04/2019. Disponível em: <https://escriba.camara.leg.br/escriba-servicosweb/html/55044>.

ARAÚJO, Ernesto. Chegou o coronavírus. *Metapolítica* 17, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://www.metapoliticabrasil.com/post/chegou-o-comunav%C3%ADrus>. Acesso em: 05/04/2022.

ARAÚJO, Ernesto Henrique Fraga. Trump e o Ocidente. *Cadernos de Política Exterior*, 6, pp. 323-357, 2017.

358

ARGUELLO, Katie. Do Estado social ao Estado penal: invertendo o discurso da ordem. In: CONGRESSO PARANAENSE DE CRIMINOLOGIA, 1., 2005, Londrina. *Anais* [...]. São Paulo: Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, 2005.

BALOUSSIER, Ana Virginia; BOGHOSSIAN, Bruno. Datafolha: Evangélicos não trocam Bolsonaro por Lula, apesar de aborrecidos com governo. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 17 set. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/09/datafolha-evangelicos-nao-trocam-bolsonaro-por-lula-apesar-de-aborrecidos-com-governo.shtml>. Acesso em: 05/04/2022.

BALOUSSIER, Anna Virginia. Liderados por Malafaia, pastores convocam evangélicos para apoiar Bolsonaro no 7 de Setembro. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 24 ago. 2021a. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/08/liderados-por-malafaia-pastores-convocam-evangelicos-para-apoiar-bolsonaro-no-7-de-setembro.shtml>. Acesso em: 05/04/2022.

BALOUSSIER, Anna Virginia. Cara típica do evangélico brasileiro é feminina e negra, aponta *Datafolha*. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 13 jan. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/01/cara-tipica-do-evangelico-brasileiro-e-feminina-e-negra-aponta-datafolha.shtml>. Acesso em: 05/04/2022.

BALLOUSSIER, Anna Virginia. Malafaia investe “dindim forte” e expande império religioso na pandemia. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 21 ago. 2021b. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/08/malafaia-investe-dindim-forte-e-expande-imperio-religioso-na-pandemia.shtml>. Acesso em: 05/04/2022.

BALOUSSIER, Ana Virginia; BOGHOSSIAN, Bruno. Datafolha: Evangélicos não trocam Bolsonaro por Lula, apesar de aborrecidos com governo. *Folha de S. Paulo*, 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/09/datafolha-evangelicos-nao-trocam-bolsonaro-por-lula-apesar-de-aborrecidos-com-governo.shtml>.

BAPTISTA, Saulo de Tarso Cerqueira. *Cultura política brasileira, práticas pentecostais e neopentecostais: a presença da Assembleia de Deus e da Igreja Universal do Reino de Deus no Congresso Nacional (1999 a 2006)*. 2007. Tese (Doutorado em Ciências da Religião) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2007.

BECKETT, Andy. Accelerationism: how a fringe philosophy predicted the future we live in. *The Guardian*, London, 11 maio 2017. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2017/may/11/accelerationism-how-a-fringe-philosophy-predicted-the-future-we-live-in>. Acesso em: 05/04/2022.

359

BERGAMO, Mônica. Olavo de Carvalho diz que igrejas evangélicas são responsáveis por tudo o que acontece “de mau no Brasil”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 7 mar. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2020/03/olavo-de-carvalho-diz-que-igrejas-evangelicas-sao-responsaveis-por-tudo-o-que-acontece-de-mau-no-brasil.shtml>. Acesso em: 05/04/2022.

BERLET, Chip. The roots of reaction. In: BERLET, Chip. (ed.). *Trumping democracy: from Reagan to the alt-right*. London; New York, 2020. p. 3-23

BERRY, Damon T. *Christianity and the Alt-Right: Exploring the Relationship*. Londres e Nova York: Routledge, 2021.

BIROLI, Flávia. Gênero, “valores familiares” e democracia. In: BIROLI, F.; MACHADO, M. D. C., VAGGIONE, J. M. (ed.). *Gênero, neoconservadorismo e democracia*. São Paulo: Boitempo, 2020.

BLOFIELD, Merike; GIAMBRUNO, Cecilia; FILGUEIRA, Fernando. *Policy expansion in compressed time: assessing the speed, breadth and sufficiency of post-COVID-19 social protection measures in 10 Latin American countries*. Santiago: Economic Commission for Latin America and the Caribbean, 2020. Social Policy Series n. 235.

BOAS, Taylor C. A representação eleitoral dos evangélicos na América Latina. In: GUADALUPE, J. L. P.; CARRANZA, B. (org.). *Novo ativismo político no Brasil: os evangélicos do século XXI*. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2020. p. 18-113.

BOLSONARO, Carlos. Bolsonaro é recepcionado por aspirantes da AMAN (NOV/2014). [S. l.: s. n.], 2014. 1 vídeo (1 min). Publicado pelo canal Carlos Bolsonaro. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MW8ME9S87SI>. Acesso em: 05/04/2022.

360

BOLSONARO, Eduardo. (POR) Satisfação em ser o líder do The Movement para América Latina ao lado de Steve Bannon. Brasília, DF, 31 jan. 2019. Twitter: @BolsonaroSP. Disponível em: <https://twitter.com/bolsonarosp/status/1091114691160694785>. Acesso em: 05/04/2022.

BOLSONARO, Jair. Entrevista programa Jornal Nacional da Rede Globo de televisão em 8/10/2018. *Jornal Nacional*.

BOLSONARO, Jair. Discurso do presidente Jair Bolsonaro na abertura da 74ª Assembleia Geral das Nações Unidas — Nova York, 24 de setembro de 2019. Gov.br, Brasília, DF, 27 set. 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/presidente-da-republica/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/discurso-do-presidente-jair-bolsonaro-na-abertura-da-74-assembleia-geral-das-nacoes-unidas-nova-york-24-de-setembro-de-2019>. Acesso em: 05/04/2022.

BOLSONARO, Jair. Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na abertura da 75ª assembleia geral da Organização das Nações Unidas (ONU). Gov.br, Brasília, DF, 22 set. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos/2020/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-na-abertura-da-75a-assembleia-geral-da-organizacao-das-nacoes-unidas-onu>. Acesso em: 05/04/2022.

BOLSONARO, Jair. Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na abertura da 76ª Assembleia-Geral da ONU. Gov.br, Brasília, DF, 21 set. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2021/09/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-na-abertura-da-76deg-assembleia-geral-da-onu>. Acesso em: 05/04/2022.

BOLSONARO, Jair. Discurso no plenário da câmara dos deputados, sessão 034.2.55.O. Câmara dos deputados, Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação, Brasília, DF, 10 mar. 2016. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=034.2.55.O&nuQuarto=29&nuOrador=2&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=15:24&sgFaseSessao=PE&Data=10/03/2016&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PSC-RJ&txFaseSessao=Pequeno%20Expediente&txTipoSessao=N%C3%A3o%20Deliberativa%20de%20Debates%20-%20CD&dtHoraQuarto=15:24&txEtapa=>. Acesso em: 05/04/2022.

BOLSONARO, Jair. Jair Bolsonaro (PSL) fala ao vivo no Jornal Nacional. [Entrevista cedida a] William Bonner. Globoplay, Rio de Janeiro, 8 out. 2018. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/7074274/?s=os>. Acesso em: 05/04/2022.

361

BRENNER, Robert. Structure vs conjuncture: the 2006 elections and the rightward shift. *New Left Review*, London, n. 43, p. 33-59, 2007.

BROWN, Wendy. American nightmare: neoliberalism, neoconservatism, and de-democratization. *Political Theory*, Thousand Oaks, v. 34, n. 6, p. 690-714, 2006.

BROWN, Wendy. *In the ruins of neoliberalism: the rise of antidemocratic politics in the west*. New York: Columbia University Press, 2018.

BULOW, Marisa. The empowerment of conservative civil society in Brazil. In: YOUNGS, R. (ed.). *The mobilization of conservative civil society*. Washington, DC: Carnegie Endowment for International Peace, 2018. p. 13-18.

BUTLER, Judith. *Caminhos divergentes: judaicidade e crítica do sionismo*. São Paulo: Boitempo, 2017.

CADWALLADR, Carole. “I made Steve Bannon’s psychological warfare tool”: meet the data war whistleblower. *The Guardian*, London, 18 mar. 2018. Disponível em: <https://www.theguardian.com/news/2018/mar/17/data-war-whistleblower-christopher-wylie-faceook-nix-bannon-trump>. Acesso em: 05/04/2022.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Lançamento do capitol ministries no Brasil. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2019.

CAMPOS, Luiz Augusto. “Um só povo, uma só raça”: a questão racial nos dois primeiros anos de Bolsonaro. In: AVRITZER, L.; KERCHE, Fábio, MARONA, M. (org.). *Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política*. São Paulo: Autêntica, 2021. p. 359-374.

CARNEIRO, Leandro Piquet; SILVA FILHO, José Vicente. Vacina contra a insubordinação na PM. *Piauí*, São Paulo, 24 jun. 2020. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/vacina-contrainsubordinacao-na-pm/>. Acesso em: 05/04/2022.

362

CARRANZA, Brenda; LACERDA, Marina Basso. L’ambiguo ecumenismo della destra cristiana brasiliana. *Missione Oggi*, Brescia, n. 3, p. 41-44, 2021.

CHAIB, Julia; HOLANDA, Marianna; TEIXEIRA, Matheus. STF e centrão avisam Planalto que 7 de setembro golpista irá afetar Bolsonaro para 2022. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 5 set. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/09/stf-e-centrao-avisam-planalto-que-7-de-setembro-golpista-ira-afetar-bolsonaro-para-2022.shtml>. Acesso em: 05/04/2022.

CHESNUT, R. Andrew. *Born again in Brazil: the pentecostal boom and the pathogens of poverty*. New Brunswick: Rutgers University Press, 1997.

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER. 1ª sessão legislativa ordinária da 56ª legislatura. Câmara dos deputados, Brasília, DF, 16 abr. 2019. Disponível em: <https://escriba.camara.leg.br/escriba-servicosweb/html/55044>. Acesso em: 05/04/2022.

CORNEJO-VALLE, Mónica; PICHARDO, J. Ignacio. La “ideología de género” frente a los derechos sexuales y reproductivos. El escenario español. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 50, e175009, p. 1-32, 2017.

COSTA PINTO, Eduardo. Bolsonaro, quartéis e marxismo cultural: a loucura como método. In: MARTINS FILHO, J. R. (ed.). *Os militares e a crise brasileira*. São Paulo: Alameda Editorial, 2021. p. 231-244.

DATAFOLHA. Cara típica do evangélico brasileiro é feminina e negra, aponta Datafolha. *Folha de São Paulo*, 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/01/cara-tipica-do-evangelico-brasileiro-e-feminina-e-negra-aponta-datafolha.shtml>.

DEMORI, Leandro. O criador: radical católico da Espanha treinou extrema direita brasileira em 2013 com táticas que elegeram bolsonaro. *The Intercept Brasil, Brasil*, 18 ago. 2021. Disponível em: <https://theintercept.com/2021/08/18/catolico-espanha-citizengo-treinou-extrema-direita-2013-bolsonaro/>. Acesso em: 05/04/2022.

DIAMOND, Sara. *Roads to dominion: right-wing movements and political power in the United States*. New York: Guilford Press, 1995.

DIAMOND, Sara. *Spiritual warfare: the politics of the christian right*. Boston: South End Press, 1989.

363

DIAS, Bruno Cardoso. Notícias falsas e democracia: Bolsonaro e Whatsapp nas eleições de 2018. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Especiализação em Mídia, Informação e Cultura) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

DIP, Andrea et al. WikiLeaks aponta que grupo antidireitos europeu tem mais de 200 sócios brasileiros. *A Pública*, São Paulo, 13 ago. 2021. Disponível em: <https://apublica.org/2021/08/wikileaks-aponta-que-grupo-antidireitos-europeu-tem-mais-de-200-socios-brasileiros/>. Acesso em: 05/04/2022.

DORNELLES, João Ricardo W. *Conflito e segurança: entre pombos e falcões*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

DRURY, Shadia. *Leo Strauss and the American right*. London: Palgrave Macmillan, 1999.

DUNKER, Christian. Freud explica Bolsonaro na pandemia com conceito de pulsão de morte. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 20 mar. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2021/03/>

freud-explica-bolsonaro-na-pandemia-com-conceito-de-pulsao-de-morte.shtml. Acesso em: 05/04/2022.

DUNKER, Christian. Psicologia das massas digitais e análise do sujeito democrático. In: ABRANCHES, S. et al. *Democracia em risco?* São Paulo: Companhia das Letras, 2019. p. 89-103. DUNKER, Christian. Freud explica Bolsonaro na pandemia com conceito de pulsão de morte. *Folha de S. Paulo*, 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2021/03/freud-explica-bolsonaro-na-pandemia-com-conceito-de-pulsao-de-morte.shtml>.

EMPOLI, Giuliano. *Os engenheiros do caos: como as fake news, as teorias da conspiração e os algoritmos estão sendo utilizados para disseminar ódio, medo e influenciar eleições*. São Paulo: Vestígio, 2019.

FELLET, João. Olavo de Carvalho, o “parteiro” da nova direita que diz ter dado à luz flores e lacraias. *BBC News Brasil*, São Paulo, 15 dez. 2016. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-38282897>. Acesso em: 05/04/2022.

364

FERNANDES, Luis. Da transição na ordem mundial à ruptura na ordem democrática nacional: aula inaugural proferida no IESP/UERJ em 5 de setembro de 2016. GNN, São Paulo, 18 set. 2016. Disponível em: <http://jornalggn.com.br/noticia/da-transicao-na-ordem-mundial-a-ruptura-na-ordem-democratica-nacional>. Acesso em: 05/04/2022.

FOLHA DE SÃO PAULO. Veja falas preconceituosas de Bolsonaro e o que diz a lei sobre injúria e racismo. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 26 jan, 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/01/veja-falas-preconceituosas-de-bolsonaro-e-o-que-diz-a-lei-sobre-injuria-e-racismo.shtml>. Acesso em: 05/04/2022.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Política entre os policiais militares, civis e federais do Brasil. São Paulo: FBSP, 2021.

FRASER, Nancy. From progressive neoliberalism to Trump – and beyond. *American Affairs*, Denville, v. I, n. 4, p. 46-64, 2017.

FUKUYAMA, Francis. *America at the crossroads: democracy, power and the neoconservative legacy*. New Heaven; London: Yale University Press, 2006.

FUNDAÇÃO TIDE SETUBAL. O conservadorismo e as questões sociais. Fundação Tide Setubal, 15 ago. 2019. Disponível em: <https://>

fundacaotidesetubal.org.br/publicacoes/o-conservadorismo-e-as-questoes-sociais/#boletim-modal. Acesso em: 06/04/2022.

GI. Pesquisa Datafolha de 22 de agosto para presidente por sexo, idade, escolaridade, renda, região e religião. GI, Rio de Janeiro, 22 ago. 2018. Disponível em: <https://gi.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/08/22/pesquisa-datafolha-de-22-de-agosto-para-presidente-por-sexo-idade-escolaridade-renda-regiao-e-religiao.ghtml>. Acesso em: 05/04/2022.

GI. Leia a transcrição do vídeo da reunião que Moro diz provar a interferência de Bolsonaro na PF. GI, Rio de Janeiro, 22 maio 2020. Disponível em: <https://gi.globo.com/politica/noticia/2020/05/22/leia-integra-da-transcricao-do-video-da-reuniao-ministerial-de-22-de-abril-entre-bolsonaro-e-ministros.ghtml>. Acesso em: 05/04/2022.

GADELHA, Igor. PF detém ex-braço direito de Trump em Brasília para depoimento. *Metrópoles*, Brasília, DF, 7 set. 2021. Disponível em: <https://www.metropoles.com/colunas/igor-gadella/pf-detem-ex-braco-direito-de-trump-em-brasilia-para-depoimento>. Acesso em: 05/04/2022.

GENIAL INVESTIMENTOS; QUAEST. Genial nas eleições 2022: setembro 2021. *Genial Investimentos*, São Paulo, 2021. Disponível em: https://media-blog.genialinvestimentos.com.br/wp-content/uploads/2021/09/01144504/genial-nas-eleicoes_pesquisa-para-presidente-2022_resultado-setembro-2021.pdf. Acesso em: 05/04/2022.

GOODHART, David. *The road to somewhere: the new tribes shaping British politics*. London: Penguin, 2017.

GRACINO JUNIOR, Paulo; GOULART, Mayara; FRIAS, Paula. “Os humilhados serão exaltados”: ressentimento e adesão evangélica ao bolsonarismo. *Cadernos Metrópole*, São Paulo, v. 23, n. 51, p. 547-579, 2021.

GRANDIN, Greg. *Empire's workshop: Latin America, the United States, and the rise of the new imperialism*. New York: Metropolitan Books, 2006.

GUADALUPE, José Luis Pérez. Brasil e os novos atores religiosos da política latino-americana. In: GUADALUPE, J. L. P.; CARRANZA, B. (org.). *Novo ativismo político no Brasil: os evangélicos do século XXI*. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2020. p. 117-110.

GUEDES, Paulo. Brasil vai enterrar modelo econômico social-democrata, diz Paulo Guedes. [Entrevista cedida a] *AFP*. Estado de Minas, Belo Horizonte, 28 out. 2018. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2018/10/28/interna_internacional,1001092/brasil-vai-enterrar-modelo-economico-social-democrata-diz-paulo-guede.shtml. Acesso em: 05/04/2022.

GUIMÓN, Pablo. Acusado de fraude, Steve Bannon deixa prisão após pagar fiança milionária. *El País*, Madrid, 20 ago. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/internacional/2020-08-20/acusado-de-fraude-steve-bannon-deixa-prisao-apos-pagar-fianca-milionaria.html>. Acesso em: 05/04/2022.

HARVEY, David. *A brief history of neoliberalism*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

HIGH, Brandon. The recent historiography of American neoconservatism. *The Historical Journal*, Cambridge, v. 52, n. 2, p. 475-491, 2009.

366

HIMMELSTEIN, Jerome L. The new right. In: LIEBMAN, R. C.; WUTHNOW, R. (ed.). *The new christian right: mobilization and legitimization*. New York: Aldini Publishing, 1983. p. 15-30.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo demográfico 2010: características gerais da população, religião e pessoas com deficiência*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DO DIREITO DE FAMÍLIA. Novas portarias da ministra Damares Alves repercutem no Direito das Famílias. *IBDFAM*, Belo Horizonte, 24 jun. 2020. Disponível em: <https://www.ibdfam.org.br/noticias/7411/Novas+portarias+da+ministra+Damares+Alve+s+repercutem+no+Direito+das+Fam%C3%ADlias>. Acesso em: 05/04/2022.

ITUASSU, Arthur et al. De Donald Trump a Jair Bolsonaro: democracia e comunicação política digital nas eleições de 2016, nos Estados Unidos, e 2018, no Brasil. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM COMUNICAÇÃO E POLÍTICA, 8., 2019, Brasília, DF. Anais [...]. Maceió: Doity, 2019.

JACOB, Cesar Romero. *Atlas da filiação religiosa e indicadores sociais no Brasil*. São Paulo: Loyola, 2003.

KALIL, Isabela Oliveira (coord.). *Quem são e no que acreditam os eleitores de Bolsonaro*. São Paulo: Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 2018.

KER, João. Bolsonaro acusa OMS de incentivar “masturbação” e homossexualidade em crianças. *Estadão*, São Paulo, 30 abr. 2020. Disponível em: <https://saude.estadao.com.br/noticias/geral,bolsonaro-acusa-oms-de-incentivar-masturbacao-e-homossexualidade-em-criancas,70003288228>. Acesso em: 05/04/2022.

KILDUFF, Fernanda. O controle da pobreza operado através do sistema penal. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 13, n. 2, p. 240-249, 2010.

KLEIN, Naomi. *A Doutrina do choque: a ascensão do capitalismo do desastre*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

LACERDA, Marina Basso. Jair Bolsonaro: a agenda defendida em sua trajetória política. In: GUADALUPE, J. L. P.; CARRANZA, B. (org.). *Novo ativismo político no Brasil: os evangélicos do século XXI*. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2020. p. 289-308.

367

LACERDA, Marina Basso. *O novo conservadorismo brasileiro: de Reagan a Bolsonaro*. Porto Alegre: Zouk, 2019.

LANGER, Armin. Opinião: Jerusalém, Trump e o eleitorado evangélico. DW Brasil, Berlim, 11 dez. 2017. Disponível em: <http://www.dw.com/pt-br/opini%C3%A3o-jerusal%C3%A9m-trump-e-o-eleitorado-evang%C3%A9lico/a-41746670>. Acesso em: 05/04/2022.

LAZZARATO, Maurizio. *Fascismo ou revolução? O neoliberalismo em chave estratégica*. N-1 Edições, 2019.

LEIRNER, Piero. *Brasil no espectro de uma guerra híbrida: militares, operações psicológicas e política em uma perspectiva etnográfica*. São Paulo: Alameda Editorial, 2020.

LIMA, Maria Regina Soares. A política externa brasileira e os desafios da cooperação Sul-Sul. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, DF, v. 48, n. 1, p. 24-59, 2005.

LIMA, Pedro Garrido da Costa. Políticas econômicas no enfrentamento da crise provocada pela pandemia de Covid-19. *Cadernos ASLEGIS*, Brasília, DF, n. 58, p. 99-132, 2020.

LIMA, Renato Sérgio; CARVALHO, Glauco. Bolsonaro seduz policiais militares com promessas, cargos e poder. *Piauí*, São Paulo, 29 maio 2020. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/bolsonaro-seduz-policiais-militares-com-promessas-cargos-e-poder/>. Acesso em: 05/04/2022.

LIMA, Renato Sérgio; TEIXEIRA, Marco Antônio Carvalho. O roteiro do golpe. *Piauí*, São Paulo, 25 ago. 2021. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/o-roteiro-do-golpe/>. Acesso em: 05/04/2022.

LINKER, Damon et al. *The rise and fall of neoconservatism*. Washington, DC: Cato Unbound Book, 2011.

LORRAN, Tácio. Moraes bloqueia “vaquinha” de coalizão cristã que organiza ato de 7 de setembro. *Metrópoles*, Brasília, DF, 20 ago. 2021. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/justica/moraes-bloqueia-vaquinha-de-coalizao-crista-que-organiza-ato-de-7-de-setembro>. Acesso em: 05/04/2022.

368

MACHADO, Maria das Dores Campos. Religião, cultura e política. *Religião & Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 32, n. 2, p. 29-56, 2012.

MACHADO, Rosana Pinheiro; SCALCO, Lucia Mury. Da esperança ao ódio: juventude, política e pobreza do lulismo ao bolsonarismo. *Cadernos IHU Ideias*, São Leopoldo, v 16, n. 278, p. 3-21, 2018.

MACIEL, Alice. Emissários evangélicos de Trump atuaram para mudar embaixada brasileira em Israel. *A Pública*, São Paulo, 12 ago. 2019. Disponível em: <https://apublica.org/2019/08/emissarios-evangelicos-de-trump-atuaram-para-mudar-embaixada-brasileira-em-israel/>. Acesso em: 05/04/2022.

MAEDA, Patrícia. A doutrina do choque na distopia brasileira. Justificando, Brasil, 1 jul. 2020. Disponível em: <https://www.justificando.com/2020/07/01/a-doutrina-do-choque-na-distopia-brasileira/>. Acesso em: 05/04/2022.

MANSO, Bruno Paes. *A república das milícias: dos esquadrões da morte à era Bolsonaro*. São Paulo: Todavia, 2020.

MARANHÃO FILHO, Eduardo Meinberg de Albuquerque; COELHO, Fernanda Marina Feitosa; DIAS, Tainah Biela. Fake news acima de tudo,

fake news acima de todos: Bolsonaro e o “kit gay”, “ideologia de gênero” e fim da “família tradicional”. *Correlatio*, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 65-90, 2019.

MARIANO, Ricardo. *Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil*. São Paulo: Loyola, 1999.

MARIANO, Ricardo Os neopentecostais e a teologia da prosperidade. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, v. 1, n. 44, p. 24-44, 1996.

MARTINS FILHO, João Roberto. A influência doutrinária francesa sobre os militares brasileiros nos anos de 1960. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 23, n. 67, p. 39-50, 2008.

MAURICIO JUNIOR, Cleonardo. *Vasos nas mãos do oleiro: a constituição do pastor Pentecostal*. 2014. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

MBEMBE, Achile. *Necropolítica*. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

MEARSHEIMER, John J.; WALT, Stephen M. *The Israel lobby and U.S. foreign policy*. New York: Farrar, Straus and Giroux, 2007.

MELICH, Tanya. *The republican war against women: an insider's report from behind the lines*. New York: Bantam Books, 1998.

MELLO, Patrícia Campos. Base fiel bolsonarista passa por uma hiper-radicalização, aponta estudo. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 21 set. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/09/base-fiel-bolsonarista-passa-por-uma-hiperradicalizacao-aponta-estudo.shtml>. Acesso em: 05/04/2022.

MESSEMBERG, Débora. A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros. *Sociedade e Estado, Brasília*, DF, v. 32, n. 3, p. 621-648, 2017.

MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS. Mulheres empreendedoras são o tema de mesa-redonda promovida pelo MMFDH. Gov.br, Brasília, DF, 14 maio 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2019/maio/empreendedorismo-e-tema-de-mesa-redonda-promovida-pelo-mmfdh>. Acesso em: 05/04/2022.

MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS. Cartilha sobre políticas públicas familiares. Brasília, DF: MMFDH, 2020.

MITROPOULOS, Angela. Lifeboat capitalism, catastrophism, borders. *Dispatches Journal*, [S. l.] n. 1, p. 1-19, 2018.

MOTA, Camilla Veras. Robôs e “big data”: as armas do marketing político para as eleições de 2018. BBC News Brasil, São Paulo, 26 set. 2017. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-41328015>. Acesso em: 05/04/2022.

MUELLER, Milton. The neoconservative in the white house. *Libertarian Review*, Washington, DC, Nov/dez. p. 9-15, 1981.

NICOLAU, Jairo. *O Brasil dobrou à direita: uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

370

NOBLE, Charles. From neoconservative to new right: American conservatives and the welfare state. In: THOMPSON, M. J. (ed.). *Confronting the new conservatism: the rise of the right in America*. New York: New York University Press, 2007. p. 109-125.

NOBRE, Marcos. *Ponto final: a guerra de Bolsonaro contra a democracia*. São Paulo: Todavia, 2021.

NORRIS, Pippa. Conservatism in disarray? *The Brown Journal of World Affairs*, Providence, v. 3, n. 1, p. 163-169, 1996.

NORRIS, Pippa; INGLEHART, Ronald. *Cultural backlash: Trump, Brexit, and authoritarian populism*. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.

NUNES, Rodrigo. Necropolítica de Bolsonaro aponta para um futuro distópico. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 18 jun. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2020/06/vidas-de-negros-e-pobres-se-tornam-descartaveis-na-pandemia-afirma-professor.shtml>. Acesso em: 05/04/2022.

O’LEARY, Dale. *The gender agenda: redefining equality*. Lafayette: Vital Issues Press, 1997.

ORGANIZAÇÃO PANAMERICANA DE SAÚDE. Entenda a infodemia e a desinformação na luta contra a COVID-19. Washington, DC: OPAS, 2020.

OUALALOU, Lamia. Los evangélicos y el hermano Bolsonaro. *Nueva Sociedad*, Buenos Aires, n. 280, p. 10, 2019.

PETCHESKY, Rosalind Pollack. Antiabortion, antifeminism, and the rise of the new right. *Feminist Studies*, College Park, v. 7, n. 2, p. 206-246, 1981.

PIERUCCI, Antonio Flávio. *Representantes de Deus em Brasília: a bancada evangélica na Constituinte. Ciências Sociais Hoje*, São Paulo, n. 11, p. 104-132, 1989.

PIRES, Breiller. Os laços do clá Bolsonaro com Steve Bannon. *El País*, Madrid, 20 ago. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-08-20/os-lacos-do-cla-bolsonaro-com-steve-bannon.html>. Acesso em: 06/04/2022.

POROTSKY, Sophia. Cambridge analytica: the darker side of big data. *Global Security Review*, United States of America, 10 jun. 2019. Disponível em: <https://globalsecurityreview.com/cambridge-analytica-darker-side-big-data/>. Acesso em: 06/04/2022.

POSNER, Sarah. How Donald Trump's new campaign chief created an online haven for white nationalists. *Mother Jones*, San Francisco, 22 ago. 2016. Disponível em: <https://www.motherjones.com/politics/2016/08/stephen-bannon-donald-trump-alt-right-breitbart-news/>. Acesso em: 06/04/2022.

PRADO, Michele. *Tempestade ideológica*. São Paulo: Lux, 2021.

RALSTON, Shane J. Who's afraid of the alt-right? *Medium*, United States of America, 28 abr. 2020. Disponível em: <https://medium.com/the-controversial-idea/whos-afraid-of-the-alt-right-542cdo54d980>. Acesso em: 06/04/2022.

RENNÓ, Lucio R. The Bolsonaro voter: issue positions and vote choice in the 2018 Brazilian presidential elections. *Latin American Politics and Society*, Cambridge, v. 62, n. 4, p. 1-23, 2020.

REVISTA FÓRUM. Lula: "Aquilo de mamadeira [de piroca] não pegaria em mim". *Fórum*, Porto Alegre, 15 jan. 2020. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/politica/lula-aquilo-de-mamadeira-de-piroca-nao-pegaria-em-mim/amp/>. Acesso em: 06/04/2022.

RICHARDSON, John E. 'Cultural marxism' and the British national party. In: RICHARDSON, J. E.; COPSEY, N. (ed.). *Cultures of post-war British fascism*. London; New York: Routledge, 2015. p. 202-226.

ROCHA, Camila. *Menos Marx, mais Mises: o liberalismo e a nova direita no Brasil*. São Paulo: Todavia, 2021.

ROLIM, Francisco Cartaxo. *Pentecostais no Brasil: uma interpretação sócio-religiosa*. Petrópolis: Vozes, 1985.

RUGITSKY, Fernando. O interregno e a pandemia. *Revista Rosa*, São Paulo, v. 1, n. 2, 2020. Disponível em: <https://revistarosa.com/1/0-interregno-e-a-pandemia>. Acesso em: 06/04/2022.

SAAD-FILHO, Alfredo; MORAIS, Lecio. *Brasil: neoliberalismo versus democracia*. São Paulo: Boitempo, 2018.

SAFATLE, Vladimir. O golpe começou. *El país*, Madrid, 8 set. 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-09-08/0-golpe-comecou.html>. Acesso em: 06/04/2022.

372

SALLES, João Moreira. A morte e a morte: Jair Bolsonaro entre o gozo e o tédio. *Piauí*, São Paulo, n. 166, 2020. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/a-morte-no-governo-bolsonaro/>. Acesso em: 06/04/2022.

SANTELLI, John et al. Abstinence-only-until-marriage policies and programs: an updated position paper of the society for adolescent health and medicine. *Journal of Adolescent Health*, Amsterdam, v. 61, n. 3, p. 400-403, 2017.

SANTOS, Lyndon de Araújo. O púlpito, a praça e o palanque: os evangélicos e o regime militar brasileiro. In: FREIXO, A.; MUNTEAL FILHO, O. (ed.). *A ditadura em debate: estado e sociedade nos anos do autoritarismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. p. 151-182.

SAYURI, Juliana. Os argumentos "terrivelmente evangélicos" de André Mendonça. *Nexo Jornal*, São Paulo, 8 abr. 2021. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2021/04/08/Os-argumentos-%E2%80%98terrivelmente-evang%C3%A9licos%E2%80%99-de-Andr%C3%A9-Mendon%C3%A7a>. Acesso em: 06/04/2022.

SCAPA, Raquel. Eduardo Bolsonaro nega atuação em ataque ao Congresso dos EUA. *Estadão*, São Paulo, 8 mar. 2021. Disponível em: <https://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,eduardo-bolsonaro-nega-atuacao-em-ataque-ao-congresso-dos-eua,70003641042>. Acesso em: 06/04/2022.

SETUBAL, Fundação Tide. 2019. O Conservadorismo e as Questões Sociais.

SEXUALITY INFORMATION AND EDUCATION COUNCIL OF THE UNITES STATES. *A history of federal funding for abstinence-only-until-marriage programs*. Washington, DC: SIECUS.

SINGER, André. A reativação da direita no Brasil. *Opinião Pública*, Campinas, v. 27, n. 3, p. 705-729, 2021a.

SINGER, André. Após marcha troll de Bolsonaro sobre São Paulo, democratas precisam isolar direita lunática. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 18 set. 2021b. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2021/09/apos-marcha-troll-de-bolsonaro-sobre-sao-paulo-democratas-precisam-isolar-direita-lunatica.shtml>. Acesso em: 06/04/2022.

373

SINGER, André. *O lulismo em crise: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SINGER, André Victor. *Esquerda e direita no eleitorado brasileiro: a identificação ideológica nas disputas presidenciais de 1989 e 1994*. São Paulo: Edusp; Fapesp, 2000.

SINGER, André et al. Coronavírus reforça urgência da união de forças democráticas contra Bolsonaro. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 24 abr. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2020/04/coronavirus-reforca-urgencia-da-uniao-de-forcas-democraticas-contrabolsonaro.shtml>. Acesso em: 06/04/2022.

SNYDER, Claire. The allure of authoritarianism: Bush administration ideology and the reconsolidation of patriarchy. In: FERGUSON, M. L.; MARSO, L. J. (ed.). *W stands for women: how the George W. Bush presidency shaped a new politics of gender*. Durham: Duke University Press, 2007. p. 331-754.

SOLANO, Esther. A evolução do Bolsonarismo: análise qualitativa da percepção deste eleitorado em 2019 e 2020. *Journal of democracy em português*, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 50-80, 2021.

SOLANO, Esther; ROCHA, Camila. A ascensão de Bolsonaro e as classes populares. In: AVRITZER, L.; KERCHE, F.; MARONA, M. C. (ed.). *Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política*. São Paulo: Autêntica, 2021. p. 21-34.

STEINFELS, Peter. *The neoconservatives: the origins of a movement*. New York: Simon & Schuster Paperbacks, 2013.

STERNHELL, Zeev. *The birth of fascist ideology: from cultural rebellion to political revolution*. New Jersey: Princeton University Press, 1994.

STOLL, David. *Is Latin America turning protestant? The politics of evangelical growth*. Berkeley: University of California Press, 1990.

STREECK, Wolfgang. *Tempo comprado: a crise adiada do capitalismo democrático*. São Paulo: Boitempo, 2018.

TATAGIBA, Luciana; TRINDADE, Thiago; TEIXEIRA, Ana Claudia Chaves. Protestos à direita no Brasil (2007-2015). In: VELASCO E CRUZ, S.; KAYSEL, A.; CODAS, G. (ed.). *Direita, volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2018. p. 197-211.

THOMPSON, Michael J. Confronting the new conservatism. In: THOMPSON, M. J. (ed.). *Confronting the new conservatism: the rise of the right in America*. New York: New York University Press, 2007. p. 1-8.

TREINTA, Alexandre Borges Villa. O globalismo e seu aparato ideológico: impactos na sociedade brasileira. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2019.

VALFRÉ, Vinicius. PF monitora ataques de Steve Bannon, estrategista de Trump, a urnas brasileiras. Estadão, São Paulo, 24 ago. 2021. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,pf-monitora-ataques-de-steve-bannon-estrategista-de-trump-a-urnas-brasileiras,70003819874>. Acesso em: 06/04/2022.

VALLE, Vinicius. *Entre a religião e o lulismo: um estudo com pentecostais em São Paulo*. São Paulo: Recriar, 2019.

VITAL, Christina. Irmãos contra o império: evangélicos de esquerda nas eleições 2020 no Brasil. *Debates do NER*, Porto Alegre, ano 21, n. 39, p. 13-80, 2021.

VITAL, Christina; LOPES, Paulo Victor Leite. *Religião e política: uma análise da atuação de parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e LGBTs no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll; Instituto de Estudos da Religião, 2013.

WACQUANT, Loïc. *As prisões da miséria*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

WALTENBERG, Guilherme. Entidades judaicas criticam encontro de Bolsonaro com neta de ministro de Hitler. *Poder 360*, Brasília, DF, 26 jul. 2021. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/comunidades-judaicas-criticam-encontro-de-bolsonaro-com-neta-de-ministro-de-hitler/>. Acesso em: 06/04/2022.

WILLIAMSON, Vanessa; SKOCPOL, Theda; COGGIN, John. The tea party and the remaking of republican conservatism. *Perspectives on Politics*, Cambridge, v. 9, n. 1, p. 25-43, 2011.

375

WINTER, Brian. O parceiro silencioso. *Piauí*, São Paulo, n. 180, 2021. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-parceiro-silencioso/>. Acesso em: 06/04/2022.

WHO, World Health Organization. 2020. Infodemic. Disponível em: https://www.who.int/health-topics/infodemic#tab=tab_1.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). Infodemic. *World Health Organization*, Geneva, 2020. Disponível em: https://www.who.int/health-topics/infodemic#tab=tab_1. Acesso em: 06/04/2022.

Sobre os autores

Alfredo Saad-Filho é professor de Economia Política e Desenvolvimento Internacional no King's College de Londres. Tem inúmeras publicações sobre economia política do desenvolvimento, política industrial, neoliberalismo, democracia e políticas econômicas alternativas. É autor, com Lecio Morais, de *Brasil: neoliberalismo versus democracia* (Boitempo, 2018).

Alyson J. Ayers é pesquisadora associada do Centro de Economia Política da Universidade de Sussex (Reino Unido). Autora de *A Global Political Economy of Democratisation: beyond the internal-external divide* (Routledge, 2017/2018). Organizadora de *Gramsci, Political Economy and International Relations Theory: modern princes and naked emperors* (Palgrave, 2008/2013).

André Singer é professor titular do Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo e coordenador do Grupo de Pesquisa Pensamento e Política no Brasil (CNPq), associado ao Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania (Cenedic/FFLCH-USP). Autor de *O lulismo em crise* (Companhia das Letras, 2018), entre outros livros.

Cicero Araujo é professor titular do Departamento de Filosofia da Universidade de São Paulo e membro do Grupo de Pesquisa

Pensamento e Política no Brasil (CNPq), associado ao Cenedic (FFLCH-USP). Autor, entre outros, de *A Forma da República: da Constituição Mista ao Estado* (Martins Fontes, 2013).

Douglas Santos é bacharel em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo e foi bolsista de iniciação científica do CNPq.

Fernando Rugitsky é professor de economia na University of the West of England Bristol (Reino Unido) e na Universidade de São Paulo (afastado). Pesquisador associado do Cenedic (FFLCH-USP). Tem artigos publicados no *Cambridge Journal of Economics*, na *Review of Political Economy*, na *Review of Radical Political Economics*, entre outros periódicos nacionais e estrangeiros.

Hugo Fanton é professor colaborador do Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo e da Universidade de Freiburg (Alemanha); pesquisador do Grupo de Pesquisa Pensamento e Política no Brasil (CNPq), associado ao Cenedic (FFLCH-USP), ao Arnold-Bergstraesser-Institut (ABI – Uni-Freiburg) e do Irgac-Rosa Luxemburg Stiftung.

Lena Lavinas é professora visitante Leverhulme na School of Oriental and African Studies (SOAS) da Universidade de Londres e professora titular do Instituto de Economia da UFRJ; pesquisadora do CNPq, coordena o Grupo de Pesquisa Financeirização e Política Social. Autora, entre outros livros e artigos, de *The Takeover of Social Policy by Financialization. The Brazilian Paradox* (Palgrave Macmillan, 2017).

Leonardo Belinelli é pós-doutorando no Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo e pesquisador do Grupo de Pesquisa Pensamento e Política no Brasil (CNPq), associado ao Cenedic (FFLCH-USP). Em coautoria com André Singer e Cicero Araujo, publicou *Estado e democracia: uma introdução ao estudo da política* (Zahar, 2021).

Lucas Bressan é mestre em Desenvolvimento Econômico pelo Instituto de Economia da Unicamp, doutorando em Economia no Instituto de Economia da UFRJ e membro do Grupo de Pesquisa Financeirização e Política Social (CNPq).

Marina Basso Lacerda é doutora em Ciência Política pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro; faz pós-doutorado em Ciência Política na Universidade de São Paulo e é pesquisadora do Grupo de Pesquisa Pensamento e Política no Brasil (CNPq), associado ao Cenedic (FFLCH-USP). Autora do livro *O novo conservadorismo brasileiro: de Reagan a Bolsonaro* (Zouk, 2019).

Pedro Mendes Loureiro é professor de estudos latino-americanos do Centre of Latin American Studies, do Department of Politics and International Studies (clas-polis) e do Fitzwilliam College da Cambridge University. Trabalha na área de economia política, desigualdade e estudos críticos do desenvolvimento, com foco na América Latina, e tem trabalhos publicados em diversos periódicos da área.

Pedro Rubin é graduado em Economia pelo IE-UFRJ, mestrando em Economia pelo PPGE-IE-UFRJ e membro do grupo de pesquisa Financeirização e Política Social (Finsoc).

Ruy Braga é professor titular do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo, pesquisador do Cenedic (FFLCH-USP) e autor de *A rebeldia do precariado: trabalho e neoliberalismo no Sul global* (Boitempo, 2017), entre outros livros.

Com a posse de Jair Bolsonaro, em 1º de janeiro de 2019, o processo de desgaste civilizatório foi condensado, abalando os muros de contenção da barbárie no Brasil. Desemprego, fome e uma pandemia devastadora foram algumas das pragas que assolaram o país. Este livro conecta a queda *brasiliensis* às crises gerais do capitalismo e da democracia, analisando, ao mesmo tempo, o contexto mundial e os reflexos locais. Do colapso financeiro de 2008 à pandemia (e, em seguida, a guerra da Ucrânia, posterior à conclusão da coletânea), o neoliberalismo dá sinais de esgotamento sem, contudo, contar com substituto. Os pesquisadores aqui reunidos, cientista políticos, sociólogos e economistas ligados ao Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania da FFLCH/USP, trazem diferentes abordagens do problema, oferecendo análises críticas que permitem entender o difícil período presente e os desafios para o futuro.